

pós-

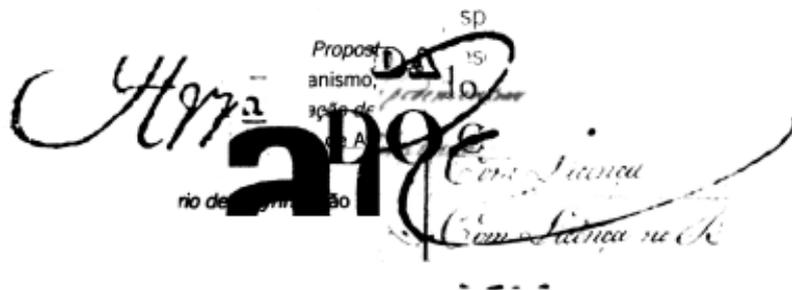
revista do programa de
pós-graduação em
arquitetura e urbanismo
da fausp

12

dezembro – 2002

ISSN: 1518-9554





PÓS N. 12
REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM ARQUITETURA E URBANISMO DA FAUUSP

DEZEMBRO 2002

ISSN 1518-9554

Ficha Catalográfica

720
P84

PÓS – Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP/Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Comissão de Pós-Graduação – v.1 (1990)- . – São Paulo: FAU, 1990 –

v.: 27 cm

n.12, dez. 2002

Issn: 1518-9554

1. Arquitetura – Periódicos I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Comissão de Pós-graduação. III. Título

20.ed. CDD 720

Serviço de Biblioteca e Informação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP

PÓS n. 12

Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP
(Mestrado e Doutorado)

Rua Maranhão, 88 – Higienópolis – 01240-000 – São Paulo

Tels. (11) 3257-7688/7837 ramal 30

Fax: (11) 3258-2377

e-mail: rvposfau@edu.usp.br

Home page: www.usp.br/fau

Apoio financeiro: Capes

PÓS n. 12

Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP

Dezembro 2002

Universidade de São Paulo

Reitor Prof. Dr. Adolpho José Melfi

Vice-Reitor Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz

Pró-Reitora de Pós-Graduação Profa. Dra. Suely Vilela

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Diretor Prof. Dr. Ricardo Toledo Silva

Vice-Diretora Profa. Dra. Maria Angela Faggin P. Leite

Comissão de Pós-Graduação

Presidente – Profa. Dra. Ermínia Maricato

Vice-presidente – Prof. Dr. Wilson Edson Jorge

Prof. Dr. João Roberto Leme Simões

Profa. Dra. Maria Angela Faggin Pereira Leite

Profa. Dra. Maria Irene Szmrecsanyi

Prof. Dr. Dácio A. B. Ottoni (Suplente)

Prof. Dr. Marcelo de Andrade Roméro (Suplente)

Profa. Dra. Maria Lúcia Caira Gitahy (Suplente)

Prof. Dr. Paulo Renato Mesquita Pellegrino (Suplente)

Prof. Dr. Siegbert Zanettini (Suplente)

Representante Discente na CPG

Andréa de Oliveira Tourinho (titular)

Pedro Orange Lins da Fonseca (suplente)

Secretária Acadêmica

Cristina M. Arguejo Lafasse

Comissão Editorial

Profa. Dra. Vera Pallamin – Editora-Chefe

Profa. Dra. Catharina Pinheiro

Prof. Dr. Jorge Hajime Oseki

Profa. Dra. Maria Irene Szmrecsanyi

Profa. Dra. Rebeca Scherer

Profa. Dra. Sheila Walbe Ornstein

Prof. Dr. Wilson Edson Jorge

Projeto Gráfico e Imagens das Aberturas

Rodrigo Sommer

Foto da Capa

Angela Garcia

Conselho Editorial

Antonio Carlos Zani (CTU – UEL)

Azael Rangel Camargo (FAU – EESC/USP)

Celso Monteiro Lamparelli (FAUUSP)

Eduardo de Almeida (FAUUSP)

Ermínia Maricato (FAUUSP)

Flávio Magalhães Villaça (FAUUSP)

Luiz Carlos Soares (UFF)

Jorge Fiori (Departament of Housing and Urbanism – Architectural Association – Londres)

Júlio Roberto Katinsky (FAUUSP)

Maria Flora Gonçalves (Nesur-Unicamp)

Maria Lúcia C. Gitahy (FAUUSP)

Maria Ruth Amaral de Sampaio (FAUUSP)

Marta Rossetti Batista (IEA – IEB-USP)

Nestor Goulart Reis Filho (FAUUSP)

Paulo Mendes da Rocha (FAUUSP)

Pedro George (Univ. Lusófona de Humanidades e Tecnologia-Portugal)

Ricardo Tena Nuñez (Escuela Superior de Ingeniería y Arquitectura – ESIA – México)

Sheila Walbe Ornstein (FAUUSP)

Silvio Soares Macedo (FAUUSP)

Sonia Marques Barreto (MDU – UFPE)

Wrana Panizi (UFRGS)

Yvonne Mautner (FAUUSP)

Secretária de Redação

Izolina Rosa (MTb 16199)



SUMÁRIO

I APRESENTAÇÃO

2 | DEPOIMENTOS

- 010 CONVERSA COM
SÉRGIO FERRO
MAIS UMA PEÇA NA
CONSTRUÇÃO DE UM
DEBATE

3 | ARTIGOS

- 034 OS SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS E A
REGULAÇÃO: NOVO ENFOQUE EM POLÍTICAS
PÚBLICAS
Jacqueline Low-Beer
- 050 COMPETITIVIDADE, COMPETIÇÃO,
COMPLEMENTARIDADE E COOPERAÇÃO
ENTRE CIDADES: O CASO DA ROTA 549
Paulo Tadeu Arantes
- 070 PARTICIPAÇÃO E ESPAÇO URBANO:
ENFOQUES, CONTEXTOS E TENDÊNCIAS
Miriam Medina
- 084 TIEMPO Y DESTIEMPO DE LA MODERNIDAD
URBANA. ESCENAS MODERNAS Y VIRTUALES
EN LAS CIUDADES LATINOAMERICANAS
Ricardo Antonio Tena Núñez
- 100 PROJETOS PRISIONAIS NO ESTADO DE SÃO
PAULO
Wilson Edson Jorge
- 118 ESCOLHA DE MATERIAL TÉCNICO E
SISTEMAS CONSTRUTIVOS DESTINADOS À
PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO POPULAR E DE
CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE
118 Mayumi Watanabe de Souza Lima

CONFERÊNCIA
4 | NA FAUUSP

132 LONDON WORLD CITY IN THE CONTEXT OF
UNEVEN DEVELOPMENT
Doreen Massey

NÚCLEOS e LABORATÓRIOS
5 | DE PESQUISA DA FAUUSP

140 Yvonne Mautner
Jorge Hajime Oseki

6 | EVENTOS

148 30 ANOS DE PÓS-GRADUAÇÃO E
CENTENÁRIO DO EDIFÍCIO VILA PENTEADO

7 | RESENHAS

152 BRASIL, CIDADES: ALTERNATIVAS PARA A
CRISE URBANA
MARICATO, Ermínia
Tomás Moreira

154 ARQUITETURA NOVA:
SÉRGIO FERRO, FLÁVIO IMPÉRIO E RODRIGO
LEFÈVRE, DE ARTIGAS AOS MUTIRÕES
ARANTES, Pedro Fiori
Paulo Bicca

159 CIDADE E CULTURA: ESFERA PÚBLICA E
TRANSFORMAÇÃO URBANA
PALLAMIN, Vera
Luís Antonio Jorge

162 TESES E DISSERTAÇÕES

I | APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Nesta edição a revista *PÓS* abre suas páginas com a publicação de Conversa com Sérgio Ferro, um valioso depoimento deste ex-professor da FAUUSP, resultante de um encontro promovido por um grupo discente, como parte das atividades do início do ano letivo de 2002. Após 32 anos, e diante de um anfiteatro lotado, Sérgio Ferro comentou sobre seu trabalho crítico, refletindo sobre a história da arquitetura a partir do canteiro e dos conflitos que aí se instauram, sobre o desenho e as relações de produção e sobre a questão da tecnologia no projeto contemporâneo. A experiência como docente em Grenoble, assim como sua pintura – afirmando ser a arte “*a manifestação da alegria no trabalho*” – também pontuaram, dentre outros, os temas instigados pelos presentes, perfazendo-se um diálogo da maior importância para esta Escola em seu percurso histórico.

A seção Artigos abriga um grupo de quatro trabalhos que tratam das cidades e questões relativas ao espaço urbano. Inicia-se com uma discussão sobre políticas públicas, infra-estrutura e regulação de serviços públicos, argumentando-se sobre a construção de novas formas de gestão e modelos de atuação institucional na área. Em seguida, apresenta-se o tema da competição e cooperação entre cidades, tomando-se por foco de estudo pólos da região do extremo sul de Minas Gerais, e uma revisão conceitual da categoria de “participação” em processos de gestão urbana, contemplando experiências em países latino-americanos. A América Latina é também o alvo de uma análise sobre aspectos do processo de modernidade urbana, na qual se converge para uma leitura sobre São Paulo e a Cidade do México.

Dois textos voltados para o âmbito projetual em arquitetura completam essa seção: um primeiro, dedicado a um tema cada vez mais candente no país, examina projetos penitenciários do estado de São Paulo, considerando aspectos da legislação nacional na área, condições atuais do sistema prisional, referências históricas sobre o sistema estadual em vigor, concluindo com uma avaliação crítica do processo de projeto e de implantação das unidades. O segundo se refere a um inédito de Mayumi Watanabe de Souza Lima, relativo a materiais e sistemas construtivos destinados à habitação popular, o qual é proveniente da reprodução de uma aula originalmente intitulada “Custos e Melhoria de Qualidade”, ministrada pela arquiteta em um curso junto à Fundação para a Pesquisa Ambiental da FAUUSP, em 1993. Além de uma homenagem à autora, esta divulgação – póstuma – reaviva a atualidade e a importância de seu pensamento neste campo profissional.

Na seção Conferências, Londres, urbanismo e neoliberalismo circunscrevem as reflexões de Doreen Massey em *London World City in the Context of Uneven Development*, palestra em que a autora examina criticamente as relações de poder atuantes em Londres nas últimas décadas, comentando e propondo referências distintas daquela economicamente dominante quanto ao que poderia ser um outro tipo de cidade global.

Esta edição conclui com um depoimento dos coordenadores do Núcleo de Apoio à Pesquisa: Produção e Linguagem do Ambiente Construído (NAP-PLAC), núcleo interdisciplinar originado em 1991, em um testemunho que não apenas registra os principais trabalhos do grupo, como também outras iniciativas a este relacionadas, reconstituindo uma série de linhagens atuantes na área.

Dra. Vera Pallamin
Editora-Chefe

Alonso
Ar. 50
icalin
llas se
a depoz
samente

2 | *D*eP*O*I*M*e*N*T*O*S



Sérgio Ferro
Foto: Sílvio Cordeiro

CONVERSA COM SÉRGIO FERRO

MAIS *UMA PEÇA NA CONSTRUÇÃO DE UM DEBATE*

Por iniciativa de um grupo de estudantes da FAUUSP, Sérgio Ferro foi convidado a realizar uma “conversa” aberta, que ocorreu no dia 27 de fevereiro de 2002, tornando-se um importante acontecimento da semana inaugural do ano letivo que se iniciava. Como local dessa “conversa” foi escolhido o anfiteatro da Faculdade, o que proporcionou a Sérgio, depois de 32 anos, subir novamente as rampas até o último andar.

A “conversa” corresponde a um dos poucos “testemunhos” dados por Sérgio Ferro no edifício da FAU, desde o período que deixou de ser professor da Escola, no ano de 1970, quando foi preso e, impedido de lecionar, foi demitido por “abandono do cargo”.

Na época em que foi professor da FAU, Sérgio mantinha permanente contato com os alunos, e em especial com o Grêmio dos alunos da FAU (GFAU), que publicou seus textos “Proposta inicial para um debate: Possibilidades de atuação” (escrito com Rodrigo Lefèvre), em 1963, “Casa popular”, em 1972 e “Arquitetura nova”, em 1975, além de outros artigos e entrevistas nas revistas *OU...* e *Caramelo*. Por esse e outros fatos, a iniciativa de trazer de novo Sérgio Ferro para falar na FAU só poderia ter sido uma ação dos estudantes.

No entanto, não se pode deixar de mencionar que, desde o afastamento de Sérgio até hoje, algumas iniciativas – as quais caminham no mesmo sentido dos questionamentos apresentados pelo grupo Arquitetura Nova – ganharam força. Dentro da FAU, a implementação de um canteiro experimental, o surgimento do Laboratório de Habitação do Grêmio dos estudantes ou do Laboratório de Habitação do Departamento de Projeto, todos constituídos há não mais de 6 ou 7 anos, são iniciativas que ainda carregam a procura por uma outra arquitetura, que se realize questionando as contradições da sociedade contemporânea.

O convite para uma conversa e a realização de uma nova publicação são atitudes que revelam, por parte dos estudantes, um esforço para manter vivas as questões que estão sendo esquecidas. Consideramos que as idéias defendidas por Sérgio Ferro nas décadas de 60 e 70 permanecem com grande força reivindicatória e precisam ser debatidas e enfrentadas.

O grupo registrou a “conversa” com o objetivo de difundir e tornar mais acessível, pela realização de uma publicação e de um vídeo, o que, por falta de debates abertos, vem se tornando cada vez mais “eternos questionamentos de canto”.

Para a elaboração deste texto, foi feita a transcrição das fitas, e, na passagem da linguagem falada para a linguagem escrita, foram feitos ajustes com o intuito de facilitar a leitura. No entanto, como lembrou o próprio Sérgio na revisão final: *“uma transcrição é sempre problemática, se corrige muito, soa falso demais, e se corrige de menos, revela todas as falhas da fala”*.

Para este número da revista da Pós foi elaborada uma versão reduzida do material transcrito, em virtude da própria edição da revista. O material completo, assim como o vídeo integral e o editado podem ser encontrados no GFAU e nas faculdades de arquitetura.

Com isso, acreditamos ser esta uma tentativa de colocar mais uma peça na construção de um debate que já teve e ainda tem muitos trabalhando, mas que precisa, certamente, de mais força para que se constitua em um outro modo de fazer-se arquitetura, em uma outra lógica das relações de trabalho: *“é preciso, então, em cada caso, fazer a análise, a crítica, o detalhe, e a reutilização com outro sentido”*.

Tatiana Morita Nobre
(estudante da FAUUSP)

Sérgio Ferro: Vou começar situando o meu trabalho em teoria e crítica da arquitetura. Eu fui, como vocês todos aqui, aluno da FAU¹, quando esta ainda era na rua Maranhão. Logo me tornei professor, fui assistente do Flávio Motta. Naquele tempo o arquiteto ia bastante ao canteiro de obras; o papel do arquiteto era muito mais vasto do que é hoje em dia. Em 1958, 59, 60, 61 eu ia freqüentemente a Brasília e assisti um pouco ao nascimento da capital. Não tanto o plano, o desenho do Lúcio, mas o levantar, o sair do chão. E saía daqui com a Escola, com arquitetos cheios de discursos bons para a sociedade brasileira. Era o período do desenvolvimentismo: havíamos de modificar o Brasil, construir um Brasil novo, industrializar esse troço aqui. E tudo com uma perspectiva social anunciada também muito bonita. Só que, ao chegar em Brasília, via aqueles desenhos lindos do Niemeyer, perfeitos, brancos, puríssimos, mas com uma massa de gente ultramiserável, ultra-explorada, construindo aquilo. Um horror as condições de trabalho. Vinham trabalhadores do Brasil inteiro, que se agrupavam debaixo daquelas igrejinhas bonitinhas do Niemeyer parecidas com um triângulo, e ficavam esperando passar ali os caminhões que os contratavam. Depois os operários iam para o canteiro de obras, freqüentemente cercado, como na Idade Média. As greves eram reprimidas da maneira mais violenta possível, com mortes, assassinatos. Mais tarde, quando estive preso, alguns operários que participaram da construção de Brasília me contaram os problemas da vida cotidiana de fome, de miséria, de comida podre, naquele lugar totalmente afastado. Então, para mim, desde o 2º, 3º ano de escola foi um grande, enorme contraste ver como era produzida a arquitetura: o nosso desenho, teoricamente quase sempre

carregado com as melhores intenções, intenções sociais abertas e muito bonitas, chegando do outro lado, era realizado nas piores condições que se possa imaginar. A exploração do trabalho, a miséria dos trabalhadores era gigantesca, escandalosa como é até hoje, aliás. Isso quebrava um pouco o nosso sonho e a nossa esperança de arquiteto, o arquiteto transformando a sociedade, a visão social do arquiteto que, naquele período agitado dos anos 60, eram constantemente debatidos aqui na Escola, ou melhor, na rua Maranhão.

Eu, por outro lado, fazia parte, faço parte ainda de uma família burguesa, paulistana, aquela coisa toda. O meu pai fazia política e era do PSD na época, isto é, aliado do Juscelino, do Tancredo, do Ulisses. Esse pessoal ia muito lá em casa, na casa do meu pai, e eu assistia atrás da porta às reuniões deles, não podia, já era de esquerda. E aí o outro contraste, terrível, entre os discursos íntimos deles, o que eles queriam para Brasília, para o Brasil, e o que meia hora depois eles iam dizer em rádios, televisões e jornais, um contraste brutal. E eu, por uma espécie de privilégio, fiquei em cima do muro, vendo de um lado os discursos do poder, do Juscelino, do Tancredo, do Ulisses, e, do outro lado, os reais planos deles. Não os anunciados, mas os reais. E, ainda, sendo arquiteto, com aquele sonho maravilhoso de fazer uma arquitetura para o povo, para a sociedade, mas vendo esse massacre, essa violência embaixo da produção.

A partir desse período começamos, sobretudo Rodrigo e eu, a inquietar-nos um pouco com essa dualidade, com essa impossibilidade quase humana de suportar a contradição entre o discurso cheio de boas intenções e a queda dessas intenções em uma realidade das mais difíceis. Desde aquele tempo até hoje, não só no Brasil,

mas na Europa também, o canteiro de obras é um dos lugares privilegiados da exploração, da violência. Os operários até hoje têm os menores salários, as maiores jornadas de trabalho, as piores doenças do mundo do trabalho (a silicose, que vem do cimento, por exemplo), a maior quantidade de acidentes. Isto continua e é válido praticamente no mundo inteiro até hoje. A violência social é bastante grande neste setor: difícil explicar porque ela se concentrava tanto no nosso domínio. Há outras produções, há outros campos de realizações, mas ela se concentra de maneira específica na arquitetura. Estudando *O capital*, de Marx, pouco a pouco fomos vendo que, no fundo, a arquitetura é produzida de uma maneira bastante elementar, uma manufatura cuja lógica data do século 15 na Europa, mas que até hoje se mantém sem grandes transformações, apesar dos esforços dos que procuram a industrialização da construção. Até hoje continua a manufatura dominando. O processo de produção é simplíssimo, são dez a doze tipos de qualificação do trabalho: pedreiro, marceneiro, pintor, etc. Estes operários executam tarefas no limite bastante simples, realizáveis com instrumentos primários e com conhecimentos facilmente disponíveis. Sem falar em obras muito complicadas, é possível sempre fazer arquitetura de uma maneira simples. Entretanto, para que o capital possa explorar o setor da construção é preciso exatamente redobrar a violência direta e redobrar as sofisticadas intelectuais de dominação. E aí começava uma dorzinha maior para nós, os arquitetos, vendo que o desenho de arquitetura, o projeto de arquitetura faz parte desses instrumentos de dominação. Eu vou contar outras historinhas porque fica mais simples. Brunelleschi, já mesmo no fim

do período gótico, na Itália, começa a instalar a manufatura da construção civil. Ele foi um dos primeiros, estou dando nomes para situar, evidentemente. O que ele faz? Qual a primeira medida dele diante do mundo do trabalho? Ele tinha trabalhadores magníficos, artesãos da maior capacidade que tinham feito, praticamente sem arquiteto, as igrejas românicas, as primeiras igrejas góticas. Existia então uma figura, um *proto-arquiteto*, que era uma espécie de chefe, um grande chefe do canteiro organizando aqueles 30, 40, 50 homens e o trabalho deles, mas não havia distância social nenhuma. Frequentemente esse *proto-arquiteto* variava de canteiro em canteiro: aqui era o tal cortador de pedra que fazia a figura de chefe, mas no outro canteiro da mesma equipe podia ser outro que tomava as decisões mais difíceis nessa posição de organizador, de distribuidor de trabalho. A primeira coisa que o Brunelleschi faz é mudar as regras do desenho de arquitetura. Eles estavam acostumados, esses pedreiros – vocês conhecem as imagens de Deus na Idade Média com aquele bruto compasso... Deus, traçando o mundo, é o chefe de canteiro. Os chefes passeavam com grandes compassos, grandes réguas, faziam desenhinhos esquemáticos. Depois, no canteiro, eles iam descendo, traçando as proporções e os desenhos com aquele compasso magnífico diretamente na construção. Aquilo produzia as maravilhas que vocês conhecem; por exemplo, a Catedral de Chartres, entre outras. A época de Brunelleschi coincide com o final de um período muito agitado em Florença e na Europa em geral, com diversas revoluções sociais: a luta dos *ciompi* e dos *ongle bleu*². Depois desse período de grande agitação, vem uma nova política. A manufatura já existia nas indústrias de tecido e estas chamaram

Brunelleschi para fazer a cúpula da Santa Maria del Fiori. Brunelleschi começa adotando uma outra linguagem, totalmente diferente: as ordens clássicas, o dórico, etc., todo o classicismo da Renascença. Ele vai buscar lá atrás uma linguagem que tinha sido esquecida, que tinha sido abandonada, que não era mais a linguagem dos operários que estavam ali. E muda a linguagem: bota coluninha, bota capitel, bota coluna grega... Isto é, ele vai introduzir um desenho que não é o desenho dos operários, que não é o desenho que está à disposição do conhecimento deles.

A partir daí até o século 19, mais ou menos, a arquitetura é dupla – como quase toda a arquitetura dessa época. De um lado uma estrutura massiva de tijolo, que sustentava o edifício realmente e, na frente, esculpido, coluninhas, arquivadas, frontões, etc. A arquitetura se partia em duas: uma, que os antigos operários ainda faziam, mas era cuidadosamente escondida; outra, o desenho de decoração que se aplicava em cima. A exploração do canteiro, a redução de salários, tudo isso já se fazia presente, mas uma das entradas importantes para inverter a autonomia produtiva que existia antes foi mudar o desenho, extrair o desenho do canteiro e transformá-lo em algo autônomo, independente, que falava uma linguagem que não era a linguagem da produção. Isso ainda continua: são raríssimos os desenhos dos arquitetos que realmente são da produção, que são o desenho dos produtores, um desenho do *fazer*. Quase toda a arquitetura até hoje é um travestimento, é uma decoração, encobrimento daquilo que é a verdadeira linguagem, verdadeira prática construtiva. Parece assim meio fantasmagórico, mas tudo isso é necessário exatamente para poder diminuir, tirar dos trabalhadores a autonomia produtiva.

Eu repito: a manufatura é muito simples e seria muito fácil que os próprios operários, com a ajuda dos arquitetos, pudessem assumir o controle total dos processos produtivos, de A a Z, sem nenhuma interferência maior. Além de todos os outros recursos da dominação – dominação econômica, jogar o sujeito sem trabalho no mercado de trabalho – no campo específico da construção civil há a ajuda do desenho de arquitetura, que é mortalmente ofensivo em relação aos trabalhadores, aos produtores. Vocês podem ter um bom exemplo disso aqui no Brasil: ainda hoje de manhã visitei a belíssima Pinacoteca do Estado, que o Paulinho (Paulo Mendes da Rocha) reformou. Ali, na arquitetura do Ramos de Azevedo, agora visível em tijolinho, o que vocês vêem? O que está sustentando aquelas paredes são maciços, blocos enormes de tijolos e, desenhados na fachadinha, colunas, arquivadas, arcos. Nada daquilo funciona, nada daquilo é operativo materialmente, e só está feito para encobrir, tampar, esconder o que seria uma arquitetura direta, de expressão do canteiro.

Nos anos 60, eu e o Rodrigo Lefèvre, com muita dificuldade e discussão, pouco a pouco fomos formulando nossas hipóteses de trabalho. Por volta de 1967, expusemos pela primeira vez nossas teses na FAU, por mim resumidas no livro *O canteiro e o desenho*. Este trabalho foi apresentado em condições bastante difíceis. Lembro-me que em uma dessas salas aqui ao lado, onde eu dava aula, havia sempre a presença de um oficial da polícia que vinha gravar aulinhas e escutar os alunos. Já estavam um pouco atrás de mim pela participação na revista *Teoria e Prática*³. Eu já fazia parte da ALN e da VPR⁴, então a barra era meio pesadinha. Tinha um cidadão lá com gravador e nós, não só eu, mas outros professores,

adquirimos o hábito de falar de uma maneira bastante complicada para que o cidadão não pescasse absolutamente nada. Os alunos entendiam, sabiam que estávamos falando em um semicódigo e sabiam que tinham de interpretar o que era dito ali em um outro registro, em uma espécie de aula anagônica, com várias camadas de significação. Esse vício pegou e eu sei que o meu livro *O canteiro e o desenho* até hoje é bastante difícil de ser lido, se é que ele é lido ainda, não tenho a menor idéia. Ele é todo rebuscado, complicado, cheio de frases que vão e vêm. Um pouco vício da juventude e muito efeito da censura que ficava marcada na nossa maneira de expor os trabalhos.

Pudemos fazer aqui em São Paulo – o Rodrigo mais do que nós todos, eu pouco, o Flávio um pouco – algumas experiências graças a professores da universidade, dos quais explorávamos a amizade, aceitando que fizéssemos um pouco de experiência nas casinhas deles. Então, na casa do Bóris Fausto, na casa do Bernardo Issler e mais tarde na do Juárez Brandão Lopes, fazíamos nossas experiências. Algumas funcionavam, outras, coitadas, não funcionavam tão bem, mas eles foram bastante simpáticos para sempre aceitar que as fizéssemos à custa deles.

Tentei fazer algumas experiênciazinhas na escola de arquitetura de Grenoble. Ali fizemos o trabalho mais teórico, fundamos um laboratório de pesquisa em história da arquitetura, *Dessin et Chantier*, Desenho e Canteiro, com vários membros, oficialmente reconhecido pelo Ministério da Construção. Publicamos vários livros, artigos e teses. Eu desenvolvi, particularmente, um trabalho de história da arquitetura, a história do projeto, a história da descolação entre o desenho e o canteiro. Tentei fazer uma história da arquitetura de cabeça para baixo, olhando a

arquitetura de baixo para cima, do canteiro de obras para o desenho e não o contrário. É impressionante como assim se pode ir virando as concepções que habitualmente temos de história da arquitetura. O que parece ser revolução de formas, de estilos, quando cutucamos por baixo, são momentos de conflitos sociais, de luta de classe no canteiro.

Exemplos: a ordem clássica vai do século 15 ao 19 e termina com uma enorme hecatombe, um desastre no mundo operário, que é a Revolução Francesa. Só para vermos como as idéias abstratas de liberdade às vezes podem cair no absurdo: em nome da liberdade o governo da Revolução Francesa impediu e proibiu toda e qualquer associação operária. Resultado: o mundo operário e o da construção civil se esfacelaram, não foi possível nenhuma resistência organizada. E, com isso, curiosamente, não é mais necessária aquela duplicidade à qual me referi anteriormente. Não é necessário tentar esse refinamento da dominação no canteiro porque os operários já estão dominados de cara, não tinha escolha. Começam aí os neos: neoclássicos, neo-românticos, neogóticos, neo-românicos, etc., porque não havia mais a necessidade de um aparelho de dominação constante.

Mais tarde, no fim do século 19 se passou algo quase inverso: há um movimento operário fortíssimo na Europa, quando começam os sindicatos. Um deles, sobretudo, começa muito forte, meio anarquista, mas muito dominado pelos trabalhadores da construção civil. Estes pedem não mais salários, nem folgas, nem férias, nem cinco minutos a mais para o almoço, mas pedem simplesmente o controle da produção. Eles querem que a produção da arquitetura seja dominada e conduzida por eles do começo ao fim: a

destinação do projeto, a destinação do objeto e até as condições de produção, reivindicações estas evidentemente impossíveis. Os sindicatos mais fortes na França, nessa época, eram os sindicatos dos trabalhadores de madeira, dos trabalhadores em pedra: então não é à toa que nesse mesmo período se mudam os materiais. Não é por acaso que a arquitetura muda de materiais fundamentalmente: passa para o concreto e para o ferro, destruindo, tirando a força desse pessoal dentro do canteiro. Começa a gloriosa arquitetura contemporânea, mudando de linguagem, mudando essencialmente a decoração no momento em que os operários estão fortes. Há um período em que os arquitetos se aproximam bastante deles: é durante o ecletismo – até hoje menosprezado na história oficial da arquitetura – quando a técnica de construção aparece variada em si e se torna aparente. Houve um grande perigo para o sistema com a arquitetura eclética, quando a técnica está nas mãos dos operários, técnica que eles dominam, e que transparece diretamente na arquitetura. Estou exagerando, perdoem-me pela caricatura, mas de uma certa maneira a arquitetura moderna que vem em seguida – aquelas casas brancas e lisas, primeiro do Le Corbusier, do Adolf Loos, etc., – são uma resposta a tudo isso. Transparece ali a necessidade de mudar completamente os materiais que estavam nas mãos de sindicatos poderosíssimos e fazer um outro tipo de *decòr*. O Loos ataca qualquer ornamento como crime, mas não há ninguém que tenha feito cobertura de bolo de uma maneira mais perfeita que ele: uma decoração purista que disfarça a arquitetura em quadro puritano. Em 1920, cai esse sindicalismo forte, começa o sindicalismo mais preocupado com salário, férias, não

vou entrar em detalhes sobre isso. Durante mais ou menos 25 anos, nós ficamos estudando arquitetura, a história da arquitetura por esse outro ângulo, essa outra perspectiva. Há poderosas pistas de trabalho quando se inverte a leitura.

Daniela Gomes Rezende, estudante de arquitetura: Você colocava a questão do ecletismo, que me fez lembrar do livro sobre a casa da dona Yayá, que fala daquela época em que, em São Paulo, as casas eram construídas pelos *capomastris*. Gostaria então que você falasse um pouco disso.

SF: Esse pessoal que veio construir aqui em São Paulo no começo do século, os italianos sobretudo, vieram para cá por dificuldades políticas, perseguições. Eles faziam parte do sindicalismo anarquista na Europa, o qual chamamos sindicalismo revolucionário. Aqui começaram um movimento muito forte, publicaram jornais importantes como o *Avanti*, mas infelizmente eles ficaram muito ligados à Itália e sua atuação maior foi em relação a ela. Eles não implantaram um movimento a longo prazo aqui no Brasil, mas eram magníficos, não precisavam de ninguém, tinham técnica, tinham um saber. Quero insistir: nada disso elimina ou dispensa o arquiteto. Isso simplesmente impõe um outro contato do arquiteto com a realidade produtiva, impõe um arquiteto que não seja colocado contra o canteiro, contra os produtores, mas que, ao contrário, colabore com esses produtores, colabore com esse saber.

Todo esse pessoal magnífico, que tinha realmente uma tecnologia total na mão, foi cuidadosamente destruído alguns anos depois. Primeiro com a guerra, evidentemente, e em seguida, já em 1920, o sindicalismo muda bastante de figura. Por influência da CGT francesa, o sindicato

brasileiro também se adapta nessa época – há um outro tipo de reivindicação, eles não pedem mais para fazer obras, saber o que estavam fazendo ou para quem. Eles mudam completamente a reivindicação e de uma certa maneira se adaptam à coisa, aceitam a posição de trabalhadores da construção civil. As grandes reivindicações operárias desaparecem pouco a pouco, pelo menos no campo da construção civil. É claro que a história não é tão simples e linear assim, mas digamos, nunca mais houve um período tão nitidamente afirmativo como entre 1890 e a Primeira Guerra Mundial. A relação disso com a origem da arquitetura contemporânea na Europa, pelo menos, é claríssima, evidentiíssima, totalmente explícita. Dá para seguir direitinho, passo a passo, a mudança do desenho, a mudança do material e a relação com a perda de um saber.

Devo salientar que tudo isso parece ser conto de fadas dramático, história de lobo mau e tudo, mas é preciso prestar atenção nisso, pois a construção civil representa na economia um papel enorme. Uma parte importantíssima do produto interno bruto de cada país vai para a construção civil em termos de estrada, barragem, casinha, fábrica, usina, etc., uma massa de dinheiro gigantesca. Essa massa de dinheiro é produzida na manufatura, não dá para entrar em detalhes muito técnicos, mas isto significa que a possibilidade de coleta de mais-valia é muito maior, dá para pegar uma massa de dinheiro extraordinária, e isso tem um papel fundamental na economia. A *Crítica à razão dualista*, do Francisco de Oliveira, fala sobre isso – alimentar os setores mais produtivos com uma taxa de lucro menor. Quase poderíamos dizer que a construção civil vai sustentar as indústrias de ponta e não o contrário.

Isso é importantíssimo hoje em dia, porque vamos entrar em um outro período desse

tipo, corrijam-me se eu estiver enganado. Tenho a impressão que as indústrias, os setores produtivos de ponta, estão exigindo uma massa enorme de capital por uma taxinha de lucro desse tamanho assim. Vai ser necessário fazer carradas de caminhões de mais-valia, sobretudo aqui, na nossa área, na área da construção. A história dentro de cada canteiro parece idiota e boba, mas somando tudo isso, vendo tudo o que se constrói, o que se produz em São Paulo... Tudo isso vai, escoar-se; é uma transferência de valor de um setor para o outro, constantemente.

Alexandre Benoit, estudante de arquitetura: Parece-me que o seu livro *O canteiro e o desenho*, escrito há 30 anos, tem uma grande influência da obra de Marx, *O capital*. Eu queria saber como você vê essa influência hoje, assim como o que escreveu lá. Essa colocação que você faz sobre a história, seria possível tê-la como método pedagógico em uma escola? Seria muito rico para a FAU. O material que se conhece do Sérgio Ferro acaba em 1977 com *O canteiro e o desenho*, e de lá para cá não tem mais nada. Inclusive, acho que se não fossem os grêmios desse período, teríamos muito pouco – são muito valiosos os cadernos que o GFAU publicou sobre suas obras. A idéia de um arquiteto criando uma relação com o operário seria possível no capitalismo ou seria necessária a sua superação? A experiência da Bauhaus teria alguma relação com isso?

Denise Inamoto, estudante de arquitetura: Gostaria que o senhor comentasse uma prática que começou a acontecer quando não estava mais no Brasil: os mutirões por autogestão e o cooperativismo em São Paulo. Dentro de sua leitura, essa é uma prática que pode transformar a sociedade ou não? Aqui na FAU sua obra ainda é bastante marginal, temos poucos

professores que a comentam. A maioria dos alunos tem contato com ela por iniciativas individuais ou de grupos, como o LabHab GFAU, que é um laboratório de estudantes que se propõe justamente a resgatar uma reflexão e uma atuação do arquiteto mais voltada para o canteiro e para o contato com os movimentos sociais... Mas isso é uma coisa que fica à margem do ensino, então gostaria que você comentasse o ensino, hoje, da FAU.

SF: Marx, sem dúvida, é o inspirador constante dentro de minha obra. Eu sigo as análises de *O capital*, com a minha pouca capacidade, mas religiosamente quase. É Marx de fundo. Acho que até hoje as suas colocações são absolutamente válidas, assim como as análises que eu faço a partir delas. Não creio que, em 1989, o Marx tenha falecido com o falecimento da União Soviética e dos países ditos socialistas. Aquilo lá a meu ver era uma grande caricatura de socialismo com alguns pequenos avançinhos, mas com uma quantidade de coisa ruim muito maior do que de progresso.

As análises que Marx faz de nossa sociedade nunca foram tão válidas quanto hoje. Quanto a isso que se chama globalização, basta pegar o terceiro volume de *O Capital*, puxar um pouquinho mais adiante e já está lá. Ele não conheceu esse fenômeno exatamente, mas a extensão de suas análises é perfeitamente possível, as suas interpretações são válidas. Hoje no mundo se vê: concentração, desigualdade, infantilidade do processo, um sujeito automático que ninguém consegue frear... Nenhuma boa vontade, nenhum rosário de boas intenções consegue parar essa máquina infernal que é o capital girando em torno de si mesmo, autoproduzindo-se constantemente, indiferente a qualquer injustiça social, indiferente a

qualquer reivindicação de humanismo, que seja. Acho que, quanto mais a nossa sociedade avança, mais as teses do Marx ficam válidas e radicalizadas. O que ele diz a respeito da industrialização crescente, o aumento do capital fixo, do capital constante, a diminuição da taxa de lucro, a dificuldade cada vez maior que tem o capital para obter suas próprias taxas de lucro, isso aparece cotidianamente hoje. Acho também que uma das teses do volume 3 continua sendo importantíssima para nós. Nele, Marx fala dessa tendência da taxa de lucro cair, diz que uma das maneiras de contrabalançar isso é explorando ativamente setores ditos atrasados da economia. Um desses setores é o nosso, a construção civil. Cada vez mais, para equilibrar essa queda violenta da possibilidade de lucro do sistema, vai ser necessário recorrer a esses imensos canteiros de obras, a essas imensas obras faraônicas, e, de uma maneira ou de outra, quase desesperadamente, vamos ainda continuar contribuindo para reter essa queda da taxa de lucro. Por isso, acho que a análise do Marx, em vez de envelhecer, rejuvenesce-se cada dia mais.

As propostas que fazíamos para a arquitetura, evidentemente, não podem ser levadas até o fim sem modificações radicais nas relações de produção, sem modificações fundamentais e estruturais. E isso é básico: não há a menor possibilidade de supor o trabalhador livre quando na situação social ele não é livre. Não há como supor o trabalhador participando com igualdade, como um sujeito autônomo, quando sua situação é fundamentalmente desigual, quando ele vendeu sua força de trabalho. Entretanto, nada disso nos impede, ao contrário, tudo nos obriga a avançar nesse sentido – fazer pesquisas, estudos, ensaios – sabendo que todos eles serão

meio capengas, não há dúvidas, mas a meu ver isto é fundamental.

Hoje em dia, existe a possibilidade de nos aproximarmos de um outro tipo de relação social que permitiria uma outra relação da arquitetura com o canteiro de obras. Penso em certos bolsões que surgem pouco a pouco na América e em certos territórios, em certas regiões mais ou menos controladas ou dirigidas por movimentos como o MST, em que há possibilidades de uma outra prática. Se as análises dos grandes economistas funcionam, as áreas de miséria e de abandono vão crescer cada vez mais. A África, por exemplo, já está sendo esquecida, *“deixa para lá, porcaria, está apodrecendo, está morrendo, dá um pouquinho de remédio para a AIDS para eles calarem a boca, mas deixa afundar esse pessoal”*. Pelo menos é esta a posição da economia dominante. Mas na África vai continuar a existir gente, que vai continuar a precisar de trabalho e é nesses países, nessas regiões, que pode se começar uma outra prática. Acho que no Brasil já há, aqui e ali, algumas possibilidades, pequenas regiões nas quais a experiência já pode ser bastante aprofundada.

Quero insistir em uma outra coisa que me parece mais importante: na União Soviética, teoricamente, fez-se uma revolução socialista, isto é, foi dito que todos os meios de produção eram juridicamente da população, não havia mais propriedade privada dos meios de produção. Mas continuaram a produzir, fazer arquitetura e toda a produção social exatamente como fazemos aqui. O canteiro de obras na União Soviética era igual ou mais duro, mais difícil do que o daqui, pois a relação hierárquica e a dominação eram iguais, e deu no que deu. Eu não acredito que possa haver uma revolução eficaz, uma transformação social positiva e forte sem que as relações de

produção concretas sejam alteradas – não é posição só minha, é posição da Rosa Luxemburgo e de uma série de outras pessoas. É necessário pensarmos desde hoje em uma transformação social eficaz; desde hoje começar a tentar transformar as relações de produção, pois se não mudarmos essa relação de dominação, será impossível, a meu ver, qualquer perspectiva humana mais aberta.

As relações de produção nesses bolsões podem ser facilmente transformadas desde já, e encaminham-se para um outro tipo de sociedade. Acho isso básico, fundamental, e isso se relaciona com os mutirões e outras experiências desse tipo. Mesmo que eles existam por necessidade, há que mudar desde já as relações de produção. Sem sonho, por enquanto é impossível parar a venda da força de trabalho enquanto a economia for dominada pelo valor. Por conta do valor tudo isso vai estar bloqueado, vai estar precisando de muletas. Mesmo sabendo que tudo isso é relativizado, precário, não há como esperar as transformações sociais acontecerem – anjos descendo do céu tocando trombetas, anunciando que o amanhã está aí – se não prepararmos docemente essa transformação, todo dia. O outro lá dizia que, para andar 20 léguas, o sujeito precisa dar um passo e depois outro.

Maria Ruth Amaral de Sampaio, diretora da FAUUSP: Uma questão muito presente em suas pesquisas sempre foi a da dominação. Hoje em dia você é um pintor dos mais renomados deste país. Eu até o considero como um pintor renascentista, de coisas tão lindas que você faz. Então pergunto: essa opção pela pintura foi por você encontrar nela uma ausência de dominação?

SF: Na pintura é o mesmo combate, a mesma coisa. Apesar de falar em economia, dinheiro, valor, a questão que mais me

interessa e mais fundo me toca é a questão da arte, da produção da arte. Seja no campo da arquitetura, seja no campo da pintura, a questão da arte e do desenho sempre foram centrais para mim. A questão da pintura eu tento colocar da mesma maneira que a questão da arquitetura. O que é a pintura para mim? Começo sempre como ensinava Marx, caracterizando a maneira de produção. Se na arquitetura temos uma manufatura, que não é uma indústria, a pintura se transformou desde a Renascença em um artesanato. O pintorzinho pinta na tela, faz o desenho, a figurinha, o que ele quiser fazer. É um sozinho, um artesão diante de um produto que ele, de uma certa maneira, domina completamente. Mas o estranho é que, exatamente porque você tem este domínio é que a pintura resiste, ela é de uma força de resistência enorme. É preciso trabalhar com ela com a mesma humildade, com a mesma entrega que eu peço para os arquitetos que trabalham com a construção civil.

Arte, no fundo, é o quê? Considero a melhor definição de arte a do William Morris, o meu santo padroeiro, que eu já repeti quando ensinava aqui e repito a cada cinco minutos todos os dias: *“Arte é a manifestação da alegria no trabalho.”* E continuo achando esta definição válida. É uma definição cheia de ambigüidades, cheia de entradas porque poderia ser entendida como *“a arte é manifestação da alegria no trabalho artístico”*. Mas o Morris não diz isso, diz: *“Arte é manifestação da alegria no trabalho”*, insistindo, como ele sempre insistiu, que qualquer atividade humana feita com liberdade, responsabilidade e alegria necessárias, pode e deve ser arte. Por isso ele fazia papel de parede, bordava, fazia travesseiro, fazia tricô, fazia crochê, cozinhava, um monte de atividades desse tipo, tentando mostrar que cada uma delas

pode ser fertilíssima em arte. Evidentemente que é muito mais simples pensarmos assim quanto às atividades artesanais ou manufatureiras do que em relação às atividades industriais, mas a própria Bauhaus tentou mostrar que também nesse caso seria possível.

O essencial é sempre o mesmo ponto: como é que se faz arte? Arte é homem x matéria, homem x mundo, mãozinha x argila. É pôr esse movimento em vida e em funcionamento. Essa relação é a relação fundamental do trabalho, mão x matéria que pode e deve ser o fundamento, núcleo, centro da arte.

A minha pintura – que, ao contrário do que foi dito, é muito maltratadinha pela crítica nacional – é só isso: ver qual o material que tenho na mão. Eu tenho tela, pincel, cores em tubo, etc., mas tenho também à minha disposição toda a história da arte, da pré-história até hoje. Posso usar essa história da arte como material que está sempre vivo, que está sempre ativo. Por que não ir procurar, pescar o que há de bom nessa história? O Hegel dizia que a história está sempre toda escrita no presente, que a nossa cabeça guarda ainda traços da pré-história, guarda traços da nossa história. Eu utilizo a história da arte e todos os materiais que estão à disposição com toda a liberdade. Procurando sempre ser – todo mundo me xinga por isso e eu adoro – o mais respeitável dos artesãos. Eu pinto e respeito as regrinhas do artesanato, aquele coisa toda, de provocação, já que a pintura é artesanato, vamos fazer, vamos pegar esse artesanato de frente.

Pintor é uma coisa limitada, pequenina, um a um. Se isto é transposto para a arquitetura, então ela vira a maior, a principal de todas as artes, a mais extraordinária. Quando visitamos Chartres ou uma daquelas catedrais, vemos o que pode

ser, o que deveria ser arquitetura: sempre essa qualidade de expressão humana, essa quantidade de fusão humana. É a mesma coisa: cada tipo de trabalho, se respeitada sua historicidade, sua contemporaneidade, revela todo o espírito social que está dentro desse material. Se o produtor, o artesão, pedreiro, marceneiro, que também são fruto social, com todo seu saber fazer, com a técnica mais atual, trabalharem esse material, revelarem-no com o máximo de racionalidade possível – isso pode parecer contraditório – eles atingem ao mesmo tempo o máximo de liberdade possível. E com essa liberdade é que pode vir a expressão humana.

Eu tenho uma mania também, estudo semiótica, que é um troço mais chato ainda, mas certas coisas desse campo são importantíssimas. Só há uma maneira, nas artes plásticas, de o sujeito humano aparecer, que é pelas marcas e impressões do trabalho no material. É o índice (do semiólogo Charles) Peirce. Não há nenhuma outra possibilidade de manifestar a presença do sujeito no espaço, se não passar pelo índice, se não passar por essa espécie de manipulação do material pelo trabalhador, pelo que ele fez. Hoje em dia, cada trabalhador é obrigado a falsear a própria mão, falsear o próprio material, para transportar tudo isso na linguagem de um outro que não é ele mesmo.

Freqüentemente essa linguagem do outro desconhece totalmente as possibilidades vivas, racionais, próprias de cada material, de cada tecnologia, de cada saber.

Tenho impressão que a arte (por isso faço tanta pintura) foi praticamente excluída do campo da arquitetura hoje, exatamente porque não há mais isso, essa possibilidade de trabalho entre o material e aquele que sabe. Dessa relação entre os dois é que pode se revelar o que estiver mais presente,

mais atual, mais prometedora, que está ali dentro ainda em estado de nascença. O produzir é fazer nascer aquilo que já está ali há praticamente oito meses engravidando. Trazer ao mundo. Gerar. Fazer parir o trabalho que o material já contém em si. Mas isso não se faz sem a liberdade, sem o canteiro autônomo, sem condições de liberdade total, de A a Z, do primeiro ao último dos produtores.

O desenho de arquitetura, que eu procuro e que ensinei lá em Grenoble não desaparece. Ao contrário, ele se torna hiperexigente, muito mais complicado que o desenho de hoje em dia. Porque nenhuma gratuidade formal passa, nenhum traço da mão trêmula do gênio deve se transformar em parede. Ao contrário, o projeto se transforma em um exercício, em uma racionalidade hiperexigente. E, ao mesmo tempo em que traz essa racionalidade, abre para cada *métier* a possibilidade da própria expressão, da própria autonomia, da própria liberdade dentro do campo de cada um. É um desenho ao mesmo tempo muito mais exigente, complexo e preciso do que habitualmente utilizamos em arquitetura. Pode parecer contraditório, mas não é, é muito mais aberto. O desenho pode ser ainda modificado no canteiro de obras, transformado, no canteiro de obras, pela liberdade dos que estão fazendo.

Arquitetura é a arte das artes, a primeira, a única. É a única arte que não pode ser como pintura: crítica, de denúncia, triste. Toda arquitetura é boa ou não é, é positiva ou não é, é grandiosa e prometedora ou não é. E, como eu não posso fazer arquitetura, eu me resumo, volto-me, limito-me à pintura que também é uma arte muito bonita, mas muito limitada, muito mais pequeninha, muito mais individual, com ressonâncias sociais muito menos graves e importantes. O arquiteto, crente que é livre,

é dominado pela lógica do valor. O desenho que ele crê ser livre é um desenho totalmente determinado pelas mesmas regras de funcionamento, como se o desenho dele tivesse de, necessariamente, dominar. Mas esse acordar simultâneo, à volta da arte e arquitetura, à volta da autonomia no canteiro, da produção livre e da racionalidade total, podemos e devemos já começar a ensaiar aqui, nas condições atuais de produção.

A Bauhaus foi um pouco uma experiência desse tipo. Mas, se lermos os trabalhos do Gropius a fundo, percebemos que já existia, mesmo na formação da Bauhaus, a separação entre alguns que deveriam parar no nível do artesanato e outros que deveriam continuar no nível dos grandes artistas, em uma espécie de hierarquia disfarçada. E o problema fundamental da Alemanha nesse tempo não era a arte, nem o povo, nem a liberdade, era simplesmente o fato de que ela tinha sido excluída do mercado mundial. Ela não possuía colônia nenhuma e precisava entrar nesse mercado de uma outra maneira, e escolheu a qualidade do produto, escolheu o refinamento do produto. Passou a ter a linha de produção como uma arma para vencer os privilégios que a França, os Estados Unidos da América e a Inglaterra tinham com suas colônias, e assim por diante. Por trás da Bauhaus está uma guerra econômica muito forte. É a lógica do capital bem elaborada por gente maravilhosa.

Guilherme Wisnik, arquiteto: Lembrando das experiências com tijolo – usados tanto para vedos como para as abóbadas – e com painéis pré-fabricados, eu queria que você comentasse sobre as escolhas da tecnologia e do material na construção, e de que maneira elas engendrariam as relações de exploração do canteiro, particularmente o

caso do concreto no Brasil. Passado tanto tempo da publicação, no Brasil, de seus textos sobre arquitetura, e mais tempo ainda em relação aquele período otimista do desenvolvimentismo e da industrialização, você ainda acha que existe um horizonte de emancipação possível por meio da industrialização da construção no Brasil de hoje? Em que moldes isso se daria? Ou o canteiro autônomo e participativo teria que ser feito nos moldes de uma tentativa de tradução histórica daquele canteiro medieval, apontando para uma relação mais artesanal da produção?

Francisco Barros, estudante de arquitetura: A minha pergunta é sobre esse silêncio que a gente sente aqui na FAU. Para nós, que ainda estamos estudando aqui, há um silêncio muito grande a respeito do senhor e do que aconteceu depois da sua saída da faculdade. E nós, que estamos aqui dentro, vivendo hoje essa falta, não temos mais notícias. Isso porque as pessoas que nos ensinam aqui dentro, salvo raras exceções, não falam sobre isso. É um tabu.

Andréia Yuri Flores Urushima, arquiteta: Hoje em dia existe uma variedade muito grande de canteiros, tanto em escala como em organização. Por exemplo, existe uma grande diferença entre a forma de o arquiteto lidar com a reforma do tio e com as grandes obras, que hoje em dia chegam a uma complexidade que nem mesmo o arquiteto tem domínio, uma vez que as várias obras são baseadas completamente no instrumento tecnológico do computador. Isto ultrapassa a possibilidade de o arquiteto ter domínio até sobre o desenho. Será que em uma sociedade sem a mais-valia essas construções gigantes e baseadas no instrumento tecnológico não seriam realizadas? Elas não seriam uma forma de experimentação muito válida de discussão tecnológica, estética, e até mesmo sobre a

gestão do canteiro? Sistemas desse grau de complexidade não teriam que ser hierarquizados, organizados de alguma forma?

Eduardo Galli, estudante de arquitetura: Eu queria pedir para você discorrer sobre as relações de trabalho a que um operário está sujeito em um canteiro, como no canteiro do Zezinho Magalhães⁵, ou no canteiro do Centre Georges Pompidou, ou então, sobre um tipo de arquitetura que se desenvolvesse em cima de um sistema aberto de subvenção.

Luiz Imenes, estudante de arquitetura: Você dedicou boa parte da sua vida a estudar as relações de trabalho no canteiro. Também foi professor desde que se formou. Gostaria que você comentasse, não especificamente sobre a sua experiência na FAU, mas sobre a atividade de ser professor, de ensinar, da relação professor-aluno, de como você vê o ensinar como militância.

SF: Quando começamos a estudar *O capital* e sua crítica, começamos a elaborar a hipótese do que seria a arquitetura como manufatura. *O capital* distingue dois tipos de manufaturas diferentes: uma chamada serial e outra chamada heterogênea. Na serial você faz quase tudo no canteiro: faz uma camada, e depois faz outra, e depois faz outra, e depois faz outra. E aquilo vai somando; no fim, a casinha está pronta. E na heterogênea você traz peças que são feitas em usinas ou em depósitos, que são trazidas e montadas no canteiro. As duas são manufaturas. A pré-fabricação no canteiro não é indústria. A industrialização dos componentes não tem nada a ver com a industrialização do canteiro, são coisas bastante diferentes. Você pode ter produtos os mais sofisticados no canteiro. E esses produtos mais sofisticados de indústria de ponta entrarão na manufatura dominante, na estrutura dominante.

Naquele momento, tínhamos duas hipóteses e passamos a tentar as duas. Eu fiz duas casinhas ao mesmo tempo, para dois professores. Uma para o Bernardo Issler, lá em Cotia, e a outra para o Bóris Fausto, aqui na entrada da Cidade Universitária⁶. E tentei uma hipótese em uma casa e uma hipótese na outra: na do Bernardo Issler, a manufatura serial, e, na do Bóris Fausto, a manufatura heterogênea. Naquela época, eu queria saber qual seria o tipo de manufatura mais pertinente, mais adaptado, mais empregado nas condições de produção do Brasil. A casinha do Bernardo Issler deu muito certo com a tentativa de manufatura serial e tudo feito, montado no local. No entanto, a casa do Bóris Fausto apresentou muitos problemas. Naquele tempo as placas pré-moldadas eram coisas muito ruins, eu tive muitos problemas com aquelas plaquinhas, principalmente com as juntas. A primeira daquelas boas chuvas paulistanas me levou tudo embora. Foi um trauma. E, a partir de uma experiência eficaz, outra totalmente negativa, continuamos a desenvolver mais, evidentemente, a hipótese de manufatura serial, que ainda hoje me parece a forma de manufatura mais adaptada às condições mais simples, mais elementares. Acho que já existe elaboração de pré-fabricados com outras qualidades que podem permitir uma maior presença de manufatura heterogênea. A grande diferença entre a construção no Brasil e na Europa, na minha perspectiva, é que aqui a dominante é manufatura serial e, na Europa, a dominante é a manufatura heterogênea. Os materiais, evidentemente, adaptam-se a uma e a outra hipótese. Os materiais próprios para a pré-fabricação, transporte e montagem não são os mesmos dos adaptados à acumulação no canteiro. Logo, a escolha dos materiais está muito ligada à hipótese teórica do desenvolvimento. Não

vejo nenhuma necessidade de ficar com a tecnologia simples. Hoje há progressos em diversos níveis, em diversos setores. E seria um escândalo, um absurdo total jogar tudo isso pela janela.

Que se faça uma crítica a certos instrumentos, sim. Que se faça uma utilização diferente de certos elementos de tecnologia, de direção de canteiro, de previsão de canteiro e de logística. Mas não devemos abandonar os canteiros mais complexos, dependendo evidentemente da situação. Creio, entretanto, que hoje, no Brasil, em se tratando de áreas liberadas pelos pobres e sem-tetos, provavelmente os materiais simples, elementares, serão muitos mais fáceis de serem utilizados, muito mais disponíveis. Mas isso também depende tanto da situação quanto do contexto. Qualquer hipótese de previsão é difícil. Não creio também que nenhuma transformação social possa dizer: “*Vamos fazer casinha pequenininha ou vamos fazer só coisa grande. Só grandes e complexos ou pequenos.*” Detesto brincar de feiticeiro do futuro, porque nunca fui capaz de adivinhar grande coisa em minha frente. Mas acho que deve se deixar abertura para qualquer uma das possibilidades. Entretanto, eu sei que a complexidade e o tamanho de um canteiro não são obstáculos para uma outra lógica das relações de trabalho.

E, não se esqueçam nunca de que maneira aquelas maravilhas como a Catedral de Chartres e vários outros edifícios gigantescos, com tecnologia altamente complicada e estruturas refinadíssimas, foram feitas. É o tipo de estrutura produtiva que o Marx chama de cooperação simples, não é o que pretendemos fazer, mas era um tipo autônomo de organização da produção, muito mais livre, com condições de igualdade.

Recentemente fiz um estudo sobre o prédio do Renzo Piano em Tóquio, uma loja para o Hermès, que faz lenços caríssimos. O prédio é uma lindeza, uma maravilha: uma torre de blocos de vidros, absolutamente perfeita em todos os detalhes. Uma maravilha. Visitei também o banco de Hong Kong, do Norman Foster, que também é outra perfeição tecnológica. Parece que um relógio foi aberto e fica-se olhando aquelas coisinhas lindas de dentro, de tão perfeito que é. E, nesses dois casos, a tecnologia foi levada ao máximo das possibilidades, perfeita. Não há grandes fantasias de formas, são absolutamente racionais. Nesse caso de maior tecnologia, simplesmente todo o saber foi para cima, para a mão do arquiteto, e todo o fazer ficou completamente automatizado. Os operários do Piano, e de outros arquitetos desse tipo, devem transformar-se em pequenas maquininhas. Estava na França quando ele fez aqueles canos do Beaubourg, que têm painéis de tijolos, mas assentados de uma maneira falsa. Ele tinha modulado precisamente, o tijolo devia ter 21,2 centímetros, mas quando chegou da olaria não estava com a dimensão correta. Então ele fez os operários limarem tijolo por tijolo, para passarem de 22,3 para 21,2 centímetros, não permitiu de jeito nenhum que os tijolos fossem utilizados de outra forma. Qualquer arquiteto um pouco safadinho faria a fieira toda e disfarçaria na última, ou colocaria um pouquinho mais ou um pouquinho menos de argamassa em uma fieira só. Ele, na precisão dele, mandou que todos os tijolos fossem lixados. Coisa que o Mies já tinha feito no M.I.T., não exatamente lixando, mas medindo tijolo por tijolo e selecionando apenas os que tinham medida centimetrada. Esse é um caso caricato, a tecnologia na arquitetura não pode ser desprezada, mas desde que não seja utilizada para mais um

massacre. Você é obrigado a transformar-se naquela força de trabalho abstrata, que não tem mais uma gota de sangue para realizar aquela aplicação precisa de seu próprio desaparecimento na obra do outro. Esses arquitetos *high-tech*, que são fabulosos de certa maneira, são terrivelmente enganosos nesse sentido; eles parecem respeitar a técnica, mas em tudo aquilo que a técnica tem de desumano, de desconsideração ao trabalho, exigindo uma precisão absolutamente mecânica e voltada contra as possibilidades do trabalho, contra a humanidade que constrói. Não é à toa que eles se transformam, por exemplo, em arquitetos de museu, em arquitetos de Hermès, duas casas de tesouros.

A arte hoje se transforma em uma safadeza em que o quadro, a obra de arte, mesmo quando feita nas melhores condições, transforma-se em tesouro, em reserva de dinheiro. O proprietário ou colecionador compra, bota na sala de jantar e guarda lá. Quando o banco reclamar uma dívida que ele não pode pagar, vende o quadro e paga. Uma reserva de dinheiro que só funciona assim. É o mercado de arte hoje em dia. Essa questão da tecnologia, como tudo, aliás, tem uma extrema ambigüidade. Jamais se deve abandonar a conquista da razão, do saber, do pensamento humano, que são fundamentais. Mas, cada um desses saberes, como foram criados para o capital e pelo capital, para a exploração, trazem sempre algo perigoso, traiçoeiro e escorregadio escondido dentro do bolso. É preciso, então, em cada caso, fazer a análise, a crítica, o detalhe, e a reutilização com outro sentido. Um prédio como o do Piano, em Tóquio, poderia perfeitamente ser feito em outras condições de projeto, mesmo que essa precisão matemática desaparecesse e ele fosse um pouco diferente.

O silêncio? Eu não acho nada estranho que não falem de mim e que me escamoteiem. Desde quando começamos a falar disso, aos 20 e poucos anos, é assim. Não é do agrado de nenhum arquiteto ouvir que ele colabora para a exploração do operariado, daquele mesmo operariado que ele está tentando defender ao pensar em casa popular, escolas, creches. É muito difícil aceitar a acusação de ser colaborador da exploração daqueles mesmos que eles querem defender, é muito angustiante, muito triste, muito pesado. Sobretudo porque a participação dos arquitetos no processo de exploração é totalmente inconsciente. Não se fala disso, ninguém fala disso. Não há nenhum curso de economia política na escola de arquitetura. Ninguém analisa o canteiro em termos das relações de produção. Um silêncio absoluto, total. Todo mundo formado nesse silêncio, e de repente ouve falar disso. Logo, somos chatos, grosseiros, mal-educados. Arquiteto é gente fina, desenha... De repente, dizer que ele é parte de um sistema de exploração dos mais vergonhosos... Então, eu não acho estranho que os arquitetos não consigam imaginar isso de jeito nenhum. Continuo nesta luta até hoje e vou continuar. Está difícil, por enquanto. Eu ainda estou vivo, falo de vez em quando, mas daqui a um pouquinho já estou no canto da página, caio da página e isso some. Não tenho nem dúvida disso. Além do mais, coloquei-me em uma posição quase suicida fazendo essa crítica ao canteiro e tendo a oportunidade de fazer só algumas experiências.

Graças à organização do canteiro, à aplicação da manufatura, com os operários, a partir do saber deles, nas experiências, obtínhamos grandes economias, uma fabulosa economia, de 25 e 30%. Mas só em uma delas eu pude reverter essa

economia em salários para os operários. Nessa obra eu era o arquiteto, o chefe de canteiro, o empregador, o comprador de material, era tudo. Mas em todas as outras, não deu. Chegou em uma situação absurda, totalmente absurda. Eu estava, de uma certa maneira, fazendo o inverso do que queria, aperfeiçoando a exploração do próprio operariado. Era muito ambíguo. Não dava para continuar, a não ser criando canteiros de experiência na universidade, mas isso não aconteceu.

Criar centros de experimentação e arquitetura realmente é uma obrigação, um dever, uma opção grandiosa. Não há atividade intelectual mais exigente, profunda, rigorosa do que a atividade artística. Volto ao começo. Arte é trabalho, arte é transformar matéria com o próprio saber. Ela parte do pressuposto de alguém que conhece aquele setor produtivo, conhece as possibilidades do material, seu nível de história... Alguém que conhece as relações entre os dois e que sabe por que está fazendo.

Os matemáticos têm a maior dificuldade de somar elefantes com bananas, eles dizem que não pode. Qualquer pintor consegue equilibrar o tom vermelho carmim com mulher, com passarinho ou com mais um rasgo na tela. A cabeça do artista é totalmente “heterotópica”. A gente consegue resumir, reunir universos totalmente díspares, separados em gavetinhas em nossas universidades, em nosso saber. Tudo isso é a riqueza extraordinária e imensa da arquitetura, que deveria ser a maior das profissões e não é. O Kant não podia admitir que a arte era trabalho, não podia ser trabalho. Trabalho é coisa de gente baixa, de gente que fica na cozinha. Arte é outra coisa, é coisa de gênio. Mas se arte é coisa de gênio, eu posso explicar. Se eu não posso explicar a

arte pelo trabalho, não dá para explicar; então tem que explicar a arte por nada. A invenção do *gênio* dele é curiosa. Gênio é um ser extraordinário, iluminado, parece que recebeu uma pancada divina na nuca e cospe a alma divina, mas ele não sabe o porquê. Ele é um cano de água, entra por aqui e sai por lá. Isto é o gênio. Esse mito do gênio inspirado, cheio de fusões, entrou em nossa tradição filosófica e foi aproveitadíssimo por toda a tradição romântica. O maior telefone direto com Deus, para os românticos, é o artista. E isso continua até hoje: depois do Van Gogh, Picasso, Andy Warhol, todos continuaram desesperados mantendo esse mito do artista, que é excelente para o mercado. Isso rende à beça. Cada pancada divina dessas se transforma em milhões de dólares.

E a arte é simplesmente uma das dimensões do trabalho livre, não é nada mais do que isso. A arte é a dimensão fundamental do trabalho livre. É aquele momento em que você faz uma pintura, tudo certinho. E você começa a ficar contente consigo mesmo, começa a cantar e assobiar. Aí você dá aquela última coisinha assim, até um pouco a mais do puramente necessário, um pouco além do exatamente preciso. E é isso que a história da arte conhecia antigamente com o nome de ornamento. Simplesmente esse pequeno gesto a mais, essa pequena escapadela além do puro gesto técnico, mas que nada mais é do que essa pequena alegria, esse rir, esse entusiasmo. Você não quer parar o diabo, está tão bom fazer aquilo, que você vai em frente, continua um pouquinho mais. Depois você quer que o outro veja direitinho como sabe fazer bem. Então você didatiza, exagera um pouquinho para ficar mais explícito. Isso em qualquer trabalho pode ser feito. Isso é arte, esse trabalho livre que o sujeito faz com

total autonomia, com total liberdade. Essa liberdade canta com ela mesma e vira um ornamento, aquela coisa totalmente proibida pelo Loos, pelos bons arquitetos.

Exatamente esse canto operário do trabalho que não pode ser aceito. Tudo isso é saber, tudo isso é palavra, tudo isso é ensino.

O Walter Benjamin dizia que todo bom romance e toda obra de arte devem ensinar a fazer outra. Não há um artista que não seja imediatamente, de uma maneira ou de outra, professor ou pesquisador, ou qualquer coisa desse tipo. Não obrigatoriamente se tem um contrato com a FAU, mas se é professor nos vários sentidos. Cada canteiro de obra livre é uma universidade.

Beatriz Tone, estudante de arquitetura:

Como você falou, os problemas e os fatos de que estamos tratando aqui estão presentes no mundo todo. Você que dá aula na França e deve ter conhecimento de outras faculdades, eu queria saber a quantas andam essas discussões entre os estudantes, os trabalhadores.

Mariana Fix, arquiteta: Você já passou por questões fundamentais, eu queria só colocar mais uma. Estive recentemente em uma avaliação sobre o II Fórum Social Mundial, no qual estiveram estudantes que participaram do acampamento da juventude. Dali surgiu uma crítica sobre a organização formal do fórum, que foi realizado no prédio da PUC em Porto Alegre, campus com boa infra-estrutura, com boas salas, com escada rolante, auditórios, telões, enfim, com toda a parafernália, mas organizado nos moldes de um shopping center, segundo eles.

Questionou-se como a própria organização do espaço e da forma faziam com que as atividades acontecessem de maneira formal, e todos os outros problemas que decorriam disso. Contrapunha-se a isso o acampamento da juventude: mesmo reconhecendo toda a sua precariedade, o

acampamento experimentava a proposta, tenha ela se realizado ou não, de viver agora o que será uma transformação. Então, peço para você comentar essa avaliação sobre o fórum: se for para pensar um outro mundo, é necessário também pensar um outro espaço?

Andrei de Almeida, estudante de arquitetura:

Eu tenho duas perguntas: uma era sobre esses espaços de experimentação de utopias para a produção por meio da matéria disponível que vem de outros espaços. Ou seja, no caso do MST, pensando no canteiro experimental, inovador, qual era a possibilidade de criar esse espaço de utopia dentro de uma sociedade capitalista? Por mais que você diga que vai ser capenga, que vai ser sempre um pouco capenga, quais são as vantagens desse avanço?

A outra questão é sobre o artista obrigatoriamente ser professor: como pensar justamente na função do professor, na relação dele com o aluno, à luz desses estudos sobre a relação de trabalho? Como isto está a favor ou contra a dominação do sujeito que aprende? No caso, como o professor que ensina para o aluno e também o arquiteto que ensina para o pedreiro e para os outros trabalhadores do canteiro de obras.

Luís Florence, estudante de arquitetura:

Esteve aqui, há algum tempo, o arquiteto Lelé. Ele criou esse canteiro de obras com vários técnicos, que, como ele mesmo diz, complementam o trabalho dele na parte tecnológica, na parte da gestão do trabalho. Queria que você comentasse esse tipo de canteiro no viés do mercado capitalista de produção civil, principalmente no que se refere à intervenção do Estado, porque ele não seria realizado sem essa intervenção. Queria perguntar também se existe alguma vontade de algum dia voltar ao Brasil.

Reginaldo Ronconi, professor da FAUUSP: Em primeiro lugar, queria te convidar, não sei até quando você fica aqui, a conhecer o nosso canteiro experimental. Há cinco anos a gente vem trabalhando aqui para construir um vetor. É pequenininho, é fraco ainda na escola, mas é um vetor para discutir a formação do arquiteto do ponto de vista muito parecido com os quais você tem discutido conosco aqui e todos esses anos por meio de seus textos.

Só para fundamentar o que eu quero colocar, a gente tem essa esquizofrênica posição do arquiteto que vai para o canteiro quase como um representante do capital, que está produzindo o próprio canteiro. Muitas vezes se esquece que é empregado do próprio capital, e trata a mão-de-obra como seus próprios empregados, no pior sentido do termo. Mas também vive uma outra dimensão esquizofrênica. Se a gente perguntasse para os estudantes que estão fazendo um estágio hoje, ou para os colegas, quem está trabalhando hoje, acho que muitos levantariam a mão. É quase um risco fazer essa pergunta. Mas a gente poderia terminar com outra, perguntando quem tem a sua atividade profissional legalmente regulamentada. E aí, acho que muitas mãos se abaixariam. É uma hipocrisia o que um arquiteto impinge a outro arquiteto, com todas as desculpas e problemas, que todos enfrentamos, da legislação trabalhista. Esse arquiteto é então um ser que vive em uma tensão brutal para poder se colocar como aquele libertador, aquele humanista que pretende projetos interessantes. Na escola esse pequeno vetorzinho propõe uma mudança, uma transformação no caráter da formação desse arquiteto para que ele possa conviver com espaços que não são ainda admitidos legalmente nesse mercado.

O MST e o Movimento dos Sem-Teto se configuram como alguns dos agentes desse espaço. A gente pôde observar na primeira gestão do PT nessa cidade surgirem em torno de 21 escritórios sem fins lucrativos, que trabalhavam com esse novo arquiteto. O sonho que realmente a gente pôde constituir. Na verdade, a direção do trabalho e do canteiro presume que ele seja uma ferramenta importante para essa transformação. Assim como algo que organize o ensino, um deslocamento para o canteiro, sem desmerecer nem o projeto, nem a construção. Dentro desse panorama, como você pode compartilhar com a gente a experiência do canteiro e como isso contribui nesse novo desenho do arquiteto?

Participante não-identificado: Eu tenho duas questões. A primeira seria a respeito da certificação ISO 9002. A certificação dos canteiros de obra para estar solucionando e minimizando o problema da questão social? A outra questão seria a seguinte: em setembro vai ser discutida a questão da Agenda 21 com a Rio + 10, pós-Rio 92, na África, e acho que é uma hora importante para pensarmos nisso, já que estamos falando da questão social e do impacto social da construção civil. Isso não fica somente dentro do canteiro, não é só com aquele peão; o gerenciamento de uma obra causa diversos impactos, acho que não preciso mencionar. Eu queria que você desse uma posição a respeito da Agenda 21, que trata da constituição civil e das cidades sustentáveis. Fazendo uma provocação, “o caos urbano se deve à falta de planejamento dos arquitetos e dos engenheiros?”.

Pedro Arantes, arquiteto: Queria saber do Sérgio o que seria a transposição de sua crítica do canteiro para a cidade. Se nós estamos aqui pensando em outras relações de trabalho no canteiro e a cidade é mais

que uma soma de canteiros, o que seria a democratização da gestão e do uso na cidade?

SF: Não pensem que lá fora é diferente daqui não. Você falou que está fazendo um centro experimental aqui. Nós tentamos fazer um centro experimental lá, bastante grande. O ministério só deu o financiamento necessário quando se esvaziou totalmente o programa e o sentido da experimentação, e olha que é ministério de esquerda, socialista. Então, a experimentação virou experimentação bobinha, de fazer papagaio, bicicleta, esqui, um negócio que não tem nem pé, nem cabeça; aí sim eles aprovaram. Mas, quando escrevi o programa, para que experiências sobre relações de produção pudessem ser feitas, eles ficaram rodando, rodando, rodando, até que esse programa foi posto de lado e transformado em outra coisa. O capital é tão forte, talvez até mais lá fora do que aqui. Lá tem muito menos buraco no capital, o systeminha está bem azeitado. Acho que as oportunidades existem aqui hoje em dia, com esses bolsões, com essas áreas, com o MST, com o Movimento dos Sem-Teto, por exemplo. Há possibilidades de experimentação no Brasil que eu acho maiores do que as de lá. O *métier* de arquiteto e o trabalho de arquitetura estão horripilantemente estabelecidos, exigem essas qualificações de que você falou ainda há pouco. Essa regulamentação é tão exigente e precisa, que o campo está extremamente limitado. Começam a aparecer campos de miséria na Europa também, os sem-teto começam a aparecer na França. A miséria está começando a ficar mais escandalosa atualmente. Os mesmos guetos estão começando a aparecer em Nova York, na França, etc. E não há, mesmo que de longe, algo que possa ser comparado com o movimento do MST ou dos sem-teto no Brasil. Neste sentido, acho que o Brasil é

que está na frente. Essas possibilidades de experimentação, de criação, essa maleabilidade das zonas marginais pode ser utilizada, já que ninguém se interessa por elas.

Eu não participei dessas experiências dentro do governo da Erundina, da Maricato⁷.

Foram feitas coisas lindas, lindíssimas aqui no Brasil. Se eu não falo disso é simplesmente porque não participei, não conheci de perto, mas tenho a maior admiração. Cabe muito mais a vocês nos instruir, falar para nós. Mas acompanho, vejo a arquitetura que foi feita nesse sentido, são realmente obras muito bonitas, algumas com êxito, outras não, mas todas grandes experiências. Então, em relação a isso, sou eu que peço para poder um dia escutar uma palestra nesse sentido.

Sobre a relação de ensino e dominação, há um excelente texto do Foucault. Ele é terrível. Basta estar com o microfone na mão, de uma maneira direta ou indireta, que há uma relação de dominação implícita. Eu ainda sou simpatiquinho, de esquerda, posso enganar um pouco, mas isso pode reverter totalmente em outro sentido. Nós estudávamos isso, em 68. Mas hoje desapareceu a moda. A gente brigava para mudar: o professor dava aula lá e o aluno ficava aqui. Nós trocávamos as mesas de lugar, embaralhávamos as cadeiras para conseguir cortar exatamente essas manifestações sutis, mas muito poderosas de dominação, que estão sempre implícitas no ensino. No entanto, não há como abolir o ensino. É preciso que a herança cultural se transmita de geração em geração. Pode e deve ser feita por relações mais claras e abertas possíveis, e as formas universitárias de relação não são as mais claras. Não estou criticando a FAU, nem as outras escolas, mas a universidade em geral. O professor sentado em cima de sua tese de

doutorado, grande autoridade jogando palavras.

Em tudo isso implicitamente há uma manipulação, uma dominação com a qual é preciso ser muito cuidadoso. Essas são coisas perigosíssimas porque somos formados assim, temos a tendência a reproduzir isso depois, mesmo no canteiro de obra. A coisa mais difícil é a escuta no canteiro de obra, porque a palavra vem difícil, atrapalhada. Dá uma vontade doida de pôr a palavra na boca do outro e escutar o discurso que a gente quer ouvir. Repito, em 68 havia muita literatura, muito estudo sobre a forma da mesa, do seminário. Mas com a recuada enorme em termos de esperança social, tudo isso desapareceu e hoje está praticamente nas gavetas, nas prateleiras mais empoeiradas das nossas bibliotecas.

O Lelé... Eu adoro o Lelé. É um arquiteto de primeira e sobretudo um dos mais generosos arquitetos brasileiros. O trabalho que ele fez em Salvador, na Bahia, com o esgoto, com equipamento público, tudo isso é uma maravilha. Poucos arquitetos tiveram coragem de enfrentar tais problemas. É de uma beleza enorme. Os pré-moldados que ele faz em Salvador têm também, ao mesmo tempo, uma habilidade técnica muito grande e uma capacidade de apreensão imediata pelo próprio trabalhador. É uma tecnologia simples, mas tudo isso infelizmente tem curta duração. Agora o Lelé é um arquiteto que está ganhando prêmios por aí, mas boa parte de suas obras vai ser posta de escanteio, pouco a pouco. Na Bahia, por exemplo, fiquei tristíssimo; aqueles belíssimos abrigos de ônibus estão sendo substituídos agora por mobiliário francês, de aço inoxidável, *high-tech*. Tenho o maior respeito pelo Lelé. Quando eu era estudante de arquitetura, um dos prédios mais bonitos que eu vi foi a Faculdade de

Arquitetura de Brasília. Um prédio que não era de arquiteto, era do Lelé; foi fabricado de modo muito simples, todo aberto. Brasília era nova ainda. O prédio não tinha nem janela, nem nada. A gente dava aula e via as plantas. Uma liberdade incrível. É realmente um dos prédios mais simples e mais bonitos que eu já vi até hoje. Naquele momento a gente estava largando brasa no governo, então o clima também era muito bom. Em relação ao Brasil, eu vou ficar neste pingue-pongue. Eu estou me aposentando, preciso. Nesse ano vai fazer 40 anos que digo besteira na frente de aluno, está na hora de parar. Colaborar sim, aqui, ali, discutir, fazer seminários e coisas desse tipo, mas manter uma presença maior é impossível, estou bem velhinho e cansadinho para isso.

Outra pergunta feita sobre a anarquia urbana, que é um termo que custo a aceitar. O que vemos no canteiro de obras é a irracionalidade, anarquia, bagunça, que são voluntariamente introduzidas. Parte do curso de alguns professores na França é sobre como criar conflitos no canteiro, desordem, bagunça. A anarquia que vemos nos canteiros não é tão anárquica assim, é bem planejadinha, mesmo quando você vê cidades, zoneamentos, zonas recuperadas, zonas em decadência. Acho difícil pensar que os nossos grandes planejadores urbanos, como Bruno Zevi, não saibam o que estão fazendo e não tenham consciência direitinho de onde se deve introduzir uma avenida reta com aparência de ordem e onde se deve deixar a coisa ir para o brejo. A anarquia urbana: tenho a impressão que está bem planejada e tem muita consequência excelente. Para voltar e fechar com Brasília, lembro-me que ainda na construção já existiam as cidades-satélites. Era um faroeste, uma zona, lama. Tinha botequim, puteiro,

cabaré, luzes vermelhas. Aquilo tudo era uma mistura. Era uma beleza, faroeste, desses filmes de Sérgio Leone. Essa bagunça era útil. Juscelino morava pertinho, e de vez em quando passava por lá, sorria, dava um abraço, um carinho. Tinha que inaugurar em 1960. Inaugurou. Arrasaram as cidades-satélites. Todo mundo foi parar a mais de 50 quilômetros de distância. Acabou essa farra. Você vai para longe, pega o ônibus, chega cansado no trabalho, volta cansado para sua casa. Assim, você não faz reunião sindical, não vai pensar besteiras. Nada disso é acaso. Evidentemente há um pouco de anarquia, um pouco. Isso também aparece muito na *Lógica* do Hegel: tudo que a gente vê como acaso, acontecimento, surpresa, milagre, olhando com um pouco mais de distância, é de uma racionalidade, de uma lógica perfeita. Os trabalhadores não devem ter casa e devem morar mal, nas piores zonas. Se não for assim, o salário dele tem que aumentar, isso é evidente. É assim, é planejado, é lógico. Eu agradeço imensamente a vocês e repito: foi a primeira vez que eu subi aqui, nesse andar, desde aquele tempo. Eu dava tanta aula há trinta e tantos anos, e agora o contato com vocês de novo aqui, onde todas as teoriinhas nasceram... Voltar aqui e discutir sobre elas, mesmo trinta e tantos anos depois, é absolutamente reconfortante e comovente. Eu agradeço a vocês muito, muito mesmo.

NOTAS

- (1) Sérgio Ferro ingressa na FAU em 1957, junto com Rodrigo Lefèvre.
- (2) Estes últimos, literalmente, unhas azuis. Trabalhadores sem qualificação das indústrias têxteis na Itália e na França no século 14. A revolta dos *ciompi*, em 1378, levou as classes mais baixas ao poder, mesmo que por um curto período.
- (3) A revista *Teoria e Prática* foi publicada entre 1967 e 1968 e chegou apenas ao 3º número. Ela foi interrompida devido à repressão que a universidade recebeu do regime militar no pós-68. O coletivo da revista era formado em grande parte por pessoas da Faculdade de Filosofia da USP (como Emir Sader, Roberto Schwarz e Ruy Fausto), e seu diretor era Sérgio Ferro. No nº 1 da revista foi publicado seu texto “Arquitetura Nova”.
- (4) Grupos de luta armada formados em 67, nos quais Rodrigo Lefèvre e Sergio Ferro ingressaram no mesmo ano.
- (5) Zezinho Magalhães Prado, conjunto habitacional projetado por Vilanova Artigas, Fabio Penteadó e Paulo Mendes da Rocha, construído em Guarulhos por iniciativa da Cecap, em 1967.
- (6) Projetadas entre 1961-62, ambas partem do mesmo princípio estrutural: a abóbada.
- (7) Luiza Erundina foi prefeita de São Paulo entre os anos 1989 e 1992, período no qual Erminia Maricato foi secretária da Habitação.

Colaboraram na edição do texto:

Ariane Stolfi, Daniela Gomes Rezende, Denise Inamoto, Diego Beja, Eduardo Galli, João Sette Whitaker, João Sodré, Lina Rosa, Luciana Ceron, Luis Felipe Chammas, Pedro Fiori Arantes, Rodrigo Vicino, Tatiana Morita Nobre, Vera Pallamin e LabHab GFAU.

scripção da

re. S. João em ... em da ... a barra daquella banda por onde se podem ...
em forma de ... S. J. ... & braço ... de de ... por braço ...
muy pontual ...

Y VINDA DE ...

... ar 50

... realin

... das se

... a de poz

... cinco libras ...

... de rocha ...

... e ...

3 | ARTIGOS

Jacqueline Low-Beer

Orientadora:
Profa. Dra. Sueli Ramos Schiffer



S SERVIÇOS PÚBLICOS
URBANOS e A REGULAÇÃO:
NOVO ENFOQUE EM
POLÍTICAS PÚBLICAS

034

pós-

RESUMO

Nas últimas décadas, o Brasil vem assistindo a profundas mudanças, tanto no que se refere à gestão econômica como no perfil da atuação do Estado e as responsabilidades do setor público. A discussão de novos modelos não se limita às formas de gestão dos serviços públicos urbanos, mas inclui a necessidade de “inventar” novas maneiras de gerir o urbano de modo geral, estendendo as responsabilidades a outros atores e recorrendo a novas soluções técnicas, sobretudo institucionais. Neste novo quadro, a criação de condições propícias a um ambiente de eficiência e produtividade nos setores de infra-estrutura repousa sobre o estabelecimento de um novo marco regulatório que trate de questões essenciais como: (1) a gestão da prestação dos serviços; (2) a defesa do interesse público; e (3) o papel indutor da regulação dos serviços públicos no desenvolvimento urbano.

ABSTRACT

In the last decades Brazil has been through some deep changes, which affected both economic and political structures, the latter including the responsibilities of the public sector. The discussion of new models should not be restricted to the mere management of urban public services, but must also include the need to come up with new ways of managing urban policies in general. Other participants in this process should also be given responsibilities and new technical solutions should be found, particularly involving existing institutions. Within this new scenario, areas dealing with infrastructure should be subject to criteria of efficiency and productivity, brought by new regulations that deal with key issues, such as (1) the management of public service rendering; (2) the safeguarding of the public interest; and (3) the role public services play in promoting urban development.

(1) Este artigo constitui uma síntese parcial da tese de doutorado *O novo paradigma das políticas urbanas: A regulação dos serviços públicos – Limites e alcances*, apresentada à FAUUSP em outubro de 2000.

O artigo¹ em pauta tem a intenção de contribuir para o debate atual, trazendo alguns elementos de análise e interpretação sobre a questão serviços públicos e gestão urbana como um exercício essencial para subsidiar as discussões sobre os requisitos necessários para a formulação de políticas e a implementação de ações setoriais que se pretendam sustentáveis.

A discussão sobre os serviços públicos urbanos não é um fato recente. De fato, sempre foi objeto de estudos e pauta do noticiário, tanto do ponto de vista da oferta dos serviços como ao focalizar seu papel como alavanca econômica, em particular aqueles vinculados à infra-estrutura, como transportes, saneamento, energia e, mais recentemente, com importância redobrada, o setor de telecomunicações.

Entretanto, desde meados dos anos 80, tanto no plano internacional como no âmbito nacional, à discussão anterior, veio somar-se um novo enfoque: o da prestação dos serviços em face das (novas) formas de gestão para sua provisão e consumo. Esse novo recorte analítico acompanhou as profundas mudanças – tanto na gestão econômica como no perfil de atuação do Estado – que vem caracterizando as políticas públicas nessa era de ajuste estrutural e globalização econômica.

Acompanhando as mudanças no perfil de atuação do Estado, também se verificam profundas alterações na atuação do setor público e na definição de suas responsabilidades. A discussão sobre a adoção de novos modelos não se limita às formas de gestão dos setores de infra-estrutura. Hoje se impõe a necessidade de inventar maneiras de gerir o urbano de modo geral, incluindo os níveis local e microlocal, tornando-se necessário estender as responsabilidades das tarefas de gestão e de implementação a outros atores, recorrendo a soluções técnicas inovadoras e arranjos institucionais não-convencionais.

Os segmentos de infra-estrutura têm estado no centro desse processo de mudanças, que não é apenas o resultado de crises financeiras do setor público ou de sua menor eficiência na prestação de serviços. É também o reflexo de mudanças no contexto financeiro internacional e na dinâmica de concorrência e expansão dos setores incumbidos da provisão dos serviços de infra-estrutura. Novas formas de atuação, novos instrumentos financeiros e tecnologias compõem um quadro relativamente distinto para a trajetória desses segmentos ao longo dos próximos anos. E, no caso brasileiro, o setor de serviços e as áreas de infra-estrutura, certamente, representam um eixo importante na definição de um novo modelo de desenvolvimento.

É unanimidade, entre técnicos e estudiosos da questão urbana, que os setores de infra-estrutura (transportes, energia, telecomunicações, saneamento, entre outros) constituem vetores de indução do desenvolvimento urbano e, por extensão, é possível concluir que quaisquer alterações nas formas de gestão das políticas setoriais (por exemplo, a privatização) afetam diretamente a política urbana e seus instrumentos.

O amplo processo de reforma do Estado abrange os três níveis de governo: federal, estadual e municipal, e parte importante das transformações apontam para mudanças nas formas de prestação dos serviços de utilidade pública, com tendência cada vez mais nítida de descentralização e delegação a terceiros, sobretudo privados. No Brasil as iniciativas de privatização dos serviços públicos, especialmente nas áreas de energia elétrica, telecomunicações e saneamento, estão no centro das atenções. Debates e polêmicas marcam o momento atual.

Nesse novo quadro, a criação de condições propícias a um ambiente de eficiência e produtividade nos serviços públicos repousa sobre o estabelecimento de um novo marco regulatório que trate de questões essenciais como: (1) a gestão da prestação de serviços; (2) a defesa do interesse público; e (3) o papel indutor da regulação dos serviços públicos no desenvolvimento urbano. O alcance de níveis ótimos de eficiência e eficácia na prestação de serviços não pode e não deve estar relacionado à natureza jurídica – pública ou privada – do agente prestador de serviços.

Por sua vez, a progressiva transferência para a iniciativa privada das tarefas tradicionalmente atribuídas ao Estado não é, de fato, tão nova, mas vem adquirindo dimensões tais, que obriga os analistas a uma releitura do papel desempenhado pelo Estado na condução da economia e na construção de um novo modelo de intervenção pública.

Em termos institucionais, a criação de agências de regulação no âmbito federal, estadual ou municipal, de caráter setorial ou multifuncional, ainda constitui uma inovação na administração pública brasileira, havendo pouca prática e consistência sobre o assunto. Questões diversas e de natureza variada ainda suscitam discussões, mesmo que seja cada vez mais freqüente o surgimento de agências desse tipo.

ALGUNS PRESSUPOSTOS

O desenvolvimento da análise sobre serviços públicos baseou-se na formulação de alguns pressupostos, que serviram de balizas:

a) Como referencial analítico, consideramos que os serviços públicos, principalmente aqueles essenciais, têm como característica o interesse público e, portanto, não estão sujeitos às mesmas regras de mercado dos demais serviços, o que faz com que a função primordial da regulação seja a de assegurar, sob quaisquer condições, a prestação de serviços em bases socialmente aceitáveis.

Nessas condições, a existência de um marco regulatório efetivo é imprescindível, e o pleno exercício da regulação pública demanda a criação de instrumentos supra-setoriais articulados e abrangentes abordando todos os campos: o da defesa econômica e antitruste, defesa do consumidor, proteção do meio ambiente, definição de políticas tarifárias, fixação de planos de investimentos

para os concessionários, fiscalização efetiva da qualidade do serviço, entre outros aspectos;

b) a noção de regulação vem sendo utilizada com frequência, em seu sentido mais estrito, ressaltando apenas a dimensão econômica, entendida como o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e outras formas – geralmente onerosas – de outorga dos serviços públicos. Por isso, a partir do enfoque adotado, consideramos necessário ampliar o conceito de regulação, o qual passou a abranger todo o quadro legal e normativo relacionado de algum modo com os serviços públicos urbanos, agrupado em três grandes blocos: (1) a regulamentação necessária para o controle econômico-financeiro dos serviços e o equilíbrio dos contratos de concessão (a que nos referimos como regulação econômica); (2) o monitoramento e controle da prestação de serviços e de sua qualidade (como produto); e (3) o quadro normativo e legal necessário para a formulação e implementação das políticas setoriais urbanas e suas metas de desenvolvimento;

c) as formas de gestão e regulação dos serviços urbanos expressam as relações sociais historicamente constituídas entre os principais atores sociais implicados neste domínio: o Estado e seus agentes, o setor privado e os usuários. Assim, no âmbito das transformações em curso, o reordenamento institucional assume papel fundamental, estabelecendo a distinção entre as funções exclusivas do Estado (formulação das políticas, regulação de serviços, defesa dos interesses da comunidade e dos usuários), e a prestação de serviços que pode ser exercida por agentes de diversas naturezas;

d) conjunto de atores envolvidos compreende: (1) o Estado e seus agentes – incumbido da gestão e implementação das políticas públicas setoriais; (2) o setor privado empresarial – como o responsável eventual pela execução e implementação dos serviços; e (3) a sociedade civil – entendida como o usuário e o *não-usuário*².

Ainda que em um contexto de mudanças estruturais, permanece a responsabilidade do Estado em garantir a equidade social e o atendimento às necessidades básicas, o que significa que a entrada em cena de novos atores não pode modificar a essência pública dos serviços urbanos porque estes estão histórica e conceitualmente associados à administração pública e ao monopólio (no caso do saneamento);

e) a necessidade de estruturas de regulação e arranjos institucionais flexíveis que melhor atendam às necessidades técnicas, financeiras, administrativas e sociais em um país de realidades diversas e notórias desigualdades (físicas, sociais e de renda), pressupõe também que o conceito de sustentabilidade deve ser ampliado para contemplar as estruturas físicas, a qualidade dos serviços e a viabilidade financeira;

f) a regulação como um todo tem de ter como referência o cidadão. Se os custos (e benefícios) da existência (ou da não-disponibilidade) dos serviços

(2) Optamos por criar uma categoria – os *não-usuários*, considerados aqueles para quem o serviço não está disponibilizado, nem formal nem informalmente, como a população pobre de favelas, que não dispõe de rede de água ou localidades pequenas cuja população não é atendida por qualquer serviço formal. Por sua vez, utilizamos a categoria *usuário* como aquele que faz uso do serviço, mas não necessariamente da maneira formal, ou seja, tem acesso a alguma rede, mas não é cadastrado no serviço, e, *consumidor*, aquele usuário cadastrado em um serviço.

afetam o conjunto de cidadãos (consumidores e não-consumidores), também na aferição da qualidade dos serviços, é preciso considerar tanto os impactos que afetam o consumidor direto como também aqueles impactos (indiretos) que recaem sobre o conjunto da sociedade (interesse difuso);

g) a informação desempenha um papel de destaque na regulação dos serviços públicos³, constituindo-se em ferramenta para o controle e monitoramento dos padrões da prestação dos serviços, estando subjacente à definição das formas e dos objetos das relações entre produtores (independentemente de sua natureza: pública, privada ou mista) e consumidores, às distintas condições de operação dos diferentes sistemas, e à articulação intersetorial.

A REGULAÇÃO E CONTROLE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS

Os diversos enfoques, ao examinar a questão dos serviços públicos, é importante reafirmar dois pressupostos:

a) que a formulação e a execução de políticas públicas é sempre objeto dos mais variados interesses (inclusive antagônicos);

b) no domínio das políticas públicas, considerando que os efeitos distributivos são alvo de disputa entre grupos de interesse (sejam estes privados ou públicos) justifica-se a atividade coordenadora do Estado (FARINA/IPEA, 1997: 63). Esta colocação evidencia a relação muito estreita entre a estrutura do ambiente regulatório e as características sociopolíticas do Estado no qual está inscrito. Dito de outra forma, no caso dos serviços públicos, as estruturas regulatórias têm como objeto a definição precisa das formas de relacionamento entre produtores, consumidores e as condições de operação destes serviços. Nesse sentido, são essenciais a clareza de objetivos e critérios, assim como a constituição e o fortalecimento de agências e dos mecanismos de regulação.

Hoje, com a privatização no centro das atenções, essas discussões têm como pano de fundo um processo de reforma objetivando a modernização do Estado. Nesse contexto e com relação aos serviços públicos, observam-se duas posições compreendendo desde avaliações da eficiência na prestação de serviços até as limitações no desempenho do Estado: (1) a tese privatista – a qual considera que o alcance dos níveis ótimos de eficiência e eficácia somente poderá ser atingido com a gestão privada dos serviços, tendo como principal argumento a regulação pelo mercado, ou (2) a tese da falência do Estado – segundo a qual o esgotamento dos recursos públicos aponta para a necessidade urgente de buscar novas fontes de recursos e reformas profundas em seu desenho.

O processo de reformulação da ação estatal busca, entre outros aspectos, estruturar novos modelos para o financiamento da infra-estrutura, variando das privatizações⁴ às múltiplas formas de delegação, concessão e/ou parcerias em

(3) A informação é condição básica para afastar aquilo que os autores chamam o risco de *captura regulatória* – quando o regulador representa somente os interesses dos operadores (ou de algum outro grupo), não sendo representados os demais segmentos da sociedade.

(4) Privatização entendida no sentido mais amplo de participação da iniciativa privada, compreendendo tanto a venda de ativos públicos como a origem dos recursos necessários para o financiamento ou as formas de operação dos serviços.

geral. A princípio, o que se verifica em maior ou menor grau, dependendo do setor, é o afastamento do poder público das tarefas de execução das obras e serviços públicos, para assumir a política regulatória, naqueles setores da economia nos quais, em momento anterior, cabia às empresas estatais o papel de concessionárias (provedores) dos serviços em questão.

No contexto atual de revisão e mudança das práticas antigas, a dualidade – intervenção estatal *versus* livre concorrência – obriga o setor público a estabelecer novas estruturas para a regulação, revendo as regras e os arranjos institucionais destinados à supervisão e ao controle dos concessionários, com vista à preservação do interesse público, à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e o controle social sobre a prestação dos serviços.

Por outro lado, se a discussão sobre a regulação econômica encontra-se um pouco mais avançada, a despeito das lacunas que ainda subsistem, a do controle social apenas engatinha, apesar de sua enorme importância, tanto nos casos de serviços privatizados como naqueles prestados por organizações públicas. Aliás, a questão do controle social não pode estar limitada às condições de desempenho da prestação dos serviços, sendo também importante a participação da sociedade em geral nas decisões estratégicas das políticas setoriais, principalmente naqueles setores considerados essenciais e de interesse social.

BREVE HISTÓRICO

No Brasil, até meados da década de 80, a hipertrofia dos aparelhos estatais de gestão da infra-estrutura quase fizeram com que a regulação fosse de fato substituída pela idéia de monopólio dos serviços, com a exclusividade do organismo estatal na gestão e operação, e mesmo na fixação de normas. Da mesma forma, observou-se um grande vácuo em relação à fixação de parâmetros de eficiência, de produtividade e no atendimento aos usuários. Os poucos dispositivos legais existentes se destinavam a disciplinar a questão das tarifas, mas nem sempre eram utilizadas, já que a disciplina econômica geral se sobrepunha às práticas setoriais.

Em uma breve revisão cronológica do processo recente de desestatização da infra-estrutura e dos serviços públicos é possível identificar três fases (SILVA, 1999b).

A primeira tem início na década de 80 (durante o governo Sarney), com a venda de unidades industriais com razoável potencial competitivo e em setores não considerados estratégicos, como a Rio Grande Celulose (1982), a Caraíba Metais (1988) e a Aracruz (1988), entre várias outras⁵, inclusive curiosidades como a Livraria José Olympio e a Tecidos Nova América, cujas atividades não necessariamente tinham de ser geridas pelo poder público.

A segunda fase teve como objeto da privatização as indústrias de base, mas em setores antes considerados estratégicos para o desenvolvimento econômico,

(5) Datas obtidas do artigo "A Luta do Estado para Conjuguar Leveza e Força", *Revista Rumos*, n. 24, p. 24-28, ago. 1997.

tais como petroquímica, siderurgia, fertilizantes e mineração, como a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) em 1992, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) 1993, a Cosipa (1993), a EMBRAER (1994), a Álcalis e a Utrafértil (ambas em 1992), até a Companhia Vale do Rio Doce (em 1997). O ponto comum entre todas as empresas então privatizadas residia em suas formas de gestão – com características muito mais privadas que estatais.

A terceira etapa tem início com a privatização de setores com características de infra-estrutura e serviços públicos, como energia, transportes e telecomunicações. O ciclo se iniciou com a venda da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (Escelsa) em 1995, seguida pela Light (1996), Companhia Elétrica da Bahia (COELBA) em 1997, Rede Ferroviária Federal (RFFSA) em 1996, e outras.

É somente nessa terceira etapa que começam a ser estruturados os (novos) marcos regulatórios setoriais, tendo como exemplo a promulgação da Lei n. 8.031 de 1990, que instituiu o Programa Nacional de Desestatização e estabeleceu um novo regime de remuneração: agora pelo preço, em vez de pelo custo, até então utilizado. Estas mudanças de concepção adquirem um sentido que vai além do equilíbrio econômico-financeiro e introduz uma característica adicional à natureza (pública) dos serviços públicos – a de atividade econômica a qual, por sua vez, faz com que seja necessário alargar o foco da regulação incluindo a necessidade de distinguir entre demanda essencial e não-essencial⁶.

Esse o (limitado) quadro normativo vigente antes dos anos 90 e da terceirização dos serviços, chamado por alguns de regulação informal, uma tendência, típica de contextos nos quais predomina a oferta estatal de serviços, com as políticas de infra-estrutura baseadas em estruturas articuladas de ação setorial e procedimentos corporativos. *“Praticamente todos os setores de políticas e serviços públicos criaram ou consolidaram, em decorrência do Decreto-lei 200, estruturas administrativas coordenadas por uma grande empresa estatal federal, com ramificações em empresas subsidiárias, coligadas ou estaduais.[...] essas entidades passaram de fato a exercer mais e mais funções de regulação e controle de competência das pessoas de direito público.”* (SILVA, 1999a: 270). Constituem bons exemplos a Petrobrás e a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

O processo em curso no Brasil ainda guarda muitas distorções remanescentes da estrutura anterior de gestão da infra-estrutura, refletindo o *“entrelaçamento de funções reguladoras e executivas [...] e a criação de uma relação de mútua dependência entre os sistemas financeiro e institucional de cada um dos setores”* (idem: 270). Instituições como o BNH⁷, para nos restringirmos às políticas habitacional e de saneamento, tinham funções ditas reguladoras e executivas ao estabelecer (com base nos desígnios políticos e interesses econômicos do governo central) as metas e os meios necessários para a realização das políticas estabelecidas, sem qualquer possibilidade de interferência de outros grupos de interesse. Nesse sentido, tratava-se de um corpo normativo (a

(6) Demanda essencial entendida como aquela fatia da produção (água ou energia elétrica, ou outro) destinada ao consumo (do público) em geral, e não para segmentos específicos e competitivos do mercado, tal como a indústria.

(7) Banco Nacional da Habitação.

regulamentação das formas de acesso à provisão dos serviços nos níveis estadual e municipal) intrínseco à formulação da política setorial.

POLÍTICAS PÚBLICAS, INFRA-ESTRUTURA E REGULAÇÃO

Se, conceitualmente, é clara e evidente a necessidade de separação de funções entre regulador e regulado, na prática vem se observando uma grande indefinição com relação às formas de articulação entre as diversas instâncias: a) as responsáveis pela tomada de decisão e pela formulação das políticas setoriais; b) àquelas a quem cabe a execução; e c) àquelas a quem cabe controlar a execução e/ou editar normas para tal, uma vez que os parâmetros e, eventualmente, os interesses que regem suas ações nem sempre são iguais ou compatíveis. Disfunções dessa natureza não ocorrem somente no plano horizontal (da atribuição de funções) – como vem ocorrendo nos setores de energia e telecomunicações – mas também no vertical, abrangendo as esferas de competência (município, estado e/ou União) envolvidas (como é o caso do saneamento, por exemplo).

Como exemplo dessas disfunções, no caso do setor energético, podemos apontar as dissensões entre a Agência Nacional do Petróleo (ANP) e o Departamento Nacional de Combustíveis (DNC) e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e o Departamento Nacional de Energia Elétrica (DNAEE), ou ainda nas relações destas entidades com o Conselho Nacional de Política Energética.

Não está em discussão a importância da regulação na gestão das políticas públicas de infra-estrutura. Muito pelo contrário, trata-se de apontar as disfunções inerentes ao seu exercício, para alcançar os níveis de eficiência necessários ao desenvolvimento em novas bases: (1) a assimetria das informações (significando a não-disponibilidade de informações em quantidade e qualidade para estabelecer os parâmetros necessários para adequar os instrumentos de regulação aos objetivos); (2) as restrições contratuais (incapacidade de formular contratos ajustados — nem amplos nem restritivos demais⁸); e (3) as restrições de caráter administrativo e político (representadas pelos limites legais ao escopo e aos instrumentos da atividade regulatória da agência).

Além desses, de caráter genérico, no âmbito de cada setor, outros tipos de restrições ocorrem. Por exemplo, a dificuldade de estabelecer normas de funcionamento e qualidade dos serviços e identificar aqueles responsáveis por sua produção e aplicação. Ou, no caso do saneamento, seu consumo generalizado e seu caráter de essencialidade (demanda inelástica), que tornam a precificação sujeita a considerações de natureza política. Também de natureza política são as funções de formulação de políticas setoriais, assim como da articulação intersetorial.

(8) Batley (1996) constata que atingir o equilíbrio pleno em termos de regulação é difícil: a falta de regulação pode conduzir a ineficiências, mas também a regulação excessiva e superdetalhada (*market-unfriendly*) pode contribuir para distorcer os objetivos pretendidos, pela qual a empresa privada se torna submissa e subordinada aos interesses do setor.

Por outro lado, na discussão da dimensão econômica da regulação *versus* dimensão social da regulação, consideramos importante destacar duas facetas relevantes: (1) uma diz respeito ao atendimento das necessidades essenciais ou preservação do interesse público, implícito nas decisões estratégicas em um cenário de competição; (2) a outra está relacionada às estruturas institucionais e formas de controle dos usuários na gestão e na definição dos padrões de desempenho e qualidade dos serviços públicos. Esta última remete à discussão sobre a separação de funções entre regulador e regulado, para as instâncias e o arranjo institucional mais adequado para o cumprimento das funções estabelecidas.

No momento em que se apresentam novas possibilidades para a provisão dos serviços e alternativas de gestão, inclusive privada, é imprescindível voltar o olhar para a questão da dimensão social dos serviços e o papel da regulação e como garantir o atendimento aos segmentos sociais mais desprotegidos.

Farina et al (1997: 60) destacam o papel da regulação como instrumento necessário para assegurar o caráter público, ao afirmar “... *na ausência de garantias à obtenção ou apropriação do retorno, o investimento em utilidades públicas não será assumido por agentes privados ou será feito em níveis inferiores aos que seria socialmente desejável. Como consequência, a implementação de um modelo de intervenção do Estado em que empresas privadas se encarregam da provisão dos serviços públicos, depende das garantias para a apropriação do retorno associado aos ativos específicos e irrecuperáveis que caracterizam esta atividade. Este é, fundamentalmente o papel da estrutura de governança de regulação.*” Dito de outro modo significa que, em face da alienação do Estado perante as funções de provisão dos serviços, é preciso buscar instrumentos destinados a garantir os direitos básicos de acesso universal aos serviços.

No âmbito da modernização das políticas de infra-estrutura e dos serviços públicos, constatamos não ser suficiente a viabilização financeira dos programas, e a existência de estratégias empresariais bem-sucedidas não garante necessariamente o atendimento geral das demandas e a eficiência, ou mesmo a complementaridade do conjunto da infra-estrutura ou de cada segmento. De fato, é imprescindível a definição de regras estáveis e capazes de assegurar o aprimoramento no desempenho dos serviços públicos, tornando-os mais eficientes e qualificando-os para uma economia moderna.

Para tanto, é preciso que os instrumentos regulatórios sejam concebidos de forma abrangente, abordando todos os campos, desde o da defesa econômica e antitruste, passando pela defesa do consumidor, a proteção do meio ambiente, a definição de políticas tarifárias, a fixação de planos de investimentos para os concessionários, a fiscalização efetiva da qualidade dos serviços, entre outros aspectos. Autores como Silva (1999a) destacam a necessidade de estabelecer sistemas supra-setoriais, de modo a conferir um caráter orgânico e holístico à regulação pública.

REGULAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

O processo de reordenamento de um novo⁹ quadro institucional e legal dos setores da infra-estrutura e dos serviços públicos é recente e encontra-se em plena fase de estruturação. O corpo normativo de caráter geral (Lei de Concessões e outras) vem sendo complementado pelas legislações de cunho setorial, como a Lei n. 9.074/95, também conhecida como Lei do Setor Energético e a Lei Geral das Telecomunicações de 1997, além da regulamentação específica de estados (e municípios) quando no papel de entidades concedentes. Consideramos importante também incluir nesse conjunto outros documentos legais de abrangência geral, como o Código do Consumidor e a Legislação de Abuso do Poder Econômico, destinados a proteger o consumidor na prestação dos serviços públicos.

Com o progressivo distanciamento do Estado de algumas atividades econômicas, está surgindo uma nova instância destinada a exercer as funções de regulação e controle da provisão dos serviços – a Agência de Regulação. A criação desses entes – seja no âmbito federal, estadual ou municipal, de caráter setorial¹⁰ ou multifuncional – tem se apresentado como uma das inovações da administração pública brasileira. Este ente regulador se constitui em um delegado do poder público para exercer as funções de regulação e controle sobre a prestação de serviços, segundo regras e definições de política (geralmente) instituídas pelo poder concedente. De modo geral, essas agências devem ter como principais objetivos garantir: a) o respeito aos planos setoriais; b) os interesses dos consumidores e usuários; e c) o cuidado no uso de recursos naturais, quando for o caso.

Por outro lado, um aspecto fundamental (e ainda polêmico) se refere à necessária isenção do exercício das funções regulatórias, o que implica que, para poderem atuar plenamente, esses órgãos precisam ter independência perante os atores envolvidos – incluído o próprio governo – além de autonomia e instrumentos que assegurem a consecução de seus objetivos. A este ente regulador cabe, em essência, exercer o poder de polícia próprio do Estado, dentro dos limites estabelecidos na lei de criação do órgão, na legislação vinculada e nos regulamentos que disciplinam os serviços.

Ainda no campo da definição das funções regulatórias, é fundamental destacar a questão da titularidade dos serviços, ou, em outras palavras, a quem (entidade ou esfera de abrangência) cabe o poder concedente, estando implícita a necessidade de separar, de modo muito claro, as atribuições compreendidas na esfera da titularidade daquelas relativas à operação dos serviços.

Além das funções de regulação econômica e controle da gestão dos serviços, é importante ressaltar a dimensão de indução da regulação – enfocada do ponto de vista das decisões locacionais relativas às redes – principalmente quando se trata de serviços cujo *locus* predominante e, freqüentemente, a titularidade,

(9) A referência a um *novo* quadro é porque, de fato, a concessão de serviços públicos já é objeto de regulamentação desde a Constituição de 1934, que estabeleceu normas para os serviços públicos, ou o Código das Águas, do mesmo ano.

(10) A maioria das agências setoriais tem abrangência nacional, como a Agência Nacional de Águas (ANA), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), entre outras, mas começam a ser instaladas agências de âmbito estadual e/ou municipal, que têm como função a regulação e o controle de vários serviços públicos urbanos, como é o caso da Bahia (AGERBA); Ceará (ARCE) e Pará (ARCON), entre outras.

residem no âmbito do município. Nesse caso é preciso considerar as interfaces com o controle da ocupação e expansão do tecido urbano, além da interface ambiental e social, entre outras.

A inclusão dessas várias dimensões implica instituir um sistema cruzado de regulação, contemplando a coordenação do corpo normativo de caráter intra-setorial (ou vertical) e o supra-setorial (ou horizontal) (SILVA, 1999a), atribuindo às redes de infra-estrutura e aos serviços públicos urbanos um duplo papel: a) o de normatização e controle da atividade em si (inscrita na ótica do consumo) – considerando as opções de transferência da prestação de serviços a terceiros, mas cujo controle cabe ao Estado; e b) um segundo papel, que destaca a dimensão econômica, vinculando as redes e a prestação de serviços às condições necessárias para a produção, neste sentido assumindo o papel de indutores do crescimento espacial.

Assim, uma premissa básica para o pleno cumprimento das funções de regulação dos serviços urbanos é preciso prever uma forte articulação entre o ente regulador e os agentes incumbidos de estabelecer as diretrizes de crescimento e ocupação do solo e da gestão das funções urbanas (planejamento e gestão).

No outro extremo, o estabelecimento de parâmetros de desempenho de serviços demonstra uma forte relação de causalidade com as questões relativas à exclusão (ou inclusão) de determinados segmentos da sociedade, o que significa que o pleno conhecimento das condições funcionais e de produção, bem como do contexto físico, social e econômico, no interior do qual se desenvolvem a infra-estrutura e a prestação de serviços de utilidade pública, é condição essencial para um serviço eficiente e efetivo e para *“assegurar que todos os interesses sejam harmonizados, evitando que algum se sobreponha aos demais”* (MPO/SEPURB, 1998: 2).

Nesse sentido, a efetivação das funções de regulação e controle dos serviços de utilidade pública passa por prover salvaguardas aos atores envolvidos (consumidor, Estado e o prestador de serviços) no que se refere a: (1) garantir os níveis ótimos de serviço e proteger o usuário do abuso monopolista; (2) salvaguardar o prestador de serviços de ingerências políticas prejudiciais aos seus direitos e/ou ao cumprimento de seus deveres; (3) preservar o governo de pressões de interesses organizados que possam comprometer os objetivos da política e o equilíbrio da prestação de serviços.

Um dos elementos fundamentais para alcançar esses objetivos é assegurar a todos os atores envolvidos, em especial aos cidadãos (consumidores ou não), o direito à informação: *“Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade...”* (Constituição de 1988, art. 5, inciso XXXIII).

Tanto a doutrina dos serviços públicos (que estabelece os princípios da generalidade e da igualdade dos administrados) como o direito econômico

conferem um papel estratégico à informação e asseguram a obrigatoriedade de sua disponibilização, além de conter determinações com relação às condições de prestação de serviços, o que, por sua vez, constitui-se em referencial para seu monitoramento e controle.

Para tanto, os contratos de gestão ou concessão, o Código de Defesa do Consumidor e Lei das Concessões (n. 8.987/95) estabelecem definições e conceitos sobre as formas e condições da prestação de serviços. A Lei de Concessões contém cláusulas essenciais do contrato, o “*modo, forma e condições de prestação do serviço*” (Art. 23, inciso II), bem como os “*critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade dos serviços*” (Art. 23 – inciso III).

Para o desempenho adequado dessas funções, é condição básica a autonomia econômico-administrativa da agência e a independência de seus dirigentes, de modo a evitar qualquer tipo de interferência ou possibilidade de captura por interesses de natureza política, técnica ou corporativa de um grupo em detrimento de outro, seja por parte da iniciativa privada, seja pelo governo.

Além da autonomia, condições igualmente importantes são a fiscalização e a avaliação da prestação de serviços – para o que é essencial a existência e a disponibilidade de informações – além da legitimidade político-administrativa da agência.

É preciso sublinhar também que o processo regulatório deve, preferencialmente, ser desempenhado de forma descentralizada, mais próximo do mercado para o qual se destinam os serviços. Entretanto, considerando que a regulação e a fixação de condições para seu exercício são fundamentais – não importando qual a modalidade adotada para a gestão dos serviços públicos, sejam parcerias, seja a contratação de terceiros para desenvolver as atividades de interesse público – devem estar efetivamente direcionados para o bem-estar dos cidadãos (em geral e não somente aqueles consumidores). De fato, a agência deve exercer o papel de defensor do interesse público e, para tanto, é preciso contar com o apoio das entidades da sociedade civil, das entidades locais e daquelas encarregadas da defesa econômica e do consumidor.

Para tanto, é preciso ter instituídos e em operação mecanismos de acompanhamento e avaliação periódica dos resultados alcançados e da qualidade dos serviços, mantendo a preocupação com a fixação de padrões de serviços e de desempenho que orientem sua execução e estimulando o poder de controle dos usuários por meio da divulgação sistemática de indicadores de desempenho dos serviços. Na lei de criação da agência deve estar prevista e conceituada a competência de gerir a informação para o controle e fiscalização dos serviços, e, depois de entrar em funcionamento, é no contrato de concessão daquele serviço que serão estabelecidas a obrigatoriedade do operador de serviços em fornecer as informações, sua periodicidade e características.

Cada vez mais vem sendo fomentada a produção e divulgação de indicadores comparativos de desempenho (*bench-marking*), que têm como

função melhorar os níveis de eficiência dos prestadores de serviços. O acesso a esse tipo de informação deve ser aberto a todos os distintos atores envolvidos com a prestação de serviços, provendo cada categoria com as ferramentas necessárias para desempenhar seu papel:

- Administradores dos serviços e empregados: adotar metas realistas e empreender as mudanças necessárias como, por exemplo, nos fluxos de capital ou na gestão financeira de serviços;
- governos: monitorar e ajustar políticas e programas setoriais;
- reguladores: assegurar que consumidores sejam valorizados e os provedores dos serviços tenham incentivos para o desempenho e auto-sustentabilidade;
- grupos de consumidores: assegurar o acesso à informação e permitir o exercício de seus direitos;
- investidores privados: identificar mercados viáveis e oportunidades para investimentos rentáveis.

Parte do sucesso do exercício da regulação baseia-se na existência em quantidade e qualidade de informações, abrangendo as dimensões operacionais, econômicas, de qualidade, integração intra e intersetorial, além de outras que contemplem os objetivos de uma política pública. Para tanto, é preciso que sejam estabelecidos padrões de qualidade (considerando tanto a qualidade inerente ao produto em si como o nível de atendimento ao consumidor), assegurando a todos o acesso aos serviços, a satisfação dos consumidores, a preservação da saúde pública e do meio ambiente. Entretanto, é bom ressaltar que, a despeito de ser fundamental, somente a existência de informações não é suficiente para garantir a qualidade da prestação de serviços.

É importante lembrar que em sistemas monopolistas, nos quais não existe concorrência e há poucos incentivos à eficiência, os custos tendem a ser altos, a qualidade dos serviços poderá ser baixa, e a oferta dos serviços pode ser restrita de modo a excluir muitos (potenciais) usuários. Teoricamente a regulação está dirigida para tentar eliminar as falhas do mercado relacionadas aos monopólios naturais, inclusive as potenciais externalidades negativas, buscando garantir: (1) o acesso universal ao nível do consumo essencial; (2) a qualidade satisfatória dos serviços, prevenindo abusos do poder monopolista como aumentos de preços e restrições de oferta; (3) a viabilidade econômica e financeira da prestação dos serviços; (4) a eficiência na prestação de serviços e na alocação dos recursos (eficiência produtiva), inclusive inovações tecnológicas; (5) a participação da sociedade no processo de regulação e fiscalização dos serviços, reduzindo os riscos de captura e as assimetrias entre usuários e prestadores de serviços; (6) a utilização dos instrumentos de informação disponíveis sobre a prestação de serviços, assegurando a transparência e reduzindo as assimetrias entre os agentes envolvidos no processo; e (7) o estímulo ao aumento da competição.

Para encerrar, consideramos pertinente reforçar os dois aspectos importantes e relacionados entre si: o papel do usuário dos serviços públicos em sua regulação e a relevância da informação como ferramenta de controle social. No dizer de Aguillar (1999: 248), “há basicamente duas frentes de avaliação da capacidade de controle social dos serviços públicos. De um lado, o controle que efetivamente caiba a setores da sociedade diretamente sobre os serviços públicos, sejam eles desempenhados por empresas privadas ou pelo próprio Estado. De outro lado, o poder de que desfrute a sociedade para interferir nas decisões estatais a respeito dos órgãos reguladores, na sua composição e modelagem”.

BIBLIOGRAFIA

- ABIKO, A. Serviços públicos urbanos. *Texto técnico*, São Paulo: Escola Politécnica da USP, 1995.
- AGUILLAR, Fernando H. *Controle social de serviços públicos*. São Paulo: Max Limonad, 1999.
- ANHAIA MELLO, Luis de. Novos subsídios para a regulamentação dos serviços de utilidade pública – Conferências realizadas no Club de Engenharia do Rio de Janeiro, Separata do *Boletim do Instituto de Engenharia*, 102, 103 e 104, dez. 1933.
- BANCO MUNDIAL. *Urban policy and economic development – New agenda for the 1990s*. Washington: World Bank Policy Paper, 1991.
- _____. *World development report – Infrastructure for development*. Nova York: Oxford University Press, 1994.
- BATLEY, R. Public-private relationships and performance in service provision. *Urban Studies*, v. 33, n. 4-5, p. 723-751, 1996.
- BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado: Um balanço do desmonte do estado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1996.
- BISHOP, Mathew; KAY, John; MAYER, Collin. *The regulators challenge*. Nova York: Oxford University Press, 1996.
- BIZET, B. *Les services urbains et l'organisation territoriale*. IAURIF, 1er Covilles, Algeria, 1988.
- COING, H. *Les services urbains revisités*, mimeo, s/d.
- _____. *Les services urbains et privatization au Venezuela – 1989-1993*. Paris: Laboratoire Techniques, Territoires et Sociétés, LATTs (RR94211), 1994.
- _____. *Nouveaux acteurs, ou monopole du service public? L'eau en Amérique Latine*. Paris: Laboratoire Techniques, Territoires et Sociétés, LATTs mimeo, 1995.
- _____. *Gestion des services urbains et métissage des modèles nationaux. L'expérience latino-américaine éclaire-t-elle le débat européen*. Trabalho apresentado ao COLÓQUIO SOBRE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS – MERCADOS DE ÁGUA NA EUROPA. Toulouse, França, mimeo, 1996.
- DRAIBE, S. M. As políticas sociais brasileiras: Diagnósticos e perspectivas. *IPEA/PLAN – Para a Década de 90 – Prioridades e Perspectivas de Políticas Públicas*. Brasília, v. IV, 1990.
- FARINA, Elisabeth; AZEVEDO, Paulo; PICCHETTI, Paulo. A reestruturação dos setores de infraestrutura e a definição dos marcos regulatórios: Princípios gerais, características e problemas. In: *IPEA – Infra-estrutura: Perspectivas de reorganização – Regulação*. Brasília, 1997.
- HALL, David; GOUDRIAAN, Jan W. *Privatization and democracy*. Londres: PSIRU Reports 9906, jun. 1999.
- INFURB – Núcleo de Pesquisas em Informações Urbanas da Universidade de São Paulo. Oferta de infra-estrutura e política urbana na perspectiva da privatização. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL 1993, São Paulo. *Anais*, São Paulo: USP, 1993.
- _____. Fundamentos e proposta de ordenamento institucional. MPO/SEPURB/IPEA. *Série Modernização do Setor Saneamento*. Brasília, 1995.

- JOHNSON, Bruce B. et al. *Serviços públicos no Brasil: Mudanças e perspectivas*. São Paulo: Edgar Blücher, 1996.
- LORRAIN, D. Public goods and private operator in France. *Local government in Europe. Trends and development*. Londres: Macmillan, p. 89-109, 1991.
- LORRAIN Dominique; STOKER, Gerry. *La privatization des services urbains en Europe*. Paris: La Découverte, 1995.
- MALIN, Ana B. Economia e política de informação. *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo: Fundação Seade do Estado de São Paulo, v. 8, n. 4, out./dez. 1994.
- MARINHO, Heliana. *Privatização e terceirização: Novos dilemas ou velhos desafios da gestão do setor público?*, mimeo, s/data.
- MARTINAND, Claude (Org.). *Financement privé des équipements publics*. Paris: Econômica, 1993.
- MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. São Paulo: Ed. Malheiros, 1994.
- MPO – Ministério do Planejamento e Orçamento/SEPURB – Secretaria de Política Urbana/ IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Política Nacional de Saneamento*, Brasília, 1997.
- MUKAI, Toshio. *Concessões, permissões e privatizações de serviços públicos*. São Paulo: Saraiva, 1998.
- ROVIZZI, Laura; THOMPSON, David. The regulation of product quality in the public utilities. In: BISHOP, Matthew et al. *The regulatory challenge*. Oxford: University Press, 1995.
- SCHIFFER, Sueli R. *As políticas nacionais e a transformação do espaço paulista: 1955 – 1980*. São Paulo, 1989. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- _____. São Paulo como pólo dominante do mercado unificado nacional. In: *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: FUPAN/EDUSP, 1999.
- SEPURB – Secretaria de Política Urbana do Ministério do Planejamento e Orçamento. *Relatório de Atividades 1998*. Brasília: SEPURB, 1999.
- SILVA, Ricardo, T. *Habitação, infra-estrutura urbana e regulação pública: Limites da privatização*. São Paulo, 1991. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- _____. *Elementos para a regulação e o controle da infra-estrutura regional e urbana em cenário de oferta privada dos serviços*. São Paulo, 1996. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- _____. A regulação e o controle público da infra-estrutura e dos serviços urbanos no Brasil. In: *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: FUPAM/EDUSP, 1999.
- _____. *As multi-utilities e a formação de monopólios horizontais de serviços públicos. Seus impactos sobre a gestão urbana*. Trabalho apresentado na VIII ANPUR. São Paulo, mimeo, 1999.

PALAVRAS-CHAVE (KEY WORDS):

Serviços públicos urbanos, regulação, público e privado, infra-estrutura.

Urban public services, regulation, public and private, infrastructure.

Jacqueline Low-Beer

Doutora pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAUUSP. Orientadora: Profa. Sueli Ramos Schiffer.

scripção da J.

re. S. João em op. em a. fundendo a barra daquella banda por onde se podem cortar
em forma de bu. S. J. 58 braças e meia de de palmos por braça. Tem fuso
muy pouco para Di.

YI VIXI M V C

Mar 50
Realin

canalizo de rubro
a de poz

l. axe opente N. 2.
re. Heia, Sua p. 10.

lançamento
Finco libras e meia a

re. fivel de rocha viva
e faz a p. 10.

Paulo Tadeu Arantes
Orientador:
Prof. Dr. Wilson Edson Jorge

C OMPETITIVIDADE, COMPETIÇÃO, COMPLEMENTARIDADE e COOPERAÇÃO ENTRE CIDADES: O CASO DA ROTA 549

050
pós-

RESUMO

Este artigo aborda a questão das relações entre cidades pela perspectiva da competitividade, da competição e da cooperação entre elas, pelo relato de uma experiência em planejamento regional que toma como pressuposto básico a identificação de complementaridades e sinergias existentes em um grupo de quatro cidades – Itajubá, Santa Rita do Sapucaí, Pouso Alegre e Poços de Caldas – localizadas no sul de Minas Gerais, objetivando definir ali uma nova identidade cooperativa regional: A Rota 459.

ABSTRACT

This paper discusses intercity relations from the perspective of urban competitiveness, urban competition and urban cooperation. It does so through a description of a regional planning process carried out by a group of four southern Minas Gerais state towns – Itajubá, Santa Rita do Sapucaí, Pouso Alegre and Poços de Caldas – within the framework of urban complementarity and urban synergy. The chief purpose is to establish a new regional cooperative identity: Route 459.

INTRODUÇÃO

O tema da competição interurbana, em face de sua pertinência nos dias de hoje, vem sendo amplamente discutido pela literatura especializada internacional.

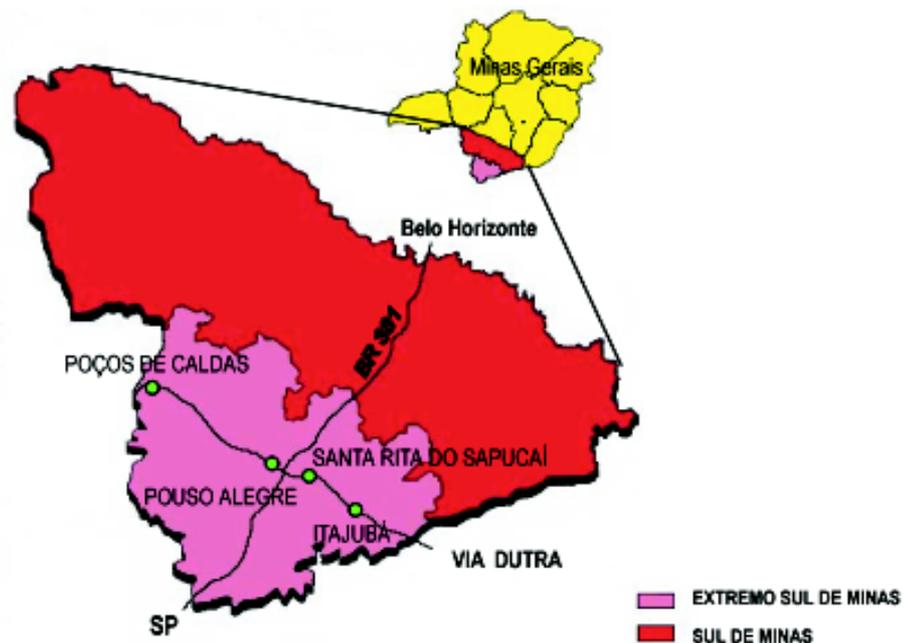
Entre nós, todavia, essa produção intelectual é ainda acanhada, muito embora exista um razoável consenso de que as relações entre várias de nossas cidades, tal como ocorre em outros países, estão também inodadas por acirradas disputas, principalmente por novos investimentos.

Conhecida como Rota 459, essa forma de promover uma aliança entre as cidades de Poços de Caldas, Pouso Alegre, Santa Rita do Sapucaí e Itajubá, localizadas ao longo da BR-459, no sul de Minas Gerais (Mapa – 1), surgiu por iniciativa de lideranças locais e regionais compromissadas em levar adiante uma proposta de integração regional, que fosse capaz de promover uma nova estratégia de desenvolvimento pautado em relações mais solidárias e cooperativas como alternativa para conter o caráter individualista e competitivo do relacionamento entre elas.

Tornar suas respectivas cidades cada vez mais competitivas tem sido uma verdadeira obsessão dos governos locais, tendo em vista as enormes expectativas por novos investimentos, notadamente no setor industrial, que toda essa região está vivendo desde o início das obras de duplicação da BR-381, rodovia Fernão Dias, uma importante infra-estrutura rodoviária nacional que liga Belo Horizonte a São Paulo e serve como principal via de acesso a essas cidades.

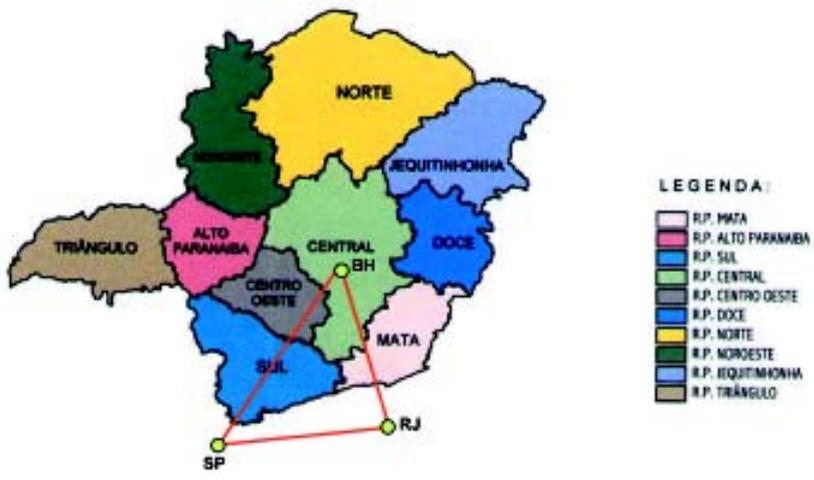
MAPA 1
Localização das cidades
da Rota 459

Fonte: Elaboração
própria a partir de dados
do Sebrae/MG (Projeto
Fernão Dias: Perfil socio-
econômico do Sul de
Minas, 1999)



MAPA 2
 Minas Gerais
 Regiões de planejamento

Fonte: SEPLAN/MG



MAPA 3
 Macroespacos vinculados
 a São Paulo – RMSP e
 interior

Fonte: Elaboração própria
 a partir de dados da FJP/
 CEI

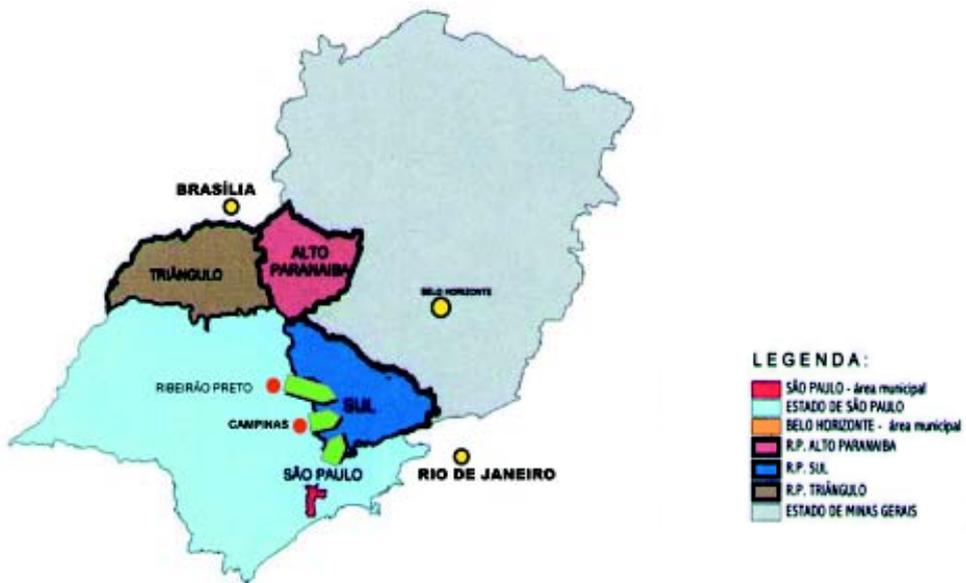


TABELA 1
 População, Taxa de
 crescimento, IDH – 1970/1991

Cidade	População			Taxa de crescimento da População (% a.a.)		IDH 1991	Posição no Ranking de IDH / MG 1991
	1970	1980	1991	1970/80	1980/91		
Itajubá	52.290	60.454	74.866	1,5	2,3	0,833	4
Pouso Alegre	38.485	57.289	81.792	4,8	4,2	0,829	6
Poços de Caldas	58.467	86.780	109.788	4,8	2,6	0,827	7
Santa Rita do Sapucaí	19.901	22.212	26.305	1,6	1,8	0,776	46ª

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da FJP/CEI

UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO

Sul de Minas Gerais, conforme terminologia da Secretária de Planejamento do Estado de Minas Gerais, é a denominação oficial de uma das dez regiões de planejamento do estado, sendo também esta a unidade de referência a ser utilizada nas tabulações que aqui serão apresentadas.

Ainda com relação ao tema da regionalização em Minas Gerais, é importante destacar que a Fundação João Pinheiro, FJP, de Belo Horizonte, utiliza a terminologia “macroespaço”, para caracterizar os espaços circunscritos no território mineiro cuja conformação se estrutura em função da força de polarização exercida pelas metrópoles mais importantes do país como Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. Essa força, no entanto, varia em função do desempenho econômico de tais centros e de sua proximidade com cada região do estado.

Nessa direção, a FJP considera hoje quatro macrorregiões (ou quatro macroespaços) comandadas pelas quatro metrópoles acima mencionadas. No caso, o sul de Minas¹ está sob influência direta de São Paulo, muito embora o macroespaço mineiro polarizado por São Paulo seja formado pelas regiões sul, Alto Paranaíba e Triângulo que, juntas, sofrem não só a influência da RMSP, como também de outros grandes centros paulistas como Campinas e Ribeirão Preto, conforme mostra o Mapa 3.

No que diz respeito à sua vocação econômica, a agropecuária (com destaque para o café e o leite) foi a principal fonte de renda até a década de 70. A partir de então, com o processo de desconcentração industrial da RMSP, a indústria passou a ser a atividade econômica mais importante para várias cidades (incluindo-se as quatro cidades escolhidas). Por outro lado, os expressivos investimentos industriais recebidos atraíram contingentes expressivos de pessoas que para ali se dirigiram, buscando, não apenas essas novas oportunidades de trabalho, mas também melhores condições de vida. Prova disso é que em um intervalo de 20 anos, várias dessas cidades viram sua população aumentarem vertiginosamente, sendo que em algumas ela mais do que dobrou, como foi o caso de Pouso Alegre (Tabela - 1).

Mas, mesmo se levando em conta o crescimento acelerado dessas cidades, elas conseguiram manter uma razoável qualidade de vida. A leitura de seus respectivos Índices de Desenvolvimento Humano – IDHs, confirma tal assertiva.

Um outro destaque dessa região é a existência de uma invejável base educacional de nível médio e superior. Com ênfase nas áreas de eletroeletrônica, mecânica e telecomunicações, oferecidas por instituições de renome internacional, como o Instituto Nacional de Telecomunicações (INATEL) e a Escola Federal de Engenharia de Itajubá (EFEI) localizadas em Santa Rita do Sapucaí e Itajubá, respectivamente, a região garante não apenas a oferta de bons profissionais como também de ótimas oportunidades para treinamento e desenvolvimento de pesquisas em seus laboratórios. Com efeito, o trecho da BR-459

(1) A parte do sul de Minas Gerais denominada Extremo Sul de Minas Gerais (Mapa-1) foi definida pelo Sebrae em um estudo para aquela região. Seu registro neste artigo tem, tão-somente, o objetivo de visualizar a localização das cidades da Rota 459 não se constituindo, portanto, em uma regionalização oficial.

que liga Pouso Alegre a Itajubá, passando por Santa Rita do Sapucaí (Mapa 1), com cerca de 70 quilômetros de extensão, conhecido como o “Vale da Eletrônica”, vem configurando-se como um eixo de desenvolvimento, no sentido definido por Friedman (1994). Para esse autor, é ao longo dos eixos de transporte entre pólos de crescimento que são atraídas indústrias modernas e outras atividades de alta produtividade, formando o que ele chama de “*corredor de desenvolvimento*” que, por sua vez, é altamente dependente dos padrões de transporte e de comunicação.

Sendo BR-459, para várias dessas cidades, não apenas um eixo de transporte, mas senão a única alternativa para escoamento de sua produção, ela funciona também como *um corredor de desenvolvimento*, no qual duas vocações industriais podem ser identificadas: uma entre Pouso Alegre e Itajubá, para empresas de alta tecnologia na área de mecânica, eletricidade, microeletrônica e telecomunicações e outra, entre Pouso Alegre e Poços de Caldas, cuja ênfase é para transformação mineral (bauxita e urânio) e as agroindústrias, comprovando, assim, uma manifesta vocação para o desenvolvimento industrial nessas quatro cidades.

QUATRO CIDADES: DEFININDO SEUS RESPECTIVOS GRAUS DE COMPETITIVIDADE

A definição de competitividade de uma cidade, de uma região, ou até mesmo de um país pela utilização de um indicador ou de um índice que possa classificá-las e ordená-las é um assunto marcado ainda por muitas controvérsias e, portanto, um campo aberto para pesquisas.

Não existe, pelo menos no Brasil, um procedimento padrão para se fazer cálculos que permitam, por exemplo, comparar o grau de competitividade entre cidades situadas em estados diferentes. Aliás, esse tipo de iniciativa não existe nem ao menos estadualmente, ainda que fossem diferentes os critérios para cada estado.

A ausência de uma metodologia que estabeleça critérios unificados para calcular a competitividade de uma cidade (ou de uma região) tem levado à publicação de trabalhos isolados, nos quais cada autor estabelece critérios que julga mais adequados para aquela situação, tornando impossível a comparação dos desempenhos auferidos.

Em Minas Gerais, estudo recente sobre esse tema conduzido pelo ex-diretor do Centro de Estatística e Informações (CEI) da Fundação João Pinheiro e atual pesquisador do IBGE, Antônio Brás de Oliveira é, talvez, o único com esse enfoque de que se tem notícia.

Em que pese o fato de não haver outros e, ao mesmo tempo, essa pesquisa não ter sido feita por uma instituição oficial, mas sim por iniciativa particular de

(2) Para Oliveira, alguns deles merecem comentários adicionais. Dentre os indicadores de mercado aparece a distância ponderada entre a cidade considerada e os principais mercados consumidores (São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e a própria capital do estado, Belo Horizonte). Escolher apenas essas cidades foi uma opção bastante arbitrária (ter mais de 1,5 milhões de habitantes e exercerem, de fato, influência sobre as cidades mineiras, por serem pólos nacionais ou macrorregionais). O cálculo tomou por base a população de cada uma das quatro cidades divididas pela distância em relação ao município considerado. Dentre os indicadores de infra-estrutura, como densidade populacional (habitantes/km²) e densidade de estabelecimentos produtivos (unidades locais/km²) eles visavam levar em conta o aparecimento de deseconomias de aglomeração (aumento dos preços dos terrenos e dos aluguéis), ou seja, aspectos associados ao crescimento econômico, que são negativos. No caso da atividade industrial, embora em muitas situações a proximidade de fontes de matérias-primas seja de grande importância, tal informação é muito difícil de ser incorporada ao índice. Não foram incluídos também indicadores referentes às telecomunicações (fixa e móvel) devido à dificuldade de obter-se informações atualizadas das empresas. Alguns aspectos negativos como a poluição e a destruição do ambiente não foram computados por serem difíceis de ser quantificados. Por fim, o indicador se refere tão-somente às atividades urbanas.

seu autor e publicada por uma revista sobre economia de um jornal de grande circulação estadual – *Estado de Minas* –, em sua edição de agosto de 2000, é um trabalho feito dentro do maior rigor científico, razão pela qual seus resultados, à guisa de fornecer uma possível ordenação dessas cidades no que se refere à competitividade de cada uma, serão aqui apresentados.

Embora a idéia de classificar, ordenar fatos, atribuir notas e premiar os melhores (ou criticar os piores) exerça grande fascínio, Oliveira adverte que, do ponto de vista científico, essa é uma tarefa que requer a definição de um índice capaz de sintetizar todas as variáveis intervenientes nesse processo ou, segundo suas próprias palavras: *“Quando o assunto que se deseja classificar tem muitos aspectos a serem considerados, busca-se a construção de um índice sintético (...) que agrupe diversos aspectos referentes ao assunto através de um critério que permita agregar grandezas diferentes. Quanto mais simples o critério adotado, mais fácil a sua compreensão, mas maiores os riscos de arbitrariedade. (...) O que importa para o entendimento da questão é a transparência dos critérios utilizados nas escolhas.”*

Em sua pesquisa, tais critérios tomaram como base informações referentes aos anos de 1996 a 1998. Nela, os indicadores selecionados foram classificados em cinco temas: Indicadores Sociais (representando a qualidade de vida), Mercado, Dinamismo, Mão-de-Obra e Infra-estrutura, pois do ponto de vista de atração de investimentos e, conseqüentemente, da competitividade, garante seu autor, importam tanto as condições encontradas no próprio município (qualidade de vida, infra-estrutura, qualidade da mão-de-obra, etc.) quanto sua integração com outros mercados e pólos de desenvolvimento (distância dos principais centros consumidores, condições de transporte, etc.).

A cada um desses indicadores selecionados² foi atribuído um mesmo peso, quer dizer, uma mesma importância na determinação dos quantitativos parciais. Com isso, o resultado final será obtido, após uma média simples entre os cinco temas escolhidos. O município de maior competitividade será aquele cujo escore apurado fique mais próximo possível de 100.

A compreensão da dinâmica das mudanças que ali estão ocorrendo, à luz da abordagem eleita, completa-se pela apresentação de outros indicadores como: PIB (total e por habitante) municipal; Indicador de Desempenho Tributário e Econômico (IDTE), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); Índice de Condição de Vida (ICV) e Quociente Locacional (QL).

Começando pelo PIB municipal, o qual por ser calculado a partir de indicadores específicos para cada atividade econômica é, sem dúvida, um dos mais importantes indicadores da economia local, uma vez que encerra uma síntese das estatísticas relativas à atividade econômica de cada município, muito embora não seja um indicador da qualidade de vida. Afinal, nem toda a renda gerada no município é nele apropriada, e nem toda renda apropriada em uma determinada localidade foi nela produzida.

Já o IDTE, calculado pela FJP, afere o comportamento da localidade com relação à arrecadação do ICMS e das receitas tributárias próprias (RTP) em relação ao FPM, uma transferência federal que tem como base somente a população. Calculado pela fórmula: $IDTE = RTP + ICMS / FPM$, ele explica o dinamismo e/ou a inércia da economia de uma cidade. Neste sentido para resultados menores do que 1, o município se classifica como de baixo desempenho econômico; se maior, seu grau de dinamismo aumenta na medida em que o resultado obtido for também maior.

Os outros dois indicadores, IDH e ICV, também calculados pela FJP, referem-se à qualidade de vida. O primeiro leva em conta: longevidade, educação e renda; enquanto o ICV, calculado somente para Minas Gerais, introduz novos índices reunidos em quatro blocos básicos: saúde (em lugar da longevidade), educação, criança e renda.

TABELA 2
Quatro cidades, sul de Minas e Minas Gerais
PIB total e taxas de crescimento médio anual 1990/94/95

Especificação	PIB TOTAL						Taxa de crescimento médio anual (%)		
	a preços constantes de 1995 (R\$ 1.000,00)						1990/95	1994/95	1995
	1990		1994		1995				
Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%				
Poços de Caldas	549.301	1,3	575.300	1,2	553.997	1,2	0,2	3,7	1,0
Pouso Alegre	405.123	1,0	489.448	1,1	569.278	1,2	7,0	16,3	9,7
Santa Rita do Sapucaí	70.449	0,2	77.253	0,2	80.389	0,2	2,7	4,1	2,6
Itajubá	232.577	0,6	226.678	0,5	234.363	0,5	0,2	3,4	4,3
Sul de Minas	4.756.532	11,6	5.407.517	11,6	5.434.225	11,4	2,7	0,5	1,6
Minas Gerais	41.115.255	100	46.501.720	100	47.759.275	100	3,0	2,7	2,4

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Diagnóstico Sebrae para o sul de Minas

TABELA 3
Quatro cidades, sul de Minas e Minas Gerais
PIB por habitante e taxas de crescimento médio anual 1990/94/95

Especificação	PIB POR HABITANTE			Taxa de crescimento médio anual (%)		
	a preços constantes de 1995 (R\$ 1,00)			1990	1994	1995
	1990	1994	1995			
Poços de Caldas	5.096,27	4.966,20	4.711,46	-1,6	-5,1	-2,9
Pouso Alegre	2.814,56	3.121,44	3.476,73	4,3	11,4	6,0
Santa Rita do Sapucaí	2.718,56	2.774,78	2.840,09	0,9	2,4	0,9
Itajubá	3.161,21	2.856,39	2.904,82	-1,7	1,7	2,3
Sul de Minas	2.319,86	2.502,34	2.487,00	1,4	0,6	0,2
Minas Gerais	2.654,23	2.848,09	2.893,57	1,7	1,6	1,0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Diagnóstico Sebrae para o sul de Minas

TABELA 4
Quatro cidades, sul de Minas e Minas Gerais
Comportamento da arrecadação de ICMS, IPI – 1990/92 e IDTE (1996) em reais

Especificação	ICMS				IDTE 1996	IPI	
	1990	%	1990	%		1990	1992
Poços de Caldas					6,37		
Pouso Alegre	29.300.586	8,89	23.901.666	11,41	6,06	449.333	297.784
Santa Rita do Sapucaí	5.506.976	1,67	3.288.948	1,56	1,83	108.442	66.319
Itajubá	10.250.227	3,11	6.327.473	3,46	1,81	245.742	118.078
Sul de Minas	329.508.829	100	252.953.045	100		8.520.093	4.397.580
Minas Gerais	3.063.108 .852		2.443.557.332			56.617.866	36.475.183

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da FJP/CEI e PEROBELLI (1996)

TABELA 5
Quatro cidades, sul de Minas e Minas Gerais
Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e Condições de Vida (ICV)

Especificação	IDH						ICV					
	1970	*	1980	*	1991	*	1970	*	1980	*	1991	*
Poços de Caldas	0,599	4	0,757	27	0,827	7	0,613	7	0,720	23	0,820	7
Pouso Alegre	0,540	15	0,757	28	0,829	6	0,576	23	0,726	17	0,803	5
Santa Rita do Sapucaí	0,430	219	0,709	122	0,776	46	0,478	324	0,664	149	0,732	76
Itajubá	0,534	16	0,758	30	0,833	4	0,590	12	0,729	14	0,805	3
Sul de Minas	0,455		0,716		0,747		0,511		0,668		0,726	
Minas Gerais	0,440		0,709		0,735		0,486		0,657		0,708	

Posição no *ranking* dos municípios do estado de Minas Gerais
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da FJP/CEI

TABELA 6
Quatro cidades: Graus de competitividade – Índice Sintético

Municípios	Indicadores Selecionados					Média	Ranking estadual
	Sociais	Mercado	Mão-de-Obra	Infra-estrutura	Dinamismo		
Poços de Caldas	63,5	12,7	33,1	53,4	23,2	37,2	23
Pouso Alegre	59,5	20,6	35,3	50,9	83,6	50,0	2*
Santa Rita do Sapucaí	**	**	**	**	**	**	**
Itajubá	64,6	13,0	33,9	43,3	48,8	40,5	13

** SRS ficou fora da amostra. A pesquisa de Oliveira só calculou esses indicadores para municípios com mais de 50 mil habitantes

* Como a cidade primeira colocada neste *ranking* é Belo Horizonte, Pouso Alegre pode ser considerada a mais competitiva do interior de MG

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa sobre Índice Sintético de Competitividade, calculado por Oliveira (2000) e a partir de dados publicados na *Revista Economia* do Jornal *O Estado de Minas Gerais*, agosto de 2000

TABELA 7

Quatro Cidades: Vantagens*/Desvantagens** Competitivas a partir do Quociente Locacional (QL) de cada atividade econômica para o ano de 1991

Atividade	Poços de Caldas	Pouso Alegre	Santa Rita do Sapucaí	Itajubá
Agricultura e pecuária	1,42	0.16	4.57	0.49
Extração mineral	6,36	0.34	0.07	0.32
Indústria não-metálicos	3.07	0.68	0.94	0.41
Indústria metalúrgica	2.30	0.23	1.61	3.65
Indústria mecânica	0.52	0.38	0.26	0.85
Indústria eletroeletrônica	1.97	0.39	12.91	2.86
Indústria de transportes	0.00	2.09	0.19	8.18
Ind. couros, peles, vest. e calçados	0.93	3.67	4.11	0.48
Indústria alimentícia	1.84	1.77	0.08	0.61
Comércio varejista	1.28	1.58	0.65	1.29
Comércio atacadista	1.32	0.76	0.14	2.88
Inst. financeiras e adm. imóveis	0.74	0.75	0.56	0.73
Serviços de comunicação	0.36	0.82	0.26	0.70
Serv. alojamento e alimentação	2.59	0.96	0.36	1.26
Serv. técnicos e profissionais	1.35	0.71	0.32	0.41

* Valores *acima* de um = vocação

** Valores *abaixo* de um = desvantagem locacional

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Ferreira (1996)

TABELA 8

Investimento industrial nas três microrregiões, no período 1995/99

Microrregião	Investimentos (em milhares de reais ajustados para 1999)
Poços de Caldas	308.307
Pouso Alegre*	990.828
Itajubá	288.681
Total das três microrregiões	1.587.816
Total de invest. área de influência da BR-381	7.959.461
Total de Minas Gerais	16.000.000

* Inclui Santa Rita do Sapucaí

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Nogueira (2000, p. 44)

E, finalmente, o QL, por lidar com aspectos relacionados à localização espacial das atividades econômicas, se considerado isoladamente, pode ser entendido como um indicador das vantagens e/ou desvantagens competitivas de uma cidade.

A partir de uma análise dos dados sistematizados nestas tabelas, pode-se chegar às seguintes conclusões:

A série histórica do PIB (total e por habitante, Tabelas 2 e 3) demonstra que, entre as quatro cidades, apenas Poços de Caldas teve um recuo em seu PIB, fruto de uma crise estrutural que afetou o setor metalúrgico como um todo no país entre 1994 e 1995. Essa crise se refletiu no fraco desempenho do PIB dessa cidade, uma vez que o setor de transformação mineral tem peso expressivo na determinação da riqueza local, sendo que no ano de 1994 foi registrada sua maior queda (-3,7).

O extraordinário crescimento do PIB de Pouso Alegre (Tabela 2), quando comparado ao das outras cidades no mesmo período, chama também a atenção, pois sinaliza sua ascensão ao topo do *ranking* das cidades mais competitivas do estado, conforme comprovam os resultados da pesquisa de Oliveira (2000), (Tabela 6).

Observando agora os valores da Tabela 8, constata-se que o volume de investimentos atraído pela microrregião polarizada por Pouso Alegre foi três vezes maior que o das outras duas. Essa aparente disparidade pode ser explicada pelo fato de a BR-381 cortar um grande número de municípios situados em sua área de polarização, comprovando, assim, que os municípios cujas sedes se situam ao longo dessa estrada exercem uma atratividade muito maior para novos investimentos industriais do que aqueles que estão mais distantes de seu leito ou, em outras palavras, os fatores localização e acessibilidade têm uma importância significativa como critério para definir a competitividade de uma cidade.

Pode-se também afirmar que o processo de industrialização verificado a partir da década de 70 no sul de Minas e, mais particularmente nessas quatro cidades, segue os padrões *von-thüniano* e *löshiano*³ de localização. No primeiro caso, a explicação decorre do fato de muitas indústrias ali se instalarem, deslocando-se da RMSP para escapar do elevado valor da renda fundiária urbana metropolitana. Já o segundo modelo de industrialização ocorreu porque várias cidades dessa região, que já dispunham de uma certa economia de complementaridade, ao oferecerem terrenos a um custo muito baixo, passaram a levar vantagem na atração de novas indústrias. Com isso, diversas indústrias de um mesmo setor (complementares), para otimizar os custos de transporte e principalmente de treinamento de mão-de-obra instalaram-se nessa região, conforme argumenta Simões (1989), citado por Ferreira (1996, p. 31).

Mas a questão da localização industrial tem também outras nuanças. Uma delas se refere ao Quociente Locacional (QL), um modelo desenvolvido por W. Isard⁴ na década de 60 e ainda bastante utilizado por sua eficiência e simplicidade

(3) A teoria da localização industrial se estrutura segundo três modelos: o de Alfred Weber, o de August Lösch e o de Von Thünen. O primeiro, chamado modelo *weberiano*, defende que a implantação de uma indústria seja orientada pela fonte de recursos naturais e/ou pelo mercado consumidor. O segundo, o *löshiano*, defende que a localização das indústrias seja orientada pelas complementaridades e pela economia de aglomeração. E o terceiro, o modelo *von-thüniano*, afirma que as indústrias procuram localizar-se em locais que possam escapar da renda fundiária urbana.

(4) Mais detalhes, ver FERREIRA (1996).

para medir a especialização de uma região em um determinado produto, fornecendo, assim, um importante parâmetro para que se possa montar o quadro da estrutura econômica de uma cidade e/ou de uma região, uma vez que ele mede as vantagens/desvantagens competitivas de uma cidade ou de uma região.

Com efeito, quando este indicador é maior do que (1) um, significa que a localidade é exportadora daquele produto e/ou serviço, ou seja, ela tem uma vantagem competitiva naquele setor. Assim, quanto maior o quociente locacional, maior é a vantagem competitiva, ou seja, a “vocação” de uma cidade pode ser obtida pela leitura dos maiores escores entre todas as atividades econ micas nela encontradas. Com isso, valores maiores que a unidade para várias atividades significa que ela tem vantagens competitivas naquelas atividades, lembrando, todavia, que sua voca o é dada somente por aquele, ou aqueles valores que forem significativamente maiores que os demais.

Ademais, esse  ndice só faz sentido quando lido comparativamente, quer dizer, a vantagem competitiva de uma cidade só se materializa a partir do momento em que ela é maior do que a das outras que estiverem sendo comparadas. Infere-se daí que uma leitura vertical da Tabela 7 nos fornece um perfil daquilo que cada uma exporta e/ou importa. Já em sua leitura horizontal tem-se a vantagem/desvantagem competitiva de cada cidade por atividade econ mica. Conclui-se, então, que sua voca o (maior vantagem competitiva) será obtida pelo cruzamento do eixo horizontal com o vertical sobre o maior valor de cada atividade para cada cidade (números em negrito na Tabela 7).

Por outro lado, quando esse coeficiente for menor do que um, ele indica que aquele setor está voltado para abastecer apenas a própria cidade, ou a região, não representando, portanto, uma vantagem competitiva para ela, mas sim, de acordo com a ênfase deste artigo, uma desvantagem competitiva.

Com rela o ainda aos dados mostrados na Tabela 7, pode-se fazer as seguintes inferências:

- os maiores QIs mostram que a voca o de Poços de Caldas é para extra o mineral e turismo; de Santa Rita do Sapucaí   para a indústria eletroeletrônica e a de Itajubá para a indústria de transporte, sendo também essas suas maiores vantagens competitivas. Mas Pouso Alegre apresenta uma particularidade, uma vez que na época em que foram colhidos os dados para montar a tabela acima mencionada, o parque industrial diversificado que essa cidade tem atualmente não estava ainda consolidado. Embora a tabela aponte como suas maiores vantagens a indústria de couro, de vestuário e de calçados, predomina, hoje nessa cidade, a agroindústria, a indústria de material de transporte e a siderurgia, dados que não apareceram na tabela em questão com o destaque que ora se apresentam;

- Poços de Caldas somou muitos pontos em seu QI de extra o mineral graças às jazidas de bauxita e urânio ali existentes, que rendem dividendos em empregos e impostos bastante significativos para a economia local; sem desconsiderar que ela se destaca também no setor de serviços, de alojamento e

alimentação, em função de ser a única, entre as quatro, que tem uma forte vocação turística;

– no caso de Santa Rita do Sapucaí, o QL para sua indústria eletroeletrônica, o mais alto dentre todas as atividades das demais cidades, demonstra uma nítida especialidade de seu parque fabril, ao mesmo tempo em que confirma sua liderança nesse setor no Vale da Eletrônica, reforçando, assim, sua posição como referência nacional em eletrônica e em telecomunicações. Merece também destaque o fato de ser este um município com uma agricultura e uma pecuária muito dinâmicas. Mesmo levando-se em conta que essa não é mais sua vocação principal, ambas, sem dúvida, podem ser consideradas como vantagens competitivas, ainda que seu peso econômico no PIB local não tenha mais a importância que já teve no passado;

– em Itajubá, o alto valor do QL para a indústria de transporte se deve principalmente, a uma fábrica de helicópteros, a HELIBRAS, ali localizada – única nesse setor em todo o Hemisfério Sul –, além de mais quatro empresas, Fania, Cabelauto, AFC e Mahle, que fornecem componentes para a indústria automobilística; e por fim

– constata-se, porém, uma certa fragilidade das cidades escolhidas no que tange a pouca expressão do setor terciário em relação ao secundário. Para Lemos (1988), apud Valladares, (1994, p. 13) isso decorre da “intransportabilidade dos serviços” que provoca sua aglomeração em determinados pontos do espaço. No sentido proposto por Lösh, garante ainda Lemos, isso significa que, *“quanto maior a presença do setor terciário no processo de reprodução do capital, mais se acelera a tendência líquida de centralização espacial-urbana e, ao reverso, quanto menor a proporção do terciário em relação as atividades produtivas [como se observa nestas quatro cidades] mais desaceleram-se, ou mesmo descentralizam-se, momentaneamente, as atividades produtivas. (...) Quanto mais diversificado for o complexo de serviços em cada área de mercado, mais valorizada esta se torna enquanto espaço localizado”*, ou seja, a forte concorrência que essa região enfrenta com centros maiores, como São Paulo, Campinas e Ribeirão Preto, cuja influência sobre ela é considerável (Mapa – 3), explica este fato. As exceções no setor terciário são no segmento educação superior, em duas dessas cidades (Itajubá e Santa Rita do Sapucaí), e no de turismo, em uma delas (Poços de Caldas). Em síntese, como a contribuição do setor secundário nessas quatro cidades para a geração da riqueza local é muito mais expressiva do que a do terciário, comprovado por seus respectivos QLs, as atividades ligadas a este último não aparecem como definidoras de suas vocações, ainda que pese sobre elas uma indiscutível importância e tradição.

Do ponto de vista teórico, a especialização das atividades econômicas de cada uma dessas cidades apresenta particularidades que, de uma certa forma, individualizam suas respectivas vocações. Dessa forma, a questão da competição entre elas, vista sob esse enfoque, também se diluiria, porque elas não disputam

investimentos nas mesmas áreas. Na prática, entretanto, isso não quer dizer que elas não estejam competindo entre si por outros motivos, ou que não disputem esses mesmos investimentos com outras cidades, localizadas neste ou em outros estados, conforme se pretende mostrar mais na frente.

Percebe-se, enfim, que essas quatro cidades compartilham hoje de um acelerado processo de desenvolvimento, no qual as obras de duplicação da Fernão Dias tem peso significativo. Com isso, nota-se uma certa desorganização e o crescimento de um comportamento nitidamente individualista das administrações locais que, no afã de não perderem “o trem da história”, concentram praticamente toda sua energia preparando-se para enfrentar uma desenfreada disputa por novos investimentos.

Em resposta a esse quadro de desordem e desunião, surge uma alternativa baseada na cooperação, na complementaridade e na descoberta de sinergias entre elas. Conhecida como Rota Tecnológica 459, ou simplesmente Rota 459, e organizada sob o formato de um fórum regional, ela tem interferido de forma altamente positiva, não apenas no comportamento das administrações locais, mas também na sociedade civil organizada, conforme se verá a seguir.

ROTA 459: A BUSCA DA COMPETITIVIDADE REGIONAL VIA PROCESSOS COOPERATIVOS E SINÉRGICOS ENTRE CIDADES

A Rota 459 é um *fórum regional* que teve sua origem em 1997, por ocasião da implantação em Itajubá de um projeto do Sebrae, intitulado “Projeto Ideal”, voltado para a capacitação de lideranças em geral.

Entre os grupos de trabalhos formados por ocasião da implantação desse projeto, um deles coordenado pelo professor da EFEI, Renato Nunes, apresentou uma proposta de integração regional, abrangendo inicialmente apenas Itajubá e Santa Rita do Sapucaí, cujo principal objetivo era: estabelecer diretrizes para o desenvolvimento integrado da região, utilizando seus principais diferenciais para integrá-la “*competitivamente*” no contexto global⁵.

A ênfase na integração regional deveu-se ao fato de seus idealizadores acreditarem que não somente as cidades, mas principalmente a região precisava preparar-se melhor para receber investimentos que, por sua vez, estavam tornando-se cada vez mais regionais, e não apenas locais, como tradicionalmente haviam sido.

Lançava-se, pois, por meio de uma atividade do Projeto Ideal, as sementes para a constituição de um fórum regional envolvendo as cidades situadas ao longo da BR-459 (rodovia que liga Poços de Caldas a Lorena, daí o nome Rota Tecnológica 459), com o objetivo de proporcionar uma integração regional, calcada na convicção de que era preciso conciliar a competição entre as cidades com mecanismos mais cooperativos, complementares e sinérgicos entre elas.

(5) Projeto Ideal, Turma 2, grupo: Célio, Edson, Leonardo e Renato.

Cerca de um ano após o lançamento dessa idéia, um *workshop* – “DESAFIO 2000” –, promovido pela EPTV de Varginha, foi o ponto de partida para ampliar a dimensão da proposta inicial e chegar nas quatro cidades mineiras (Poços de Caldas, Pouso Alegre, Santa Rita do Sapucaí e Itajubá) e em uma paulista (Lorena), todas situadas ao longo da BR-459 que formaram seu núcleo pioneiro.

Desde o início, já havia entre seus participantes uma consciência de que, dentre as dificuldades e restrições a serem superadas, as de maior relevância seriam: a mobilização das comunidades e entidades envolvidas; a falta de investimentos adequados nas comunidades localizadas ao longo das vias vicinais da BR-381; o dinamismo de um processo de mudanças em curso e a enorme resistência às mudanças das lideranças, em todos os níveis e em várias de suas cidades.

A Rota 459 surgia, portanto, de uma forma pouco convencional, ou seja, não foi uma idéia imposta de cima para baixo, mas, de baixo para cima, pelo comprometimento de lideranças da comunidade, não diretamente vinculadas com o *staff* político tradicional, em liderar a busca de mecanismos mais colaborativos para estabelecer um nível regional, tomando como elemento estruturante o eixo rodoviário BR-459, no qual o traço comum entre as cidades que já dispunham de um certo poder polarizador, era a complementaridade das atividades industriais, aliado à constatação da disponibilidade, em pelo menos duas delas, Itajubá e Santa Rita do Sapucaí, de uma sofisticada base científica e tecnológica.

Quanto à sua delimitação geográfica, como se procurou respeitar a polarização exercida por esses centros, a área de abrangência da Rota 459 não ficou restrita a nenhum limite político e/ou administrativo preestabelecido oficialmente. Isso permitiu, inclusive, que cidades situadas fora das fronteiras do estado de Minas Gerais, como foi o caso de Lorena, no estado de São Paulo, passasse também a fazer parte desse fórum (Mapa – 4).



MAPA 4
Área de influência direta
da Rota 459

Fonte: Elaboração
própria a partir de dados
do IBGE (Malha
Municipal Digital do
Brasil, 1994)

Na base de todo esse esforço estava o reconhecimento, por parte de importantes lideranças políticas, educacionais e empresariais, de uma ascendente vocação industrial do (Extremo) Sul de Minas Gerais, não somente ao longo da BR-381, conforme vinha se dando, mas também ao longo da BR-459, um dos mais importantes subeixos do sistema Fernão Dias, na medida em que ele é responsável pela ligação rodoviária entre duas das mais movimentadas rodovias brasileiras, a BR-381 e a BR-116, além de fazer a conexão entre duas regiões vocacionadas para a indústria, o Vale do Paraíba e o Extremo Sul de Minas Gerais.

Prevía-se também, naquela época, que a Rota 459 serviria como uma instância agregadora das lideranças dessas cidades, de forma a criar as condições básicas para o estabelecimento de arranjos cooperativos entre elas, o que permitiria otimizar o potencial científico e tecnológico ali existente, tendo em vista os desafios impostos pela busca por níveis crescentes de competitividade (empresarial e governamental) – traço marcante do capitalismo atual.

Para o atual presidente da Rota 459, professor Renato Nunes⁶, *“existe um novo ambiente no qual as regiões são chamadas a construir a visão do seu próprio futuro e a planejar a implantação de programas, projetos e ações necessários à concretização do processo de desenvolvimento associado a essa visão. Esse novo ambiente é fruto da atual dinâmica dos sistemas sócio-econômicos internacionais, a qual, induzida pela incrível evolução da ciência e da tecnologia em crescente processo de expansão, vem confirmando nos últimos anos duas tendências aparentemente contraditórias: a da globalização e a da localização ou regionalização”*.

Esta linha de argumentação, por sua vez, enfatiza a importância que vêm adquirindo as organizações locais e regionais, tendo em vista que as nações se encontram, hoje em dia, mergulhadas em processos de mudanças de tal magnitude, que conceitos como desenvolvimento regional e desenvolvimento local passaram a ficar extremamente articulados. Sobre esse assunto, Dowbor (1998) é enfático ao afirmar que *“está mudando a cidade, está mudando a metrópole, está mudando o conceito de nação, de regiões, de blocos, enfim, é um planeta que, no seu conjunto, está se encolhendo com extrema rapidez, mudando nas relações financeiras, na comunicação e nas mais variadas áreas”*⁷.

A Rota 459 se apresenta, pois, como uma alternativa para o processo de desenvolvimento de uma região, já consolidada em seu aspecto físico, mas não ainda nos de natureza institucional e/ou logística.

Segundo ainda seu atual presidente, ela *“nasceu como um movimento de cidadania em busca das competências dos municípios no sentido de resolverem – cooperativamente – problemas que afetam toda uma região ao longo da BR-459”*.

Esse “movimento cidadão”, conforme o professor Nunes gosta de enfatizar, sustenta-se basicamente nas especializações (ou seja, na complementaridade e na sinergia) daquelas cidades consideradas de maior importância no contexto regional, a saber:

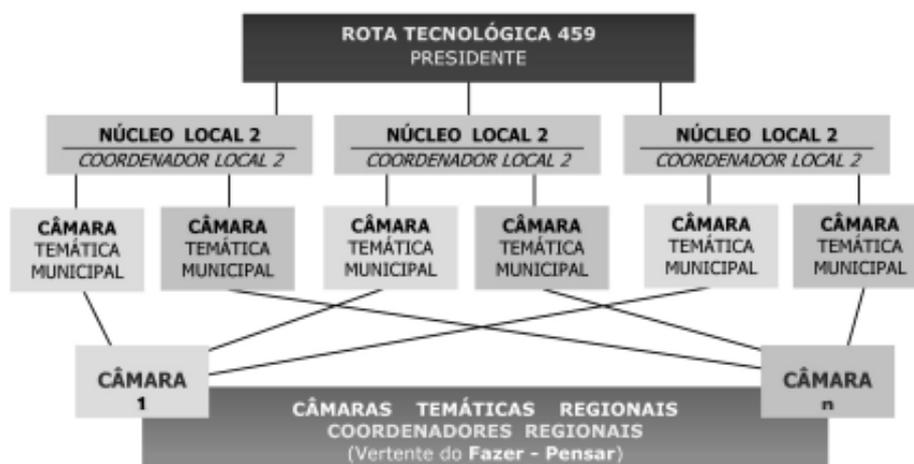
(6) Projeto Rota Tecnológica 459 – Texto de apresentação, Itajubá, 1999.

(7) DOWBOR, Ladislau. A sociedade globalizada: Conceitos gerais. In: ARANTES, Paulo T. L. *Anais do Seminário Internacional: A Competição Interurbana na era do Globalismo: Contradições, Riscos e Benefícios*. Viçosa: Imprensa Universitária UFV, 1998.

- *Poços de Caldas*, por sua produção e beneficiamento mineral, tanto de urânio quanto de bauxita, e por ser um importante centro de turismo;
- *Pouso Alegre*, por suas confecções, comércio atacadista, agroindústria e auto-peças;
- *Santa Rita do Sapucaí*, por ser referência nacional em eletrônica e telecomunicações;
- *Itajubá*, por sua consolidada tradição no campo da engenharia elétrica e mecânica e;
- *Lorena*, por ser um importante centro em engenharia de materiais.

FIGURA 1
Organograma da
Rota 459

Fonte: RT 459



Sua estrutura organizacional (Figura 1) compreende duas vertentes distintas:

- a do “FAZER – FAZER”, constituída por uma Assembléia Plenária, uma Secretaria Executiva e Núcleos Locais. A principal atribuição dessa plenária, que se reúne a cada dois meses em municípios diferentes, é estabelecer diretrizes e estratégias, além de promover o intercâmbio entre os núcleos locais que, por sua vez, são os elos entre o Projeto de Desenvolvimento da Rota e as diversas municipalidades participantes;
- a do “FAZER – PENSAR”, que compreende as Câmaras Temáticas Regionais e as correspondentes Câmaras Temáticas Municipais, cuja atribuição é congregar interessados em assuntos específicos. As Câmaras Temáticas Regionais recomendam, para a apreciação da plenária, as ações relativas aos assuntos afetos a cada uma. São elas: infra-estrutura e desenvolvimento regional, educação, ciência e tecnologia, turismo, meio ambiente, saúde, desenvolvimento urbano e desenvolvimento rural.

É pretensão desse fórum reunir todas as cidades situadas até 50 km da BR-459, inclusive algumas que ficam no estado de São Paulo, cobrindo uma área de aproximadamente 32 mil km², algo como a extensão da Bélgica, podendo chegar a reunir neste espaço 107 municípios (88 mineiros e 19 paulistas) que somam uma população de aproximadamente dois milhões de pessoas.

Do ponto de vista teórico, definir uma região a partir da reunião de cidades que têm interesses afins, industriais, principalmente, ou seja, formar um *cluster* de cidades, é uma decisão tecnicamente correta que já vem sendo utilizada, com sucesso, há alguns anos por outros países como, por exemplo, os EUA (vide Route 128, em Massachusetts e o Vale do Silício, na Califórnia).

Entre as vantagens dessa nova forma de organização espacial, pode-se destacar os crescentes retornos que ela proporciona, na medida em que ali poderá concentrar: uma mão-de-obra especializada, fornecedores também especializados e, o mais importante, um fluxo de conhecimento, hoje fundamental para as indústrias prosperarem.

Enfim, com a formação de uma rede de cidades, começa a haver também uma maior divisão do trabalho entre elas. Na opinião de Lamparelli (1980), o desenvolvimento capitalista *“necessita, tanto das aglomerações, ou seja, de se concentrar em determinados pontos fixos [cidades], como também de se expandir, através da multiplicação desses pontos, abarcando áreas cada vez maiores [redes de cidades]”*.

(8) Há de se fazer aqui uma ressalva. No que tange aos indicadores de condições de vida, especificamente, o grande destaque da região é, sem dúvida, Itajubá que, entretanto, não conseguiu o mesmo desempenho quanto aos indicadores econômicos. Como a metodologia de cálculo do grau de competitividade (Tabela 6) faz uma média simples de todos esses indicadores, Pouso Alegre, escorada em um indiscutível crescimento econômico, conseguiu uma posição de destaque no *ranking* estadual, 2º lugar, sendo que Itajubá ficou em 13º.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos e levantamentos realizados nas quatro cidades selecionadas mostraram que, embora elas guardem uma certa complementaridade entre si, no que diz respeito às suas respectivas vocações, vêm apresentando desempenhos, ou melhor, graus de competitividade muito distintos.

No ano de 2000, por exemplo, Pouso Alegre foi considerada a cidade mais competitiva, não apenas entre essas quatro, mas de todo o interior do estado de Minas Gerais. As explicações para o diferencial conquistado por essa cidade se assentam, invariavelmente, no caráter empreendedor assumido por suas últimas administrações. Essa, aliás, tem sido uma imposição genérica para se lograr êxito em empreitadas, como no caso em questão que, conforme constatou-se, as ações administrativas de seus governantes foram, preferencialmente, voltadas para os negócios, ou melhor, para torná-la competitiva para o capital. A trajetória fortemente ascendente de quase todos os seus indicadores econômicos desde o início da década de 80 (tabelas 2, 3 e 4), deixa isso muito claro⁸.

Por outro lado, embora as análises aqui apresentadas tenham sido concentradas nessas quatro cidades, como a área de abrangência da Rota 459 inclui também outros municípios, a maioria de pequeno porte, situados na área

de influência de seus pólos microrregionais, pôde constatar-se que a disputa por novos investimentos não ocorre somente entre as cidades maiores. As menores bem que tentam, mas, grosso modo, o máximo que conseguem é evidenciar uma já reconhecida desigualdade, uma vez que se vêem obrigadas a exporem alguns de seus mais importantes limitantes ao desenvolvimento como: pequena população, economia local estagnada, baixa oferta de mão-de-obra especializada, infra-estrutura urbana deficiente, etc. Tal situação demonstra ainda que, quando se tem competidores em condições muito desiguais, como neste caso, a competição entre eles acentua, ainda mais, a distância entre os maiores e mais poderosos, e aos menores e mais fracos.

Um outro aspecto de extrema importância a se considerar é a presença de competidores situados fora da região estudada. Estribados na guerra fiscal entre estados, eles disputam os mesmos investimentos, comprovando, na prática, que a competição entre cidades não pode ser vista sem considerar a que acontece entre os estados, uma vez que o suporte espacial dos investimentos negociados, tanto estadual como federal, é, geralmente, uma cidade.

Nesse particular, o que está ocorrendo entre a mineira Santa Rita do Sapucaí e a baiana Ilhéus – cidades que estão se digladiando para atrair investimentos em uma mesma área, a indústria eletroeletrônica – é uma prova cabal de como as disputas no plano estadual rebatem-se nas cidades e vice versa, quer dizer, as facilidades e/ou dificuldades oferecidas pelos respectivos governos estaduais, no caso Minas Gerais e Bahia, estão sendo decisivas para definir quem fica com o quê, comprovando, assim, que a disputa entre essas duas cidades ocorre *pari passu* com a competição (ou a guerra fiscal) entre os dois estados.

Por outro lado, com a duplicação da BR-381, os investimentos externos, ora fugindo das deseconomias das grandes metrópoles, ora atraídos pelas gratuidades embutidas nos incentivos estaduais e/ou locais, ora, ainda, atraídos pela fantástica localização que essa região apresenta em relação ao principal mercado consumidor do país, não param de chegar, pressionando forte e continuamente as administrações locais a fazerem de tudo para segurá-los em seus respectivos territórios.

Em meio a toda essa euforia e desassossego que abateu sobre governantes e empresários, a Rota 459 tem desempenhado um papel fundamental para que se possa descobrir, de forma colegiada, os rumos a serem dados ao desenvolvimento dessa região, uma tarefa que, segundo seus coordenadores, não tem sido, definitivamente, fácil.

Todavia, se na prática a cooperação entre cidades é, realmente, algo difícil de ser atingido, na teoria um grande número de boas propostas baseadas em mecanismos cooperativos entre as municipalidades sequer foram ainda testadas, e outras tantas acabaram falhando quando colocadas em prática como é o caso, por exemplo, do associativismo municipal em Minas Gerais⁹.

(9) Mais detalhes, ver ARANTES, Paulo T. L. *A experiência mineira em articulação, assistência técnica e assessoramento a seus municípios através do associativismo municipal, a partir de 1974*. São Paulo, 1990. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

A maioria desses fracassos, incluindo aí o associativismo municipal mineiro, deve-se, fundamentalmente, à inexistência de mecanismos legais no âmbito do modelo federativo brasileiro que incentivem e instrumentalizem legal e administrativamente o funcionamento dessas iniciativas entre nossas unidades subnacionais, bem como à ausência de projetos estruturantes capazes de manter todos os envolvidos permanentemente mobilizados, pois sem mobilização não há como ter cooperação e sem essa última não há como promover o desenvolvimento da região, de forma equilibrada e justa.

A Rota 459, ao buscar a sinergia e a complementaridade entre as localidades para definir uma nova identidade regional, estrutura-se à semelhança de um *cluster*, não de empresas, mas sim de cidades e, por conseguinte, funciona como um indispensável ponto de equilíbrio entre a competição e a cooperação interurbana.

Tal constatação leva-nos a inferir que uma concentração geográfica de empresas de um mesmo setor econômico, para sustentar-se, necessita, não apenas compartilhar tarefas, tecnologias e informações, mas também se preocupar com o bem-estar da população e o desenvolvimento da região em que estão instaladas, dinamizando um diálogo entre as cidades, bem como consolidando um esforço para aproximá-las em torno de objetivos comuns, prática essa, aliás, já assumida pela Rota 459 desde os seus primeiros momentos.

Resumindo, o desejo de contrapor aos processos de competição outros fundamentados na cooperação e na solidariedade entre seus atores principais, como tem sido a prática da Rota 459, ganha novo fôlego ao demonstrar que, mesmo sendo a competição algo inexorável dentro do atual modo de produção capitalista, faz-se cada vez mais necessário conter seu atual e desmesurado avanço com mecanismos que visem proporcionar um espírito de equipe a esses competidores, no caso, a essas cidades, de maneira a estabelecer laços mais estáveis de relacionamento entre elas para que, juntas, possam superar os desafios impostos a todas, indistintamente.

BIBLIOGRAFIA

ABRUCIO, Fernando Luiz; COSTA, Valeriano M. Ferreira. *Reforma do Estado e o contexto federativo brasileiro*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1998. Série Pesquisas n. 12.

ARANTES, Paulo T. L. *Cidades: Competitividade, competição e cooperação: Estudo de caso de quatro cidades sulmineiras à luz da competitividade, da competição e da cooperação*. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

_____. (Org.) SEMINÁRIO INTERNACIONAL: A COMPETIÇÃO URBANA NA ERA DO GLOBALISMO: CONTRADIÇÕES, RISCOS E BENEFÍCIOS. 1998, Viçosa. *Anais*. Viçosa: DAU/UFV, 1998. [mimeo.]

FERREIRA, Mauro Sayar. Rede de cidades em Minas Gerais a partir da realocação da indústria paulista. *Revista Nova Economia*, Belo Horizonte: FACE/UFMG, 1996. Número Especial.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE MINAS GERAIS. *Cresce Minas: Um projeto brasileiro*. Belo Horizonte: FIEMG, 2000.

FRIEDMANN, John. *Empowerment: The politics of alternative development*. Cambridge: Blackwell, 1994.

LAMPARELLI, Celso Monteiro et al. *Nota introdutória sobre a construção de um objeto de estudo: O urbano*. São Paulo: Núcleo de Administração e Política Urbana, 1980. [mimeo.]

MINAS GERAIS (Estado). Fundação João Pinheiro. *Finanças dos municípios mineiros. Diversidades e indicadores*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. 1998.

____. Fundação João Pinheiro. *Perfil de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. 1998.

____. Fundação João Pinheiro. *Duplicação da Rodovia Fernão Dias – Região e Municípios*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. 1995, 32v.

NOGUEIRA, Breno Augusto. *Os efeitos da Duplicação da BR – 381 sobre as atividades econômicas de sua área de influência no processo de desconcentração da indústria brasileira*. Belo Horizonte: FACE/UFMG, 2000. (Monografia bacharel em Ciências Econômicas).

PERFIL de Minas Gerais. 3 ed. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999.

REVISTA ECONOMIA DO ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte, ago. 2000.

VALLADARES, Frederico Estrella Carneiro. *O sul de Minas como alternativa locacional para a indústria paulista*. Belo Horizonte: FACE/UFMG, 1994. (Monografia, bacharel em Ciências Econômicas).

VIEIRA FILHO, José Eustáquio. *Especialização e competitividade de Minas Gerais no mercado internacional: Uma comparação com os Estados que compõem o novo polígono industrial na década de 90*. Belo Horizonte: FACE/UFMG, 2000. (monografia, bacharel em Ciências Econômicas).

PALAVRAS-CHAVE (KEY WORDS):

Desenvolvimento local e regional, gestão urbana, competitividade, competição, cooperação, complementaridade, sinergia.

Local and regional development, urban management, competitiveness, competition, cooperation, complementarity, synergy.

Paulo Tadeu Arantes

Mestre e doutor pela FAUUSP e professor da Universidade Federal de Viçosa – UFV-MG.

Miriam Medina

Orientadora:
Profa. Dra. Rebeca Scherer

P

ARTICIPAÇÃO e ESPAÇO
URBANO
ENFOQUES, CONTEXTOS e
TENDÊNCIAS

070

pós-

RESUMO

Neste trabalho se apresenta uma síntese das diferentes formas como têm sido entendidos, discursados e praticados os processos de participação urbana. Parte-se da hipótese que a categoria “participação” tem sido classificada, expressa, identificada e usada em forma muito diversa em relação direta com as diferentes visões e interpretações da realidade.

Caracterizam-se os enfoques, contextos e tendências dos processos participativos com base em três matrizes conceituais: uma primeira, polarizada, porquanto objetivos e alcances contemplados são opostos, contrários ou divergentes; uma segunda, gradativa, na qual a participação é avaliada segundo seu nível de ação e intensidade de mudança; e uma última, interativa, que analisa a participação atendendo sua relação com outras esferas de ação e outros instrumentos de gestão urbana. Para ilustrar estes enfoques contextualizam-se alguns discursos e experiências de participação nos países da América Latina e levantam-se algumas características e tendências da participação no período atual.

ABSTRACT

The article summarizes the different ways in which urban participative processes have been understood, discussed and carried out. The hypothesis is that the “participation” aspect has been classified, expressed, identified and used according to the different views and interpretations of reality. The focuses, contexts and trends of participative processes are based on three conceptual matrixes. The first one, called Polarized Matrix, examines participative processes that are opposite, contrary or divergent in their scope and intent. A second one, called Gradual Matrix, evaluates participation based on its level of action and intensity of change. The third one, called Interactive Matrix, analyses the participation in regards to other spheres of action and instruments of urban management. Some speeches and experiences of participation in Latin American countries are placed in context to illustrate this diversity, and some current participation characteristics and trends are shown.

I. APROXIMAÇÃO AO OBJETO DE ESTUDO

Entende-se a dinâmica espacial e as transformações urbanas como expressão e condicionante das esferas política, econômica, social e cultural. Isto, também, porque o espaço não é uma variável isolada, passível de trabalhar-se separadamente o âmbito estreito de uma área de conhecimento específica ou de forma estanque.

O espaço determina e é determinado pelas relações sociais que ocorrem em um certo momento histórico. Embora o espaço apareça como um produto alheio à sociedade que produz, a sociedade, em seu conjunto e por sua dinâmica, transforma o espaço. A sociedade inteira intervém ou participa na produção do espaço. Desde seus diversos âmbitos, nos diferentes níveis, por ação ou omissão, os indivíduos de uma sociedade tomam parte da produção do espaço.

A participação na gestão da cidade tem caráter e alcances diferenciados, dependendo dos setores de classe participante, das formas organizativas, o tipo de mobilização e as conjunturas sociais e econômicas. Assim, historicamente, os setores do capital e mais especificamente os empreendedores imobiliários têm sabido inserir-se e explicitar seus interesses no processo de desenvolvimento e expansão das cidades, enquanto a inserção dos interesses dos setores populares tem sido mais uma expressão de reivindicações conjunturais e pontuais na história das cidades.

O processo de urbanização é um processo social e, como tal, traz transformações nos diversos âmbitos da sociedade, na qualidade de vida e do espaço, obviamente, nos níveis de controle da sociedade e, até, nas estratégias de sobrevivência e, ainda, nas formas de organização e mobilização social.

De um lado, os avanços técnico-científicos que o processo de urbanização carrega se traduzem, embora diferenciadamente, em melhoramentos na qualidade de vida da sociedade em seu conjunto. Na questão do espaço urbano, isto significa que os diversos grupos sociais se beneficiam de um espaço que contém determinados objetos materiais traduzidos em uma série de serviços e direitos. As possibilidades ou dificuldades de acesso a esse conjunto de benefícios urbanos não só dizem respeito à qualidade de vida dos indivíduos, mas também às características da organização social e às formas de controle que a sustentam.

De outro lado, o processo de urbanização, ao “agilizar e intensificar” as relações sociais, traz transformações no ritmo cotidiano da vida coletiva, requisitando modificações no suporte material que demandam a “inovação” dos mecanismos de controle, administração, manejo ou gestão do espaço urbano. Assim, a implementação ou fortalecimento de determinados instrumentos de gestão da cidade está diretamente relacionada com as transformações sociais.

No entanto, muitas vezes, discursos e práticas sociais são formas renovadas ou atualizadas de manutenção do *status quo*. As transformações nos discursos, as variações em sua implementação, as formas como se recolocam e atualizam são

fruto de um processo histórico que se manifesta, desdobra-se e recria-se pela própria dinâmica social.

A participação em relação aos assuntos urbanos pode ser entendida em sua essência como “tomar parte de”, pode também significar uma forma de intervenção, ingerência ou até responsabilização dos habitantes urbanos na solução de suas necessidades e neste caso seu discurso e prática têm pouca novidade. Embora a entrada em vigor de uma nova normatividade jurídica, desde a década de 80, em vários países da América Latina, decorrente, na maioria deles, de reformas constitucionais, implementa a descentralização político-administrativa ligada ao fortalecimento de processos participativos, ao trazer a redistribuição de funções estatais e, mais especificamente, a formulação de novos “roteiros” na administração municipal que repercutem diretamente no espaço urbano.

Em uma primeira aproximação às abordagens teóricas, observa-se que o discurso e a prática da participação é um fato passível de ser percebido tanto nos países chamados de Primeiro Mundo quanto no Terceiro Mundo, e têm sido associados por vários autores; de um lado, à perda de credibilidade nas instituições representativas e às crescentes críticas à eficiência da gestão estatal (TURNER e FICHER, 1976; BORJA, 1989; CUNILL, 1991); e, de outro lado, ao surgimento e presença, em determinadas conjunturas, dos movimentos sociais (CASTELLS, 1980; SADER, 1988; SLATER, 1988; JACOBI, 1989; SANTANA, 1989; GOHN, 1985 e 1991).

Neste início de século 21, a participação como instrumento de intervenção no espaço urbano, vem assumindo um importante papel nas intervenções urbanas. Por iniciativa de diversas instituições governamentais e não-governamentais que atuam no espaço urbano tem-se incrementado o número de experiências que denotam não só uma busca de metodologias de trabalho, mas um importante processo de institucionalização dos canais e instâncias de participação e, o que é mais significativo, um crescente interesse do cidadão em usar esses canais e participar dessas instâncias. A participação tem invadido discursivamente a realidade da gestão urbana, porém, evidenciam-se conceitos, objetivos e alcances diferenciados explícitos muito mais em sua práxis.

2. QUADRO CONCEITUAL

Ao se falar em participação, está-se abordando um dos termos de reconhecida dificuldade conceitual, não há unanimidade na definição de seus elementos e não existem limites claros entre suas modalidades.

Desde uma perspectiva urbana, a participação é antes de mais nada um instrumento de gestão e, a princípio, em grandes traços, podem-se identificar três características básicas atribuídas à participação e que se apresentam, embora em níveis diferentes, tanto em seu discurso quanto em sua prática. Isto é, a

participação implica, basicamente, necessidade de “formar parte de”, “tomar algum nível de decisões” e “representar algum tipo de interesse”.

Desde uma revisão histórica à literatura da área, a categoria participação se encontra inscrita em relação à noção de *participação-exclusão* nos estudos sobre marginalidade, de importante circulação na América Latina. O caráter da não-participação, da exclusão, estaria referido à existência de um contingente populacional não-integrado, não-participante do sistema produtivo e, por isto, excluído, externo à margem da sociedade como um todo (cf. FORACCHI, 1992). Neste contexto, a participação como instrumento de integração social foi assimilada e difundida pelos organismos internacionais desde a metade do século 20, este aspecto será abordado mais adiante.

Partindo da hipótese que a categoria “participação” tem sido qualificada, classificada, expressa, identificada e usada em forma muito diversa em relação direta com as diferentes visões do mundo, interpretações da realidade e projetos políticos. Para caracterizar e sintetizar estas abordagens se organiza um esquema conceptual com base em três matrizes. Uma primeira matriz “polarizada”, porquanto objetivos e alcances da participação são evidentemente contrastáveis. Uma segunda matriz “gradativa” na qual processos participativos são avaliados segundo o nível de ação e intensidade de mudança, e uma última matriz “conceitual” que analisa a participação segundo as esferas de ação, em relação ao eixo de seus objetivos e a outros instrumentos de gestão urbana.

2.1. A participação como polarização de enfoques

O enfoque polarizado reflete um antagonismo quanto às funções, processos, estratégias e alcances outorgados à participação. Uma das formas básicas de manifestar-se este enfoque polarizado dá-se quando, ao analisar a iniciativa dos processos participativos, antagonizam-se os processos impulsionados desde as instâncias do poder, ou seja, “*de cima para baixo*”, em face dos processos *geridos* desde as bases, ou seja, “*de baixo para cima*”.

A mais importante manifestação desta dicotomia se dá ao identificar, como participação, processos cujos fins são **integração e cooptação** ao sistema vigente, em contraposição a processos cujos fins são evidenciar os conflitos sociais existentes e propender por sua **transformação e mudança** em uma atitude de resistência e radicalização.

A princípio, a instrumentalização da participação com objetivos de integrar e cooptar é uma tendência inerente aos aparelhos do sistema vigente, isto é, ao Estado e todas as instâncias oficiais. O processo de cooptação está relacionado com a preservação da ordem social, fortalecimento das estruturas de poder excludentes e centralizadoras, a canalização das decisões pelos controladores do poder e a dilatação de medidas para uma real distribuição de renda. Desde esta interpretação, o Estado usa mecanismos de participação no processo de legitimação, procurando o apoio da sociedade nas esferas de governo.

(1) Estes organismos difundem e inserem em suas condicionantes para financiamento a promoção de práticas de auto-ajuda, autoconstrução e esforço mútuo como forma de executar os projetos formulados para os setores de baixa renda (cf. Rossetto 1993, Smolka 1995, Werna 1996).

(2) Esta teoria dualista coloca em oposição os conceitos do tradicional e do moderno e concebe o desenvolvimento como o processo pelo qual se reproduzem as etapas de transformação social dos países industrializados. O conceito de dualismo estrutural tem raízes metodológicas na dicotomia “Comunidade-Sociedade” de Tönnies, mas se encontra enfatizada em outros autores da Escola de Chicago (Redfield) e, no contexto brasileiro por Lambert, na década de 50. Todos estes autores procuram explicar a transição de uma organização social tradicional para uma moderna. (cf. Cardoso e Faletto, 1970). A Escola Sociológica de Chicago estudou os problemas sociais surgidos nos Estados Unidos em função da absorção dos fluxos migratórios para esse país, acontecidos desde o final

De igual forma, os objetivos transformadores e de mudança seriam em essência a tendência de processos participativos potencializados a partir das organizações sociais e no caso específico dos movimentos sociais urbanos, embora da perspectiva da sociedade e da perspectiva do Estado possamos encontrar manifestos nos processos participativos, respectivamente, posicionamentos mais liberais ou moderados e também mais radicais.

A partir de uma abordagem polarizada revelam-se uma série de práticas e discursos que historicamente têm contribuído paradoxalmente à manutenção do *status quo* e à radicalização de processos coletivos. De um lado, a “responsabilização” ou assunção dos habitantes urbanos na solução de suas necessidades tem sido influenciada pelos organismos internacionais por meio das políticas traçadas para o Terceiro Mundo. Estes organismos têm instrumentalizado a participação como ferramenta de integração-cooptação dos setores excluídos enquanto possibilita, de um lado, a superação das problemáticas urbanas¹, tais como déficit habitacional e de infra-estrutura com programas de baixo custo que utilizam a força de trabalho das comunidades carentes e, de outro lado, desenvolve-se um trabalho ideológico de legitimação do sistema e manutenção do *status quo*.

Em um primeiro momento as ações nos países latino-americanos destes organismos se dão sob a ótica da teoria dualista² e pretendendo tirar do atraso, *integrar* e modernizar as camadas de migrantes rurais. Subjacente a esta colocação encontramos a idéia que os processos de urbanização e industrialização, embora significassem, no primeiro momento, uma situação de instabilidade decorrente das diferenças de padrão cultural, resultariam, ao fim do processo de adaptação e inserção, em significativa melhora nos padrões de vida (cf. SCHERER, 1987).

Essas ações orientadas pelos organismos internacionais, principalmente na década de 60, têm um enfoque integracionista e traduzem-se em políticas assistencialistas e tecnocráticas expressas em uma série de documentos de importante circulação na região naquela época (ONU: 1956, 1964, 1967, 1968, 1972, 1975). As recomendações formuladas nesses documentos enfatizam a necessidade de propiciar o retorno às práticas comunitaristas e tradicionais, nas quais as relações de parentesco, vizinhança e comunitarismo dirimam as malezas de um desenvolvimento econômico injusto.

Werna (1996) identifica uma nova fase desde meados de 80, nas políticas desenvolvidas pelos organismos internacionais, em que aparecem os projetos de longo prazo baseados na capacitação de pessoal e no fortalecimento institucional. Ao analisar as políticas implementadas evidencia estas novas estratégias, na ênfase dada aos projetos de capacitação (*enabling approach*), no caso do CNUAH-Habitat, e a mobilização de recursos integrando municipalidades, comunidades e ONGs. Ressalta a análise que o autor faz do capítulo sobre assentamentos humanos na Agenda 21.

do século 19. Os esforços e as pesquisas destes autores (Redfield, Pierson, Burgess) centravam-se em explicar e intervir sobre o processo de adaptação da população trabalhadora recém-chegada, aos requisitos da sociedade capitalista industrial (cf. Scherer, 1987). No caso Robert Redfield, em seu texto *The folk culture of Yucatan*, (1940), analisa quatro áreas, selecionando-as a partir de graus diferentes de tamanho e de proximidade de centros fortemente urbanizados. Conclui que existe uma continuidade urbano-rural com graus progressivos de tradicionalismo e modernização à medida que se aproximavam da cidade: *“Todavia, diante do avanço irrefreável da urbanização, elaboram seus trabalhos sugerindo, em última instância, uma teoria de modernização progressiva e subsequente ascensão social da qual poderiam valer-se as massas empobrecidas – migrantes ou não – em sua trajetória urbana.”* (Scherer, 1987: 25)

“Ela enfatiza fortemente a capacitação de pessoal para gerenciamento urbano e o fortalecimento institucional para a promoção do desenvolvimento urbano sustentável. Também, advoga que o financiamento global para habitação, infraestrutura e serviços urbanos deve vir das famílias, comunidades, governos nacionais e do setor privado – isto é, não viria das agências internacionais.” (Wерна, 1996: 14)

Com tudo isto, evidencia-se, em primeiro lugar, que os organismos internacionais disseminam pelo discurso e intervenção direta estratégias, metodologias e formas de intervir na problemática urbana, que contempla a participação como instrumento de integração e cooptação, em segundo lugar, que os apelos dos organismos internacionais a determinadas estratégias na solução de problemas do Terceiro Mundo são, não só largamente assimiladas pelos governos destes países, mas incorporadas e apropriadas como inéditas por cada um dos governos de turno e, em terceiro lugar, que estas estratégias mudam de acordo com o paradigma dominante de intervenção, de um Estado fortemente regulador para um Estado mínimo, de um planejamento “compreensivo”, regional de longo prazo, para um planejamento estratégico e local.

Neste enfoque polarizado e da ótica da sociedade, em um primeiro nível a interpretação radical busca, basicamente, a substituição da democracia representativa pela democracia participativa, sua finalidade última seria o repasse do controle às mãos da comunidade, a redistribuição do poder. Para isto as estratégias a implementar compreendem o desafio às estruturas do poder existente, a criação de “contra-instituições” ou estruturas paralelas, a promoção de ações diretas envolvendo os grupos excluídos, questionando o sistema e procurando sempre o controle e a transformação social. A manifestação culminante desta concepção radical seria a formação de comunidades autogestionárias baseadas nos princípios políticos da anarquia.

A farta literatura produzida nas décadas de 70 e 80 (MOISES, 1978; CASTELLS, 1980; EVERS, 1982; SADER, 1988; SLATER, 1988; JACOBI, 1989; SANTANA, 1989; GOHN, 1985 e 1991, dentre outros) sobre os movimentos sociais urbanos no contexto de América Latina expressam em geral uma interpretação da participação em sua potencialidade de mudança e transformação do sistema vigente, mudanças nas estruturas que levaria a um envolvimento direto da população, à promoção da igualdade social, satisfação de aspirações e tomada de poder dos centros de decisões pelas bases.

“Os movimentos sociais foram um dos elementos da transição política ocorrida entre 1978 e 1985. Eles expressaram tendências profundas na sociedade que assinalavam a perda de sustentação do sistema político instituído. Expressavam a enorme distância existente entre os mecanismos políticos instituídos e as formas de vida social. Mas foram mais do que isso: foram fatores que aceleraram essa crise e que apontaram um sentido para a transformação social. Havia neles a promessa de uma radical renovação da vida política.” (SADER, 1988: 313)

Sob esta ótica também existe na América Latina uma série de discursos e experiências contestatárias que em muito contribuíram às transformações político-administrativas dos estados da região. Esta práxis tem o rótulo dos cientistas e pesquisadores sociais que assumiram processos de interação com comunidades rurais e urbanas de baixa renda, sob a metodologia da pesquisa-ação-participante (FALS BORDA, 1981, 1987, 1990; FALS BORDA e RAHMAN, 1991; BRANDÃO, 1982).

Intermediária entre os posicionamentos integracionistas e os radicais visualiza-se uma interpretação da participação a partir de um enfoque mais liberal e reformista. Corresponderiam a este enfoque aqueles processos de participação paliativos para influenciar o Estado na superação dos obstáculos burocráticos e do centralismo governamental. Visualiza-se a participação como uma forma de melhorar os canais de comunicação entre Estado e sociedade. Os fins implícitos nesta interpretação são a integração à legalidade vigente, tendo na participação um instrumento para a formação de um eleitorado comprometido, fortalecimento da democracia representativa e, principalmente, a preservação da ordem social e a permanência das relações capitalistas. A partir desta concepção, a participação aparece como instrumento para influenciar os representantes e obter objetivos limitados à requalificação do espaço urbano.

2.2. A gradação dos processos participativos

Uma segunda interpretação da participação é feita dependendo do grau de envolvimento dos sujeitos sociais. Denominada de enfoque gradativo, porquanto discursos e práticas de participação são classificados segundo uma escala que tenta atribuir valores ao alcance e intensidade dos processos objetivos e transformações da participação.

Esse enfoque gradativo tem sido divulgado, no contexto da América Latina, a partir da classificação proposta por Fadda (1988) com base na classificação realizada por pesquisadores europeus (ARSTE e THORNLEY). Assim, referenciando-se em Arste, Fadda coloca três grandes escalas de participação, nas quais se encontram níveis que ascendem segundo o grau de envolvimento e intensidade. Um primeiro nível de manipulação e terapia como expressão de “não-participação”, um segundo nível de informação, consulta e conciliação, expressariam uma escala de “diálogo” e finalmente a associação, o poder delegado e controle comunitário conformariam os níveis que expressam, desde esta ótica, a existência de “poder comunitário”.

A partir da perspectiva de Thornley, Fadda (1988) apresenta uma outra forma gradativa de entender a participação trabalhando com “níveis hipotéticos”. Trata-se do esquema que coloca como variáveis a intensidade dos níveis de mudança social e de participação, usando as coordenadas cartesianas. O que este esquema pretende demonstrar é que do maior grau de mudanças sociais se dão menores níveis de participação, colocando como exemplo a ditadura. O inverso: a

democracia significaria menores níveis de mudança social e maior participação social, sendo que os sindicatos seriam a expressão máxima da conjugação das duas variáveis comparadas.

Resumindo este enfoque gradativo, podemos sintetizar uma primeira classificação que define três níveis diferentes. A “pseudoparticipação” ou consulta para legitimar decisões. A “participação parcial”, quando duas ou mais partes influem no processo, mas decisões são tomadas por um só. E a “participação total”, no caso de grupos ou indivíduos terem equivalente poder na decisão final.

Mas também, nesse enfoque gradativo, pode se referenciar também uma diferenciação que coloca, em um primeiro nível, a “participação comunitária”, em um outro nível, a “participação popular” e, em um nível diferente, a “participação da cidadania”, porquanto exprimem diversos graus de relações, posicionamento, envolvimento e compromisso dos sujeitos sociais que participam. A primeira faz referência ao interesse comum de um grupo social específico (parentes, amigos, vizinhos, etc.). Corresponde a este enfoque a abordagem de Coraggio (1989) que, do ponto de vista do grau de relações, coloca um primeiro nível de participação em relação à família, como instituição que garante a reprodução imediata, básica e de sobrevivência dos indivíduos, esta é uma perspectiva comum aos estudos antropológicos e da psicologia social da participação (ver p. ex.: RAMIREZ-GARCIA, 1994).

Um segundo nível teria uma conotação abstrata, de massa, espontânea, e até conjuntural, vinda das reivindicações do povo exercida pelas mobilizações, passeatas, etc. Também, segundo Coraggio (1989), este nível estaria representado pela integração a organizações de tipo corporativo que desencadeiam mecanismos coletivos de reivindicação e consumo.

Por enquanto, o último nível desta gradação da participação teria relação com a cidadania e implicaria um nível de consciência atrelada às transformações estruturais, de uma sociedade, decorrentes da assimilação dos direitos políticos, sociais e econômicos dos indivíduos. E segundo Coraggio (1989), neste caso, a sociedade constituiria este terceiro e último nível representado pelas organizações de tipo corporativo que desencadeiam mecanismos coletivos de reivindicação-representação, e até, consumo. Esta abordagem é feita de uma perspectiva sociológica.

Por meio desse quadro teórico apresentado pelo enfoque gradativo, pode se entender melhor o compromisso e objetivos que mobilizam a diversa e heterogênea presença de Organizações Não-Governamentais – ONGs, na América Latina, que vão desde instituições filantrópicas, entidades religiosas, até fundações, instituições de pesquisa, etc., sendo que, em geral, assimilam a participação como princípio de trabalho com as comunidades envolvidas em seus programas. Embora com grau de envolvimento diferenciado.

Assim, por exemplo, na opção preferencial pelos oprimidos feita pela igreja católica insere-se uma politização da prática religiosa e assumem-se

(3) Deve-se alertar para um ponto de vista mais crítico, e segundo Petras (1996), que o fortalecimento-incremento das ONGs, a partir da década de 80, deve-se a que os ideólogos do neoliberalismo tendem a sufocar o descontentamento e a polarização social decorrente das políticas de ajuste econômico, patrocinando ações alternativas de ajuda às populações afetadas com estas medidas. “Os políticos neoliberais começaram a financiar e promover uma estratégia paralela ‘de baixo’, a promoção de organizações ‘comunitárias de base’ (grass roots) com uma ideologia antiestatal para intervir nas classes potencialmente conflituosas, para criar um ‘amortecedor social’. Tais organizações dependiam financeiramente das fontes neoliberais e disputavam diretamente com os movimentos sociopolíticos pelo engajamento e fidelidade dos líderes locais e das comunidades militantes. Na década de 1990, havia milhares dessas organizações descritas como sendo ‘não-governamentais’, as quais recebiam por volta de 4 bilhões de dólares no mundo todo.” (Petras, 1996)

instrumentos metodológicos que, por sua vez, são politizados enquanto alternativa de trabalho comunitário que procura conscientizar para transformar. Neste sentido a igreja católica contribui para que a participação não fosse mais vista como simples possibilidade técnica de relação com os usuários, mas como uma condição para superar as condições de opressão. Estes princípios metodológicos de relação com “o povo” vão ser amplamente recriados e difundidos pela igreja e assimilados como estilo de trabalho por todos aqueles profissionais que optam pelo trabalho comunitário. Esta dinâmica expressaria um grau de participação até no segundo nível, porquanto transcende as relações de parentesco e de vizinhança para uma valorização da organização comunitária.

O trabalho de Motta (1991), ao abordar a dinâmica das ONGs, no Recife (Brasil), manifesta o significado da inserção das ONGs³ em um trabalho de aproximação das organizações sociais à estrutura de planejamento municipal. Nele, além de exaltar o papel delas na transição democrática do Brasil, valoriza- as enquanto significam novos espaços de prática profissional e ressalta-se a forma como se relaciona participação à cidadania no processo de desenvolvimento urbano.

“Assim, a essência do nosso trabalho foi mostrar que, da mesma forma que outras categorias sociais procuram fugir dos limites impostos à política tradicional, adquirindo seus movimentos o atributo de ‘novos’, também, os profissionais parecem apresentar novas reivindicações, em especial, o engajamento nas lutas populares, cuja análise nos possibilitou falar de uma prática profissional de ‘novo’ tipo, ou, simplesmente, de ‘um novo saber militante’. (...) Radicalmente novo, portanto, é a construção de uma prática profissional alternativa, fundada na organização popular, mas circunscrita num espaço institucional autônomo, aqui representado pelas Organizações Não-Governamentais – ONGs.” (MOTTA, 1991: 227-228)

A noção de cidadania implica exercício dos direitos políticos, mas se fundamenta na garantia básica dos direitos sociais básicos. Embora, por força das transformações sociais e as reformas legislativas, os direitos básicos tendam a estender-se, ainda no contexto da América Latina, não é generalizada a igualdade de oportunidades em educação, emprego, renda mínima, saúde, aposentadoria. A existência de grupos dotados de direitos e privilégios diferentes e isolados dos demais é a base sobre a qual se assentam as carências e as necessidades insatisfeitas dos outros setores sociais. A desigualdade é inerente à sociedade capitalista e os mecanismos nos quais se sustenta são tão largos e complexos que, por isto mesmo, o assunto da cidadania é preocupação importante dos estudos sociais. Assim, trabalhar a participação no espaço urbano como variável que potencializa a cidadania, implica, em primeiro lugar, um largo passo para ampliar a cidadania propriamente dita, ou ainda alargar os níveis de cidadania existentes pela educação e a intensificação das organizações

sociais, para garantir formas mais cientes e comprometidas de participação na gestão da cidade.

A partir dessa premissa é que também em alguns contextos a entrada em vigor, o fortalecimento e a institucionalização dos processos de participação podem ser acompanhados de um aprofundamento e alargamento da cidadania, como é o caso das cidades que têm implementado o Orçamento Participativo (FEDOZZI, 1997).

2.3. A participação segundo as esferas de ação

Finalizando nossa explanação sobre as matrizes conceituais da participação, fazemos alusão à análise que desta se faz segundo as esferas de ação. Neste caso, o termo participação, como tal, é referido a diversas instâncias do discurso ou da ação. Desde esta ótica, fala-se, por exemplo, em participação política, participação social, participação comunitária, gestão comunitária ou ainda em planejamento participante. A aparente ambigüidade destas acepções expressa uma forma particular e historicamente contextualizada de interagir os diversos atores sociais nos polifacéticos âmbitos da vida social.

Essas acepções podem ser relacionadas com as esferas política, social e econômica. Assim, por exemplo, ao falar-se em “participação social”, está-se dando relevância, principalmente, às possibilidades que os indivíduos de uma sociedade têm de fazer parte de associações, organizações, mobilizações ou grupos para explicar seus interesses. A partir disto pode se dizer que todo processo participativo tem bases sociais.

Já quando se fala em participação ligada a “processos autogestionários” (SCHTEINGART, 1991), além do caráter social que carrega, está-se circunscrevendo-a, principalmente, às atividades econômicas ou produtivas, tal é o caso das associações de habitação, das cooperativas, microempresas e oficinas de produção, nas quais toma parte um grupo de indivíduos motivados por interesse comum e que acreditam no esforço próprio para a consecução de um benefício coletivo. Essa característica de busca e materialização de um objetivo comum dar-lhe-ia a conotação de gestão comunitária.

Nessa ordem de idéias, a “participação política” estaria manifesta, primordialmente, nas possibilidades que os indivíduos têm de decidir ou exercer controle a respeito da organização da sociedade. Esta participação política pode ser exercida diretamente, por instrumentos como o voto, o *referendum*, ou representação política pelos partidos e colegiados eleitos por meio do voto. A Constituição brasileira de 1988 institucionalizou estes importantes instrumentos de participação, mas após mais de uma década de sua aprovação são escassas ainda as experiências de apropriação destes como forma de intervenção da sociedade no desenvolvimento urbano e na superação da problemática das cidades. Mas, diante disto tudo, deve se alertar que não dá para dissociar a participação, como anotado por Scherer quando mostrava:

“participação social nada significava sem a participação política e que, pelo contrário, podia servir de desculpa para o governo se omitir de suas obrigações (sendo um) absurdo se ignorar a complexidade do problema que é planejar uma metrópole e de se opor participação social a participação política representativa”. (SCHERER, 1994: 85)

Por fim, constatamos que a participação aparece associada ou se aborda em relação a outros instrumentos de controle social, tais como o planejamento e a descentralização (SCHERER, 1987; BORJA, 1989). Planejamento, descentralização e participação são instrumentos políticos a serviço de conteúdos e projetos passíveis de serem usados pelos interesses dos variados setores da sociedade e, neste caso, são vistos como “instrumentos complementares”, que, implementados em conjunto, inovam o estilo de administração da cidade. Como instrumentos políticos são passíveis de serem a transformação e superação da problemática social, mas também são passíveis de serem usados como instrumentos de controle dependendo do projeto político que sustenta, como também alerta Scherer (1994) quando coloca que tanto a descentralização quanto o elogio da informalidade na participação são ideológicos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação em relação ao espaço urbano expressa, antes de mais nada, uma forma de relação entre Estado e sociedade, mas também entre a esfera pública e privada, nesse contexto, as transformações históricas deste relacionamento repercutem no discurso e nas práticas participativas; a partir disto, levantam-se à continuação algumas características e tendências da participação no período atual.

A partir de 1988, com a promulgação da nova Constituição institucionalizam-se os conselhos como instâncias representativas dos diversos setores da sociedade organizada para deliberar sobre assuntos urbanos, tais como transporte, saúde, educação, lazer, habitação e tarifas de serviços, dentre outros. A criação e o funcionamento destes conselhos dependem da iniciativa e da vontade política das administrações locais e, embora ao longo da década de 90 foram implementando-se em várias cidades brasileiras, sua entrada em vigor explícita não só uma nova dinâmica na relação Estado e sociedade, mas a institucionalização, a regulação e a canalização desses conselhos como canal privilegiado e principal instância de participação, podendo vir a coartar outros canais, gerar processos de cooptação e até possibilitar a burocratização dos representantes das organizações sociais, passando em alguns casos a ser mais um aparelho das esferas de poder, porquanto seu funcionamento fica na dependência da boa vontade da instância administrativa a que está ligada o conselho.

Assim, a atual institucionalização da participação na dinâmica dos governos tradicionais e progressistas, não só como expressão de transformações legislativas, mas como implementação de uma cultura política tem implicações, benefícios diretos, riscos e desafios. Vale destacar, por exemplo, que importantes cidades brasileiras têm desenvolvido mudanças no processo de gestão da cidade. Instrumentos, estratégias e dinâmicas inovadoras entram no cenário da intervenção da cidade. Nesse contexto, a participação é considerada como um instrumento básico no processo de decisões de orçamentos, projetos e programas que têm relação com o futuro das cidades (ver por ex. POLIS, 1998). É nesse caso que a participação se apresenta como instrumento político, no fortalecimento da democracia e de consolidação do exercício da cidadania.

Desde a perspectiva da relação público e privado, a tendência dos processos participativos em relação ao espaço urbano não são muito otimistas. Cientistas sociais (SENNETT, 1988; SANTOS, 2000; IANNI, 2002), visto que diversos âmbitos vêm alertando sobre o esvaziamento do espaço público. Hoje, o encontro, a discussão, a reflexão e a dinâmica coletiva em torno das questões do grupo social ou da cidade não mobilizam tanto quanto as práticas de consumo individual.

“Na verdade está havendo um esgarçamento do tecido social, e isso significa simultaneamente uma ênfase no privado, uma ênfase no comportamento, na auto-ajuda na busca de soluções individuais e uma perda do sentido da história, de sociedade. O convívio entre as pessoas está se modificando e empobrecendo, está se formando um tipo de sociabilidade que é muito mais abstrata, muito mais virtual que é a relação das pessoas com os programas de televisão, o noticiário da mídia eletrônica ou então o uso da internet, que é um meio muito eficaz, cabível, etc. Mas não dá conta daquilo que é, vamos dizer, a comunhão das pessoas.” (IANNI, 2002)

A televisão, o rádio e a internet têm invadido e se autoproclamam como sendo o espaço público, embora tenham contribuído à divulgação e ao acesso democrático da informação, também é um fato que estes meios de comunicação isolam, desagregam e intermedeiam fetichizando o individual e o privado, gerando, de um lado, um descrédito no coletivo e na mobilização, e, de outro lado, substituindo a representação das organizações na negociação de suas demandas, gerando o que desde o enfoque gradativo poderia se considerar a pseudoparticipação. Este cenário não favorece os processos de participação surgidos como expressão das bases; pelo contrário, coarta-os ou absorve-os.

Para relativizar este pesado cenário há necessidade de referenciar o surgimento e fortalecimento do Movimento dos Sem-Teto, como alternativa à crise da moradia, que tem gerado um importante papel no destino do centro histórico de São Paulo e, principalmente, estão transcendendo o espaço privado e abrindo as possibilidades da construção de outros espaços de participação em relação ao urbano.

BIBLIOGRAFIA

- BORJA, Jordi. *Estado, descentralización y democracia*. Bogotá: Foro por Colombia, 1989.
- BRANDÃO, Carlos (Org.). *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Análise integrada do desenvolvimento. In: *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1970.
- CASTELLS, Manuel. *Cidade, democracia e socialismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- CORAGGIO, José Luis. *Participación popular y vida cotidiana*. Quito: Centro de Investigaciones "Ciudad", 1989.
- CUNILL, Nuria. *Participación ciudadana. Dilemas y perspectivas para la democratización de los estados latinoamericanos*. Caracas: Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo – CLAD. Caracas: Litopar, 1991.
- EVERS, Tilman. *Alternativas populares da democracia*. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.
- FADDA, Giulietta. Revisión crítica del concepto de participación como base para la formulación de un instrumento de análisis. *Revista Urbana*, n. 9, Caracas, 1988.
- FALS BORDA, Orlando. RAHMAN, M. *Acción y conocimiento. Como romper el monopolio con Investigación-Acción participativa*. Bogotá: Centro de Investigación y Educación Popular CINEP, 1991.
- FALS BORDA, Orlando. *Investigación participativa*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1987.
- _____. Provincias y asociaciones (rurales) de municipios. *Revista Foro*, n. 14, abr. 1991.
- FEDOZZI, Luciano. *Orçamento participativo. Reflexões sobre a experiência de Porto Alegre*. Rio de Janeiro: Tomo Editorial, 1997.
- FORACCHI, Marialice. *A participação social dos excluídos*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- GOHN, Maria da Glória. *A força da periferia*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- _____. *Movimentos sociais e lutas pela moradia*. São Paulo: Loyola, 1991.
- IANNI, Octavio. Esse governo fez do país uma província do capital mundial. *Caros Amigos*, n. 58, jan. 2002.
- JACOBI, Pedro. Atores sociais e Estado. *Espaços & Debates*, n. 26, 1989.
- _____. Descentralização da gestão municipal: A inovação em debate. *Espaços & Debates*, n. 30, 1990.
- MOISES, Alvaro. *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- ONU - NAÇÕES UNIDAS. *Seminário de las Naciones Unidas sobre las políticas de desarrollo y la planificación en relación con la urbanización*. Informe. Nova York: ONU, 1968.
- _____. *Conceptos de los actuales objetivos de la asistencia y de las corrientes de recursos. Informe del Secretario general de la UNCTAD*. Nova York: ONU, 1975.
- _____. *Asistencia a los necesitados en las regiones menos desarrolladas*. Nova York: ONU, 1956
- _____. *Evaluation of self-Help Housing Programmes conducted by the Instituto de Crédito Territorial (National Housing Agency) of Colombia*. Nova York: ONU, 1967.
- _____. Recomendaciones sobre la naturaleza y orientación de la cooperación regional y la ayuda internacional. In: SEMINÁRIO REGIONAL LATINOAMERICANO SOBRE EL PAPEL DEL DESARROLLO DE LA COMUNIDAD EN LA ACELERACIÓN DEL DESARROLLO ECONOMICO-SOCIAL. Santiago, 1964.
- _____. *Participación popular en el desarrollo. Nuevas tendencias del desarrollo de la comunidad*. Nova York. 1972.
- PETRAS, James. Los intelectuales en retirada. *Revista Nueva Sociedad*, Caracas, n. 107, 1990.
- RAMIREZ-GARCIA, Laura. *Uma abordagem da psicologia social a respeito dos movimentos populares*. São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

- ROSSETTO, Rossella. *Organismos internacionais e a autoconstrução: Análise e reflexões sobre as políticas de habitação para a população de baixa renda*. São Paulo, 1993. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANTANA, Pedro. *Los movimientos sociales en Colombia*. Bogotá: Ed. Foro nacional por Colombia, 1989.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.
- SCHERER, Rebeca. *Descentralização e planejamento urbano no município de São Paulo*. São Paulo: FAUUSP, 1987.
- _____. *Sistematização crítica do conjunto dos trabalhos*. São Paulo, 1994. Tese (Livre-Docência) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- SCHTEINGARD, Martha. Autogestión urbana y derechos ciudadanos. *Revista Nueva Sociedad*, Caracas, 1991.
- SENETT, Richard. *O declínio do homem público*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SLATER, David. Nuevos movimientos sociales y viejas preguntas políticas. *Rev. FORO*, Bogotá, n. 8, p. 4-19, 1989 (documento, apresentado ao simpósio sobre movimentos sociais na América Latina, realizado em Amsterdam – 1988).
- SMOLKA, Martim. Velhas novidades na Agenda do Banco Mundial para a política urbana nos anos 1990. In: GONZALES, Maria Flora (Org.) *O novo Brasil urbano*. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1995.
- TURNER, John; FICHER, Robert. *Libertad para construir*. México: Siglo XXI, 1976.
- WERNER, Edmundo. As políticas urbanas das agências multilaterais de cooperação internacional para países em desenvolvimento. *Espaços & Debates*. São Paulo, n. 39, NERU, 1996.

PALAVRAS-CHAVE (KEY WORDS):

Participação, gestão urbana, revisão conceptual.

Participation, urban management, conceptual review.

Nota:

Trabalho extraído da dissertação de mestrado *Participação e espaço urbano no contexto colombiano*. FAUUSP, 1997.

Miriam Medina

Mestre e doutoranda pela FAUUSP e professora do curso de Urbanismo da Universidade do Estado da Bahia, UNEB.

Ricardo Antonio Tena Núñez

t

TIEMPO Y DESTIEMPO De LA
MODERNIDAD URBANA.
ESCENAS MODERNAS Y
VIRTUALES EN LAS CIUDADES
LATINOAMERICANAS

084

pós-

RESUMEN

Basado en estudios ya realizados en las ciudades de México y São Paulo sobre los procesos de urbanización sociocultural, este trabajo aborda el cambio en la percepción espacial que desarrollan los habitantes de estas grandes ciudades latinoamericanas, como efecto del proceso social que acompaña la modernización y la expansión urbana. La ciudad se despliega en un juego de imágenes que van de lo real a lo virtual, situándonos en un escenario urbano que estructura en forma distinta a los ciudadanos; esta nueva forma de la cultura urbana nos coloca en el umbral de la posmodernidad, donde el territorio se organiza de forma distinta a la tradicional (mancha, pedazo – Magnani) y adquiere un nuevo significado social, con formas culturales de carácter comunitario y tradicional (étnicas) pero en espacios urbanos concebidos como propios de la modernidad urbana y eventualmente emblemáticos de la globalización, posando como escenas virtuales.

ABSTRACT

Based on studies previously undertaken in Mexico City and São Paulo city that investigate social and cultural urbanization processes, this article sets out to review the changes in spatial perception felt by the inhabitants of these two large Latin-American metropolises, the consequence of the social process that follows modernization and urban expansion. The city unfolds in a set of images that go from real to virtual, an urban scenario that structures its dwellers in different ways. This new form of urban culture places us at the threshold of postmodernism, where the territory is organized in a manner different from the traditional one (stain, chunk – *Magnani*), and acquires a new social meaning, with cultural forms of traditional and community character (ethnic), but located within urban spaces conceived as intrinsic to urban modernity and eventually representing globalization, posing as a set of virtual scenes.

I. DEL CAMPANARIO AL SATÉLITE ESPACIAL

El siglo 20 fue el escenario de los cambios más rápidos y radicales en la historia urbana de América Latina, aunque en las capitales y ciudades importantes, se iniciaron en las últimas décadas del siglo 19 con la introducción de nuevos ambientes que anunciaban la llegada de la *modernidad* surcando sus aires coloniales con *nuevas formas de vida* (cosas, luz eléctrica, agua entubada, drenaje, edificios, fraccionamientos, transportes, fábricas, artes, recreación y deportes); este ímpetu se extendió hasta los años 20, como una prueba casi irrefutable de la instauración de la vida moderna, ajustándose al contexto histórico que dio el banderazo a las grandes transformaciones sociales y urbanas, cuyo aliento persiste hasta la fecha.

Entre 1930 y 1945 las principales ciudades latinoamericanas fueron incorporadas al circuito de la modernidad con el proceso de industrialización mundial, crecieron rápidamente en población, tamaño y actividad, en un entramado social complejo: con gobiernos de corte populista (indecisos, prendidos



Figura 1. Centro de São Paulo, 1902 (Ligth)
Fonte: Archivo fotográfico, Light, SP, Brasil, 2001
www.aprendiz.org.br

o espantados por el fantasma comunista), atados al férreo control del capital inmobiliario y financiero de la vieja oligarquía, que renovada explotaba el pujante sector agrario (nacional e internacional); una burguesía industrial y comercial en ciernes (inexperta, ambiciosa y rapaz), ligada a la emergencia de las *clases medias* despampanadas por el *modo gringo de vida*; un cuantioso sector campesino de amplia diversidad cultural con formas de vida tradicional (utilizado, golpeado y segregado) expulsado del campo a la ciudad, donde debía ser incorporado a la joven clase obrera, irreverentemente popular y en vías de ser institucionalizada; todo ello, a la sombra de la *economía de guerra*; aún frescas las huellas de la crisis económica de entreguerras y abiertas las heridas de Europa que derramaron sobre América a millones de inmigrantes desocupados y perseguidos por el fascismo, el nazismo y el franquismo.

En la década de 50, las olas de inmigrantes fueron cada vez más grandes y frecuentes, pronto saturaron la capacidad de los barrios tradicionales, cambiando su composición social, las costumbres y el uso de los espacios vecinales; los viejos inmuebles resultaron insuficientes e inadecuados y comenzaron a ser sustituidos para atender la creciente demanda de habitación, educación, salud, justicia, servicios, producción y comercio; aumentó la demolición de la *ciudad antigua* y se desató la especulación inmobiliaria con la demanda de terrenos para alojar nuevos edificios (públicos y privados); las plazas, jardines y calles perdieron su sabor provinciano, la vía pública fue insuficiente para conducir el intenso tráfico de peatones, vehículos y mercancías.

En poco tiempo, el crecimiento urbano rebasó el ritmo de *demolición-construcción* del centro, los sectores populares dejaron de estar concentrados en las vecindades y avanzaron a los alrededores junto con las fábricas; la ciudad se expandía con una nueva dinámica de *exclusión e inclusión* social y urbana; con el carácter de *ciudad industrial* surgieron los primeros *planos reguladores*, se proyectaron anillos de circunvalación, puentes y viaductos, se intensificó la obra pública de equipamiento e infraestructura, el congelamiento de rentas y otras medidas del gobierno favorecieron el crecimiento de la ciudad en sucesivas periferias, que desde entonces, se enciman sobre otros asentamientos y se expanden por los restos del medio rural.

En este proceso, la ciudad adquiere una imagen *temporal* y diversa para sus habitantes, su percepción es parcial y el significado es cada vez más flexible, en la medida que el crecimiento, la dinámica y las características de la vida urbana desbordan las posibilidades de una apreciación y representación real por parte de los ciudadanos. Por ejemplo, en el siglo 19 un habitante común podía apreciar toda la ciudad desde el campanario de la catedral o desde un cerro cercano, incluso podía recorrerla a pie y conocer a personas en los distintos barrios; después sólo se la podía abarcar visualmente desde un globo aerostático y más tarde desde un aeroplano; actualmente, sólo se puede ver completa con una toma de satélite espacial que capta y representa a la ciudad (no es), a una escala que la reduce miles de veces de su tamaño real; además, por su extensión, complejidad y constante transformación, nadie es capaz de recorrerla toda y conocerla completa, experiencia que al parecer ahora resulta innecesaria ¿a quien le interesa y para qué?



Figura 2. Zócalo y Catedral, Ciudad de México, 1923 (AVA)
Crédito: Artemio de Valle Arizpe. Cronista de la ciudad de México, "Por la veja calzada de Teleacopon", México: Cia. General de Ediciones, S.A 1954



Figura 3. Cuadro «Future New York», 1905
Fonte: Revista *Esencia y Espacio*, México, Instituto Politécnico Nacional, n. 13, p. 6, abr./jun. 2001



Figura 4. Escenas de París, siglo 19
Fonte: Revista *Esencia y Espacio*. México, Instituto Politécnico Nacional, n. 13, p. 7, abr./jun. 2001

Esto significa, entre otras cosas, que actualmente los habitantes de las grandes ciudades *viven la imposibilidad* de conocer empíricamente la totalidad del entorno que habitan; así, para el ciudadano común la denominación de *ciudad* alude a un universo socioespacial abstracto, complejo y diverso, cuyo conocimiento empírico (vivencia real) sólo puede darse parcialmente en los escenarios que forman parte de su vida cotidiana, y cuya configuración se aprecia cada vez más con las mismas imágenes (representaciones) que se emplean para interpretar todo el universo urbano; es decir se las *imagina*, ya que las representaciones son en general más informales que formales y más subjetivas que objetivas.

Por tanto, los cambios que experimentan las ciudades, son también y sobre todo, cambios en la percepción que los ciudadanos tienen de ellas, lo que afecta la vivencia cotidiana, que incluye las formas de vida, las actividades, productos, valores y las concepciones de todo ello; es decir, la cultura. Estos cambios, aparecen como resultado del proceso histórico que inaugura la *modernidad* y que en nuestros días se expresan como una forma particular de la cultura urbana propia de la *posmodernidad*, cuya referencia son los espacios que crean y recrean el *imaginario urbano* de los ciudadanos de América Latina.

(1) "Los pensamientos más ricos y profundos de Baudelaire acerca de la modernidad comienzan justamente después de 'El pintor de la vida moderna' a comienzos de la década de 1860 y continúan (...) hasta 1867 antes de su muerte. Esta obra está contenida en una serie de poemas en prosa que planeaba editar bajo el título de *El Spleen de París*. (...) Walter Benjamin, en su colección de ensayos sobre Baudelaire y París, fue el primero en advertir la riqueza de estos poemas en prosa. (...)." Marshal Berman *Todo lo sólido se desvanece en el aire*, México: Siglo XXI. 2000.

(2) París es objeto de un nuevo orden espacial basado en principios militares, estéticos y de higiene, que derribó cientos de edificios, destruyó barrios completos y expulsó a los habitantes a la periferia, pero que por primera vez abrió la totalidad de ciudad a todos sus habitantes (BERMAN: 150).

2. ESCENAS MODERNAS PRIMARIAS Y VIRTUALES

El advenimiento de la *modernidad* impactó la configuración de las ciudades europeas del siglo 19 y sus primeros efectos recayeron en los ciudadanos, quienes al margen de su condición social y económica se vieron simultáneamente *modernizados*. Este hecho, que expresa "*la íntima unidad del ser moderno con el entorno moderno*" (BERMAN: 128), fue percibido y expuesto con su desgarradora materialidad por los más brillantes pensadores y artistas del siglo 19, entre ellos Charles Baudelaire ocupó un lugar sin precedentes, al exponer a los hombres y mujeres de su tiempo la *condición moderna* que vivían, gente que como él, merecían ser considerados como *héroes* de su propia historia (BERMAN: 145)¹.

Lo que muestra la innovadora poesía en prosa de Baudelaire, es como la modernización de la ciudad inspira e impone a la vez *modernización en las almas* de sus ciudadanos. Tal percepción se expresa en lo que él llamaría: *escenas modernas primarias*; las cuales constituyen arquetipos que surgen de la vida cotidiana que tiene lugar en el París de Luis Bonaparte y Haussmann, justo en el momento en que la ciudad está siendo sistemáticamente demolida y reconstruida, Baudelaire es uno de tantos espectadores y protagonistas en este proceso que materializó la modernidad urbana².

En "*Los ojos de los pobres*" Baudelaire muestra como el *bulevar* crea una escena primaria: lo describe como un espacio donde una pareja puede tener

intimidad en público: estar íntimamente juntos sin estar físicamente a solas, mostrar su amor ante el interminable desfile de desconocidos que transitan por el bulevar y extraer de todo ello formas diferentes de goce, que se multiplica con diversos elementos (luces, espejos, cuadros, fotos, libros, música, vino o café), desplegando un nuevo universo de fantasías. Descubre que el exhibirse enriquece la visión de sí mismo, que ese mirar/se en lo público es una parte esencial de la modernización del espacio público urbano, que generó un *nuevo mundo* público y privado. La ironía del bulevar es que abrió la ciudad para todos (ricos y pobres, buenos y malos, decentes e indecentes, revolucionarios y reaccionarios), y que los ojos miran desde lugares que confrontan posturas sociales, morales y políticas, que rompen el idilio y llevan al desencanto, como se puede percibir en las siguientes líneas:

“(...) Por la noche, un poco fatigada, quisiste sentarte en un café que había en la esquina de un nuevo bulevar lleno todavía de escombros, pero mostrando ya gloriosamente sus inacabados esplendores. (...)”

Erguido en la calzada, delante de nosotros se había parado un buen hombre de unos cuarenta años, de rostro cansado y barba encanecida, llevaba de la mano a un pequeño muchacho y en el otro brazo a un pequeño ser demasiado débil para andar. (...) Todos andrajosos. Aquellos tres rostros tenían una extraordinaria gravedad, y aquellos seis ojos contemplaban fijamente el nuevo café con la misma admiración, pero matizada de forma diferente por la edad.

(...) No solamente estaba enternecido por aquella familia de ojos, sino que me sentía un poco avergonzado de nuestros vasos y nuestras botellas más grandes que nuestra sed. Volví, mis ojos hacia los tuyos, mi querido amor, para leer en ellos mi pensamiento; me sumergí en tus ojos tan bellos y tan extrañamente dulces, en tus ojos verdes, habitados por el Capricho e inspirados por la Luna, cuando me dijiste: ‘Esa gente me es insoportable con sus ojos abiertos como puertas cocheras! ¿No podrías pedirle al camarero que los alejase de aquí?’



Figura 5. Bulevar, Escenas de París siglo 20
 Fuente: *Revista Esencia y Espacio*. México Instituto Politécnico Nacional, n. 13, p. 7, abr./jun. 2001



Figura 6. Exposición Universal, París, 1889
 Fuente: *Revista Esencia y Espacio*, México, Instituto Politécnico Nacional, n. 13, p. 7 abr./jun. 2001

¡Qué difícil es entenderse, querido ángel mío, y que incomunicable es el pensamiento hasta incluso entre los que se aman!.” (BAUDELAIRE, 1864)³.

Si lo anterior puede dar una idea clara del impacto que generó la modernización de la ciudad de París entre sus habitantes, es posible percibir que la profunda transformación que sufrió la ciudad no radicó solamente en modificar la “imagen urbana”, sino que el *plan urbano* consideró los recursos tecnológicos más avanzados para diseñar y construir ejes viales capaces de “ordenar la ciudad”: ligar los espacios monumentales más representativos de la ciudad, abrir y alinear calles internas con banquetas y grandes avenidas, nuevos puentes y embarcaderos sobre el río Sena, erigir monumentos, crear plazas y parques, integrar un sistema de transporte con locomoción mecánica (trenes y tranvías), sistemas para dotar agua potable, drenaje y alcantarillado, así como el diseño e instalación de mobiliario urbano (bancas, señalamientos, kioscos, sanitarios, etc.), incluyó también nuevas tipologías arquitectónicas (estilo Haussmann) empleando altas cantidades de acero y cristal en los edificios, elevadores mecánicos, iluminación artificial (con gas y luego energía eléctrica), pasajes, galerías, mobiliario y decoración, entre otros elementos.

Las obras emplearon a una gran cantidad de personas y estimularon el desarrollo de industrias locales de materia prima y de productos industriales (postes, rieles, cubiertas, muebles, cortinas, ropa, comida, etc.), lo que generó una gran actividad económica que hacía mucho no se veía en París, creó temporalmente un nivel de bienestar que se asoció con la modernización de la ciudad y el poder, desencadenando varios efectos: alentó la aventura restauradora del imperio que llevó a Bonaparte a la guerra contra Prusia y México; para el capital, la búsqueda de mercados se valió de las Exposiciones Universales; y en los sectores populares alentó la organización y la rebelión que desembocó en la Comuna de París.

Es en ese contexto donde se encaja la difusión de la modernidad en el Continente Americano, generando otro tipo de efectos, no sólo porque llegó de rebote y por otras causas – la promoción mundial de las Exposiciones Universales y el europeísmo de las elites –, sino porque la condición histórica era radicalmente distinta; así, su instauración “tardía” en América, realmente fue temprana y discordante, debido a que aún no existían las condiciones sociales que podían ser modernizadas o porque ya se habían iniciado *formas de modernización* distintas⁴.

Esta situación no pude entenderse con claridad si no se toman en cuenta las diferencias intercontinentales del siglo 19: mientras en Europa los cambios urbanos respondían al ajuste de las condiciones espaciales de la ciudad con la sociedad capitalista, resultado de un proceso histórico con antecedentes seculares de oscurantismo y cambios estructurales⁵; en América Latina los cambios urbanos fueron más bien formales, la estructura social aún mantenía una fuerte herencia colonial, la base económica estaba en manos de la oligarquía y eventualmente de

(3) Fragmentos del poema “Los ojos de los pobres”, *El Spleen de París*. Charles Baudelaire, 1864 (p. 183).

(4) Por un lado, existen importantes antecedentes derivados de las culturas indígenas, que desde la colonia impusieron una concepción particular del espacio público (el uso de plazas asociadas a edificios religiosos y de gobierno, por ejemplo). Otro factor, es el desarrollo desigual entre los países americanos, donde las ciudades coloniales requieren de adecuaciones progresivas para incorporarse a la industrialización, mientras que la rápida consolidación del proyecto nacional norteamericano bajo la ideología liberal contó con un escenario adecuado, ya que la mayor parte de las ciudades nacen como ciudades industriales, salvo en ciudades de la costa Atlántica, como Nueva York, Boston, Washington DC o Nueva Orleans, con antecedentes coloniales y objeto de intervenciones urbanas.

(5) Estos antecedentes se refieren a cuatro eventos que marcan la historia de Europa: la Reforma Protestante, la construcción de los Estados Nacionales, la Revolución Francesa y la Revolución Industrial.

empresas extranjeras, contaba con una planta productiva frágil, predominantemente rural, con una industria nacional incipiente, ajena a la ideología burguesa y una incipiente clase obrera, a los movimientos sociales les faltaba la experiencia de la lucha por el poder, la libertad y la igualdad, como realidad y como parte del proyecto social; la figura del *Estado Nacional* era ideológicamente confusa (patriótica, clasista, soberana, dependiente, religiosa, laica, libertaria, conservadora y progresista), políticamente indecisa (entre liberalismo y monarquía, centralismo y federalismo, república o imperio) y sumamente inestable (golpes de Estado, guerras internas e invasiones extranjeras).

En esas condiciones, la *modernización temprana* de las ciudades latinoamericanas (impulsada por las oligarquías nacionales de finales del siglo 19), asumió el carácter de *modernidad virtual*, ya que se adoptaron elementos urbanos propios de la modernidad en un contexto desprovisto de las condiciones históricas que la hicieron posible y le dieron sentido en Europa, provocando efectos radicalmente diferentes: en lugar de “abrir la ciudad” a la totalidad de ciudadanos y generar “*escenas modernas primarias*” transformadoras del espacio público y la vida urbana (pública - privada), hicieron de la modernidad urbana una *moda exclusiva* que reafirmó las posturas conservadoras y no interpeló a los sectores populares, no contribuyó a consolidar la idea de independencia y fortaleció las aspiraciones de “orden y progreso” de las viejas clases dominantes, se abrió servilmente a la inversión extranjera (sector que realmente sembró condiciones modernas), dejó intactas las formas económicas y las estructuras de poder que obstruían el desarrollo capitalista y no creó el imaginario social de la modernidad.

Sin embargo, la *modernidad virtual* (adelantada) de las ciudades latinoamericanas agudizó las contradicciones sociales que desembocaron en los estallidos revolucionarios de principios del siglo 20, hechos que frenaron los cambios y reinterpretaron la adecuación urbana como parte del ideario del antiguo régimen y favorecieron la construcción del *imaginario social* que requerían las



Figura 7. Madero en la Ciudad de México, 1910
Fuente: Fondo Casasola. *Jefes, héroes y Caudillos*. México: Instituto Nacional de Antropología y Historia/Fondo de Cultura Económica, 1996



Figura 8. Entrada de Madero a Cuernavaca, 1911
Fuente: Fondo Casasola. *Jefes, héroes y Caudillos*. México: Instituto Nacional de Antropología y Historia/Fondo de Cultura Económica, 1996

escenas modernas, dándoles una connotación moderna y eventualmente nacionalista; también, debido a la inestabilidad política reinante en las dos primeras décadas los cambios urbanos fueron mínimos. Por otra parte, el escenario internacional estaba marcado por la Primera Guerra Mundial (1914-1918) y en Europa se gestaba el *movimiento modernista* que envolvió la esfera de la cultura.

3. DE LA PARADÓJICA MODERNIZACIÓN A LA POSMODERNIDAD VIRTUAL

Después de la Primera Guerra Mundial y durante los años 20, aún con una planta industrial mínima y una economía rural, las ciudades latinoamericanas presentan *escenas modernas primarias* en un proceso de transformación urbana intenso que va de la mano con la creación de nuevos espacios públicos y privados (que los ciudadanos abren a la ciudad); la ciudad crece y se modernizan las principales plazas, avenidas y calles, se construyen pasajes comerciales, escuelas públicas, hospitales, bancos, museos, galerías, cines, cafés, restaurantes, balnearios, salones de baile y se multiplican los espectáculos, en este proceso se incorporan y desarrollan nuevas expresiones estéticas (música, letras, pintura, muralismo, escultura, etc.) que se conjugan con algunas concepciones de la arquitectura (neocolonial, moderna o *nouveau* y *decó*) y se perfilan a la concepción *funcionalista moderna*.

En este periodo el escenario mundial cambia: se conforma la Unión Soviética, la crisis en Europa se intensifica y los Estados Unidos incursionan en los mercados mundiales con productos industrializados que van a movilizar grandes cantidades de recursos a su economía, además realizan cambios importantes en su organización política interna y externa que va a generar efectos perdurables en América Latina, principalmente en materia



Figura 9. Playa de Santos, São Paulo, 1920. (NGR)
Fonte: Reis Filho, Nestor Goulart. *São Paulo e outras cidades*. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 3



Figura 10. Almacén *El Palacio de Hierro*, México, DF construido en 1921
Fonte: Archivo del arquitecto Ricardo Tena Uribe, México, 1927

de energéticos, alimentos y materias primas, provocando un mayor alejamiento de las potencias europeas de sus tradicionales mercados en América, Asia y África, sumidas en una fuerte crisis económica y política, debilidad que desembocó en el fortalecimiento del fascismo en Italia, el nazismo en Alemania y el imperialismo japonés, triada que estalla la Segunda Guerra Mundial en 1939.

Fue hasta ya iniciado el proceso de industrialización en América Latina, entre 1940 y 1950, con un fuerte y acelerado crecimiento de la población que se llevan a cabo importantes intervenciones urbanas, por lo que realmente se puede considerar que la industrialización se incorpora a una forma particular de *modernidad* urbana, donde más bien se asiste a un proceso de *modernización virtual* de la ciudad y de los ciudadanos, que combina y expresa una gran cantidad de factores culturales “premodernos” (no sólo los tradicionales propios de cada grupo étnico, sino formas económicas, ideológicas y políticas totalmente anacrónicas, como el esclavismo y la servidumbre) con los propiamente *modernos*, que hacen posible la emergencia de “*escenas modernistas virtuales*”.

Desde esta perspectiva, el escenario de las grandes ciudades (industriales) de América Latina se caracteriza por la configuración de un proceso de exclusión social y urbana que crea simultáneamente y en la misma ciudad, la legalidad con la ilegalidad, el mercado formal y el tráfico informal (economía subterránea), donde gracias a la expansión económica de las grandes potencias y al subdesarrollo latinoamericano, coexisten y se complementan: los más modernos y eficientes desarrollos urbanos, conjuntos habitacionales y servicios, con la ocupación ilegal de edificios en las áreas centrales y de grandes extensiones de tierra en la periferia (comúnmente en zonas de alto riesgo o de reserva ecológica, sin interés para el mercado inmobiliario); grandes y lujosos centros comerciales con innumerables calles saturadas de vendedores ambulantes; las condiciones de vida más opulentas con las más miserables e inhumanas (niños y adultos que viven en la calle); el empleo de las tecnologías de punta con las formas más arcaicas; estas son, entre otras, las paradojas de esta forma de modernización.

En esta línea de reflexión, podemos percibir varias implicaciones para las ciudades de América Latina que resultan del proceso de *posmodernidad* iniciado hace por lo menos 20 años en las metrópolis de los países desarrollados (líderes del *capitalismo desorganizado*), donde se identifican verdaderas *escenas posmodernas primarias*, que expresan la desconfiguración del orden urbano y arquitectónico de la modernidad, formas de integración social y expresiones de la identidad basada en la circulación de productos culturales, identidades colectivas que desplazan las relaciones de comunidad, políticas y económicas, por símbolos; se trata de una nueva condición social donde predomina la imagen sobre la realidad, de tal suerte que la *posmodernidad* se asemeja o se encuentra al final con las *escenas virtuales latinoamericanas*.

4. ESCENAS VIRTUALES EN LAS CIUDADES TROPICALES DE LATINOAMÉRICA

Pensando en los cambios ocurridos en las ciudades que han reunido la concentración urbana más grandes de Latinoamérica: México y São Paulo, podemos advertir el impacto recibido por las generaciones que nacieron en la década de 20 y pueden atestiguar los cambios socioespaciales operados en los últimos 80 años. Para ellos, las *escenas modernas primarias*, constituyen su referencia primordial nacieron con ellas, la modernización llenó la mayor parte de su vida con escenas modernas virtuales (idilios, desilusiones y expectativas), hasta el momento en que sus referencias se hicieron difusas y se extraviaron en un entorno social y espacial que cada vez es más distinto, un ahora donde las cosas son de otra forma y responden a otros estímulos, no cabe desilusión ni desencanto, pero enfrentan y son actores de la emergencia de un mundo posmoderno.

Esta percepción, es distinta para las generaciones de 1950, desenvueltas en la fase final del crecimiento económico (no del demográfico y urbano) y por tanto en la crisis, actores dinámicos, nacidos en el centro, en las primeras periferias o en la provincia, habitantes itinerantes en diversos rumbos de la ciudad, en otras ciudades o en otros países, finalmente asentados en cualquier municipio conurbado o en alguna colonia de la metrópoli. Para estas generaciones el uso de la ciudad implicó la creación e incorporación de códigos y señales que permitieran una lectura diferenciada y parcial de la ciudad, suficiente para desplazarse, sobrevivir y disfrutar de ella.

En este orden de ideas, las generaciones nacidas en los últimos 20 años representan una gran incógnita respecto de su condición urbana, sus estrategias para usar la ciudad, su identidad e imaginario colectivo. ¿Cuales son las *escenas primordiales contemporáneas*? Para aproximarnos, miremos algunos datos e imágenes, y consideremos algunas escenas virtuales recientes.

Figura 11. Artesano, centro de São Paulo
Crédito: Ricardo Tena Núñez, São Paulo/Brasil/ 2000



Figura 12. Mutirão en São Paulo, 2001
Crédito: Ricardo Tena Núñez, São Paulo/Brasil/ 2000



Población aproximada en miles

Ciudad /Area Metropolitana	1890	1900	1920	1940	1960	1980	2000
México, DF	470	344	906	1,803	5,409	13,787	20,000
São Paulo, SP	65	240	579	1,586	3,825	13,355	19,500

Fuentes: Brito, E. (1976), Icazuriaga, C. (1992), Morse, R. (1973), Santos, M. (1990), López Rangel (1989)

5. ESCENAS MODERNAS VIRTUALES EN LAS CIUDADES DE MÉXICO Y SÃO PAULO

En las grandes ciudades latinoamericanas (como México, São Paulo y Buenos Aires), actualmente se reconocen algunos *escenarios* que corresponden a la modernidad virtual y resultan de gran significación para la comprensión de la nueva *condición urbana* de los ciudadanos. Se trata de formas particulares de organización y ocupación del espacio, que se articulan alternativamente con procesos económicos, sociales y culturales, desbordan los patrones tradicionales

de carácter comunitario y dan cuenta de la emergencia de identidades colectivas nuevas y distintas, que se enciman con las anteriores y atraviesan a la sociedad urbana contemporánea, creando escenarios múltiples y sobrepuestos en la ciudad que actúan en el espacio público como si fuera privado y a la inversa, en un proceso de *encuentros* que se alejan de la modernidad.

En el tejido urbano de la gran ciudad se pueden identificar diversas *manchas* donde se producen los *encuentros* (escenas) que conforman *escenarios virtuales* (diurnos, vespertinos y nocturnos), ligados a

ellas se perciben *trayectos* particulares, unos las estructuran internamente y otros parten de sus *pórticos* y límites a diversos puntos de la ciudad, conducen y derivan de ellas, empleando redes de relaciones sociales impersonales que se tejen con la trama de la ciudad en su conjunto, creando ligas y *anclas* locales y extralocales con barrios o con *pedazos* de barrio, que en ocasiones se extienden hasta la periferia o vienen de ella, sin excluir otros núcleos de población, escuelas o centros de trabajo⁶.

En la *mancha* las redes de relaciones se generalizan, las diferencias se disuelven, no existe una distinción formal entre habitantes, usuarios, público, compradores, vendedores y prestadores de servicios, debido a la virtualidad de las escenas que crea, sólo emergen cuando se da un posible acto mercantil o un intercambio (troca) de favores, servicios o experiencias. Las *manchas* se articulan y se superponen, se pueden distinguir sólo a partir de la mirada del espectador, cuando busca y encuentra. Cuando está, siempre de paso.



Figura 13. Anuncios, centro nuevo de São Paulo, 2000
Crédito: Ricardo Tena Núñez, São Paulo/Brasil/2000

(6) Las categorías de "pedazo, mancha y trayecto" corresponden a las formulaciones de José Magnani en "De la periferia al centro, pedazos y trayectos", *Revista de Antropologia*, USP, São Paulo, Brasil, 1992. (p. 191-203).

6. ESCENAS MODERNAS EN LAS HUELLAS DE LA CIUDAD DE MÉXICO

(7) En una línea distinta a la tradición narrativa de Luis González Obregón, Artemio de Valle Arizpe y Salvador Novo (creadores del acervo costumbrista de la Ciudad de México del siglo 16 al 19), se aprecia un amplio y diverso caudal de artistas que con su obra documentan las formas de vida, los problemas y los sueños de los *chilangos* del siglo 20, entre ellos destacan Diego Rivera, Juan O’Gorman, David Alfaro Siqueiros, Agustín Lara, Cri Cri, Chava Flores, Guillermo Velázquez, Octavio Paz, Elena Poniatowska, Carlos Monsivais, José Agustín, Paco Ignacio Taibo II, Eduardo del Río (Rius), Armando Jiménez, Pedro Valtierra y muchas otras personas que deliberada o casual ilustran la condición moderna de la ciudad de México.

(8) MONSIVAIS, Carlos. *Escenas de pudor y liviandad*. México: Editorial Grijalbo, 1988.

En la historia de la capital mexicana figuran una gran cantidad de cronistas urbanos⁷, entre ellos, la obra narrativa de Carlos Monsivais es particularmente enriquecedora. En *Escenas de pudor y liviandad*, Monsivais no sólo brinda un amplio panorama del proceso de conformación del *imaginario social* que envuelve a la ciudad de México durante el siglo 20, sino que documenta los cambios socioespaciales generados por la modernidad (arquetipos), describe los lugares y ambientes ciudadanos más significativos a partir de los personajes, sucesos y expresiones que modelan la vida cotidiana de la metrópoli, formando una identidad urbana reconocible en distintos escenarios, con diversos actores y en múltiples escenas⁸.

Actualmente, este ejercicio resulta memorable y hasta cierto punto ajeno a la forma y velocidad con que se materializan y extinguen las *escenas modernas* que documentan la condición cultural de los habitantes de la ciudad de México, con hechos que afirma una suerte de anti-institucionalidad, que no deja lugar a la emergencia y consolidación de personajes de la talla de Celia Montalván, Cantinflas, Dolores del Río, Tin-Tan o Juan Gabriel, ni siquiera a la cursilería o la nostalgia; ahora este tipo de personaje es virtual, la mercadotecnia los erige y la realidad los derriba estrepitosamente aún antes de ser inaugurados, en esta dinámica: Gloria Trevi deja los escenarios y pasa al penal de Brasilia, Paco Estanley abandona la pantalla de la vida con una sobredosis de plomo, el Estadio Azteca pierde su nombre en pugnas de televisoras, la Mis Universo mexicana es una sombra en la vida nacional, Rigo Tovar es denunciado como “degenerado” por su esposa, la anorexia vuelta moda extingue a las voluptuosas *vedettes* de los escenarios y conduce al respetable al *hotline*; los *dancings* son desplazados por *antros* sin sabor y vida efímera, que eventualmente arden con todo y clientes; el

Figura 14. “Bataclana”, 1921
El país y las Tandas. Teatro de Revista 1900-1940. México: Museo Nacional de Culturas Populares – SEP, p. 131



Figura 15. Pintura de Javier Domínguez Camacho
Fonte: *Revista Interlínea*, México, Indal, AC, n. 3, abr./maio 1997

(9) Iniciada la desecación del lago de Tenochtitlán por el virrey Antonio de Mendoza para distribuir terrenos entre los conquistadores y las órdenes religiosas, el *Paseo de la Alameda* fue creado en 1593 por orden del virrey Luis de Velasco, ocupó el espacio del tianguis de San Hipólito y compartió el área con el “quemadero” de la Inquisición.

machismo es ahora una práctica del ambiente homosexual; la imagen de Cristo se disputa en los tribunales y el clero reclama la patente para su explotación comercial; el cine es un arte selecto o una odisea de *shopping*, reto audiovisual cuyo desencanto culmina con la Bruja de Bleair.

Esta situación habla de nuevos tiempos y espacios por conocer, deja ver la existencia de formas y estrategias culturales distintas a las modernas, que se articulan con el diverso e inabarcable universo de la ciudad; es en este contexto donde se forman los imaginarios sociales y se constituyen las *manchas urbanas* de mayor significación, ya que son los espacios arquetípicos donde se producen escenas primarias de la virtual posmodernidad mexicana.

Entre estas manchas destaca una que por su carácter popular y su fuerza reivindica al espacio público de la ciudad de México, ganado a la oligarquía, al capital y a las clases medias, se trata de la Alameda Central.

7. LA ALAMEDA CENTRAL UNA MANCHA URBANA QUE FABRICA SUEÑOS

La Alameda Central o el Paseo de la Alameda, constituye una de las manchas urbanas más importantes de la capital. Ubicada en el primer borde de la ciudad colonial, está flanqueada por dos avenidas emblemáticas (Juárez y Tacuba) y circundada por importantes edificios que atestiguan el paso de otras modernizaciones, es una profunda huella de la historia viva de la ciudad, donde cotidianamente se reivindica su carácter popular⁹.

Los *pórticos* con que ahora cuenta la alameda, son las estaciones del metro (Hidalgo y Bellas Artes), los trayectos más importantes son los perimetrales y los que se desbordan a los barrios del norte y a las zonas comerciales del norte y poniente.

Entre semana, este viejo jardín tiene un apariencia moderna, es un sitio de descanso momentáneo para quienes visitan, transitan o trabajan en esa zona, donde pueden leer el diario, limpiarse el calzado, deambular o tomar un refresco



Figura 16. La Alameda, Diego Rivera
Escultura en la Alameda
Fuente: Fotomontaje de Ricardo Tena Núñez (dos fotos tomadas por el autor). Mural de Diego Rivera en Palacio Nacional, México D. F. y una escultura en bronce en la Alameda Central, de la ciudad de México, 1999

a la sombra de los árboles, un lugar donde la soledad se recrea en la multitud, se pasean las miradas sobre el paisaje, se ven los que siempre van, se puede coquetear y pisar la cancha de piropos. Es un espacio de espera (mientras) o de encuentro, amoroso, amistoso o de negocios; área de espectación ante la posibilidad de una batalla, un crimen, un pecado o un accidente; es también, con todo, un lugar de trabajo, un mercado y una gran pasarela recreada en ese espacio siempre temporal, ajeno y propio de todos los que están y participan en esa permanente y particular fábrica de sueños.

Fin de semana La Alameda es una mancha distinta, un lugar de encuentros colectivos, toma el lugar del jardín central de un pueblo del interior, es una feria popular que convoca a familias de bajos ingresos, recién inmigrados o de paso, albañiles, empleadas domésticas, vendedores y turistas. Allí se crean circuitos interiores con grupos de jóvenes que portan todo tipo de indumentaria; se juega con los niños en las fuentes, hay curas con medicina tradicional o con magia, se leen las cartas, rezan las sectas, se hacen y deshacen parejas, se comen golosinas, se encuentran los parientes, se planea la fiesta del pueblo, se intercambian cartas, fotos, cintas y videos, se mandan mensajes y presentes con los paisanos, al pueblo o a Estados Unidos. También se toman fotos del recuerdo y se compran diversos artículos: mochilas, ropa, música, dulces, elotes y antojitos, con un fondo musical que se mezcla y matiza distintas partes del jardín, con artistas que van por iniciativa propia o del gobierno. Al final del día La Alameda está en el imaginario popular, es parte de los sueños posibles y aguarda el próximo fin de semana de la ciudad de México.

8. EL VIADUCTO DO CHÁ, UNA MANCHA MÁGICA EN SÃO PAULO

Entre las *manchas* con que cuenta actualmente la ciudad de São Paulo, destaca por su fuerte carácter simbólico el *Viaducto do Chá* (Puente del Té), se trata de un viejo puente de acero y concreto, con dos carriles para vehículos y dos aceras (permanentemente intervenido y varias veces modificado), que liga el centro viejo (ciudad antigua) con el centro nuevo (primera expansión urbana), pasa por encima del emblemático Valle Anhangabaú (en Tupí: *Lugar de los malos espíritus*), que cubre una vía rápida (9 de Julio), construida encima del viejo río que aporta el nombre al valle.

Su carácter de puente, evoca y expresa toda la fuerza de una transición, va de uno a otro lado de la tierra, está entre el arriba y el abajo, flanqueado por vacíos que rematan en paisajes lejanos, es un trayecto en medio de todo, es un tramo que se hace largo de ida y vuelta, pero que pasa como un suspiro mientras se aprecia el paisaje (si las obras, los vendedores, los mendigos, el tráfico y los misterios, lo permiten).

Con esas características es el lugar ideal para pensar en el cambio, en el atrás y el adelante, pasado y presente, es un trayecto donde el destino está definido, solo un gran accidente o la suerte lo pueden cambiar, es ir o regresar; por eso es el lugar ideal de los adivinadores, los magos y los místicos. Ellos están allí, siempre del lado sur, son más de 15 con sus mesitas para lanzar conchas, huesos, cristales y cartas, los hay parados con charolas de amuletos, o con vitroleros donde bucean pequeños monstruos verdes dentro de bolas de cristal, aves mágicas y atuendos místicos; destacan entre la multitud y el tráfico, permanecen aún en las *segundas-feiras* (lunes), cuando las autoridades no dejan que los ambulantes se pongan, es cuando mejor se aprecia su presencia y su fuerza.

La escena virtual de la mancha es totalmente expresiva, envuelta en la atmósfera de modernidad de São Paulo, los transeúntes, empleados y trabajadores de las grandes y pequeñas empresas, de las instituciones que se ubican en el centro, se ven atraídos por ese misterioso trayecto y cuando saben que precisan vienen a este pasaje mágico, quieren cerrar cicatrices, resolver problemas, pedir un *trabajo* (*abertura de camino, transporte espiritual, hacer volver a la persona amada, separación, simpatías para el amor, frigidez, impotencia sexual, negocios, demandas, empleo, salud, desarmonía en el hogar, mal de ojo*), o simplemente conocer su destino y encontrar respuestas de su pasado.

Los adivinadores son predominantemente mujeres y negras, pero hay blancas y hombres. Los clientes son de todo genero y edad, pero predominan las mujeres jóvenes y maduras, bien vestidas y portadoras del estandarte liberador que dio la modernidad a las mujeres, quieren saber los secretos del pasado y los misterios del futuro, su vida está en una mesita de paño rojo y su destino, al final del Viaducto do Chá.



Figura 17. Viaducto do Chá, São Paulo, SP. 1998
Fonte: Tarjeta postal, Brasil, 1998



Figura 18. Pajarero de la suerte, Brasil, 2000
Fonte: *Brasil*. Barcelona: Geocolor, 1979. p. 79. Título original: "L'homme à la pèruche". *Figura típique de Santos*"



Figura 19. Adepta del candoblé, São Paulo, 1999
Fonte: *Revista da Folha de S. Paulo*, 2000

BIBLIOGRAFÍA

- BAUDELAIRE, Charles. *El "Spleen" de París. Pequeños poemas en prosa*. México: Editorial Letras Vivas. 2000.
- BERMAN, Marshall. *Todo lo sólido se desvanece en el aire. La experiencia de la modernidad*. México: Siglo XXI Editores, SA de CV. 2000. (Primera edición en inglés).
- ICAZURIAGA MONTES, Carmen. *La metropolización de la ciudad de México a través de la instalación industrial*. México: CIESAS, Ediciones de la Casa Chata. 1992.
- LÓPEZ RANGEL, Rafael. *La modernidad arquitectónica mexicana. Antecedentes y vanguardias 1900 – 1940*. México: Universidad Autónoma Metropolitana – Azcapotzalco. Colección: Cuadernos Temporales, n. 15. 1989.
- MAGNANI CANTOR, José Guilherme. Da periferia ao centro: pedaços & trajetos. *Revista de Antropologia*. São Paulo: USP, v. 35, p. 191-203, 1992.
- MONSIVAIS, Carlos. *Escenas de pudor y liviandad*. México: Editorial Grijalbo, 1988.
- MORSE, Richard M. *Las ciudades latinoamericanas*. México: Secretaría de Educación Pública, Colección Sep-Setentas, v. 96 y 97, 1973.
- SANTOS, Milton. *Metrópole corporativa fragmentada, o caso de São Paulo*. Brasil, São Paulo: Nobel – Secretaria de Estado da Cultura. 1990.

PALABRAS CLAVE (KEY WORDS):

Urbanismo, cultura urbana, imaginarios urbanos, territorios, América Latina, modernidad, posmodernidad, escenas virtuales.

Urbanism, urban culture, urban imaginary, territories, Latin America, modernity, postmodernity, virtual scenes.

Ricardo Antonio Tena Núñez

Profesor e investigador de la Sección de Estudios de Posgrado e Investigación de la Escuela Superior de Ingeniería y Arquitectura, Unidad Tecamachalco del Instituto Politécnico Nacional. México.

Wilson Edson Jorge

P

PROJETOS PRISIONAIS NO
ESTADO DE SÃO PAULO

100

pós-

RESUMO

O artigo aborda a questão dos projetos penitenciários recentes no estado de São Paulo, a partir de um contexto mais amplo do sistema prisional no Brasil e do sistema penitenciário do estado de São Paulo, convergindo para a abordagem de novas mudanças naquela questão e para uma avaliação crítica do processo de projeto e implantação das unidades prisionais.

ABSTRACT

This article covers recent penitentiary design in the state of São Paulo. It approaches the issue from the broad perspective of the Brazilian prison system and the São Paulo state prison system and then goes on to investigate new changes in this matter and to make a critical evaluation of the penitentiary design and implementation process.

"It (prison) is flawed beyond repair, a necessary evil, a bad use of resources, always to be avoided if something better can be found."

STERN, Vivien. *A sin against the future*. Londres: Penguin Books, 1998, p. 309.

INTRODUÇÃO

O interesse que tenho pela questão prisional e pelos trabalhos desenvolvidos para este setor remontam a 1984, quando tivemos oportunidade de participar de projetos envolvendo o programa de reurbanização da área do Carandiru. O prosseguimento desses para o governo do estado de São Paulo trouxeram-nos novas experiências no setor, tendo, afinal, participado de inúmeros projetos para o setor prisional, dentre os quais o desenvolvimento e o projeto de novos conceitos para casa de detenção, penitenciárias de máxima segurança e cadeia pública. Esses projetos foram implantados, resultando em um total de 17.520 vagas prisionais. O trabalho se realizou por meio de contatos permanentes com o quadro político-administrativo da Secretaria da Administração Penitenciária que incluíram visitas a penitenciárias em todo o estado e entrevistas com diretores, funcionários e detentos dessas penitenciárias. Enfim, um processo de convivência intensa que gerou condições de reflexão com o setor prisional.

Essa condição de participar ativamente do processo de expansão do sistema prisional permitiu-nos estar bastante a par desse processo e, principalmente, de seus problemas relacionados diretamente com a questão da violência e dos direitos humanos. A experiência acumulada e a condição singular de ter participado do planejamento da localização e de projetos prisionais, com propostas inovativas em um sistema que se estagnara há décadas, levaram-nos a desenvolver, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, uma avaliação crítica dos projetos de penitenciárias, no contexto geral do quadro penitenciário brasileiro e de São Paulo, e das condições de vida dos detentos, avaliação essa que abrangeu, inclusive, os projetos inovativos nos quais participamos, projetos estes que foram selecionados e expostos na última Bienal de Arquitetura.

O rebatimento da experiência profissional para o âmbito da pesquisa e produção acadêmica levou-nos a produzir, no período de três anos, o trabalho para a livre-docência, defendida em novembro de 2000. Esse trabalho foi inovativo por tratar das condições em que o planejamento da localização e o projeto de penitenciárias traduzem e propõem, principalmente, para os sujeitos do sistema prisional (funcionários da administração prisional em todo o âmbito da

Secretaria da Administração Penitenciária, detento e familiares destes), condições específicas de qualidade de vida. O trabalho também se propôs a fazer a ponte entre a produção de projetos e a produção da pesquisa, exemplificando quando um projeto pode se transformar em pesquisa, questão esta atual e importante para uma Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

O presente artigo atualiza informações sobre a evolução da política prisional do Estado, principalmente a novos conceitos adotados e conseqüentes projetos prisionais e inicia uma crítica sistemática àquela política. Essa atualização faz parte de nosso projeto de pesquisa acadêmica, que prossegue.

I. O CONTEXTO DO SISTEMA PRISIONAL NO BRASIL

Com uma média de 512 prisões, milhares de delegacias e vários outros estabelecimentos, o Brasil possuía, em 1995, uma população carcerária de cerca de 148.760 detentos.

A razão preso/população brasileira (seu índice de encarceramento) é próximo de 108 presos por 100.000 habitantes. Este índice é relativamente baixo, se comparado aos países que têm uma população carcerária de mais de 100.000 presos (Estados Unidos, China, Rússia – todos com população carcerária superior a 1 milhão de pessoas – e Índia, Irã, México, Ruanda, África do Sul, Tailândia e Ucrânia) e também em relação a outros países americanos – os índices de encarceramento no Chile, Colômbia, México, Venezuela e os Estados Unidos para 1997 foram de 173, 110, 108, 113 e 645 presos por 100.000 habitantes, respectivamente, segundo a Human Rights Watch (HRW).

1.1. Legislação nacional

São três as normas brasileiras que asseguram garantias à população encarcerada: a Constituição de 1988, a Lei de Execução Penal (LEP), de 1984, e as Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil, de 1994.

A *Constituição* assegura, dentre outras normas, “aos presos, o respeito à integridade física e moral” e as constituições de determinados estados tratam do mesmo assunto, como a Constituição do estado de São Paulo, que determina, por exemplo, que “a legislação penitenciária estadual assegurará o respeito às regras mínimas da Organização das Nações Unidas para o tratamento de reclusos, a defesa técnica nas infrações disciplinares (...)”.

A *Lei de Execução Penal (LEP)* é a legislação mais detalhada e moderna sobre o assunto: estimula o respeito aos direitos humanos dos presos ao incitar tratamento individualizado e garantir assistência médica, jurídica, educacional, social, religiosa e material, além do estímulo ao uso de penas alternativas, como fianças, serviços comunitários e suspensão condicional. Busca, dessa maneira, a “ressocialização das pessoas condenadas”.

As *Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil* são baseadas nas Regras Mínimas para o Tratamento de Prisioneiros das Nações Unidas, segundo a HRW. Aspira, entre 65 artigos, normatizar a classificação, alimentação, assistência médica, disciplina contato dos presos como o mundo exterior, educação, trabalho e direito ao voto.

1.2. Condições do sistema prisional

A população carcerária do Brasil está distribuída em estabelecimentos de diferentes categorias, incluindo penitenciárias, presídios, cadeias públicas, cadeiões, casas de detenção e distritos ou delegacias policiais; colônias agrícolas ou industriais, centros de observação, casas de albergado e hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico.

Teoricamente, segundo a Lei de Execução Penal, a rota do preso pelo sistema penal deveria seguir o seguinte curso: após ser preso, o suspeito criminoso deve ser levado à delegacia de polícia para registro e detenção inicial: após poucos dias, caso não seja libertado, deve ser transferido para uma cadeia ou casa de detenção, enquanto aguarda julgamento e sentenciamento; condenado, deve ser transferido para um estabelecimento específico para presos condenados. Possivelmente, passa por um estabelecimento em que seu comportamento é estudado. Os estabelecimentos para presos condenados seriam divididos em: fechados – os presídios; semi-abertos: as colônias agrícolas e industriais; e abertos: a casa do albergado. O preso condenado seria transferido para um desses estabelecimentos, conforme suas características particulares. O cumprimento da pena deveria seguir uma rota decrescente de encarceramento, permitindo, assim, a ressocialização do preso.

Na prática, no entanto, a realidade brasileira está muito aquém da legislação. A falta de infra-estrutura física é um dos principais problemas que mantém a prática ainda longe da legislação, com carência de presídios e praticamente ausência de estabelecimentos de regime semi-aberto ou casas de albergados, forçando o cumprimento da pena de parte dos condenados em distritos policiais e delegacias.

Além disso, as diferenças regionais são extremas, sendo que os estabelecimentos penais brasileiros estão mais concentrados juntos às zonas urbanas, fenômeno esse que é uma das justificativas da pertinência do tema da pesquisa por nós proposta. De fato, só o estado de São Paulo mantém quase 40% dos presos brasileiros, com uma população carcerária maior do que a da maioria dos países latino-americanos. Por outro lado, alguns estados encarceram, no total, menos de mil pessoas ou por possuírem uma população realmente baixa ou, talvez, o motivo principal, por incapacidade de aplicação das leis criminais. Este quadro é notável na tabela a seguir, que apresenta diferenças flagrantes da condição prisional, por estado da federação:

Quadro 1
Número de presos por estado e sua relação com a população do estado

Estado	População	Número de Presos	% País	Presos por 10,000 hab. do estado
São Paulo	33.699.600	58.778 (*)	39.51	174.42
Mato G. do Sul	1.912.800	3.139	2.11	164.10
Paraíba	3.340.000	5.036	3.39	150.78
Rondônia	1.339.500	1.847	1.24	137.89
Distrito Federal	1.737.800	2.291	1.54	131.83
Rio de Janeiro	13.296.400	16.468	11.07	123.85
Rio G. do Sul	9.578.600	10.914	7.34	113.94
Paraná	8.712.800	8.160	5.49	93.66
Amapá	326.200	297	0.20	91.05
Acre	455.200	386	0.26	84.80
Mato Grosso	2.313.600	1.808	1.22	78.15
Minas Gerais	16.505.300	12.515	8.41	75.82
Santa Catarina	4.836.600	3.521	2.37	72.80
Sergipe	1.605.300	1.101	0.74	68.59
Espírito Santo	2.786.700	1.770	1.19	63.52
Pernambuco	7.445.200	4.707	3.16	63.14
Goiás	4.308.400	2.628	1.77	61.00
Ceará	6.714.200	3.455	2.32	51.46
Roraima	262.000	123	0.08	46.91
Maranhão	5.231.300	2.405	1.62	45.97
Pará	5.448.600	2.026	1.36	37.18
Tocantins	1.007.000	349	0.23	34.66
Rio G. do Norte	2.582.300	795	0.53	30.79
Amazonas	2.320.200	601	0.40	25.90
Bahia	12.646.000	2.617	1.76	20.69
Piauí	2.725.000	551	0.37	20.22
Alagoas	2.685.400	478	0.32	17.8
Total	155.822.200	148.760	100.00	95.47

(*) O estado de São Paulo estaria, hoje, com cerca de 104.000 presos, em função de novos estabelecimentos prisionais implantados no período

Fonte: População dos Estados: IBGE PNAD 1955 – Número de Presos: Secretarias Estaduais de Justiça e Segurança

Apesar de o Código Criminal brasileiro ser federal, cada unidade da federação tem e administra seu próprio sistema penal, incluindo aí estabelecimentos prisionais, polícias independentes e, em determinados estados, leis de execução penal suplementares. Os reflexos desta heterogeneidade legal são perceptíveis, na prática, na hierarquia institucional de comando do sistema penal, nos locais de superlotação, custos, salários, cumprimento de normas, etc.

Por outro lado, o governo federal, por meio do Ministério da Justiça, possui duas agências de política prisional: o Departamento Penitenciário incumbido de aspectos práticos como a liberação de verbas para a construção de presídios e o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária que orienta aspectos de

informação e pesquisa e que publica de dois em dois anos o *Censo Penitenciário Nacional*.

O Ministério da Justiça anunciou, em fevereiro de 2000, um programa denominado Centro de Reabilitação e Integração Social (CRIS) que substituiu o Programa Zero Déficit lançado pelo ministro anterior (cada ministro, uma política?), com o objetivo de criação de 74 mil vagas em penitenciárias de segurança média. O programa anterior se propunha a criar 17 mil vagas de segurança máxima a custo de R\$ 30 mil a R\$ 40 mil cada vaga, isto é, R\$ 10 milhões por presídio. O CRIS se propôs, com o mesmo investimento do programa anterior, a criação de vagas a custo de R\$ 7 mil a R\$ 9 mil cada, uma vez que, segundo estimativas do próprio Ministério da Justiça, 80% dos condenados não precisam cumprir suas penas em regime de segurança máxima, além de contar com a ampliação do uso das penas alternativas. Isso significa uma mudança na política prisional, com ênfase em um sistema que privilegia a reintegração do preso à sociedade. Ainda é uma incógnita se essa nova política irá se consolidar nas próximas gestões.

1.3. Questões críticas dos presídios brasileiros

Superlotação

A superlotação nos presídios brasileiros é reflexo da carência de cerca de 100.000 vagas prisionais (cálculos estimativos do setor). Essa situação tende a se agravar porque, além do enorme aumento no número de condenações no país, mesmo havendo normas internacionais que estabelecem a capacidade e a metragem mínima por preso nos presídios, esse número pode ser facilmente manipulado conforme as características de cada presídio.

Entretanto, a LEP determina que as celas individuais sejam de pelo menos 6,0 m². Porém, esse limite não é cumprido nem mesmo nas celas individuais que quase sempre são divididas entre dois ou mais condenados, ou seja, quase todos os estabelecimentos prisionais brasileiros estão superlotados, aumentando as tensões internas, elevando a violência entre os presos, as tentativas de fuga e os ataques a funcionários. Muitas vezes, as reivindicações dos presos se resumem à transferência para estabelecimentos com menos lotação.

A superlotação tem ainda uma agravante: um enorme número de presos não-condenados seguem cumprindo a reclusão, ocupando cerca de 40% das vagas dos distritos e presídios brasileiros. A maioria desses presos não são acusados por crimes hediondos, estando em situação oposta àquelas recomendadas pela HRW. Por outro lado, estimava-se que, ainda em 1994, havia mais de 275.000 mandatos não-cumpridos no Brasil, número esse maior que a população carcerária.

A HRW estabeleceu em suas avaliações uma série de critérios para determinar as condições dos presídios em face das necessidades de atendimento aos presos. São elas:

Condições Físicas

Os presos brasileiros vivem, em sua maioria, em presídios ou cadeias com projetos obsoletos e superlotados, deterioradas fisicamente, sendo obrigados, muitas vezes, a dormir no banheiro ou até mesmo presos às grades. Além disso, a maior parte das provisões de higiene e vestuário é de responsabilidade dos detentos, levando à exploração pela troca dos bens de cada um.

O tamanho e a forma dos presídios têm relação direta com o bom funcionamento interno, incluindo o cumprimento de normas e a reabilitação dos presos. No Brasil há uma variação enorme das condições dos presídios. A maioria está em péssimas condições de conservação, o mesmo ocorrendo com as delegacias e distritos policiais, todos superlotados.

Trabalho

No Brasil, o aprendizado e a execução de um ofício dentro dos presídios é um dos objetivos garantidos por lei, porque se acredita que um detento possa aumentar muito suas chances de integrar-se com sucesso à sociedade, após ser solto, ao ocupar sua vida durante o cumprimento da pena.

Entretanto, o problema surge mais com a falta de oferta de trabalho e mesmo de recreação dentro dos presídios do que com a falta de interesse dos presos em se dedicar a um ofício. Além disso, órgãos internacionais e a LEP sugerem que de cada três dias trabalhados dentro do presídio, um dia seja debitado da pena do condenado. Dessa forma, é importante para o detento ter acesso ao trabalho. Considere-se também a necessidade de a maioria dos presos contribuírem para o sustento de sua família, a maior parte situada em estratos de baixa renda e com os encargos adicionais advindos da prisão de um de seus membros. O salário sugerido para o detento pela LEP é de $\frac{3}{4}$ do salário mínimo.

Sem a possibilidade de trabalho, o tédio e a indolência acabam se tornando parte da vida do detento, gerando um quadro de constante insatisfação, tensão, adesão a grupos organizados (quadrilhas), etc.

Educação

O nível educacional de grande parte dos presos no Brasil é baixo, reduzindo as possibilidades de trabalho dentro da prisão. A LEP determina que sejam oferecidos aos detentos ensino básico e formação vocacional e profissional, o que também não acontece na maioria dos presídios brasileiros.

Exercício e Recreação

A existência de áreas livres, quadras de esportes e campos de futebol variam de prisão para prisão. E, como boa parte dos presos não têm acesso a trabalho, terminam por ficar com muito tempo ocioso.

Algumas prisões têm pátios ou quadras ao ar livre, ao lado dos blocos de celas, nos quais os presos passam o dia inteiro. Em outras prisões, detentos de pavilhões ou galerias diferentes são levados para as áreas de recreação em turnos.

Em geral, os presos das celas de isolamento que, por qualquer razão, devam ser mantidos separados do resto da população carcerária, dispõem de oportunidades de exercício mais limitadas.

O exercício é praticamente impossível nas delegacias policiais. Muitas delas têm pátios vizinhos às celas, onde os presos ficam soltos durante o dia. Se as carceragens tivessem o número de presos para a qual foram planejadas, seriam possíveis atividades recreacionais, mas a superlotação eliminou essa opção. Em vez disso, para passar o tempo, os presos vêem televisão, escutam rádio, cantam, jogam cartas e conversam. Como um detento disse, ressaltando a rotina diária de completa indolência, ele não tem *“nada para fazer o dia inteiro a não ser pensar em fugir”*.

Tanto nas prisões como nas delegacias, é por meio da televisão e das drogas que os presos procuram fugir de seu estreito e desalentador cotidiano.

Vínculos Familiares

É condição dos direitos dos detentos que lhes seja garantido o contato com seus familiares. A maioria dos detentos tem fortes vínculos familiares que precisam ter um mínimo de continuidade, inclusive para garantia de condições psicológicas favoráveis. Nesse contexto de contato e relações com a família, destaca-se a preocupação que os presos têm com a condição econômica, visto que sua condição impede a ajuda econômica à família, a não ser que ele possa exercer trabalho remunerado no sistema prisional. Além da questão econômica, o contato regular com familiares é imprescindível para que ele se mantenha em condições de suportar o fardo da prisão, sem o que sua condição emocional se deteriora rapidamente. Assim, é necessário que o detento possa ter contatos regulares com seus familiares, o que muitas vezes é obstaculizado pela distância entre o presídio para qual foi transferido e a cidade em que reside sua família.

2. O SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO

2.1. Histórico

A história do sistema penitenciário de São Paulo iniciou-se em 1/3/1892, quando o Decreto n. 28 criou a Secretaria da Justiça.

Até o início de 1979, os estabelecimentos destinados ao cumprimento de penas privativas de liberdade, no estado de São Paulo, estavam subordinados ao Departamento dos Institutos Penais do Estado – Dipe, órgão pertencente à Secretaria da Justiça.

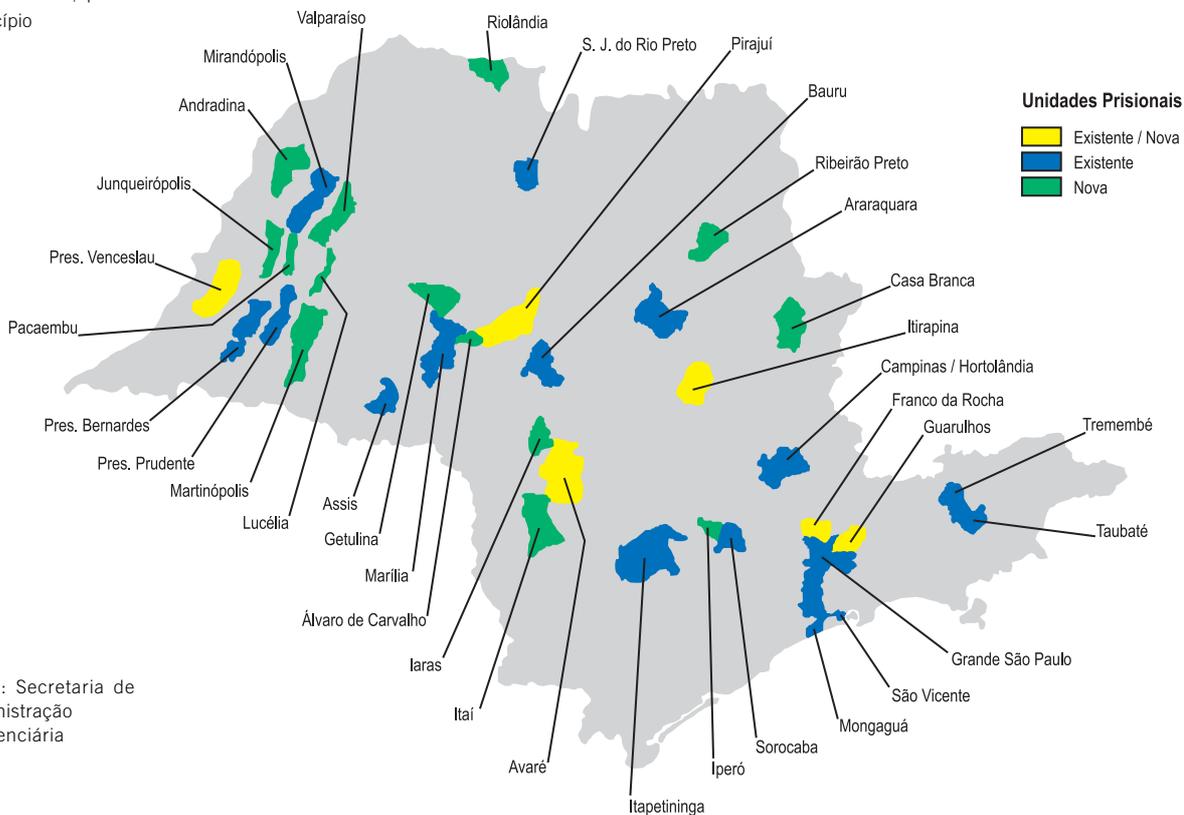
Com a edição do Decreto n. 13.412 de 13/3/1979, o Dipe foi transformado em Coordenadoria dos Estabelecimentos Penitenciários do Estado – Coespe, na época com 15 unidades prisionais.

Quadro 2
Penitenciárias – regime
fechado, implantadas a
partir de 1998

Fonte: Secretaria de
Administração
Penitenciária

Município	Vagas
Avaré	852
Franco da Rocha I	852
Franco da Rocha II	852
Guarulhos	1.200
Casa Branca	852
Iperó	852
Pirajuí	852
Pres. Venceslau	852
Itirapina	852
Álvaro de Carvalho	792
Andradina	792
Getulina	792
Junqueirópolis	792
Lucélia	792
Martinópolis	792
Pacaembu	792
Itaí	792
Riolândia	792
Ribeirão Preto	792
Iaras	792
Valparaíso	792

Ilustração 1
Estado de São Paulo:
localização de
penitenciárias, por
município



Fonte: Secretaria de
Administração
Penitenciária

Há uma tendência recente no Estado, de separar-se a política e a gestão do sistema penitenciário da Secretaria da Justiça para uma secretaria específica, em face da complexidade e extensão que aquele sistema foi gradativamente tomando. Essa é uma tendência que oscila a partir da linha ideológica e na política das administrações estaduais.

Nesse processo, a Lei n. 8209, de 4/1/1993, criou e o Decreto n. 36.463, de 26/01/1993, organizou a Secretaria da Administração Penitenciária com as atribuições de: execução da política estadual de assuntos penitenciários; organização, administração, coordenação, inspeção e fiscalização dos estabelecimentos que a integram; classificação dos condenados; acompanhamento e fiscalização do cumprimento de penas privativas de liberdade em regime de prisão albergue; adestramento profissional dos sentenciados e o oferecimento de trabalho remunerado; supervisão dos patronatos e assistência aos egressos; emissão de pareceres sobre livramento condicional, indulto e comutação de penas; realização de pesquisas criminológicas; assistência às famílias dos sentenciados.

Ocupou a direção da secretaria na gestão Covas um grupo político identificado com a corrente de direitos humanos que se substancia na Comissão de Justiça e Paz ligada à Arquidiocese de São Paulo. A secretaria, mesmo desenvolvendo programas para corresponder às propostas do Programa Nacional de Direitos Humanos, adotando medidas para a humanização das unidades prisionais (pelos projetos que teoricamente visam à reabilitação do preso com oferta de trabalho, profissionalização e educação, o comprometimento da sociedade com a questão penitenciária), não conseguiu atingir as metas estipuladas. Diga-se que um mérito daquela gestão foi a manutenção da Secretaria da Administração Penitenciária que traz à tona, com especificidade, toda a questão penitenciária como política pública, pois o sistema prisional, em sua tradição, é retrógrado.

2.2. Situação recente

O governo do estado investiu nos últimos anos (1998-2000) R\$ 230 milhões na construção de 21 unidades prisionais de regime fechado, significando 17.520 novas vagas e cerca de 7.000 vagas de trabalho, entre agentes de segurança, pessoal administrativo e de nível universitário.

Além das 17.520 vagas abertas com a construção das unidades, a Secretaria da Administração Penitenciária vem implantando 860 vagas de regime semi-aberto pelo Programa Reconstruindo as Prisões, substituindo a mão-de-obra externa pela mão-de-obra do preso na construção e na reforma das unidades. Os presídios semi-abertos estão em construção nos municípios de Mirandópolis (360 vagas), Marília (250) e Presidente Prudente (250).

Naquela gestão, a parte mais visível da política penitenciária foi a implantação das 21 novas penitenciárias, o maior programa do gênero no Brasil. Porém é importante assinalar outras propostas que vêm sendo também implantadas pela atual gestão com o objetivo de alicerçar uma política que tem como pano de fundo os direitos humanos:

- Programa de Penas Alternativas e de prestação de serviços à comunidade, visando garantir aos presos com esse direito (condenados até dois anos e com projeto de lei no Congresso para estender esse período para quatro anos) de cumprirem suas penas em serviços prestados à comunidade. Hoje, reconhecidamente, 40% dos presidiários estão em condição de enquadrarem-se nesse programa – o problema de sua implantação residindo na abertura de oportunidades para o trabalho, em face das questões de organização e nas resistências ao programa pelo setor mais conservador do sistema.

- Programa da Academia Penitenciária (ACADEPEN), vinculado a essa escola penitenciária que funciona para os funcionários dentro do sistema, visando ao aperfeiçoamento de agentes de segurança penitenciária, psicólogos, assistentes sociais e psiquiatras, por meio de cursos com ênfase em direitos humanos, cidadania e saúde do trabalhador. Os novos diretores de presídios, peças-chave na política administrativa desses estabelecimentos, têm de passar por cursos destinados a dirigentes. Todos os cargos para funcionários têm sido preenchidos por concurso público, com entrevistas individualizadas.

- Programa de Conselhos de Comunidade para presídios e cadeias públicas, já previstas na Lei de Execuções Penais – esses conselhos são municipais, com três membros, no mínimo, nomeados pelo juiz da Vara de Execuções Penais, com poderes legais para fiscalizarem e montarem propostas e serviços aos presos. O estado de São Paulo tem hoje, funcionando, cerca de 30 conselhos, dos quais vêm saindo exemplos como a APAC do município de Bragança Paulista.

- Programa de Assistência Judiciária aos presos, que contrata advogados e estagiários a fim de aprimorar o acompanhamento de sentenças e estabelecer a execução penal (assistência penitenciária) dentro do sistema penitenciário. Esse programa conseguiu chegar a ponto de atender imediatamente ao preso que chega à casa de detenção, resolvendo o problema de acúmulo de casos não-atendidos que se estendiam por anos de estadia.

Esses programas só se mostram viáveis na medida em que incorporaram, por meio de convênios, outros órgãos do setor público e/ou da comunidade, ampliando e favorecendo sua implantação. Assim, entre outros, estão ligados aos programas: Instituto Latino-Americano para a Prevenção de Delitos e Tratamento do Delinqüente (ILANUD), Fundação Manoel Pedro Pimentel (FUNAP), Ministério da Saúde, Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho, ESALQ, UNIP, etc.

2.3. Os projetos penitenciários do governo do estado de São Paulo, nas duas últimas gestões

A penitenciária do estado foi o marco básico e o grande paradigma importante de projetos penitenciários. Sua organização com edificações específicas para cada tipo de função (celas, trabalho, administração vinculadas a um grande eixo central de circulação) vem sendo, com poucas alterações, utilizada para os projetos posteriores e mais recentes de penitenciárias. Aquela organização espacial recebeu, na época de sua implantação, o codinome figurativo “poste de luz”, depois alterado para “espinha de peixe”, como é conhecido até hoje.

A Penitenciária de Araraquara, projeto mais recente, dos anos 70, apresenta instalações até sofisticadas, como a capela, porém dentro dos princípios organizativos do sistema “espinha de peixe”. Houve variações no processo construtivo, desde o uso intenso do concreto até a tentativa de utilização de vidros resistentes ao invés de grades nas janelas (abandonada porque os presos descobriram formas fáceis para quebrar o vidro), porém o esquema básico de organização continuou o mesmo. A falta de alternativas para a organização espacial das penitenciárias vem corroborar a hipótese que o setor penitenciário do estado é bastante conservador.

A proposta que criamos para um tipo alternativo e diferenciado de projeto penitenciário, logo batizado como projeto “em cruz” e que prescinde do grande corredor central do projeto “espinha de peixe”, só foi possível na década de 90, apesar de estarmos atuando no setor penitenciário desde 1984. Assim, passaram-se mais de 70 anos para que houvesse uma alteração mais ampla no projeto de penitenciárias. Isso ocorreu pela mudança na concepção política do setor e que se refletiu, inclusive, na questão do projeto. Houve interesse, deu-se oportunidade para novas propostas e desenvolveu-se um processo de produção do projeto com amplas consultas e participações do próprio setor penitenciário, principalmente dos diretores de presídios, o que não ocorria antes. Não julgamos que esse processo de mudança esteja totalmente consolidado, podendo, inclusive, haver recuos, mas já houve um avanço importante, inclusive com a implantação de 12 novas penitenciárias com o partido “em cruz”. Diga-se de passagem que a administração do Estado implantou também oito penitenciárias com o modelo “espinha de peixe” (cujo projeto foi por nós revisto), porque parte dos diretores de penitenciárias do estado preferiam um modelo, que já conheciam, para fins de administração e controle. No momento, estão em construção mais 11 penitenciárias para que o governo consiga, conforme previsto e declarado, a erradicação total da Casa de Detenção do Carandiru, no ano de 2002.

3. NOVAS MUDANÇAS NA QUESTÃO DOS PROJETOS PRISIONAIS

3.1. A questão da segurança e o crime organizado

Nos últimos anos, surgiram organizações criminosas estruturadas que passaram a agir internamente nos presídios, cooptando novos elementos, enfrentando membros de outras facções rivais, exigindo políticas diferenciadas, por parte do Estado, para enfrentá-las, inclusive na questão prisional. Esse novo estágio de entidades criminosas trouxe, como uma das respostas do Estado, a criação de presídios de alta segurança, para cumprimento de pena, inclusive, de chefes e membros destas organizações, considerados de alta periculosidade. Em julho de 2002, o governo federal anunciou a construção de cinco penitenciárias de alta segurança, especialmente destinados a presos “inadaptados”, conforme declarações do então secretário Nacional de Justiça. Outras conseqüências do aparecimento de organizações criminosas é a necessidade de um novo critério de alocação de presos em estabelecimentos, a fim de evitar confrontos internos entre grupos de facções diferentes, criando situações de risco para a segurança dos detentos.

3.2. Projetos prisionais diferenciados

As respostas do Estado ante novas realidades na condição criminal trazem exemplos recentes, não muitos, de projetos prisionais diferenciados. Eles surgem, por exemplo, como relatado no item anterior, da condição do crime ter se organizado. Surgem, também, de novas propostas de ressocialização de presos, como é o caso dos Centros de Ressocialização, com regime disciplinar diferenciado e cuja gestão é compartilhada com a comunidade local. Esse último exemplo, com experiência iniciada em Bragança Paulista, está gerando a implantação de 10 novas unidades, com projeto desenvolvido especificamente para o novo modelo de ressocialização. A unidade tem capacidade para 210 presos, vindos exclusivamente de cadeias da comarca e das penitenciárias próximas.

Outro exemplo de projeto diferenciado é o Centro de Detenção Provisória, destinado a presos transitórios: sem pena estabelecida ou sem presídio determinado para transferência. Esse tipo de detenção gerou dois projetos específicos: o primeiro é o modelo verticalizado, com capacidade para 576 detentos, criado para áreas urbanas densas, com poucos terrenos disponíveis e bem localizados para obras prisionais, e cujo primeiro projeto está sendo implantado em São Bernardo do Campo; o segundo projeto é concebido como uma penitenciária muito compacta, com redução de espaços e serviços coletivos, no pressuposto de que os presos aí fiquem poucos dias. Tem capacidade para 768 vagas.

4. AVALIAÇÃO CRÍTICA DO PROCESSO DE PROJETO E IMPLANTAÇÃO DAS UNIDADES PRISIONAIS

4.1. O prazo político e o ritmo das implantações

Por falta de uma política explícita, contínua, os investimentos em edifícios prisionais dependem mais de circunstâncias políticas e atuações pontuais, com riscos de descontinuidade, inclusive na mudança de administrações, caso as condições políticas se alterem. Como essa é a tônica que tem caracterizado o setor prisional, a disponibilidade de recursos passa a ser aleatória, induzindo a um despreparo no setor de projetos. Só se pensa no projeto quando as verbas para as edificações aparecem. Nesse caso, os prazos políticos que condicionam o uso das verbas impõem um cronograma para sua utilização, isto é, para as edificações serem concluídas, no qual o espaço disponível para a elaboração (inclusive, o amadurecimento) do projeto fica extremamente reduzido, dificultando propostas inovativas e maiores intervenções dos gestores. A questão de prazos exíguos condiciona também o grau de detalhamento do projeto e, inclusive, sua implantação, que é um item crítico para os custos do complexo em função das condições e extensão físicas exigidas dos terrenos.

4.2. A formulação dos projetos e os seus usuários

À exiguidade de prazos somam-se recursos limitados para a fase de projeto, em que não fica incluído o balanço e a avaliação das experiências anteriores. Esse balanço significa, principalmente, consultas e avaliações com os futuros gestores do edifício quanto a problemas habituais ou específicos provocados por condições físicas e funcionais de edifícios similares ou de projetos já com implantações sistemáticas. Não existe mesmo uma forma de os gestores (principalmente os diretores dos estabelecimentos) identificarem ou estarem habilitados para identificar os problemas que enfrentam e que tenham surgido ou tem a ver com a questão espacial. Aliás, observa-se que os funcionários não têm um conhecimento suficiente do projeto e das instalações do estabelecimento. Esse conhecimento deveria ser uma norma para informação dos funcionários quando se inicia a operação de um estabelecimento, ou quando o funcionário inicia seu trabalho no mesmo.

4.3. A localização dos presídios

Um projeto de penitenciária, principalmente aquele relativo às de regime fechado, abrange programas extensos e com exigências de segurança que se traduzem em consumo de terreno para sua implantação. Assim, uma penitenciária de segurança máxima, com capacidade para 730 presos necessita de uma área de terreno com 55.000 m² e, por questões de segurança e de facilidade construtiva, em terreno plano. Essas exigências de programa e construtivas são

restrições importantes que limitam as áreas disponíveis, principalmente em regiões de relevo movimentado como é o caso da região metropolitana de São Paulo. Há pouca disponibilidade de terrenos amplos, planos e bem localizados na RMSP, para atender às demandas progressivas de estabelecimentos prisionais nessa mesma região. Nessa região, de onde provém mais da metade dos presos do estado, é importante que se oriente os projetos para soluções verticais, com menor consumo de áreas de terreno, sem o que as edificações prisionais vão ter que se localizar cada vez mais distantes.

Uma segunda questão se refere à falta de uma política de terras por parte do setor público, inclusive do governo estadual, que garanta localizações adequadas para os serviços públicos, especificamente para penitenciárias, o que tem sido um problema crítico no processo de localização de serviços públicos. O Estado não tem uma política sistemática que relacione suas necessidades crescentes de implantação de serviços com a disponibilidade de terrenos próprios. A falta dessa política, a descontinuidade nos programas que demandam áreas, como é o caso das penitenciárias, acabam levando a decisões de localização muitas vezes improvisadas e discutíveis. Assim, apela-se para a disponibilidade de terrenos dentro do acervo de propriedade do estado e aceita-se o local menos pior, ou então, acerta-se com o município em que seria implantada a obra, a responsabilidade pela obtenção do terreno. De qualquer forma, essa utilização contínua de terrenos do Estado, sem a devida reposição, leva a uma diminuição constante do estoque disponível, apontando para um estrangulamento maior na questão das futuras localizações de equipamentos públicos, inclusive de penitenciárias. Seria fundamental que o Estado montasse um sistema de aquisição de terras, antecipadamente às suas necessidades, aquisição essa respaldada em uma política mais ampla relativa às demandas previsíveis de implantação de obras e serviços, em seus diversos setores de atuação, inclusive no setor prisional.

Uma outra questão se refere às relações do Estado com a comunidade: tem havido uma pressão progressiva e cada vez maior, por parte das comunidades, inclusive de municípios, rejeitando a localização de estabelecimentos prisionais em suas proximidades. A disseminação junto à opinião pública que estabelecimentos prisionais são fontes de insegurança e ameaça, a quantidade crescente de fugas em presídios e cadeias, a questão da violência que cada vez mais invade o cotidiano dos cidadãos, estão na base da rejeição das comunidades ante novos estabelecimentos prisionais em suas proximidades. Aceita-se que é importante construir prisões, mas que sejam localizadas longe da comunidade. Há poucas décadas, a implantação de um novo presídio era visto como fonte de investimentos e de empregos e as prefeituras faziam o possível para receberem o estabelecimento. Hoje, dificilmente um município importante aceita novos presídios em seu território. Assim, o fator localização de unidades prisionais coloca para o Estado, além do problema que enfrenta com a falta de uma política adequada de terras, a necessidade de negociações com as comunidades em

presença. Isso tem levado à implantação de presídios em municípios menores, de pouca expressão urbana, menos capazes de fazer frente a uma negociação com o Estado. Assim, pela linha de menor resistência, o fator localização acaba tendo uma solução, pelo menos, precária.

4.4. A falta de continuidade na avaliação do processo

O Estado não mantém um sistema que acumule e avalie sistematicamente seus projetos penitenciários e seus desdobramentos: implantação, operação e manutenção que permitisse uma reciclagem de todas essas etapas. Inclusive, não se investe em pesquisas que permitam conhecer experiências significativas de outros países.

As questões de planejamento se desdobrando nos fatores: localização, projeto, obra e da gestão das penitenciárias, são temas que não têm tido a importância devida na política praticada. Assim, perdem-se experiências importantes, investem-se recursos, sempre escassos, sem preocupações suficientes sobre os resultados futuros. Por exemplo, uma questão básica a ser considerada para os projetos penitenciários é a relação entre o número de presos e o número de funcionários em cada estabelecimento: enquanto a capacidade em vagas prisionais do estabelecimento é precisamente determinada no projeto, o número de funcionários exigido para a manutenção e operação do estabelecimento também tem relação com o projeto. Isso porque a forma de organização espacial do estabelecimento e as questões ligadas ao funcionamento do mesmo, principalmente, a segurança, exigem alocações precisas de funcionários. Pois bem, não conhecemos nenhum estudo ou avaliação que já tenha sido feita sobre esse tema e que tenha servido de orientação para os projetos.

O fato maior é que temos, em nossa cultura, um cuidado maior pelo planejamento, pelo projeto e também pela manutenção dos bens públicos. Assim, o projeto não é, em geral, suficientemente valorizado pelo setor público, estando o foco de interesse maior concentrado na construção da obra. Esse fato ocorre também no setor prisional, dificultando resultados melhores e maiores racionalidades na questão de seus projetos.

Por outro lado, abordando o fator operação e manutenção, que tem importância e rebate-se e alimenta o projeto, nota-se uma falta de modelos adequados para a racionalidade daquelas atividades. Se tomarmos o exemplo de como se dá o processo de controle da operação e manutenção de um hotel, estabelecimento que, pelo conjunto de atividades e funções que envolve, pode ser comparado a um presídio, apesar de todas as diferenças existentes entre os dois, observa-se que o processo, no hotel, é muito programado e tem um caráter permanente, sendo continuamente aperfeiçoado. O processo de controle da operação e manutenção hoteleira, por exemplo, poderia ser perfeitamente adaptado a um presídio. É interessante que essa possibilidade ainda não tenha sido considerada na administração penitenciária, o que mostra, minimamente, uma falta de perspectiva mais ampla sobre a racionalidade e a economia do setor.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, S. F. Adorno de. Crime e cotidiano. A criminalidade em São Paulo (1880-1924). *Temas IMESC: Sociedade, Direito, Saúde*. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 143-145, 1984.
- _____. Sistema penitenciário no Brasil – Problemas e desafios. *Revista USP*. São Paulo, n. 9, p. 65-78, 1991.
- ABREU, S. F. Adorno de; BORDINI, E. B. Trindade; RODELLO, C. da C. Marques. Estimativa da reincidência criminal. *Temas IMESC: Sociedade, Direito, Saúde*. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 49-69, 1984.
- ARQUITETURA, n. 61, p. 5-10, jul. 1967.
- _____. n. 62, p. 7-12, ago. 1967.
- BARRETO, Paulo Thedin. Casas de Câmara e Cadeia. *Arquitetura Oficial I*, Textos escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. São Paulo: FAUUSP, MEC-IPHAN, p. 101-253.
- BASALO, J. Carlos García. Introduccion a la arquitectura penitenciaria. *Revista Penal y Penitenciaria*. Buenos Aires, n. 22, p. 41-132, 1959.
- BIERRENBACH, M. I.; SADER, Emir; FIGUEIREDO, C. P. *Fogo no Pavilhão – Uma proposta para o menor*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- BRÁSILIA. Ministério da Justiça – Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. *Diretrizes para elaboração de projetos e construção de unidades penais no Brasil*. Brasília: Empresa Oficial, 1995.
- _____. Departamento Penitenciário Nacional. *Orientações para elaboração de projetos para construções de estabelecimentos penais*. Brasília: Empresa Oficial, 1988.
- BRUNI, José Carlos. Foucault: O silêncio dos sujeitos. *Tempo social – Revista de Sociologia da USP*. São Paulo, v. 1, n. 1, 1989.
- CONSULTING ENGINEER, Londres, v. 34, n. 4, p. 86-118, out. 1972.
- COSTA, Álvares Pires da. *Revista Penal e Penitenciária*. ano 1, v.1, p. 85-91, 1ª e 2ª sem. de 1940.
- FUNDACION PAZ CIUDANA. *Modernizacion del sistema carcelario – Colaboracion del sector privado*. Santiago de Chile: Editorial Antartica S.A., 1994.
- GAIRWEATHER, Leslie; MCCONVILLE, Seán. *Prison architecture – Policy, design and experience*. Oxford: Architectural Press, 2000.
- GENNARO, Giuseppe Di et al. *Prison architecture*. Londres: The Architectural Press Ltd, 1975.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- JORGE, Wilson Edson. *O sistema penitenciário do Estado de São Paulo e os projetos de estabelecimentos prisionais*. São Paulo, 2000. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- _____. Projetos para o Sistema Penitenciário do Estado de São Paulo, *Revista Pós*, São Paulo: FAUUSP, p. 7-21, jun. 1977.
- KAHN, Tulio. Sistema prisional brasileiro: Algumas comparações internacionais e perspectiva para os próximos anos. *Revista do ILANUD*. São Paulo, n. 03, p. 43-47, 1997.
- LEMOS, Brito. Evolução do sistema penitenciário brasileiro nos últimos 25 anos. *Revista Penal e Penitenciária*. ano 3, v. 3, p. 31-95, 1ª e 2ª sem. de 1942.
- MESQUITA NETO, Paulo de. Crime, violência e incerteza política no Brasil. *Cadernos Adenauer: A violência do cotidiano*. São Paulo, p. 9-42, mar. 2001.
- NOGUEIRA, Acácio. A penitenciária de São Paulo – Seu histórico e desenvolvimento no período de 1910 a 1940. *Arquitetura penal e penitenciária*. São Paulo, p. 17-25, 1940.
- ORNSTEIN, Sheila Walbe. Arquitetura e responsabilidade social: Algumas considerações sobre a avaliação pós-ocupação (APO) de estabelecimentos penais urbanos. *Sinopses*. São Paulo, FAUUSP, n. 15, p. 10-16, jun. 1991.

- PEDROSO, Regina Célia. *Os signos da opressão – Condições carcerárias e reformas prisionais no Brasil (1890-1940)*. São Paulo, 1995. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- REVISTA DO ILANUD. Penas alternativas: Perspectivas para o sistema prisional brasileiro. São Paulo, n. 2, p. 29-38, 1997.
- _____. São Paulo, n. 06, 1997.
- RECENT PRISON CONSTRUCTION – 1950-1960. U. S. Bureau of Prisons 1960.
- REVISTA DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA. *Criminal e Penitenciária*. Brasília, v. 1, n. 2, p. 111-143, jul./dez. 1993.
- SÁ, A. A. de. Arquitetura carcerária e tratamento penal. *Revista dos tribunais*. São Paulo, ano 79, v. 651, p. 247-257, 1990.
- SALLA, Fernando Afonso. *O trabalho penal: Uma revisão histórica e as perspectivas frente à privatização das prisões*. São Paulo, 1991. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- _____. *O encarceramento em São Paulo: Das enxovias à Penitenciária do Estado*. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- SÃO PAULO. *Anais do Simpósio sobre o sistema penitenciário*. São Paulo: Empresa Oficial, 1996.
- SÃO PAULO. *Programa Estadual de Direitos Humanos do Governo do Estado de São Paulo*. São Paulo: Empresa Oficial, 1997.
- SAPORI, Luís Flávio; WANDERLEY, Cláudio Burian. A relação entre desemprego e violência na sociedade brasileira: Entre o mito e a realidade. *Cadernos Adenauer: A Violência do Cotidiano*. São Paulo, p. 43-74, mar. 2001.
- SEGAWA, Hugo. *Construção de ordens: Um aspecto da arquitetura no Brasil – 1808-1930*. São Paulo, 1987. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- WOLFMANN, Luiz Carlos. Entrevista: “Trinta anos de cadeia”. *Temas IMESC: Sociedade, Direito, Saúde*. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 127-142, 1984.

PALAVRAS-CHAVE (KEY WORDS):

Política prisional, governo do estado de São Paulo, legislação prisional, projetos de presídios, penitenciárias, cadeias, implantação de unidades prisionais.

Prison policy, government of São Paulo state, prison legislation, prison design, penitentiaries, jails, penitentiary implementation.

Wilson Edson Jorge

Professor do curso de graduação e professor/orientador no curso de Pós-Graduação da FAUUSP.

Mayumi Watanabe de Souza Lima*

e

ESCOLHA DE MATERIAL TÉCNICO E
SISTEMAS CONSTRUTIVOS
DESTINADOS À PRODUÇÃO DE
HABITAÇÃO POPULAR e DE
CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE

118

pós-

RESUMO

O texto trata da criação do Centro de Desenvolvimento de Equipamentos Urbanos e Comunitários (Cedec) junto à prefeitura de São Paulo, em 1990, comentando seu escopo e objetivos. Enfoca o emprego da argamassa armada na produção de pré-moldados leves visando atender à habitação e obras de uso popular e natureza social.

ABSTRACT

This paper is an account of the purpose, the programme and the setting up in 1990 of Development Centre for Urban and Community Equipment (Cedec, for short in Portuguese) run directly by the City Council. It also discusses the use of reinforced mortar in the production of light precast modules for application in workers housing and low-cost infrastructure.

(*) Nota do Editor:

A arquiteta Mayumi Watanabe de Souza Lima nasceu em Tóquio, em 1934, e naturalizou-se brasileira em 1956. Formou-se pela FAUUSP e obteve o grau de mestre na Universidade Nacional de Brasília (UnB), onde também foi professora. Lecionou no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos (EESC-USP) e foi diretora do Departamento de Edificações da Secretaria de Serviços e Obras da Prefeitura do Município de São Paulo. Faleceu em 1994, em consequência de um acidente de trânsito.

Faz parte de seu legado uma significativa contribuição, em forma de textos, que retrata sua preocupação social com as questões relativas à habitação popular, aos espaços públicos destinados à criança e à educação em geral. É autora de *Espaços educativos – Uso e construção*, pelo MEC-CEDATE, em 1988, e *A cidade e a criança*, pela Studio Nobel, 1995.

I. ALGUNS ESCLARECIMENTOS SOBRE A NATUREZA DO PROBLEMA E SEU ENFOQUE

A escolha de materiais e de sistemas construtivos destinados às obras de uso popular é sempre colocada sob a ótica exclusiva do custo que, por sua vez, é visto como o menor preço de cada elemento no momento de sua aquisição.

Esta posição é conhecida e confundida com proibidade na administração pública, defendida nas leis de licitação e nos procedimentos técnico-burocráticos de todas as instituições brasileiras, mas não significa efetiva economia e muito menos bons resultados para os cofres públicos, para a cidade ou para os usuários.

A justificativa para tal posição parece lógica e indiscutível: as demandas populares são altas e os recursos públicos limitados; logo, atender a maior número de interessados significa pagar o preço menor para cada componente e para a unidade construída.

Ao longo do século, aplicou-se esta lógica em todas as construções e áreas de ação do Estado, em parceria com a iniciativa privada.

Conseqüentemente, à medida que cresciam demandas e pressões sobre governos, as respostas foram dadas, via iniciativa privada, com o rebaixamento da qualidade dos produtos finais, dividido o recurso por número maior de atendimentos. Ou seja, o aumento da quantidade de obras de natureza social ou popular esteve vinculado – e aceito como inevitável – à diminuição da qualidade.

Pelas deficiências historicamente acumuladas, as demandas populares se tornam cada vez maiores, urgentes e diversificadas, além de pulverizadas e localizadas freqüentemente em áreas insalubres e de risco, por serem estas as únicas deixadas ao acesso da população de baixa renda, pela política de privatização e especulação da terra urbana.

Mas esses usuários, considerados ainda hoje pelas elites como beneficiários passivos, sem voz e sem opinião, simples receptores de favores públicos, são cada vez mais ativos e exigentes de seus direitos, nos quais se inclui a qualidade dos serviços e das instalações.

A insatisfação pelo não-atendimento das expectativas, aliada à má qualidade das próprias obras, acaba por reforçar a depredação e a deterioração dos equipamentos e espaços públicos, exigindo recursos adicionais que representam acréscimos de custos finais de produção e manutenção da cidade.

O custo de uma obra pública somente será o real quando examinado sob o aspecto da vida útil do imóvel, isto é, incorporando-se em sua composição os custos iniciais de produção e o custo necessário para mantê-lo mais tempo em funcionamento satisfatório.

O custo varia ainda com o envolvimento da população usuária e com a responsabilidade dos realizadores da obra – empreiteiros e governo.

Entende-se, assim, que as decisões técnicas caminham com as ações de estímulo e informação, voltadas para o desenvolvimento de uma cultura urbana,

consciente e exigente de qualidade, como direito de todos à habitabilidade e ao bem-estar nas cidades.

Em face desta concepção, a Administração Municipal de São Paulo, no período de 1989 a 1992, decidiu adotar nova postura ante os problemas urbanos, tomando a iniciativa de agir diretamente sobre as variáveis básicas do processo construtivo e que pudesse refletir o caráter de urgência com que as necessidades da cidade e de seus moradores se apresentam.

O poder público municipal deixou de lado a passividade e cumplicidade com que a administração pública se relacionou historicamente com os setores executores de obras.

Não adotou o caminho usual de diminuição aparente dos custos pela redução de qualidade e quantidade, como menor área, menos cimento, etc. a partir de soluções satisfatórias aplicadas nas áreas de melhor renda. Considerou que os problemas exigiam soluções próprias, já que os caminhos tradicionais haviam fracassado em mais de meio século de aplicação. Os próprios problemas eram novos pela dimensão e complexidade adquiridos nos últimos dez anos de urbanização e empobrecimento.

O encaminhamento da política administrativa resultante dessa concepção se fez em duas direções interligadas.

- A implantação de um setor de pesquisa e desenvolvimento de soluções produtivas de melhor qualidade e agilidade na aplicação, o que resultou na criação do Centro de Desenvolvimento de Equipamentos Urbanos e Comunitários, dentro da estrutura da Emurb.

A comparação freqüente que se faz entre a construção realizada pelo poder público e pela iniciativa privada limita-se a comparar o custo por metro quadrado, sem levar em conta diferenças essenciais de objetivos e produtos finais. O produto gerado pelo poder público e seus objetivos têm a obrigação de serem diferentes dos perseguidos pelo setor privado, pois, cabe ao primeiro a preocupação pela meta do desenvolvimento social, enquanto ao segundo, espera-se o bom desempenho no lucro. Logo, itens como condições de trabalho e investimento em educação/treinamento e em saúde dos trabalhadores e o uso de materiais que assegurem durabilidade e resistência maiores compõem o custo final do metro quadrado construído. Obter custos maiores ou compatíveis, mesmo em condições e objetivos diversos, constitui meta das intervenções realizadas no período.

2. CEDEC** E ARGAMASSA ARMADA

Os objetivos do Cedec foram traçados para:

- Pesquisa de soluções técnicas e estéticas de melhor qualidade e adequação às condições específicas das demandas sociais em São Paulo, de uso público e intensivo;

(**) Nota do Editor:
O Centro de Desenvolvimento de Equipamentos Urbanos e Comunitários da Emurb (CEDEC) foi implantado em 1990, com produção experimental realizada em junho, do mesmo ano, tendo atingido o índice de produtividade de 1.7 m²/homem em 1992. O trabalho de pesquisa e desenvolvimento foi realizado basicamente pela equipe composta pelos arquitetos Paulo Eduardo Campos, Luís Vasconcelos Engler e pelo engenheiro Rui Bents, sob a chefia do primeiro e mais técnicos-projetistas.

- realização de ações técnicas e produtivas, articuladas a ações de natureza educativa e ambiental, que buscam conscientizar e envolver a população na construção de espaços públicos, urbanos, com nova qualidade e como pressuposto dos direitos e responsabilidades do habitante da cidade;

- desenvolvimento contínuo e sistemático de materiais, componentes, sistemas e processos construtivos que possibilitem o controle do tempo de execução e de custos reais, diminuição dos custos indiretos e obtenção de padrões de referência para a contratação de terceiros, quando necessários;

- preparação e desenvolvimento de pessoal técnico e operacional para assegurar a qualidade da ação municipal no planejamento, projeto, orçamento e execução das obras, bem como contribuir no avanço político da sociedade civil;

- instrumentação teórica e prática dos funcionários para o desempenho seguro e eficaz da fiscalização de serviços e obras contratados.

Para a concretização desses objetivos foi realizada uma seleção inicial de materiais e sistemas que apresentassem maior potencialidade de viabilização.

Levou-se em conta o volume, a urgência e as características de uso intensivo das demandas metropolitanas e principalmente sua multiplicidade.

Dessa seleção resultou a opção argamassa armada na produção de pré-moldados leves, tecnologia que vinha se consolidando a partir de pesquisas do laboratório de estruturas da Escola de Engenharia de São Carlos e do trabalho do arquiteto João da Gama Filgueiras Lima (Lelé), cuja iniciativa deu ao material e ao sistema o *status* de produto industrializado.

A leveza dos componentes, devido à pequena espessura de recobrimento e à durabilidade comparável a do concreto armado fizeram da argamassa armada um sistema de material e técnica construtiva favorável à aplicação em obras de demanda social, em que a economia de custo e de uso de maquinarias pesadas é fundamental.

A argamassa armada vem sendo utilizada, principalmente, nas obras de saneamento básico e nos equipamentos comunitários de menor porte, além de mobiliário urbano, com aplicação nas cidades do Rio de Janeiro, Salvador e Brasília.

Mas se a escolha inicial recaiu sobre o material argamassa armada por conta da experiência fabril anterior, o Cedec propôs, desde o seu projeto, um sistema construtivo aberto, ao contrário dos casos anteriores que os propunha fechados.

O Cedec trabalhou com a hipótese de que a argamassa armada ou microconcreto é adequada para determinadas soluções construtivas, ou parte delas, devendo-se buscar composição com outros materiais, adequados aos fins e situações específicas.

A composição final dependeria, assim, da análise das condições mais adequadas de viabilização e dos resultados programados (funcionalidade, conforto ambiental, prazo de execução, custo relativo, etc.).

Nessa perspectiva, a usina de reciclagem e uso do entulho tinha a mesma importância estratégica da unidade de produção dos elementos de argamassa

armada, porque permitiria a obtenção de blocos para piso e vedação, em condições mais econômicas, enquanto a segurança/estabilidade estrutural seria assegurada pelos componentes de argamassa armada.

Evidentemente, a solução projetual levou em conta a possibilidade de intervenção do morador, limitando a ação técnica apenas à caixa estrutural, cabendo o fechamento, a organização dos espaços internos e eventuais ampliações ao autoconstrutor.

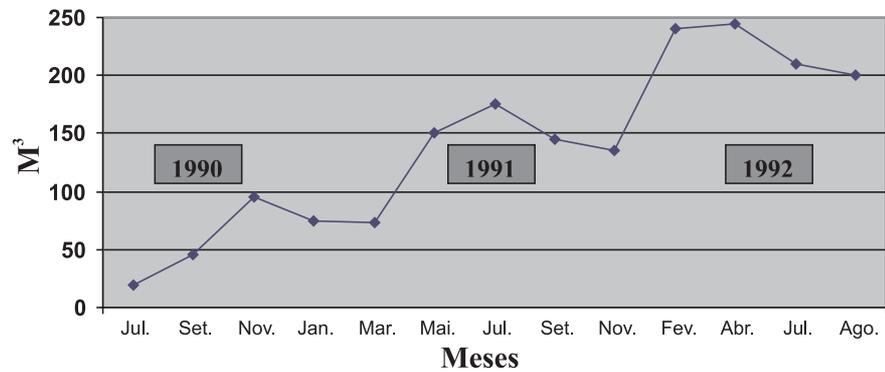
Infelizmente, a reciclagem do entulho permaneceu no estágio da moagem em larga escala, por iniciativa da Secretaria das Administrações Regionais, e no Cedec avançou apenas até a produção experimental de 4.000 blocos, no final de 1992, ficando sua aplicação entregue às decisões da nova administração.

O obstáculo principal para a realização do setor ligado ao entulho foi o descumprimento dos produtores de entulho – empreiteiras, demolidores ou simples proprietários que executam reformas – no estabelecido nas leis municipais com relação aos locais de destinação dos rejeitos da construção.

Lançados em qualquer terreno aberto, ao longo de ruas e avenidas, apesar da existência de quatro grandes áreas de depósito, os entulhos se misturavam ao lixo variado da cidade, dificultando a coleta e a separação do material orgânico, plástico e afins.

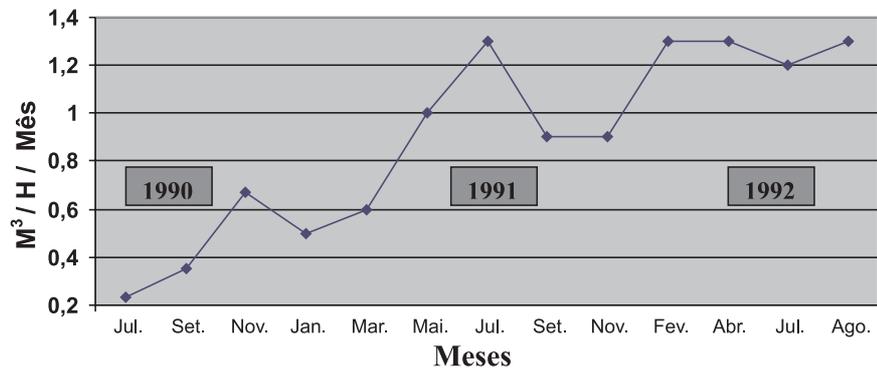
Produção argamassa
armada
1990 / 1991 / 1992

Crédito: autora



Produtividade CEDEC
1990 / 1991 / 1992

Crédito: autora



3. PRODUÇÃO INDUSTRIAL E FATORES INTERVENIENTES

A produção industrial se constituiu de inúmeros projetos, cuja resolução parcial e articulação determinam o resultado quanto à qualidade do espaço e do objeto construído, ao tempo de execução, durabilidade/resistência e, em conseqüência, interferem direta ou indiretamente no custo final da obra e de sua manutenção posterior.

Em outras palavras, na produção de pré-moldados, as etapas envolvidas, do projeto à obra, fazem parte de um processo no qual o custo e a qualidade são interdependentes.

Nenhuma etapa ou elemento pode ser pensado isoladamente, visto que cada um e qualquer um pode provocar alterações em outros elementos ou no conjunto, interferindo na produção, no estocamento, no transporte e principalmente na montagem final dos elementos no canteiro.

Nessa situação, o projeto adquire uma dimensão nova e múltipla em que as exigências óbvias de qualidade funcional, estética e construtiva, somam-se às imposições da produção e aplicação em escala.

Altera-se, portanto, a concepção tradicional do projeto, elaborado em etapas seqüenciais e equipes autônomas, para se tornar um trabalho contínuo de pesquisa/desenvolvimento de desenhos, de construção de modelos e testes de materiais, produtos e projetos correspondentes.

O projeto passa a ser um processo e produto efetivamente coletivo e multidisciplinar, no qual cada equipe desenvolve estudos próprios, mas sempre articulados e rearticulados continuamente com os demais, com vista à obtenção de maior flexibilidade na aplicação e uso das peças, simplicidade e economia de detalhes, materiais, espaço e movimento para que a moldagem, desforma, armazenamento, transporte e aplicação sejam mais rápidos e racionais.

Por esta razão, o projeto e o desenho das peças na produção industrial não são adaptações dos similares utilizados na construção convencional. São pensados e criados como objetos industriais, mas que podem ser aplicados artesanalmente, sem exigência de conhecimento ou instrumental técnico mais complexo por parte dos executores.

Fator fundamental para a qualidade e custo das obras, o desenho do sistema e das peças determina:

- Flexibilidade de uso variado de elementos padronizados, possibilitando aplicação dos mesmos e poucos elementos em diferentes projetos, significando, conseqüentemente, menor diversidade de formas;
- incorporação de elementos de ação complementar nas próprias peças de argamassas, o que resulta em redução de material, mão-de-obra e prazo de execução;
- formas e dimensões adequadas para possibilitar a distribuição racional das formas e das armaduras na área de produção; e, finalmente,

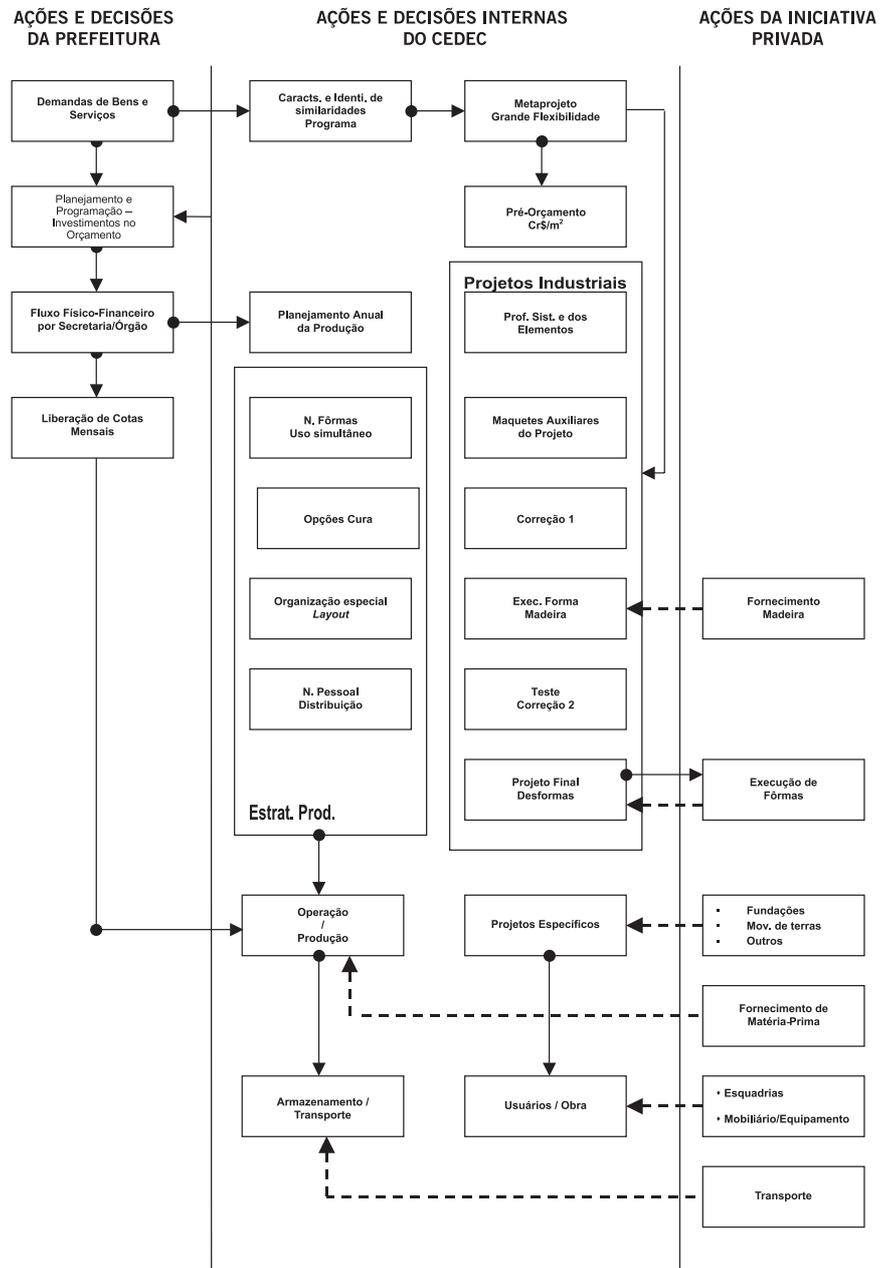
• grau de empilhamento e paletização com economia de área e pessoal de armazenamento e transporte.

O projeto – arquitetural e técnico – define os tipos e o número de peças diferenciadas, o que determina as formas, o *layout* de produção, o modo de armazenamento e transporte, bem como os processos de montagem.

Para cada produção, tem-se esquematicamente:

ESQUEMA 1

Crédito: Autora



Se examinarmos o esquema anterior sob a ótica dos fatores externos intervenientes na unidade produtiva, verificaremos que as ações e decisões administrativas, políticas e financeiras da prefeitura desenham o fluxo físico-financeiro das obras, enquanto o setor privado responde pela viabilização de partes da produção e das obras.

Quanto mais parcial for a ação da unidade produtiva municipal, mais problemas resultarão no custo, na qualidade e no prazo das obras, porquanto, persiste uma cultura nacional no trato das coisas públicas, em que a fragmentação e a descontinuidade estão sempre presentes nas ações e decisões municipais e a irresponsabilidade/incompetência são a tônica das ações dos setores privados, quando o cliente é o poder público.

A contratação de serviços, dos mais simples aos mais complexos, mostra um fenômeno grave: empresas que teriam tradição de realizar produtos e serviços de qualidade para o mercado esquecem suas obrigações e experiência anterior ao realizar produtos e serviços similares para uso coletivo e público.

A fiscalização não é suficiente, porque as falhas se apresentam em todos os pontos e níveis, cuja correção é feita a conta-gotas, com muita insistência, desgaste e tempo perdido.

A prática é bem conhecida tanto pelos contratantes quanto pelos contratados: assina-se o contrato e a partir deste, tudo é pretexto para não respeitá-lo. A contestação da má qualidade acabaria na justiça, com prejuízos sociais, pois ocorrem obras paralisadas, lotes de material não-aceito, serviços exigindo peritagem, etc., sem possibilidade de uso enquanto não se chega a uma decisão jurídica, o que se dá com morosidade extrema, favorecendo, portanto, aqueles que seriam os réus.

A dependência ao setor privado se torna mais crucial, no caso da argamassa armada, pela especificidade dos materiais utilizados em sua composição, basicamente o cimento de alta resistência e as telas eletro-soldadas. Com poucos fornecedores, seus preços sofrem alterações que vão além das leis do mercado, com desaparecimentos temporários em função de perspectivas de aumento da procura, como ocorreu no período do Projeto Minha Gente.

Por esta razão dois caminhos são buscados: mudança na cultura do setor privado, no que se refere à sua relação com as obras públicas; pesquisa permanente e contínua de materiais alternativos que ampliem a gama de fontes e fornecedores de matérias-primas, serviços e produtos destinados às obras públicas.

No primeiro, desenvolve-se seletivamente novos parceiros, crescentemente mais capazes e responsáveis, comprometidos com a qualidade do produto, por meio da continuidade e aperfeiçoamento do trabalho conjunto e cumprimento nos prazos de pagamento.

No segundo, introduz-se materiais e soluções novos, como o exemplo de introdução de fibras de polipropileno que possibilitou a eliminação de telas,

mantendo-se barras e fios de aço, para obter o mesmo controle de fissuração e distribuição de tensões.

O descumprimento de prazos e de normas técnicas, que se respalda justamente na quase impossibilidade de punição, faz com que o projeto e o planejamento das obras públicas tenham de considerar esse descumprimento dos setores privados como parte das variáveis de seu trabalho.

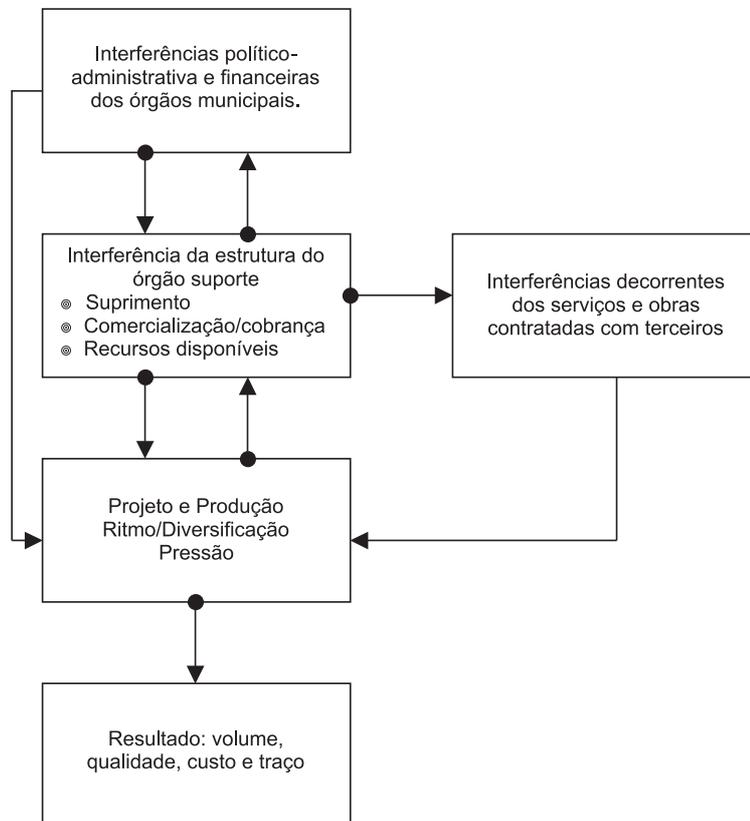
No projeto das peças e dos sistemas de argamassa armada que, em si, possibilitaria e até mesmo indicaria a adoção de medidas com precisão milimétrica, há que se prever soluções e detalhes que permitam folgas e acertos para a imprecisão de esquadrias e demais peças complementares, executados por terceiros, sem as quais as obras sofrem solução de continuidade, problemas de estanqueidade ou mesmo dificuldades de montagem.

No ponto oposto, encontra-se o planejamento anual e plurianual de investimentos da prefeitura, outra instância vital para a existência e sucesso do empreendimento industrial.

Decisões setorizadas, alterações constantes e fragmentação de planos e programas, atrasos e desinformações no fluxo de recursos financeiros, constituem impedimentos para ações racionalizadas e cronometradas, imprescindíveis ao funcionamento e operação de uma indústria.

ESQUEMA 2

Crédito: Autora



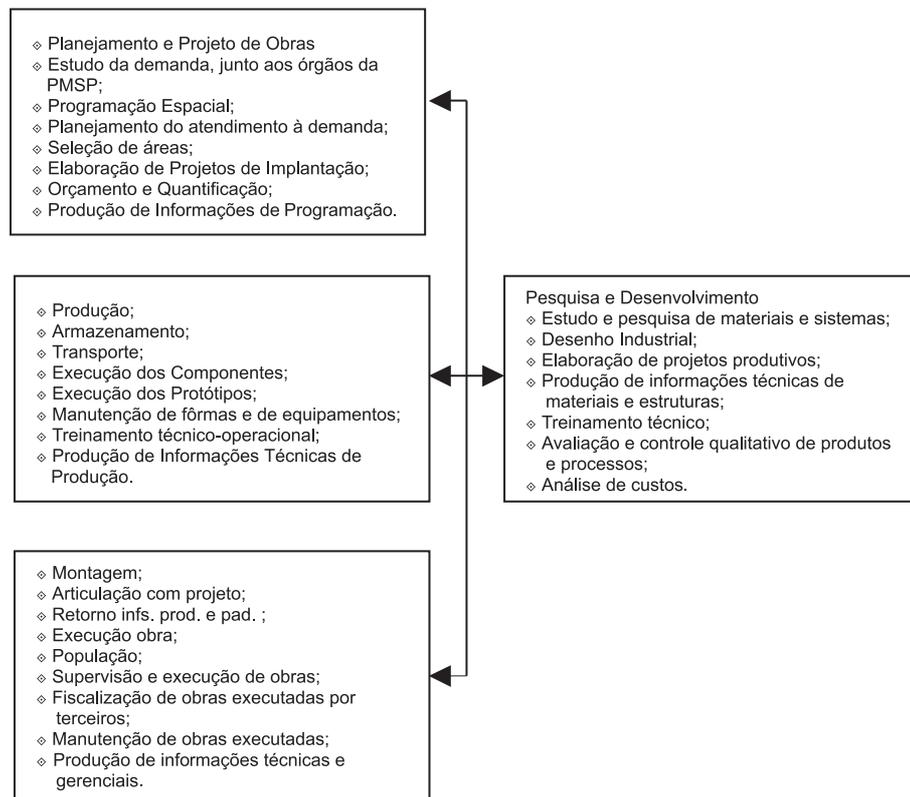
Para a realização eficaz de obras é necessário que o plano orçamentário incorpore um programa realista de investimentos, isto é, que o cronograma físico-financeiro esteja claramente assegurado pela liberação das cotas mensais, em toda sua extensão. Se essas cotas variam com a velocidade e o volume de arrecadação, haveria correspondente variação no esquema de produção, devidamente atrelado a informações para os setores demandatários e a formas flexíveis de contratação de mão-de-obra.

O planejamento geral da unidade fabril sofre, portanto, as interveniências externas tanto da própria administração municipal quanto dos setores privados que lhe servem, e estas atuam em conjunto com as intervenções internas do órgão que lhe dá estrutura.

O bom relacionamento entre essas diversas instâncias assegura o fluxo de materiais e recursos, com bons resultados para a qualidade e o custo final dos produtos, mantendo o ritmo contínuo da produção industrial e o limite desejável de estoques que alimenta as obras.

ESQUEMA 3

Crédito: Autora



Internamente, a organização da unidade produtiva exige a ação simultânea em três campos: planejamento e projeto, produção e montagem, pesquisa e desenvolvimento.

Cabe, ao planejamento e projeto, o estudo de cada obra específica, buscando o melhor desempenho e resultado da aplicação do sistema, na resolução projetual que será determinada pelas condições do local; também será de sua responsabilidade o trabalho do envolvimento dos usuários de estímulo à participação dos mesmos, em grupos organizados.

A produção responde pela busca constante de melhor e maior índice de produção, o que inclui a preparação técnica e a conscientização do operário da importância de seu trabalho na resolução dos problemas da cidade.

Na montagem, as duas partes anteriores se encontram e realizam-se concretamente. Significa, portanto, que além da responsabilidade técnica de execução da obra, cabe ao setor garantir o desenvolvimento de novas relações entre o Estado e a população, não-paternalista e não-assistencialista, iniciadas pela equipe de planejamento e projeto, pelo fornecimento de informações e esclarecimento no acompanhamento de obras.

Esse trabalho envolve a preparação de todos os trabalhadores que atuam na obra para que estes tenham comportamento paciente e respeitoso no trato com a população.

Acompanhando e introduzindo mudanças em materiais, sistemas e procedimentos, cabe ao setor de pesquisa e desenvolvimento a avaliação contínua dos vários elementos e fatores que intervêm no processo, buscando aperfeiçoá-lo no todo e nas partes. Mais do que em qualquer outro, o conjunto de tarefas que cabe ao setor exige equipe multidisciplinar e com perfil particularmente cooperativo de cada componente, o que não é difícil quando os objetivos são apenas de produção ou de desenvolvimento tecnológico. Torna-se difícil quando este desenvolvimento é também social.

O *layout* da fábrica merece referência particularizada, porquanto permite maior racionalidade no uso das áreas, economia de movimentos e energia e aumento de produtividade.

Ele é traçado em função da capacidade produtiva instalada e depende:

- do número de fôrmas;
- das formas e dimensões das fôrmas;
- do tipo e tempo de cura;
- da variedade de atividades e número correspondente de operários

envolvidos para cada atividade.

Constituem atividades básicas do processo produtivo:

- a produção da argamassa;
- a preparação das armaduras;
- a preparação das fôrmas;
- as curas;

- o tratamento final das peças;
- o armazenamento;
- o transporte.

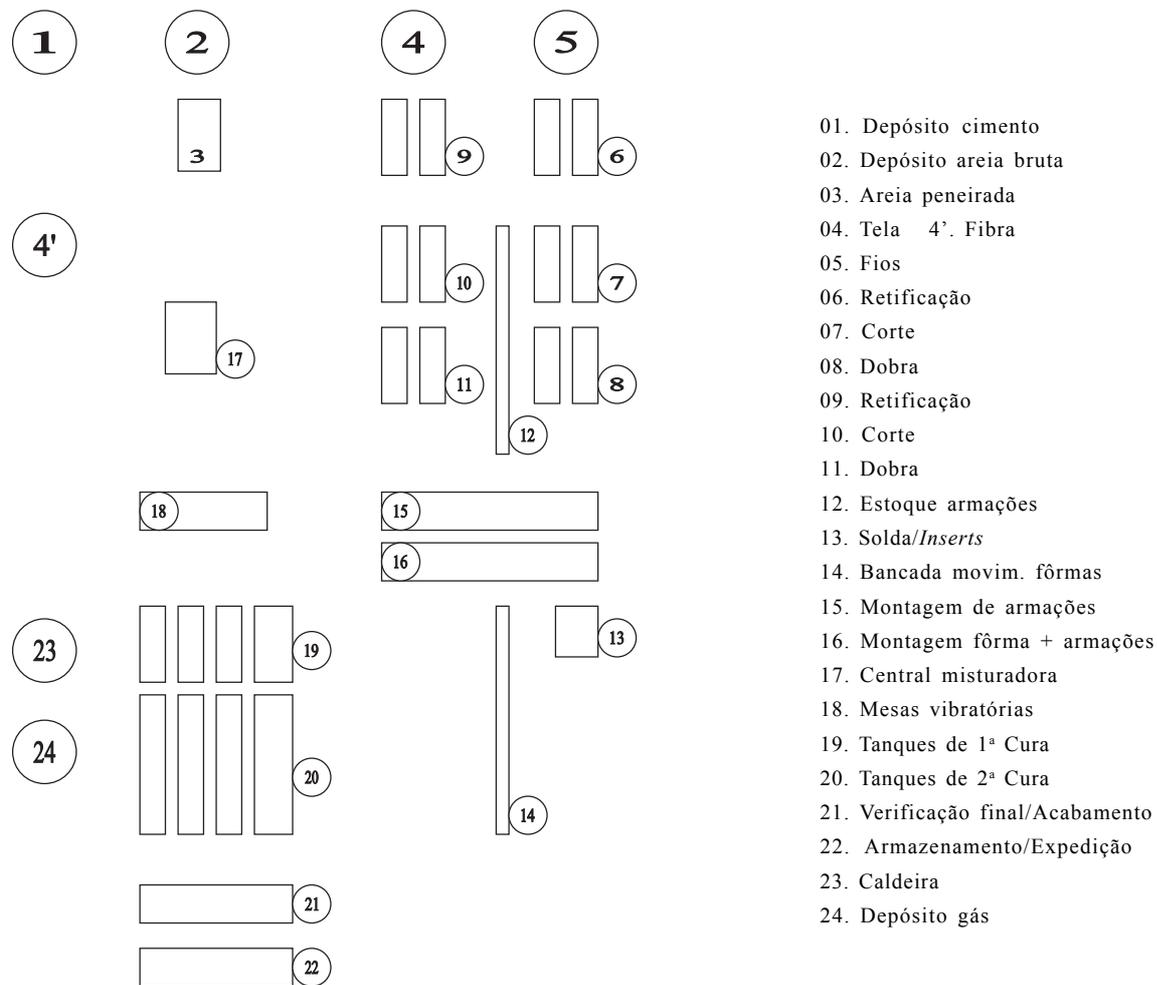
O *layout* para a preparação da argamassa leva em conta a proximidade das áreas de armazenamento tanto do cimento quanto dos agregados e posicionamento do misturador e seus acessórios, garantindo ainda movimentação livre dos carros transportadores da argamassa produzida.

Entre a preparação da argamassa e a moldagem das peças há que preparar e montar a armadura dentro das fôrmas, as quais, no *layout*, vai corresponder à instalação de bancadas para corte e dobra de fios, barras e telas e para montagem e colocação das armaduras.

Um exemplo desses *layouts* é o do Cedec, que pode ser representado esquematicamente pelo desenho:

LAYOUT ESQUEMÁTICO DA PRODUÇÃO

Crédito: Autora



Mais um item complexo, o terreno para as obras públicas carrega o pecado original decorrente da propriedade privada do solo urbano, em que o parcelamento destina, para uso comum e para equipamentos sociais, aquelas áreas de comercialização impossível: topografias íngremes, áreas encharcadas, retalhos de loteamento.

A recuperação e o tratamento desses terrenos para fazê-los utilizáveis representam tempo e dinheiro gastos, contrariando a idéia de que terreno público é gratuito, por não exigir recursos indenizatórios para desapropriação.

Os terrenos disponíveis não são apenas onerosos no tratamento preliminar; pesam também na obra por exigir soluções técnicas mais complexas e demoradas, como continuaram a pesar sobre os custos de manutenção ao longo do funcionamento e vida útil da edificação e de seu entorno.

PALAVRAS-CHAVE (KEY WORDS):

Cedec, habitação popular, sistemas construtivos, materiais, argamassa, pré-moldados leves.

Cedec, housing, reinforced mortar, light precast modules, low-cost infrastructure.

4 | CONFERÊNCIA
NA FAUUSP

Doreen Massey

Professora da
Open University,
Inglaterra



LONDON WORLD CITY IN THE CONTEXT OF *UNEVEN* DEVELOPMENT

Palestra proferida como professora convidada na disciplina AUP 840: *O mercado e o Estado na organização da produção capitalista (2002)*
Professor responsável: Csaba Deák

132

pós-

APRESENTAÇÃO

Recebemos com grande satisfação Doreen Massey, professora da Open University, que veio para contar a experiência de Londres em urbanismo através das últimas décadas de tensões políticas e econômicas da era neoliberal.

Doreen Massey tem uma longa trajetória de pesquisa e ensino ligada à Open University – uma universidade de cursos por correspondência, que já formou mais de um milhão de alunos – em que ocupou por muito tempo o cargo de chefe do Departamento de Geografia. Tem uma rica produção de publicações, de mais de uma dezena de livros e inúmeros ensaios e artigos, alguns desses últimos publicados também no Brasil, notadamente na revista *Espaço & Debates*. A sua resenha-crítica de David Harvey: *Justiça social e a cidade*, reputo ser um primor de crítica, aliando rigor infalível com avaliação generosa. Finalmente, ela tem experiência direta em planejamento urbano – no caso, de Londres, precisamente – em duas situações históricas distintas: como assessora da Greater London Council, na qualidade de membro da London Enterprise Board, que elaborava a política econômica da GLC, e mais recentemente, como assessora do Green Party para uma avaliação crítica da versão preliminar da

estratégia de desenvolvimento da London Development Authority.

O título da palestra era originalmente *The London experience in neo-liberalism*, que acabou sendo alterado por sugestão da própria palestrante para *London world city in the context of uneven development*, um título mais ativo, talvez, que o primeiro, que mais sugere uma mera reação ao neoliberalismo. De todo modo, o tema em sua forma mais geral talvez pudesse se definir como urbanismo na era do neoliberalismo, razão pela qual gostaria de lembrar aqui a origem e a história do liberalismo, que perpassa a história do próprio capitalismo.

O liberalismo é essencialmente o postulado da primazia do indivíduo sobre a sociedade, do mercado sobre o Estado. A forma política que lhe corresponde é a *democracia*, baseada na *igualdade formal* entre os indivíduos (“todos são iguais perante a lei”) e governada pela “mão invisível” do interesse individual. Essa ideologia predomina em todo o primeiro estágio do capitalismo, de crescimento galopante e desenfreado. Com a crise desse, pela exaustão de mais lugar para expansão após a colonização do mundo inteiro pelo fim do século 19 – esse



Doreen Massey (segunda, da esquerda para a direita) após a aula
Foto de Nuno Fonseca

momento poderia ser visto como o início da globalização – o capitalismo mudou de caráter. O progresso técnico se tornou primordial, uma vez que o aumento da produtividade do trabalho ficou sendo o único recurso para ampliar a produção de mercadorias, aliado à elevação do nível de subsistência, e com esse, dos níveis de consumo. A forma política correspondente a esse estágio, denominado de intensivo, é a *social-democracia*, cuja base material é o *Estado de Bem-estar*. Sob a égide da social-democracia houve um certo refluxo da ideologia do liberalismo puro e simples e algum reconhecimento das funções do Estado e dos valores coletivos, mas com a crise de superprodução que sobreveio após o *boom* da reconstrução pós-guerra, na década de 60, esse estágio do capitalismo entrou em crise, por sua vez, e o capitalismo se tornou mais e mais “ingovernável”. Na frenética busca de uma saída que se seguiu e na qual se conceberam até o fim da história com “novidades” tais como neofordismo, neocolonialismo, pós-modernismo e a própria globalização, a idéia que acabou vingando foi a volta ao liberalismo, que agora passa a ser neoliberalismo, como a melhor justificativa para uma onda de privatizações e de

desmonte do Estado de Bem-Estar na tentativa de revigorar o âmbito do mercado – pedra de toque do capitalismo.

Esse é o contexto no qual se insere a experiência de Londres, um dos grandes centros mundiais de acumulação. Evidentemente, no Brasil a situação é outra; aqui nós não fabricamos ideologia, e sim a importamos; importamos, desse modo, liberalismo e a social-democracia sem, no entanto, “importar” suas bases materiais, a igualdade formal entre os membros da sociedade, no caso do primeiro, e o Estado de Bem-Estar, no segundo caso. Ademais, o Brasil certamente participa na configuração do capitalismo mundial em posição muito diferente, quase oposta, da Inglaterra. Ressalvadas tais diferenças, porém, a experiência de Londres no trato das tensões surgidas com a crise do Estado de Bem-Estar e o crescente peso da “globalização” pode constituir valioso elemento para uma interpretação de nossas próprias respostas e perspectivas diante das mesmas tensões – é essa nossa expectativa.

Csaba Deák

LONDON WORLD CITY IN THE CONTEXT OF UNEVEN DEVELOPMENT

Doreen Massey

The aim of this talk is three-fold. First to present some empirical history about London in the context of uneven development both nationally within the UK and internationally. Second to reflect theoretically on that history with specific reference to the conceptualization of the possibility of policy intervention at local level. And third to present some politically engaged commentary.

The long history of uneven development within the United Kingdom has been dominated by the existence of a “North-South divide” within the country, within which London, as capital and as headquarters of the important financial sector, has maintained a significant dominance. But in the 1970s “the problem of the inner cities” emerged on to the political agenda as a major issue. The rising levels of unemployment and poverty in the centres of all the big cities of the country were due predominantly to the accelerating process of “deindustrialization” – the loss of employment in manufacturing industry. In this context in 1979 Margaret Thatcher, leader of the Conservative Party, was elected to power with a right-wing agenda of reducing the power of the state and of pursuing an economic policy along the then newly fashionable neoliberal lines. Looking back this can be seen as – and is often interpreted as – a period in which the social democratic consensus around the welfare state, which had been more or less hegemonic since the end of the second world war, began to break down. On that reading the victory of the right marked the opening of one possible path out of the questions raised by that breakdown.

There is much that can be said about the policies of the new Thatcher government, but

from the point of view of the questions being addressed here, a few points are important to note. The combination of neoliberal economic policy and a world economic downturn meant that the early years saw a dramatic acceleration of the trend in the loss of manufacturing jobs. Both the problems of the inner cities and the North-South divide were in consequence exacerbated. More generally, economic inequality increased including especially within London (where the loss of manufacturing jobs took place alongside the growth in size and in salaries of the financial and associated sectors).

In this context there was very little imaginative response from the Labour Party. The old social democratic project seemed indeed to have stalled. Resistance to Thatcher came principally from two grassroots movements, very different in social character and each with clearly defined geographical bases. On the one hand there was an important strike (1984-1985) in the mining areas in the north and west. On the other a “new urban left” came to power in a significant number of cities. In London this was the period of the left-led GLC with its radical experimental politics of democracy and empowerment. On the one hand then a white male-dominated traditional trade-union movement; on the other a variety of alliances of social groups and social movements (gay and lesbian, feminist, anti-racist, trade-union). For a brief exhilarating period there was exciting and constructive contact between these two very different forces and one dared to hope that a new kind of left politics might be born. But it ended in defeat. All the forces of reaction were mustered against this threat: the miners’ strike was broken and the Conservative government simply abolished the metropolitan level of government including the GLC.

It is important to reflect on this moment. First, my interpretation is that this grouping of movements represented one possible “left”

response to the breakdown of the older social democratic model. Second – and I think for that very reason – the GLC in particular was hated and feared as much by the official Labour Party as it was by the Conservatives. Certainly they did little to help combat its abolition. Third – and again following on from the previous points – there has been in subsequent years a real attempt to destroy the good memory of this period and thus to eradicate also a potential imaginative resource for future action.

There followed more than a decade of Conservative hegemony in which the response of the Labour Party was, under the banner of “modernization”, to move to the right and to construct what came to be known as The Third Way. In this it was part of an international shift, shared for instance with Clinton in the USA, towards a politics which accepted neoliberalism in its economic strategy but accepted also the need to be more active in the sphere of social policy. (This evacuation of much of the ground which could in any way ameliorate the worsening position of the working class can now be seen to be having repercussions through the space which it has left open for far-right politics.) Within the UK social and economic inequality were not to be ameliorated when the Labour Party finally was returned to government in 1997.

Among the strategies of this New Labour government was a commitment to spatial devolution (alongside a real unwillingness actually to decentralize power) and a greater attention to cities. The proposal that cities should elect their own mayors fitted into this. The New Labour imagination was that these would be figureheads, often envisaged as businessmen, who would act as transmission belts for New Labour politics into the metropolitan areas. London, also, was to regain a metropolitan level of government (the Greater London Authority) though with different and more constrained

powers than the former GLC. When the moment came to elect the mayor the leader of the old GLC, Ken Livingstone, put himself forward as Labour Party candidate. He was, basically, refused (a sign of the continuing hatred by the Party of this radical experiment). Ken therefore decided to stand as an independent candidate. The New Labour Party expelled him. He won, and the New Labour Party candidate was defeated. The stage was set for a new period of potentially radical experiment.

During this whole period there had also been changes in the analysis of the possibilities of left intervention through action in the local state.

When the inner-city problems first came on to the political agenda in the 1970s the characteristic analysis promulgated in government circles was that there must be something “wrong” with the cities. They had failed in the competition for jobs and thus what was needed was area-based policies to improve their potential. The answer to this by the left and by progressive intellectuals was to reverse the terms of the argument. It was not the inner cities which had failed capitalism but capitalism which had failed the inner cities. The cities were at the sharp end of a more general process of deindustrialization. In consequence it was no good having policies based only at the urban level; wider changes were needed at national level too.

So when the new urban left gained control of municipal councils in the early 1980s there was a puzzle. Was there now more possibility of local intervention? There were a number of elements in the response to this. First, much of the politics adopted in the cities, and especially in the GLC, was exemplary and rhetorical. The aim was to argue for alternatives and to establish through small and symbolic interventions the fact that an alternative politics was possible. In other

words, if there was not the possibility fully to address the problems of the cities nonetheless the possibility in principle of doing so could be established. This, then, was a politics which was also addressed to the world beyond the cities themselves. Second, of course, such a strategy was particularly important and effective because it was directed against a national government which was Conservative. London was used, effectively, as a “voice” against the dominant national politics. Third, nonetheless, there was also an analysis which attempted to establish the possibility of effective intervention at local level. Here the argument was that capitalism itself was changing, away from the cost-sensitive mass production of Fordism towards smaller-batch and higher quality production. This was argued to be true particularly in “First World” countries and in their cities. Moreover such production focussed on quality and skill rather than only on price. Maybe, then, there was room for manoeuvre for improving the conditions of inner-city labour while still remaining competitive. An enormous programme of research was set in train in order to explore these possibilities and to work out a strategy of “restructuring for labour” (as opposed to restructuring for capital). The published documents, The London Industrial Strategy, The London Financial Strategy, and the London Labour Strategy, stand as a monument to this inventive period.

That is now nearly twenty years ago, and since then it would appear that there have been further shifts in left analyses of the possibility of local intervention. Firstly, capitalism is less and less imagined as a “big system” somehow “up there” or only attackable at global level. There is no systemic closure, far more local variety, far more recognition of the fact that this thing called capitalism itself only exists and is reproduced through locally situated processes. At the same time, secondly, space itself is conceptualized

more relationally, as being itself the constantly shifting outcome of mobile social relations. Local places can thus be conceptualized as specific nodes in this wider power-geometry of social relations which is space-time¹. These two shifts in perspective mean, thirdly, that the local and global can be seen as more clearly mutually-constitutive (rather than, for instance, as in opposition). The “local place” is not a victim of the global; rather it is one of the moments through which the global is constituted. There is thus some purchase, at the local level, on so-called wider mechanisms, some possibility for active intervention. Moreover, because different places will represent distinct nodes of relations, distinct positionings, within the wider power-geometries, so the possibilities for intervention, the degree of purchase on the constitutive social relations, will also vary.

This perspective is particularly important in any consideration of London as a location of local intervention. London’s constitution as a node of social relations within the wider power-geometries is one of comparative relational power (in most accounts, for example, it is one of the three most significant “global cities”). There should, in other words, be some leverage. If not in London, then where?

We have then at this moment a conjunction of two things: the re-election to power of the man who led the radical GLC of the 1980s and a more elaborate and promising analysis of the possibilities of local intervention. So far however the general strategic direction which the mayor has adopted has been deeply disappointing. Not only does it fail to take advantage of London’s relative power and wealth but also, because power brings with it responsibility, it is also failing to take up its potential political responsibilities as a global city.

Once again we have a new London Plan (so far only at draft stage, and subject to further

scrutiny – see below) and a whole set of supporting strategies. But their central and overwhelmingly dominant aim is that London should maintain, and even strengthen, its position as a global city. Moreover, and equally significantly, the notion of “global city” is narrowly defined in terms of finance. London’s imperial history is to be reproduced.

Of course there are limits to what can be done, but a radical government of a powerful city could do more than this. The new draft London Plan presents no critical analysis of the power relations on which London is built. It fails in consequence to recognize both its own power and the subordination of other local places, and the global inequalities, on which its own wealth and status depend. Rather than taking cognizance of this its analysis of “relations with elsewhere” is pervaded by an anxiety about competition from places which might usurp its position. Frankfurt in particular plays this role. [Note here – this is too big a question to pursue – that this anxiety might be real (and then the question becomes to what extent it might matter) or it might be manufactured (the need to fend off competition is the classic capitalist strategy for getting its own way; in this case it might be being mobilized in order to justify what is anyway a political alliance with the financial sector).] This lack of a full positioning of London within wider power-geometries is one aspect of the imaginative failure of this new plan.

But there is another, which relates to the social and spatial dynamics within London itself. In brief, the plan does not recognize the tensions within London economy and society *of being* a world city in this narrowly-defined financial sense. It is above all the burgeoning of finance which leads the rapid rise in land prices, and which in turn is part of what precipitates the difficulties so often experienced by other sectors of production, manufacturing in particular. (The

success of finance, in other words, can lead to loss of jobs in manufacturing.) Or again, right across the metropolitan area, the spectacularly high costs of housing – precipitated in great part by the ridiculously high salaries in the “global city” sectors – make the maintenance of public services increasingly difficult (public-sector workers can simply not afford to live in London). The high salaries indeed are part of what lies behind the generally higher prices and cost of living in London than elsewhere. The point is often made (for instance by those defending the interests of finance) that while salaries in London are higher than elsewhere so is the cost of living (the implication being that the higher salaries are therefore justifiable). This is disingenuous. For while the higher cost of living is borne by everyone in London the very high salaries are received by only a minority. London is the most unequal city in the country.

Over and over again we are told that “London is a very successful city but it still does have some poverty”. My analysis is quite different: it is that the very terms of London’s success (in particular its reliance on and promotion of finance) *are part of the reason why* such serious poverty continues to be reproduced within the city. What is necessary, it follows, is to question the notion of “success” on which the official formulation relies; and this in turn implies challenging the current central dynamic of the economy. Consideration of the power-geometries which construct London as it is today, both globally beyond the city and within the metropolitan area, in other words, points towards a critique of the reliance on this dominant dynamic.

There is, moreover, and as implied earlier, “room for manoeuvre”. Even quite moderate changes could make a difference². Most obviously, and most easily, the strategy could broaden its definition of being a global city to a

wide range of sectors beyond finance. In the documented response to the London Plan this point was argued by numerous organizations³. The effect would be to shift the distributional implications of global citydom both socially and spatially. Moreover such a broadening could, more politically and more radically, be extended to the explicit promotion of elements of what has been called “globalization from below”⁴. Strategies such as those pursued by the GLC of the 1980s, including the encouragement of efforts towards internationalism by trade unions, the sponsoring of fair-trade organizations, the promotion of the internationalization of ethnic minority businesses, and so forth, would not only help those sectors themselves but also do something to raise the central question – what it might mean to be a different kind of global city. That question should also be pursued by a more honest and explicit recognition of its current meaning and by attempts to resist the temptation of endless competition by the establishment, at the very least, of networks and collaborations between major left-led cities.

At the moment, the London government’s response to the poverty within the city is on the one hand to set up other regions as the enemy (“London has poorer boroughs than they do” etc – a strategy the 1980s GLC refused to adopt) and in one way or another to buy its way out of the problem – for instance by promoting the

provision of “affordable” housing. My response is to challenge both these strategies. On the one hand the greatest need for redistribution is within London itself, not from north to south within the country. On the other hand providing “affordable” housing, which in a market situation would anyway be difficult to maintain as affordable, is only to fan the flames of a dynamic of London growth which will continue to reproduce its problems. In that sense, and to return to the beginning of this talk, we also have to set London back into the context of the regional uneven development within the nation of which it is capital. London would be a better, more equal (and in those terms more “successful”) city were it to lie within a country which nationally suffered from less interregional inequality.

NOTES

(1) See, for a further explanation of this view, “A global sense of place” In: MASSEY, D. *Space, place and gender*. Oxford: Polity Press, p.146–156. 1994.

(2) Some of the policy implications are spelled out in more detail. In: MASSEY, D., “Opportunities for a World City: reflections on the draft economic development and regeneration strategy for London”, *City*, v. 5, n.1, p. 101–105.

(3) See Spatial Development Strategy Investigative Committee: Scrutiny of “Towards the London Plan: Initial proposals for the Mayor’s Spatial Development Strategy”, Final Report January 2002. Greater London Authority.

(4) Here the politics links up with the arguments and experiments being pursued through the Social Forum.

5 | NÚCLEOS e
LABORATÓRIOS De
PESQUISA DA
FAUUSP

Yvonne Mautner
Jorge Hajime Oseki

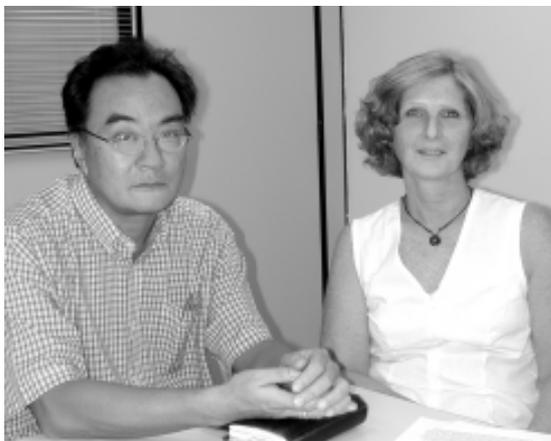
Coordenadores

NAP-PLAC

NÚCLEO DE APOIO À PESQUISA:
PRODUÇÃO e LINGUAGEM DO
AMBIENTE CONSTRUÍDO

I40

pós-



Jorge Hajime Oseki e Yvonne Mautner

Foto: Cândida Maria Vuolo

O Núcleo de Apoio à Pesquisa: Produção e Linguagem do Ambiente Construído, constituído em 1992, é um núcleo de pesquisa interdisciplinar que se propõe a estudar vários aspectos do processo de produção do espaço urbano, com particular atenção à questão de custos, tendo abrigado desde seu início pesquisas que trabalham na interface entre os rios e as cidades. Além de acolher uma pesquisa já em desenvolvimento sobre a produção do corpo docente da FAUUSP, o NAP passou, mais recentemente, a trabalhar também no desenvolvimento do processo produtivo de mobiliário para a habitação popular.

Yvonne Mautner

Arquiteta, mestre em arquitetura e urbanismo pela FAUUSP, doutora pela Bartlett School of Architecture and Planning da University College de Londres. Aposentada da FAUUSP em 1998, leciona na pós-graduação na área de concentração “Habitat: Produção do Ambiente Construído, Estado e Conflitos”.

Pesquisadora e coordenadora científica do NAP-PLAC, está coordenando a pesquisa Design e Tecnologia do Mobiliário Popular, dentro do programa PIPE da Fapesp. Área de pesquisa centrada nas formas de provisão da habitação popular, com publicações sobre o ambiente construído e, mais especificamente, a produção do espaço periférico. Secretária executiva da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR entre 08/2000 e 06/01, membro, desde 2002, do conselho assessor de Curso de Mestrado em Planejamento Urbano da Technische Universität Berlin, TUBerlin.

Jorge Hajime Oseki

Arquiteto e urbanista. Mestre e doutor em arquitetura e urbanismo pela FAUUSP. Leciona nesta Faculdade na graduação e na pós-graduação nas áreas de Economia da Construção e do Edifício e de Tecnologia da Paisagem. Pesquisador no Núcleo de Apoio à Pesquisa “Produção e Linguagem do Ambiente Construído” (NAP-PLAC da FAUUSP), no qual participou da pesquisa interdepartamental “Ambiente Construído e Ecologia Urbana: A região metropolitana de São Paulo e o rio Pinheiros” (de 1992 a 1996/ Fapesp-CNPq) e coordena a pesquisa interunidades “Rios e cidades: Identidade e conflito” (Biota Fapesp/ CNPq) desde 1999. Em 1997 fez estágio de pós-doutorado sob os auspícios da JICA Japan International Cooperation Agency, agência intercâmbio do governo japonês, no Doboku Kenkyujô (Public Works Research Station), centro de pesquisas do Ministério da Construção do Japão, na área de hidrologia fluvial, na cidade de Tsukuba. É autor de “La Fluvialité des Fleuves Urbains”, capítulo da publicação *Lugares: d'un continent, l'autre* (l'Harmattan, Paris, 2000), feita em conjunto com professores da FAUUSP e da Universidade “Jules Verne” da Picardia, França.

Yvonne Mautner (YM): O início do nosso trabalho deu-se no final de 1991... Começou basicamente com o Jorge e eu discutindo a possibilidade de criarmos mais um espaço de pesquisa na FAU. Sempre estivemos vinculados a atividades de pesquisa e envolvidos com grupos de trabalho. Cada um teve uma trajetória diferente, mas ambos achavam interessante um espaço onde se pudesse fazer uma pesquisa interdisciplinar. Os NAPs faziam parte de uma política da Reitoria que nós aproveitamos como uma nova forma institucional de trabalho supradepartamental e até interunidades, para apoiar esta atividade interdisciplinar.

Jorge Oseki (JO): Acho que deveríamos recuperar um pouco de nossa história. Eu e a Yvonne somos de uma geração de professores que entrou na FAU para fazer pesquisa. Somos professores-pesquisadores. Ingressamos na gestão do professor Nestor Goulart Reis Filho e desde a nossa contratação, em 1974, tínhamos esta característica comum de participar do Centro de Pesquisas em Arquitetura e Urbanismo que estava sendo fundado na época, na rua Maranhão. Era uma modalidade nova, o professor-pesquisador. Digo, nova na FAU. Naquela época professor era uma coisa, pesquisador outra. Eu, por exemplo, fui contratado para participar de um grupo de pesquisas de Racionalização e Industrialização da Construção Civil, sob a orientação do professor Léo Nishikawa, antes mesmo de ser contratado como professor. Na época haviam sido contratados vários outros professores-pesquisadores: Lucrecia D'Aléssio Ferrara, Maria Adélia de Souza, Jorge Dantas, Azael Camargo, Décio Pignatari, Neide Patarra. Enfim vários, agrupados em distintas áreas de pesquisa: planejamento, habitação, tecnologia e outras.

YM: Eu trabalhei na FAU-Maranhão no Núcleo de Habitação, em uma pesquisa para a Secretaria de Bem-Estar Social, trazida para FAU pelo professor Nestor. Mas o meu pedido de contratação foi feito pelo professor Lúcio Grinover, para dar aulas na área de Desenho Industrial, para a qual também

foram contratadas, a seguir, a Suzana Prado (uma psicóloga) e a Sonia Novinsky (socióloga) com a intenção de dar início às pesquisas em uma nova área, interdisciplinar, de estudos ambientais.

JO: Por isso ficamos sempre com aquela idéia de a USP ser um lugar privilegiado para a pesquisa. Montamos na década de 70 um núcleo com Ermínia Maricato, Suzana Pasternak, Paulo César Xavier e Nilton Vargas para estudar a construção civil. Este nos parecia um tema adequado porque até então havia pouquíssima bibliografia sobre o assunto no Brasil (e até no mundo). Era pouco estudado na economia, na sociologia, e na história. Então, a Yvonne, que havia ido à Inglaterra estudar na Bartlett School, trouxe um material inglês sobre especificidades teóricas e práticas da indústria da construção. Havia também os estudos do Centre d'Études et Recherches Marxistes – CERM – trazidos da França pelo Rodrigo Lefèvre sobre a produção do ambiente construído na Europa. Começamos debatendo em grupo estes estudos. O meu doutorado e o da Yvonne são, de certa forma, produtos desta pesquisa sobre a construção, para a qual havíamos solicitado financiamento, primeiro, para o BNH (aprovado, mas não utilizado, pois o banco se extinguiu em 1986) e depois para o CNPq. Acabada esta etapa, partimos para outra pesquisa, em 1980, com pessoas que compartilhavam desta nossa necessidade de ter um espaço comum de trabalho.

YM: Um parênteses... Antes do NAP-PLAC, nós tentamos criar na FAU um LabHab (Laboratório de Habitação) interdepartamental (com a Suzana Pasternak e Maria da Glória Gohn, do AUH, a Ermínia Maricato e eu, do AUP e o Jorge Oseki pelo AUT), o que nos colocou logo de início com um problema. Os professores de um departamento não podiam oficialmente dar aula em outro. Como seria necessário estarem todos lotados dentro de uma só disciplina, no novo curso, não haveria como dar créditos a todos: nem aos professores, nem aos alunos – porque não teria como conceder créditos para discentes referentes a estágios na

pesquisa. Era difícil do ponto de vista burocrático conseguir montar um curso interdisciplinar na FAU. Isto acabou sendo uma outra razão para se tentar criar um núcleo de pesquisas no qual fosse possível exercer a interdisciplinariedade entre alunos e professores.

JO: Na idéia dos NAPs havia embutida uma visão empresarial e pragmática da pesquisa acadêmica: o objetivo principal era a agilização da captação de recursos financeiros fora da USP. Partia-se do pressuposto que a universidade havia se tornado um organismo muito lento nesta captação, uma vez que você teria que aprovar uma pesquisa em várias instâncias (nos vários colegiados), o que demandava tempo. Os NAPs, ao contrário, prestariam contas, teoricamente, à Pró-Reitoria de Pesquisa. Havia, então, este aspecto que eu chamaria não tanto de empresarial, mas de se buscar uma maior eficácia nas tramitações necessárias ao desenvolvimento das pesquisas.

YM: Buscava-se diminuir o “tempo burocrático” da captação de recursos pela universidade.

JO: Por isso os NAPs foram bastante criticados. Eu e a Yvonne somos professores em um sentido mais clássico. O que nos movia não era exatamente a agilização de verbas, nós queríamos basicamente um núcleo onde pudéssemos fazer pesquisas. Nossa idéia era montar um núcleo de pesquisas bem acadêmicas, utilizando verbas tradicionais (usuais), não tinha nada de muito moderno ou dinâmico.

YM: E foi assim que funcionou...

JO: O Centro de Pesquisas em Arquitetura e Urbanismo – Cpau – criado anteriormente pelo Nestor também buscava uma certa agilidade, uma dinâmica mais pragmática. E nós fomos herdeiros disto, mas nossa pesquisa – assim como a dele – tinha sobretudo um caráter acadêmico, poderia ter aplicações práticas junto a prefeituras, ou a indústrias, mas isto não era o fundamental. Tínhamos essa coisa meio de...

YM: “Resguardo acadêmico” ...

JO: Esse nosso NAP era um pouco diferenciado. Nós não queríamos fazer um grupo de um

departamento, do AUT ou do AUP. Conversamos então com vários professores, de todos os departamentos (e de várias unidades), mas na época havia um desencanto com o trabalho em conjunto muito grande...

YM: Muito estavam envolvidos com outras pesquisas.

JO: Havia e há razões para este desencanto. A pesquisa acadêmica, apesar dos esforços de muitos, continua um sacerdócio, é muito lenta, leva-se muito tempo para se conseguir verbas, sobretudo quando se trata de uma pesquisa acadêmica que não será aplicada imediatamente. É difícil explicar o que se está fazendo, o porquê, já que se trata de pesquisas interdisciplinares, mais complexas. A pesquisa que estou coordenando sobre a fluvialidade em rios urbanos, há cinco anos, nem sequer foi ainda aprovada. As pessoas da equipe original que eram mestres já viraram doutores, mudaram de cidade, de país, de profissão... É difícil manter uma equipe assim. E os órgãos de fomentos são lentos, burocráticos. Conversando então com os professores, a maioria dizia que seria muito complicado pela Fapesp e pelo CNPq. É trabalhoso e demorado. As decisões são muitas vezes arbitrárias. As pessoas já estavam cansadas dessas histórias e queriam mais cuidar de suas carreiras individuais. A pesquisa acadêmica (não exatamente no sentido de puramente teórica), quando não se trata de uma consultoria diretamente subordinada a empresas ou prefeituras, está desgastada.

YM: Formamos um núcleo basicamente com o pessoal de DI (Desenho Industrial): Marlene Picarelli, Lucrecia D’Aléssio Ferrara, Cibele Taralli e eu; de Paisagismo, Maria Ângela Faggin, Paulo Pellegrino e Catharina Pinheiro; do Departamento de Tecnologia tinha Jorge Oseki e Khaled Ghoubar. Começamos a discutir qual seria o tema com o qual trabalharíamos e aos poucos fomos nos aproximando de lugares na cidade que estavam sofrendo transformações muito evidentes. Nós pensamos em trabalhar com a Mooca e

acabamos chegando no bairro de Pinheiros, no Largo da Batata. Como o Jorge tinha um interesse específico na área de rios, desde que começou a trabalhar com redes de infra-estrutura urbana, escolhemos como objeto de investigação a calha do rio Pinheiros, o rio e sua várzea, e as transformações urbanas na área.

JO: Havia uma dimensão semiológica do rio, de como as pessoas o percebiam; havia o espaço técnico produzido pelas infra-estruturas (intervenções hidráulicas, do sistema viário, de redes de água e luz) que se apoiavam na calha do rio, e havia ainda a história da urbanização da várzea do Pinheiros, como esse rio foi ocupado, como foi produzido socialmente. A Yvonne, durante a BISS XIV (Bartlett International Summer School) em 1991, convidou alguns pesquisadores ingleses para conhecer São Paulo. Quando estávamos andando pelo rio Pinheiros, explicando as características de seu processo de urbanização: as favelas, os centros de lazer, o centro empresarial, o distrito industrial, os postes de alta tensão, as barragens, as construções de alto, médio e baixo padrão ali misturadas, o Ceagesp, o cadeiaão, a poluição ambiental, demo-nos conta que para um inglês aquilo era muito estranho, pois parecia que estavam todos os usos e todas as classes sociais simultaneamente junto ao rio. O rio, aliás, foi um objeto de estudo muito interessante e rico. Em 1989, começamos a estudá-lo, do ponto de vista semiológico, de sua produção enquanto ambiente construído e da história de sua ocupação. Nossa idéia era fazer uma pesquisa interdepartamental. Na época, a Marlene Picarelli era a chefe do Departamento de Projeto, o que ajudou a consolidar o NAP/PLAC inicialmente. Ela nos conseguiu várias coisas: espaço, secretário, computadores. No começo utilizamos a infra-estrutura do Desenho Industrial para iniciar o trabalho. Depois obtivemos financiamento do CNPq e da Fapesp.

YM: Isso permaneceu durante alguns anos, trabalhamos juntos na pesquisa por cinco anos. Depois cada um começou a trabalhar

separadamente, em sua área mais específica, porém, sem financiamento.

JO: Na verdade, constituímos várias frentes de trabalho...

YM: Houve uma parte da pesquisa que foi preparada e executada por todos, e foi a base para o trabalho específico da Lucrécia. Outras partes do trabalho permaneceram incompletas e foram desenvolvendo-se aos poucos.

JO: Uma forma de dar continuidade à pesquisa do rio Pinheiros foi trabalharmos juntos enquanto grupo, em um módulo de linguagem e representação, dentro do curso de especialização em Gestão Ambiental, da FAU e da Saúde Pública, coordenado pela Lucrécia. A problemática central do grupo não começou com o meio ambiente, mas foi se dirigindo aos poucos para a questão ambiental. Havia, e há, uma demanda muito grande sobre o assunto. Nessa época, os estudos mais sólidos em planejamento ambiental eram raros, e um estudo sistematizado sobre uma realidade ambiental (o rio Pinheiros) em que entravam outros elementos como a evolução urbana, as redes de infra-estrutura e a abordagem semiótica tornou-se interessante. Por volta de 1995, veio ao Brasil a professora Sylvia Ostrowetsky, uma semiótica urbana francesa. Participamos com ela, e sob sua coordenação, de um convênio (por meio do Comité Français d'Évaluation de la Coopération Universitaire avec l'ê Brésil – COFECUB) com a Universidade da Picardia, em Amiens, na França, e a FAUUSP, que resultou no livro *Lugares, d'un continent l'autre* organizado pela Sylvia e editado pela L'Harmattan (Paris, 2000). Vieram ao Brasil também três de seus orientandos para troca de experiências. Em 1994, o professor e arquiteto Alberico Belgiojoso, de Milão, também se interessou pelo trabalho, e prontificou-se até a pleitear um financiamento junto à Pirelli para que pudéssemos efetivamente desenvolver um projeto de (re)qualificação do rio Pinheiros, o que infelizmente não ocorreu. Mas o núcleo de pesquisa, em princípio, funcionou em parte do jeito que havíamos previsto, promovendo

trabalho científico, participando de cursos de pós-graduação e especialização, coordenando intercâmbios internacionais e até pretendendo viabilizar projetos junto a empresas.

YM: Um dos pesquisadores que veio com a Sylvia se propôs a continuar um trabalho iniciado conosco. Pretende voltar ao Brasil. São laços criados na pesquisa que se solidificam.

JO: Mas a universidade tem seus caminhos. Alguns professores (sobretudo as coordenadoras, Marlene e Lucrecia) tiveram que se aposentar. Cada um passou a ver a pesquisa de uma maneira mais profissionalizante ou mais acadêmica. O grupo foi tornando-se menos coeso, as pessoas começaram a perder o interesse, o financiamento se tornou mais difícil, alguns evoluíram na carreira passando a assumir outras responsabilidades. A única lacuna que ficou deste trabalho foi o fato de não termos conseguido, enquanto núcleo, publicar nada sobre a pesquisa do rio Pinheiros.

YM: A divulgação do trabalho foi bastante falha: nada além de um relatório final.

JO: Havia também o problema das autorias diversas. Não tínhamos muito bem resolvida a questão administrativa, nem a questão legal dos direitos de publicação e de autoria, nem em relação aos alunos nem em relação aos pesquisadores e professores que participavam da pesquisa. Acho que se fosse um núcleo dentro da faculdade, como era a proposta do Nestor, aí a faculdade poderia ser a proprietária de tudo. Os NAPs são meio estranhos, porque querem representar uma outra forma de lidar com a pesquisa em que não haja patrão, nem escritórios. Não se trata seguramente de uma empresa e, portanto, não há proprietários das idéias. Os pesquisadores são todos coproprietários e o trabalho feito é ao mesmo tempo propriedade de todos e de ninguém. Aí vai depender das normas do bom convívio acadêmico e da consciência de cada um.

YM: A solução seria você começar a aprender a trabalhar de outra forma. Aquela pesquisa acabou, mas o NAP continua: o Jorge e o Paulo Pellegrino

continuaram nessa linha de pesquisa ambiental, coordenando um projeto de requalificação de rios (nas sub-bacias do Cotia, do Tamanduateí e Tietê/Cabeceiras), com pedido de financiamento no Biota/Fapesp para uma equipe pluridisciplinar (composta por biólogos, antropólogos, engenheiros, geógrafos e arquitetos). O Khaled Ghoubar permanece trabalhando na área de custos, tendo realizado o congresso A formação de preços na Construção Civil, que reuniu professores da FAUUSP, técnicos do FETICOM e do DIEESE. Após minha aposentadoria, recebi do CNPq uma bolsa para desenvolver um trabalho sobre a indústria moveleira (retomando um trabalho iniciado com Ermínia Maricato e Telmo Pamplona, ainda dentro do curso de graduação, na área de DI, sobre o interior da habitação popular em São Paulo). Este ano, Angélica Santi, responsável pela Oficina de Arte e Design, e eu, conseguimos financiamento dentro do Programa PIPE da Fapesp, para desenvolver a primeira fase de um projeto de móveis junto à fábrica IdeiaMovel de Mogi-Guaçu. Também no NAP está sendo realizada a pesquisa sobre a produção dos professores da FAUUSP, com a participação de vários pesquisadores, inicialmente coordenada pelo professor Silvio Sawaya e depois, pelo professor Miguel Pereira, parte da qual já se encontra disponível em várias publicações de excelente nível.

Estamos em um momento em que a produção dos professores-pesquisadores ligados ao NAP está muito diversificada, mas nada impede que haja convergências futuras entre as várias pesquisas, o que permitirá novamente projetos em comum.

scripção da J.

re. S. João em op. em d. f. d. d. a barra daquella banda por onde se podem entrar
em forma de bu. S. J. 58 braças e meia de de palmos por braça. Tem fuso
muy pouca agua. Di.

Y VINDA VTC

ar 50

realin

das se

a de poz

canalizo de entrada
i. ate o ponto N. 2.
re. Honra, Sua p. 10.
cinco libras e meia a

de rocha viva

de foz a p. 10.

6 | *e*VENTOS

30 ANOS DE PÓS-GRADUAÇÃO E CENTENÁRIO DO EDIFÍCIO VILA PENTEADO

O ano de 2002 teve um significado especial para a FAUUSP, principalmente para seu curso de pós-graduação, situado no Prédio Vila Penteado. Especial porque este curso está completando 30 anos de atuação em prol do ensino e da pesquisa e, ao mesmo tempo, comemorando o centenário de seu edifício-sede, que pertenceu à família Álvares Penteado e foi doado à USP em 1946, sob condição de ali se instalar um curso específico de arquitetura. Até 1968, antes de se transferir para a Cidade Universitária, o curso de graduação permaneceu neste edifício público, posteriormente, tombado por órgãos do patrimônio histórico, artístico e cultural. Hoje é um dos raros edifícios *art-nouveau* que a cidade de São Paulo possui. O projeto original, de 1902, é do arquiteto sueco Carlos Ekman, que o fez a pedido da família Penteado.

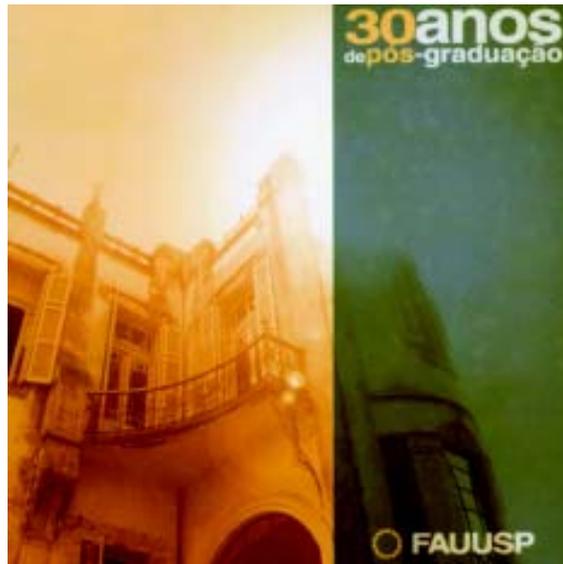
Desde 1972, o Edifício Vila Penteado, também conhecido como FAU-Maranhão, abriga o curso de pós-graduação em arquitetura e urbanismo da FAUUSP (mestrado e doutorado). O curso vem formando e recebendo profissionais de diferentes instituições nacionais e do exterior, principalmente da América Latina. Habitualmente, considerando-se professores, alunos, funcionários e visitantes, temos centenas de pessoas circulando e/ou participando do dia-a-dia da Escola.

No decorrer desse ano, vários eventos foram promovidos pela Comissão de Pós-Graduação. Sob a coordenação das Profas. Dras. Maria Ruth Amaral de Sampaio (diretora), Ermínia Maricato (presidente CPG) e Vera Pallamin (editora-chefe de *Revista Pós*), realizou-se o Seminário 30 anos de pós-graduação: novos desafios, nos dias 28 e 29 de outubro, visando à divulgação das novas áreas de concentração, contando com significativa participação de docentes e alunos.

ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO NA NOVA ESTRUTURA

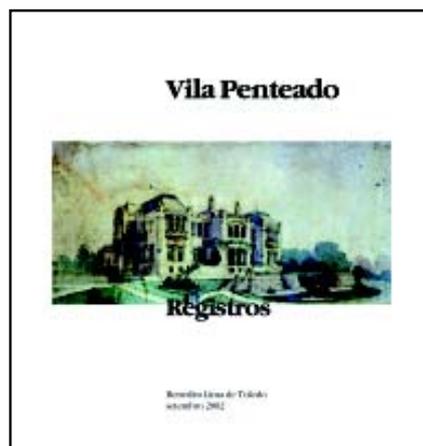
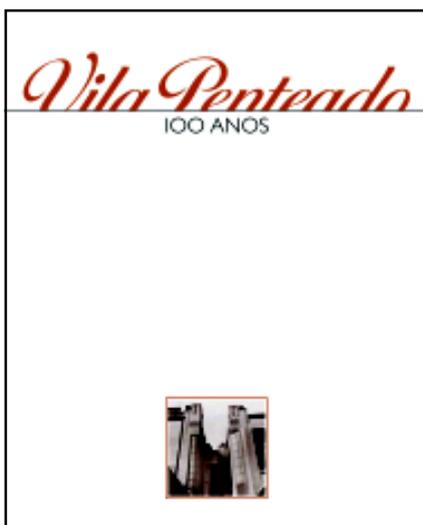
- TECNOLOGIA DA ARQUITETURA
- HISTÓRIA E FUNDAMENTOS DA ARQUITETURA E DO URBANISMO
- DESIGN E ARQUITETURA
- PAISAGEM E AMBIENTE
- PROJETO, ESPAÇO E CULTURA
- HÁBITAT
- PROJETO DE ARQUITETURA
- PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

Como registro deste trabalho foi também editado o CD-ROM “30 anos de Pós-Graduação 1972-2002”, que traz o histórico do curso, assim como resumo das teses e dissertações apresentadas nesse período com suas respectivas bancas examinadoras.



CD-ROM
30 Anos de Pós-Graduação
FAUUSP

Para comemorar o centenário do edifício foi realizado em 8 de novembro um debate público intitulado *Vila Penteadó: Cidade, História e Arquitetura*, com a participação dos arquitetos Carlos Lemos, Júlio Katinsky e Paulo Mendes da Rocha. Nesse mesmo dia, aconteceu o lançamento dos livros *Vila Penteadó: 100 anos*, vários autores, e *Vila Penteadó: Registros*, de Benedito Lima de Toledo, assim como a cerimônia de reinauguração da Biblioteca Tereza Almarsio Hamel, sob a coordenação do professor Júlio Katinsky e da bibliotecária chefe, Eliana de Azevedo Marques, com patrocínio da Fapesp.





Ainda, na agenda de comemorações, a Diretoria da FAUUSP, com apoio do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto, promoveu o Seminário Centenário da Vila Penteadó: Restauo, realizado nos dias 2, 3 e 4 de dezembro, com a participação de especialistas na área, professores, alunos e profissionais ligados aos órgãos públicos da cidade.

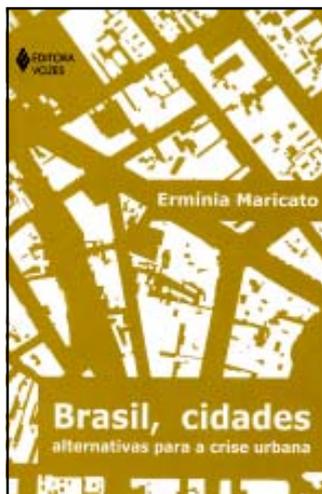
Esses importantes eventos tiveram apoio das Pró-Reitorias de Pós-Graduação e de Cultura e Extensão Universitária da USP.

Lina Rosa

Nota:

Os interessados em adquirir os livros sobre a Vila Penteadó ou o CD-ROM sobre o curso de pós-graduação, assim como outros títulos da FAUUSP, poderão solicitar em: www.fupam.com.br > livraria.

7 | *Re*SENHAS



BRASIL, CIDADES: ALTERNATIVAS PARA A CRISE URBANA

MARICATO, ERMÍNIA. SÃO PAULO: EDITORA
VOZES, 2001.

Tomás Moreira

152

pós-

Alternativas urbanas sob a ótica da reflexão crítica: antiparalisia da ação propositiva

Este é um livro que se lê de uma só vez, mas que pode ser lido capítulo por capítulo e consultado de tempos em tempos. Ele contribui para um olhar reflexivo sobre o exercício do planejamento e da ação urbana, trazendo reflexões sobre a pesquisa e prática da autora. Ele denota *compromisso e engajamento* com os processos urbanos – implementação e busca de alternativas para os problemas das cidades brasileiras.

Eis o terreno árduo e envolvente desta obra: construir uma relação entre o pensamento crítico sobre alguns fenômenos que levam tanto à desigualdade quanto à segregação territorial da urbanização brasileira e propostas urbanísticas que visam superá-las.

Nas mãos de Ermínia Maricato as características que definem as condições urbanas no Brasil demarcam radicalmente o contraste existente entre a evolução progressista da moderna sociedade urbana brasileira – pela melhora de alguns indicadores sociais – e o retrocesso dos indicadores urbanísticos.

Sob o impacto das características do Brasil, que aprofunda a exclusão social em uma sociedade histórica e tradicionalmente desigual, Ermínia Maricato impõe a desafiante tarefa de delinear constantemente respostas a esse contraste, que é alicerçado pela máquina de produzir favelas e a cidade ilegal, hoje espaço da maioria. Reavaliadas táticas e práticas, a partir do conhecimento da realidade empírica respaldada por subsídios científicos, são demarcados alguns obstáculos, que se opõem a uma ação planejada. Em contraponto a barreiras de um planejamento democrático são ressaltadas algumas experiências inovadoras praticadas no Brasil, enfatizando a importância de se contrapor a imposição de propostas urbanas correspondentes a “idéias fora do lugar” – identificadas por meio do planejamento estratégico, alicerçado pela desregulamentação,

privatização e fragmentação na abordagem da cidade e do vazio deixado pelos planos modernistas. Isso permite vislumbrar direções alternativas, democráticas e igualitárias, para a crise urbana do país, diante de novas formas de dominação externas e internas.

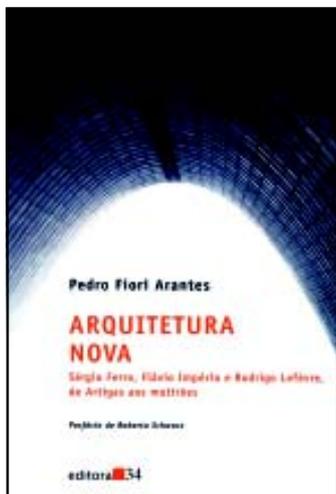
A crise urbana e a crise do planejamento abrem espaço para novas respostas, em que qualquer mudança por pequena que seja será viva e representativa, em face da dimensão das contradições que envolvem as cidades brasileiras. Ermínia Maricato “sacode” o leitor e convida-o a redescobrir que, agora, é possível criar uma matriz de planejamento e gestão comprometida com a realidade empírica urbana local e regional, tendo por base experiências espalhadas tanto no Brasil quanto no mundo, e possuindo como pressuposto uma abordagem holística a partir da consciência da cidade da maioria, desmistificando a representação hegemônica dominante sobre o urbano.

O livro traz ainda estímulos para a identificação de antídotos contra a construção ficcional que perpetua a desigualdade e a segregação territorial no Brasil. Para tanto a autora focaliza a atenção do leitor em três pontos. O primeiro deles se refere à reabilitação de centros urbanos e habitação social, embutido em princípios que qualquer intervenção deva ser democrática, a fim de garantir o direito à cidade para qualquer cidadão. O segundo traz à tona projetos anti-sociais que se apresentam como sendo sociais, alertando o leitor quanto ao uso de representação ideológica, enraizada socialmente, em alguns tristes processos de política urbana da cidade de São Paulo e do Rio de Janeiro. O último dos pontos trata das contradições e avanços das alternativas brasileiras apresentadas em reuniões nacionais e internacionais, como a do Habitat II.

Tudo indica, nas entrelinhas deste livro com inegável qualidade catalizadora de preceitos da autora, o forte apreço e a constante necessidade de delimitar proposições, designadas por ela como *recusa à paralisia da ação propositiva*. Dogma que busca traçar a importância de políticas urbanas que ultrapassem a ação dos governos e dos demais atores sociais, para além deste espaço como abstração geométrica e do mero suporte físico, indo em direção a resultados de uma operação tangível de delimitação de melhoria da qualidade de vida pela regressão das disparidades e das segregações sociais e econômicas do país. Princípio este que é de grande contribuição a qualquer leitor.

Tomás Moreira

Mestre em Sciences Appliqués: Habitat & Développement pela Université Catholique de Louvaine, doutorando em Études Urbaines na Université du Québec à Montreal e professor de Planejamento Urbano no Departamento de Projeto da FAUUSP.



ARQUITETURA NOVA: SÉRGIO FERRO, FLÁVIO IMPÉRIO E RODRIGO LEFÈVRE, DE ARTIGAS AOS MUTIRÕES

ARANTES, PEDRO FIORI. SÃO PAULO:
EDITORA 34, 2002.

Paulo Bicca

154

pós-

Resgate do passado e a construção do futuro

Necessária e muito oportuna – é o mínimo que se pode dizer sobre a obra escrita por Pedro Fiori Arantes, intitulada *Arquitetura nova* e publicada em agosto deste ano pela Editora 34.

Para muitos, como foi meu caso, antes mesmo de lê-la já se podia antever, ao menos em parte, seu conteúdo, implícito no subtítulo que destaca os nomes dos arquitetos Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, relacionados com o de Vilanova Artigas e as práticas dos mutirões. E, malgrado a importância de todos estes arquitetos e professores de arquitetura, suas idéias e suas histórias profissionais infelizmente são pouco conhecidas das novas gerações de arquitetos e estudantes, sobretudo, mas não apenas daqueles que vivem fora de São Paulo e não freqüentam ou freqüentaram a FAUUSP, na qual todos eles participaram com destaque.

Situação de “amnésia” ou desconhecimento plenamente de acordo com os tempos atuais, no qual as questões econômicas, sociais e políticas envolvendo a arquitetura, sua produção e seu uso, pouco comparecem nos debates acadêmicos e profissionais, consideradas muitas vezes retrógradas, resquícios de “posições ideológicas” ultrapassadas, que devem ser substituídas por uma cultura pós-moderna e globalizada, estimuladas e divulgadas pela publicação de revistas e livros luxuosos, geralmente associados à promoção de arquitetos *superstars*. Em um tal contexto, o trabalho do Pedro se mostra muito mais do que apenas pertinente.

Quando a busca crescente de novas e exóticas linguagens arquitetônicas e a recorrente obsessão por novos adjetivos procuram ocultar o que a arquitetura e sua produção têm de substantivo, reforçando seu papel nesta “Sociedade do Espetáculo”, tal como a conceituou Guy Debord; quando a estética *high-tech*, no

projetar e construir, reforçam o caráter fetichizador da arquitetura tida como *arte del disegno* – para usarmos as expressões cunhadas há 500 anos por Giorgio Vasari –, ampliando no universo produtivo da arquitetura a subordinação real do trabalho ao capital, como, aliás, muito bem destacou Sérgio Ferro em seu último artigo publicado no Brasil, intitulado “Uma Nota” (Revista *AU*, n. 104, out./nov. de 2002), no qual critica o Guggenheim Museum de Bilbao, obra do arquiteto Frank Gehry, considerada por ele como paradigmática do *nouvel esprit du capitalisme*; em uma época em que eventos como aquele nomeado Casa Cor proliferam como metástases por todo o Brasil, tornando-se referências alienantes para um número cada vez maior, não apenas de jovens ou futuros arquitetos; quando tudo isto acontece, tendo como inevitável reverso da mesma medalha os crescentes problemas urbanos, a miséria arquitetônica e ambiental cada vez mais generalizada de áreas sempre mais extensas de nossas grandes e médias cidades, mostrando que ainda continuam atuais as assertivas de Engels sobre as questões da habitação, enunciadas por ele há mais de um século e meio; quando a produção da arquitetura – dando curso a um processo no mínimo iniciado por Brunelleschi, há quase 500 anos, na construção da famosa cúpula de Santa Maria del Fiori – conduz a níveis ainda mais extremos a alienação e a exploração do trabalho vivo nela objetivado; em um mundo marcado pela derrocada daquela farsa chamada “socialismo real”, e pela ideologia de que ao capitalismo e, em nosso caso, à sua forma de produzir arquitetura não há alternativas, procurando-se, assim, impor um modelo de forma incontestada, condição necessária ao exercício de sua hegemonia; é exatamente nestas circunstâncias que adquirem ainda maior relevância trabalhos “fora de moda” como este escrito pelo Pedro, no qual, sem nenhum quixotismo ou simplificações, afirma-se que há outros caminhos, não apenas possíveis, mas necessários de serem trilhados como condições à “utopia” de uma sociedade ao mesmo tempo arquitetonicamente bela e justa, fruto exclusivo do trabalho livre. Aliás, condição necessária e suficiente para que qualquer objeto fosse considerado arte, de acordo com William Morris.

É para participar da construção deste novo caminho a ser percorrido, que Pedro se volta para o passado, refazendo intelectualmente as trilhas que na teoria e na prática foram antes percorridas por aqueles quatro personagens escolhidos por ele como paradigmáticos de seu objeto de estudo e úteis aos seus desígnios, certo, entretanto, de que, parafraseando o poeta espanhol Antonio Machado, tratam-se de “*cendas que jamais se volveram a pizar*”. Por isso, a leitura do livro do Pedro mostra-nos que a intenção e o gesto de recolocar seus personagens em cena não significava uma volta saudosista ao passado ou um mero registro de personagens e fatos relevantes para uma historiografia da arquitetura paulista e brasileira. Nem se limitava a um trabalho de natureza meramente acadêmica, mas sim de uma obra escrita que, tratando de arquitetura e sua produção, adquire sentido pleno somente por seu explícito engajamento político, inalienável de seu conteúdo e de sua própria razão de ser, sua condição *sine qua non*. Na boa e velha tradição que, atrevo-me a dizer, nasceu no século 19, com o Ruskin e sua natureza do gótico, e com William Morris e seus textos sobre arquitetura e arte –

particularmente estes últimos, tão apreciados por Sérgio Ferro –, que ainda hoje têm muito a ensinar-nos.

Sublinhe-se igualmente como mérito que o autor não se colocou na condição de quem apenas pretendeu descrever de forma mais ou menos neutra as questões por ele tratadas. Muito mais do que uma narrativa histórica, há nele o salutar engajamento e tomada de posição diante das polêmicas de ontem e de hoje, ajudando a lembrá-las e a identificar o fio condutor que as une, ao mesmo tempo em que procura explicitar o conteúdo das mesmas, sobretudo quando opõem, de um lado, as idéias e práticas defendidas por Artigas, e, de outro lado, aquelas sustentadas por Sérgio, Flávio e Rodrigo. Diferenças e antagonismos que se tornarão ainda mais plenamente explícitos e substantivos a partir dos anos 70, quando Sérgio começa a escrever *O canteiro e o desenho* (publicado no Brasil pela Editora Projeto, em 1979), e quando em 1981 Rodrigo apresenta sua tese intitulada *Projeto de um acampamento de obra: Uma utopia*.

Isto posto, destaque-se igualmente a louvável maneira como Pedro se relaciona com seus personagens centrais, tratando a todos, merecidamente, de forma respeitosa e correta do ponto de vista profissional e político, pois, mesmo quando discorda, reconhece em cada um deles os predicados que lhes conferiram a importância que tiveram e, malgrado sua nítida maior simpatia e identidade com o “trio”, mais particularmente ainda com o Rodrigo e o Sérgio.

Para Pedro – e fica claro que seu livro se estrutura em torno desses pressupostos – a escolha de seus personagens não foi aleatória, pois para ele a importância e singularidade de cada um deles, as distintas naturezas de seus pensamentos e práticas, e as polêmicas que suscitaram e ainda suscitam continuam atuais e vivas, e têm muito a ensinar a todos aqueles que se recusam a colocar a arquitetura no suposto Olimpo das coisas sagradas, distantes do mundo sensível e dos homens reais, com suas contradições e complexidades que não se confundem propriamente com aquelas tratadas por Robert Venturi. Mas é verdade igualmente que o resgate dos mesmos não se fez no sentido laudatório, totalmente isento de críticas, mas sim buscando entendê-los e avaliá-los como inegáveis referências para todos aqueles que procuram uma nova maneira de produzir arquitetura, fora do restrito mundo da mercadoria e da lógica do capital, fundada, portanto, em novas relações de produção arquitetônica, expressas prática e simbolicamente, no que concerne à participação dos arquitetos, em uma nova relação entre canteiro e desenho. E para tanto os analisa como referências – no caso do Sérgio e do Rodrigo – à luz das experiências que mais caracterizam o que ele chama de mutirões autogeridos, e que, em certos termos, mais se aproximam daquele “laboratório” no qual poderiam ser gerados os embriões de uma verdadeiramente nova arquitetura, resultante de um trabalho vivo autônomo, muito próximo daquele que Sérgio Ferro havia imaginado em seu livro *O canteiro e o desenho* e Rodrigo Lefèvre em sua tese *Projeto de um acampamento de obra: Uma utopia*.

E o que se observa então, segundo ele, é que não são poucas nem insignificantes as questões controversas aí envolvidas. Mas mesmo assim vale a

pena apostar, pois “o mutirão autogerido”, diz Pedro, “é um lugar diferenciado dentro da produção capitalista do espaço. Esse pequeno e minoritário momento na construção da cidade é um vislumbre do que poderia (poderá) ser uma outra forma de produção. O canteiro autônomo, ao mesmo tempo que indica o vir a ser, ilumina as contradições das relações sociais capitalistas, cuja violência e alienação impostas ao trabalho passam a ser questionadas por outras práticas. Sem pretender que toda a intervenção arquitetônica se dê por essa forma, o mutirão autogerido certamente constitui-se num dos mais importantes lugares de atuação para o arquiteto disposto a realizar a crítica ao canteiro e ao desenho e tomar parte na invenção de novas relações de produção. E, como lembra Sérgio Ferro, por ser a construção uma manufatura, processo mais simples do que o industrial, é um excelente laboratório para os trabalhadores exercitarem o controle da produção, se preparando para, quem sabe, grandes transformações”.

E assim, começando por Artigas e terminando pela avaliação das experiências dos mutirões autogeridos, relacionando-os com as idéias e práticas de Sérgio Ferro e Rodrigo Lefèvre, Pedro tratou de parte significativa da história da arquitetura e das idéias arquitetônicas produzidas pelos arquitetos que se reivindicavam e se reivindicam de uma posição política de esquerda, muitos de inspiração marxista. E ao fazê-lo, por um lado mostra que neste espectro político, se semelhanças, é óbvio, existiram, muitas vezes e em certos casos o que predominou não foram apenas diferenças, mas por vezes profundas contradições, concernentes não apenas aos meios, mas aos próprios fins perseguidos. Evidentes, por exemplo, entre as idéias preconizadas por Artigas quanto ao papel do desenho arquitetônico, e as profundas críticas a ele feitas por Sérgio Ferro. Aliás, antagonismo exemplarmente revelado nas inconciliáveis opiniões manifestas por ambos sobre o papel de Brunelleschi.

E se uma das questões centrais do livro do Pedro, assim como dos trabalhos de Sérgio Ferro e Rodrigo Lefèvre nos enviam às questões concernentes à divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, vistas por meio das relações entre o desenho e o canteiro, ou seja, entre o trabalho do arquiteto e o trabalho dos operários, e como estas são questões que só adquirem o sentido que o livro *Arquitetura nova* lhes confere, se forem vistas sob ótica de uma prática arquitetônica de esquerda, tomo a liberdade de lembrar aqui o que há mais de século foi dito por Engels, no seu *Anti Dhüring*, e que infelizmente nunca ou muito pouco é lembrado, malgrado (ou talvez por) seu profundo e revolucionário significado: “pela maneira de pensar das classes cultas, herdada pelo Sr Dhüring, é forçosamente uma monstruosidade acreditar que um dia não haverá mais trabalhador manual nem arquiteto de profissão, e que o homem que, durante uma meia hora terá dado instruções como arquiteto, empurrará também durante algum tempo o carrinho de mão, até que se faça novamente apelo a sua atividade de arquiteto. Que belo socialismo aquele que eterniza os trabalhadores manuais de profissão!”

Isto posto, e à guisa de conclusão, destaco uma destas (espero) felizes coincidências: o livro do Pedro foi editado poucos meses antes do Partido dos

Trabalhadores – ao qual ele várias vezes faz referência ao longo do texto – assumir pela primeira vez a Presidência da República, levando consigo uma imensa esperança e um significativa experiência em programas habitacionais voltados para as chamadas populações de baixa renda, em particular aquelas que se utilizaram do sistema de mutirões. E muitos daqueles envolvidos nesta história mais recente, são e sentem-se, cada um à sua maneira, herdeiros daquela que com muita proficiência o livro do Pedro nos faz reviver, convidando-nos a retomar o fio da meada. Sobretudo para estes sua leitura é totalmente recomendada, quase obrigatória para todos aqueles que, certamente, no novo quadro político-administrativo, terão uma responsabilidade ainda maior pela frente, decorrentes da histórica oportunidade pela qual muito batalharam.

Paulo Bicca

Arquiteto e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (URGS), autor do livro *Arquiteto: A máscara e a face*. São Paulo: Projeto, 1984.

autores evocados com frequência no debate. Em ambos os caminhos, somos estimulados a pensar transdisciplinarmente.

Os idealizadores do encontro organizaram o debate em três núcleos, transformados em capítulos, a saber: 1. Cultura e esfera pública, com a participação de Oskar Negt (sociólogo do Instituto de Sociologia da Universidade de Hannover), Barbara Freitag-Rouanet (socióloga da Universidade Humboldt e da Universidade de Brasília) e Nicolau Sevcenko (historiador da cultura do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP); 2. Cultura e transformação urbana, com Walter Prigge (jornalista e vice-diretor da Fundação Bauhaus em Dessau) e Otília Beatriz Fiori Arantes (filósofa do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP); 3. Arte e espaço urbano: uma contraposição Berlim / São Paulo, com Claudia Büttner (historiadora da arte e curadora para arte pública na Alemanha), Vera M. Pallamin (arquiteta da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP) e Laymert Garcia dos Santos (sociólogo do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp).

O professor Negt observa que o Estado vem perdendo o poder de proteger a sociedade (ou se preferirmos, a cidade) da voracidade do capitalismo, na busca paradoxal e inglória pela competitividade econômica entre as nações na era da globalização. Ao desonerar a produção de riqueza de forma a atrair as empresas globais, acena-se para um lucro maior e cada vez mais rápido, e entrega a sociedade a mercê desta guerra comercial. Instaura-se aqui uma das questões recorrentes do debate, que diz respeito à crise da esfera pública e seu efeito erosivo no panorama cultural da sociedade contemporânea, em que os *“valores antigos já não possuem a validade de outrora e, ao mesmo tempo, há uma procura por novos valores que ainda não existem”* (Negt). Ou então, existem, mas não se assumem como tal e, perniciosamente, não permitem *“mais aflorar valores alternativos”* (Freitag-Rouanet). Trata-se do incômodo causado pela evidência de que tudo que se entende por valor reduziu-se a um equivalente monetário, tradução cristalina e definitiva do mundo regido pela hegemonia da economia. É como se vivêssemos sob a égide de um pitagorismo monetário, garantia de significação universal, parâmetro para todos os juízos e sentidos, mas também de redução grosseira daquilo que é de natureza complexa: a cultura – que tem nas cidades sua representação privilegiada, na qual as diversidades se expressam, confrontam-se e educam-se mutuamente. O melhor vinho deve ser o mais caro – assim estamos dispensados de conhecer a arte da cultura das uvas, o conjunto de operações sutis e as características climáticas, a infindável teia de variáveis que dão profundidade alquímica à arte do fazer e do apreciar o vinho e que nos atiram em um terreno pantanoso no qual as opiniões tendem a divergir e os temperamentos pessoais ou subjetivos a emergir.

Segundo o professor Nicolau Sevcenko, vivemos um momento de substituição de valores *“com os quais historicamente a nossa civilização se sentia representada, por valores postos por uma nova ordem tecnológica”*. Ele compara a Revolução Industrial, que transformou os meios de produção, com a atual revolução microeletrônica, que transformou os fins da produção, *“ou seja, os*

valores e a cultura... Um contexto, onde o reflexo prevalece sobre a reflexão, o signo sobre o símbolo e virtualidade sobre a representação”.

Sorve-se aquele vinho para embriagar (ou entreter), procura-se seu efeito narcótico, como quem está em busca de um passatempo imediato, de divertimento garantido, na era das sensibilidades programadas. Presenciamos uma expansão sem precedentes da cultura como negócio, seja como produto (e como produto, por razões óbvias, a cultura de entretenimento), seja como estratégia de promoção de outros negócios, ostensivamente presente na mídia e na cidade – o que significa tomar de assalto os espaços públicos, transformando-os em cenários ou museus, construindo-se cidades controladas e segregadas das mazelas sociais (“cidades dentro das cidades”), promovendo eventos globais por meio de um “urbanismo de ocasião”. Estas questões, ao definirem o núcleo do segundo debate entre Walter Prigge e Otília Arantes, indagam os compromissos da arquitetura e do urbanismo com valores de usos civilizatórios da cidade.

Cidade como São Paulo: cidade a vencer, a superar, como um infundável obstáculo que se renova a cada dia. Vejam as travessias que somos levados a realizar, toda a sorte de percalços em uma cidade que nos requer como um parasita do qual não podemos nos livrar. Cidade para desistir, deserddada que foi pela irresponsabilidade de sua elite dirigente. Cidade de deserddados, conspiradores, espreitando-nos nas portas dos *bunkers*, condomínios, shoppings, junto às janelas cerradas de nossos veículos, assediando-nos como uma doença da qual já não se espera cura, mas trégua. Para o professor Laymert Garcia dos Santos, São Paulo deixou de ser uma cidade, “*porque o espírito da cidade não habita mais seus moradores*”. É quando a cidade não faz mais sentido: rompeu-se o vínculo entre os homens e, portanto, abatida está a idéia de convívio (ou consenso) civilizado, fundamento mais precioso da arquitetura e do urbanismo.

Se o urbanismo não tem conseguido atuar de forma crítica, participando de ações de inserção social para restabelecer vínculos mais permanentes na sociedade, quem, então, poderia reunir as melhores prerrogativas para enfrentar este desafio? Qual o destino da cidade – esta que é o texto difícil, por excelência, do mundo contemporâneo? Saberá a arte interpretá-lo? E no panorama da arte, a perspectiva aberta pela chamada “arte pública”, com suas diferentes estratégias e atitudes diante dos lugares específicos em que ela atua, pode ser reconhecida como exemplo de “prática crítica” sobre os espaços públicos? Os fundamentos da arte pública, pensados a partir de exemplos concretos e de forma comparativa, encerram o terceiro núcleo do debate entre Claudia Büttner e Vera Pallamin.

O livro constrói com competência crítica o campo de reflexão a que se propôs, apresentando um retrato da cidade que, definitivamente, não é ameno. Livro para pensar, como esta afirmação de Vilem Flusser (citado por Freitag-Rouanet): “*uma cidade que não tem cultura própria não existe como cidade*”.

Luís Antônio Jorge

Professor do Departamento de Projeto e orientador no curso de Pós-Graduação da FAUUSP – Área de Concentração “Espaço e Cultura”.

TESES E DISSERTAÇÕES

SETEMBRO 2001 A AGOSTO 2002

Teses

WILSON RIBEIRO DOS SANTOS JÚNIOR
O currículo mínimo no ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil: 1969-1994
Data: 18.09.01
Orientador(a): Prof. Dr. Murillo Marx

LIZETE MARIA RUBANO
Cultura de projeto: Um estudo das idéias e propostas para habitação coletiva
Data: 24.09.01
Orientador(a): Prof. Dr. Dácio Araújo Benedicto Ottoni

VIRGÍNIA PEREIRA CAVALCANTI
O design do móvel contemporâneo brasileiro: Da diversidade à especificidade
Data: 02.10.01
Orientador(a): Prof. Dr. Rafael Antônio Cunha Perrone

ROSA MARIA LOCATELLI KALIL
Participação e satisfação do usuário: Alternativas de gestão de habitações sociais em Passo Fundo, RS
Data: 05.10.01
Orientador(a): Profa. Dra. Sheila Walbe Ornstein

ALEXANDRE ITIU SEITO
Arquitetura e segurança contra incêndio – ênfase na detecção de incêndio
Data: 16.10.01
Orientador(a): Prof. Dr. Ualfrido Del Carlo

LUÍS FERNANDO MENEZES SALGADO
O “Bairro” da Cidade Nova sobre o mangue: Ações e limitações do poder público local na área central do Rio de Janeiro
Data: 22.10.01
Orientador(a): Prof. Dr. Wilson Edson Jorge

DINA HAUZMAN
Paisagem, ambiente e ocupação turística litorânea – Modelos, alternativas e vanguardas
Data: 31.10.01
Orientador(a): Prof. Dr. Silvio Soares Macedo

MARIA DULCE PICANÇO BENTES SOBRINHA
Patrimônio público, gestão do território e meio ambiente: Os bens da União e dos estados na implantação hoteleira e turística, no litoral leste do Rio Grande do Norte (1930-1990)
Data: 13.11.01
Orientador(a): Profa. Dra. Rebeca Scherer

PAULO CHIESA
O desenho como desígnio: Por uma ética do risco
Data: 26.11.01
Orientador(a): Profa. Dra. Miranda Maria Esmeralda Martinelli Magnoli

HELOÍSA MARIA SILVEIRA BARBUY
A cidade-exposição: Comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860 - 1914 (estudo de história urbana e cultura material)
Data: 27.11.01
Orientador(a): Prof. Dr. Benedicto Lima de Toledo

JOSÉ XAIDES DE SAMPAIO ALVES
Voçorocas do poder público: Na lei, forma e gestão urbana na “Cidade sem Limites”
Data: 11.12.01
Orientador(a): Prof. Dr. Murillo Marx

REGINA BIENENSTEIN
Redesenho urbanístico e participação social em processos de regularização fundiária
Data: 19.12.01
Orientador(a): Profa. Dra. Rebeca Scherer

MARIA DA GRAÇA RODRIGUES SANTOS
Entre a preguiça e o progresso: (des)caminhos da arquitetura contemporânea de Salvador (1968-1989)
Data: 10.01.02
Orientador(a): Profa. Dra. Maria Irene Szmrecsanyi

LUCINDA FERREIRA PRESTES
Sorocaba, o tempo e o espaço – séculos XVIII-XX
Data: 01.02.02
Orientador(a): Prof. Dr. Pedro Taddei Neto

LUCIA HELENA FERRAZ SANT'AGOSTINO
Rumo ao concreto
Data: 05.02.02
Orientador(a): Profa. Dra. Lucrecia D'Aléssio Ferrara

ENEIDA MARIA SOUZA MENDONÇA
Transferência de interesse no percurso da
verticalização de construção em Vitória (ES)
Data: 05.02.02
Orientador(a): Prof. Dr. Celso Monteiro Lamparelli

CINTIA MARIA AFONSO
A paisagem na Baixada Santista: Urbanização,
transformação e conservação
Data: 06.02.02
Orientador(a): Prof. Dr. Silvio Soares Macedo

MIGUEL ANTÔNIO BUZZAR
Rodrigo Brotero Lefèvre e a idéia de vanguarda
Data: 26.02.02
Orientador(a): Prof. Dr. Paulo Júlio Valentino Bruna

MIRIAM MIRNA KOROLKOVAS
Semente do objeto: Ensaios poéticos com medida,
proporção, harmonia e ritmo
Data: 27.02.02
Orientador(a): Profa. Dra. Élide Monzeglio

LUÍS RENATO BEZERRA PEQUENO
Desenvolvimento & degradação no espaço intra-
urbano de Fortaleza
Data: 08.03.02
Orientador(a): Profa. Dra. Suzana Pasternak
Taschner

EUGÊNIO FERNANDES QUEIROGA
A megalópole e a praça: O espaço entre a razão de
dominação e a ação comunicativa
Data: 14.03.02
Orientador(a): Profa. Dra. Maria Adélia Aparecida de
Souza

VARLETE APARECIDA BENEVENTE
Derivações da Avaliação Pós-Ocupação (APO) como
suporte para a verificação da aceitação de
propostas habitacionais concebidas a partir de
soluções espaciais e tecnológicas não-usuais
Data: 19.04.02
Orientador(a): Profa. Dra. Sheila Walbe Ornstein

ANNE MARIE SUMNER
Arquitetura e infra-estrutura: Um percurso de
projeto
Data: 26.04.02
Orientador(a): Prof. Dr. Joaquim Manoel Guedes
Sobrinho

MARIA ALICE GAIOTTO
Água Viva: Contribuição ao diagnóstico das
tendências ambientais atuais e ao planejamento da
preservação dos recursos hídricos da sub-bacia do
baixo rio Sorocaba
Data: 03.05.02
Orientador(a): Profa. Dra. Maria Irene Szmrecsanyi

AMADJA HENRIQUE BORGES
MST: Hábitats em movimento tipologias dos hábitats
dos assentamentos originários do MST nos estados
de São Paulo e do Rio Grande do Norte
Data: 10.05.02
Orientador(a): Profa. Dra. Ermínia Terezinha Menon
Maricato

MARCELO MATTOS ARAUJO
Os modernistas na Pinacoteca o museu entre a
vanguarda e a tradição
Data: 23.05.02
Orientador(a): Profa. Dra. Maria Cecília França
Lourenço

CARLOS LEITE DE SOUZA
Fraturas urbanas e a possibilidade de construção de
novas territorialidades metropolitanas: A orla
ferroviária paulistana
Data: 24.05.02
Orientador(a): Prof. Dr. Gian Carlo Gasperini

MARIA CRISTINA ALMEIDA ANTUNES
A produção habitacional solidária: O processo
participativo na organização do espaço urbano e na
produção da moradia através de procedimentos
autogestionários
Data: 24.05.02
Orientador(a): Prof. Dr. Khaled Ghoubar

EUNICE BOMFIM ROCHA
A luz natural na concepção arquitetônica de
museus
Data: 27.05.02
Orientador(a): Prof. Dr. Paulo Júlio Valentino Bruna

ROSSELLA ROSSETO

Produção imobiliária e tipologias residenciais modernas – São Paulo 1945/1964

Data: 03.06.02

Orientador(a): Profa. Dra. Maria Ruth Amaral de Sampaio

ALENKA CENCIC

A morada poética

Data: 12.06.02

Orientador(a): Profa. Dra. Marlene Yurgel

FRANCISCO SEGNINI JR.

A prática profissional do arquiteto em discussão

Data: 24.06.02

Orientador(a): Prof. Dr. Ualfrido Del Carlo

HERTA FRANCO

Modernização e melhoramentos urbanos em São Paulo: A gestão do presidente de província João Theodoro (1872-1875)

Data: 27.06.02

Orientador(a): Profa. Dra. Rebeca Scherer

MARIA CRISTINA DA SILVA SCHICHI

Centralidades ou periferias? Repensando o papel dos subcentros na cidade de São Paulo

Data: 28.06.02

Orientador(a): Prof. Dr. Paulo Júlio Valentino Bruna

MARIA TARCILA FERREIRA GUEDES

A influência francesa no patrimônio histórico e artístico nacional

Data: 02.07.02

Orientador(a): Prof. Dr. Carlos Roberto Zibel Costa

MÁRIO ARTURO FIGUEROA ROSALES

Habitação coletiva em São Paulo 1928-1972

Data: 03.07.02

Orientador(a): Prof. Dr. Paulo Júlio Valentino Bruna

HELOÍSA GAMA DE OLIVEIRA

O projeto de arquitetura como co-gestante do devir de um território ocupação e transformação socioespaciais na Serra do Cipó

Data: 12.07.02

Orientador(a): Prof. Dr. Sylvio Barros Sawaya

MILTON VILHENA GRANADO JUNIOR

Acústica arquitetônica: Subsídios para projeto de salas para palavra falada (Teatro de palco italiano)

Data: 25.07.02

Orientador(a): Prof. Dr. Sylvio R. Bistafa

MARIA INÊS SUGAI

Segregação silenciosa: Investimentos públicos e distribuição socioespacial na área conurbada de Florianópolis

Data: 30.07.02

Orientador(a): Prof. Dr. Flávio José Magalhães Villaça

PAULO EDUARDO FONSECA DE CAMPOS

Da argamassa armada ao microconcreto de alto desempenho: Perspectivas de desenvolvimento para a pré-fabricação leve

Data: 12.08.02

Orientador(a): Prof. Dr. Geraldo Gomes Serra

LUIZ DE PINEDO QUINTO JUNIOR

Dimensão social do urbanismo moderno no Brasil. A gênese conservadora

Data: 13.08.02

Orientador(a): Prof. Dr. Celso Monteiro Lamparelli

ANA LUCIA ANCONA

Direito ambiental, direito de quem? Políticas públicas do meio ambiente na metrópole paulista

Data: 14.08.02

Orientador(a): Prof. Dr. Flávio José Magalhães Villaça

DENISE MARIA FUSCHINI DE ALCANTARA

O lugar do teatro o espaço do teatro arquitetura teatral: Na composição do desenho urbano e na prática do espetáculo

Data: 16.08.02

Orientador(a): Prof. Dr. Joaquim Manoel Guedes Sobrinho

JOSÉ MARINHO NERY DA SILVA JUNIOR

Um século de política para poucos: O zoneamento paulistano 1886-1986

Data: 20.08.02

Orientador(a): Prof. Dr. Flávio José Magalhães Villaça

MARIA DA SILVEIRA LOBO

Brasília, da utopia à distopia

Data: 26.08.02

Orientador(a): Profa. Dra. Maria Ruth Amaral de Sampaio

Dissertações

HORACIO FERNANDO MARCONDES FERREIRA DINIZ
O processo de ocupação das margens do rio
Pinheiros e o caso Birmann 21
Data: 03.09.01
Orientador(a): Profa. Dra. Marlene Picarelli

NILZETE FARIAS HOENICKE
O distrito industrial de JLE/SC e suas implicações
no processo de desenvolvimento industrial e na
estruturação da cidade – 1975/2000
Data: 05.09.01
Orientador(a): Prof. Dr. Brenno Cyrino Nogueira

ADRIANA MARIA CORAZZA
Cartão-postal cem anos de retrato da cidade de
São Paulo 1897-1997
Data: 12.09.01
Orientador(a): Profa. Dra. Élide Monzeglio

ANGELA DE ARRUDA CAMARGO AMARAL
Habitação, participação popular e cidadania
Data: 13.09.01
Orientador(a): Prof. Dr. Jorge Hajime Oseki

ROBERTO DE ALMEIDA GOULART LOPES
Edifícios emblemáticos: Arquitetura monumental
contemporânea
Data: 17.09.01
Orientador(a): Prof. Dr. Carlos Roberto Zibel Costa

HERNAN CARLOS WELLINGTON SANCHEZ GARCIA
VKhUTEMAS/VKhUTEIN, Bauhaus, Hechschule für
Gestaltung Ulm: Experiências didáticas comparadas
Data: 21.09.01
Orientador(a): Prof. Dr. Lúcio Gomes Machado

LUÍS ANDRADE DE MATTOS DIAS
Edificações de aço no Brasil no último decênio:
1992-2001
Data: 02.10.01
Orientador(a): Prof. Dr. João Roberto Leme Simões

ELIANA MARA PELLERANO KUSTER
Marcovaldo e os doze passeios em Vitória
Data: 15.10.01
Orientador(a): Profa. Dra. Marlene Yurgel

ADRIANO ARISTIDES RODRIGUES
Arquitetura e economia solidária a experiência das
cooperativas de habitação dos sindicatos do ABC
Paulista
Data: 18.10.01
Orientador(a): Prof. Dr. Sylvio Barros Sawaya

ISAURA MARIA VARONE DE MORAIS CARDOSO
Avaliação de sistemas de iluminação artificial visando
a eficiência energética: O caso da FATEC-SP
Data: 18.10.01
Orientador(a): Prof. Dr. Marcelo de Andrade Romero

LUÍS OCTÁVIO DA SILVA
Pátio do Colégio, o centro tradicional paulistano
Data: 29.10.01
Orientador(a): Prof. Dr. Sylvio Barros Sawaya

MARIA VALESKA DUARTE DRUMMOND
Representações das áreas comerciais: Um estudo
de percepção ambiental em Belo Horizonte
Data: 06.11.01
Orientador(a): Profa. Dra. Heliana Comin Vargas

WOLFGANG SÉRGIO STESCHENKO
Contribuição ao estudo e ao processo de produção
da praça pública paulistana e o departamento de
parques e áreas verdes de São Paulo
Data: 20.11.01
Orientador(a): Prof. Dr. Silvio Soares Macedo

NAIDE PATAPAS COTRIM CORREIA
Paisagem habitacional e morfologia urbana: Um
estudo de caso em Pirituba, São Paulo
Data: 21.11.01
Orientador(a): Prof. Dr. Silvio Soares Macedo

IZABEL EUGÊNIA CANÇADO ALCOLÉA
A cor local: Resgate das técnicas tradicionais de
pintura na arquitetura
Data: 01.12.01
Orientador(a): Prof. Dr. Bruno Roberto Padovano

ALESSANDRO JOSÉ CASTROVIEJO RIBEIRO
Arquitetura poética nos anos 90 vistos através de
casas brasileiras
Data: 19.12.01
Orientador(a): Prof. Dr. Luiz Américo de Souza
Munari

MARILENA DE OLIVEIRA COSTA PINI
Designers gráficos brasileiros da década de 50
Data: 19.12.01
Orientador(a): Prof. Dr. Bruno Roberto Padovano

NELSON ANDRADE
Terminais aeroportuários de passageiros conceitos operacionais: A questão central nos projetos
Data: 17.01.02
Orientador(a): Prof. Dr. Wilson Edson Jorge

JUAN FRANCISCO TEMOCHE ESQUIVEL
Avaliação do uso de revestimentos cerâmicos de fachada em edifícios residenciais multifamiliares em São Paulo: Estudo de caso região Sul – 1994-1998
Data: 01.02.02
Orientador(a): Prof. Dr. João Roberto Leme Simões

VICENTE PAULILLO FILHO
Relações sintáticas entre desenho e arquitetura:
Frank Lloyd Wright
Data: 04.02.02
Orientador(a): Prof. Dr. Carlos Egidio Alonso

MÔNICA WIPFLI
Intervenções urbanas em centros históricos estudo de caso: Cidade de Salvador
Data: 04.02.02
Orientador(a): Profa. Dra. Suzana Pasternak Taschner

LUCIANO MARGOTTO SOARES
A arquitetura de Álvaro Siza – Três estudos de caso
Data: 18.02.02
Orientador(a): Prof. Dr. Dario Montesano

MÁRCIA SANDOVAL GREGORI
Bienais tempo e imagem
Data: 20.02.2002
Orientadora: Profa. Dra. Maria Cecília França Lourenço

MARIA LUISA TRINDADE BESTETTI
O projeto arquitetônico de um hotel como meio de investigação para a construção da forma
Data: 04.03.02
Orientador(a): Prof. Dr. Joaquim Manoel Guedes Sobrinho

ORLIRIO DE SOUZA TOURINHO NETO
Transporte e uso do solo um estudo sobre a expansão urbana do distrito de Santana, zona norte de São Paulo, considerando a implantação do Tramway da Cantareira e do metrô
Data: 05.03.02
Orientador(a): Profa. Dra. Andreina Nigriello

IEDA MARIA NOLLA SIHN
Estudo comparativo entre a fotografia e maquete eletrônica na representação da arquitetura sob iluminação natural, utilizando programas AutoCAD e 3D Studio Viz
Data: 08.03.02
Orientador(a): Prof. Dr. João Bezerra de Menezes

SANDRA AUGUSTA LEÃO BARROS
O que são os bairros: Limites político-administrativos ou lugares urbanos da cidade? O caso de Apipucos e Poço da Panela no Recife
Data: 26.03.02
Orientador(a): Profa. Dra. Maria Angela Faggin Pereira Leite

VALÉRIA PICCOLI GABRIEL DA SILVA
A pátria de minhas saudades o Brasil na viagem pitoresca e histórica de Debret
Data: 26.03.02
Orientador(a): Profa. Dra. Ana Maria de Moraes Belluzzo

JOSÉ MARQUES CARRIÇO
Legislação urbanística e segregação espacial nos municípios centrais da região metropolitana da Baixada Santista
Data: 05.04.02
Orientador(a): Profa. Dra. Sueli Terezinha Ramos Schiffer

RICARDO RIBEIRO DE OLIVEIRA
A ocupação urbana e a qualidade ambiental das cidades do Médio Norte mato-grossense
Data: 08.04.02
Orientador(a): Profa. Dra. Maria Angela Faggin Pereira Leite

EUMENES TEIXEIRA DE OLIVEIRA FILHO
O desafio da gestão urbana compartilhada: O caso de Embu na metrópole paulistana
Data: 24.04.02
Orientador(a): Prof. Dr. Philip Oliver Mary Gunn

MARIA CAMILA LOFFREDO D'OTTAVIANO
Áreas de pedestres em São Paulo: Origens, história e urbanismo contemporâneo
Data: 25.04.02
Orientador(a): Profa. Dra. Suzana Pasternak Taschner

ANA PAULA SCABELLO MELLO
O projeto de iluminação em ambientes de trabalho informatizados: Uma abordagem ergonômica
Data: 25.04.02
Orientador(a): Prof. Dr. João Bezerra de Menezes

IRINEU MANGILLI FILHO
A espacialização das viagens diárias na metrópole de São Paulo
Data: 29.04.02
Orientador(a): Profa. Dra. Andreina Nigriello

JOSÉ PAULO DE BEM
A Sé e os espaços públicos centrais
Data: 09.05.02
Orientador(a): Profa. Dra. Regina Maria Prosperi Meyer

SYLVIA HELENA FUREGATTI
Arte no espaço urbano: Contribuições de Richard Serra e Christo Javacheff na formação do discurso da arte pública atual
Data: 14.05.02
Orientador(a): Prof. Dr. Ricardo Marques de Azevedo

FLÁVIO DE FARIA RODRIGUEZ
Programa de identidade visual para os patrimônios da humanidade no Brasil PIVPHB
Data: 28.05.02
Orientador(a): Prof. Dr. Issao Minami

MÔNICA CRISTINA BRUNINI FRANDI FERREIRA
A edificação residencial urbana paulista. Estudo de caso: Rio Claro, 1936-1960
Data: 02.07.02
Orientador: Profa. Dra. Regina Maria Prosperi Meyer

MARCELO CONSIGLIO BARBOSA
A obra de Adolf Franz Heep no Brasil
Data: 12.07.02
Orientador(a): Prof. Dr. Ubyrajara Gonsalves Gilioli

ADRIANA REGINA BIELLA PRADO BELLEZA
Arquitetura e cidade: Recuperação e requalificação urbana em São Paulo. Estudo e proposições
Data: 06.08.02
Orientador(a): Prof. Dr. Arnaldo Antonio Martino

ROSANA GUIMARÃES BERNARDO
Histórico da ocupação do solo no município de Campinas
Data: 09.08.02
Orientador(a): Prof. Dr. Cândido Malta Campos Filho

ELIANA GOLA
A jóia: Uma pesquisa histórica
Data: 14.08.02
Orientador(a): Prof. Dr. Luiz Américo de Souza Munari

Colaboração: Diná Vasconcelos

Laboratório de Programação Gráfica

Prof. Coordenador: Minoru Naruto

Supervisão Geral

José Tadeu de Azevedo Maia

Supervisão de Projeto Gráfico

André Luis Ferreira

Supervisão de Produção Gráfica

Divino Barbosa

Preparação e Revisão

Ivanilda Soares da Silva

Margareth Artur

Diagramação

José Tadeu de Azevedo Maia

Tratamento de Imagem

Sidney Lanzarotto

Emendas – Arte-Final

Eliane Aparecida Pontes

Montagem de Chapas

Adauto Lino Duarte de Farias

Cópia de Chapas

Juvenal Rodrigues

Impressão

José Gomes Pereira

Narciso Antonio dos Santos Oliveira

Ricardo de Sotti Machado

Dobra

Ercio Antonio Soares

Acabamento

Ercio Antonio Soares

Juvenal Rodrigues

Nadir de Oliveira Soares

Secretária

Eliane de Fátima Feroselle Previde

Composição, fotolito e impressão offset

Laboratório de Programação Gráfica da

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da

Universidade de São Paulo

Pré-matriz

Linotronic Mark-40 sobre filme Kodak Pagi-Set

Papel

Pólen rustic areia 120 g/m²

Couchê fosco L2 90 g/m²

Cartão supremo alta alvura 300 g/m² (capa)

Montagem

21 cadernos de 8 páginas

Tiragem

1.000 exemplares

Data

dezembro 2002

DEPOIMENTOS

CONVERSA COM SÉRGIO FERRO
MAIS UMA PEÇA NA CONSTRUÇÃO DE UM DEBATE

ARTIGOS

OS SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS E A REGULAÇÃO:
NOVO ENFOQUE EM POLÍTICAS PÚBLICAS
Jacqueline Low-Beer

COMPETITIVIDADE, COMPETIÇÃO, COMPLEMENTARIDADE E
COOPERAÇÃO ENTRE CIDADES: O CASO DA ROTA 549
Paulo Tadeu Arantes

PARTICIPAÇÃO E ESPAÇO URBANO:
ENFOQUES, CONTEXTOS E TENDÊNCIAS
Miriam Medina

TIEMPO Y DESTIEMPO DE LA MODERNIDAD URBANA.
ESCENAS MODERNAS Y VIRTUALES EN LAS CIUDADES LATINOAMERICANAS
Ricardo Antonio Tena Núñez

PROJETOS PRISIONAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO
Wilson Edson Jorge

ESCOLHA DE MATERIAL TÉCNICO E SISTEMAS CONSTRUTIVOS DESTINADOS À
PRODUÇÃO DE HABITAÇÃO POPULAR E DE CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE
Mayumi Watanabe de Souza Lima

CONFERÊNCIA NA FAUUSP

LONDON WORLD CITY IN THE CONTEXT OF UNEVEN DEVELOPMENT
Doreen Massey

NÚCLEOS e LABORATÓRIOS DE PESQUISA DA FAUUSP

Yvonne Mautner
Jorge Hajime Osek

EVENTOS

30 ANOS DE PÓS-GRADUAÇÃO E
CENTENÁRIO DO EDIFÍCIO VILA PENTEADO

RESENHAS

BRASIL, CIDADES: ALTERNATIVAS PARA A CRISE URBANA
Tomás Moreira

ARQUITETURA NOVA: SÉRGIO FERRO, FLÁVIO IMPÉRIO E
RODRIGO LEFÈVRE, DE ARTIGAS AOS MUTIRÕES
Paulo Bicca

CIDADE E CULTURA: ESFERA PÚBLICA E TRANSFORMAÇÃO URBANA
Luís Antonio Jorge

FOTO DA CAPA

VISTA DO VIADUTO DO CHÁ
Angela Garcia

